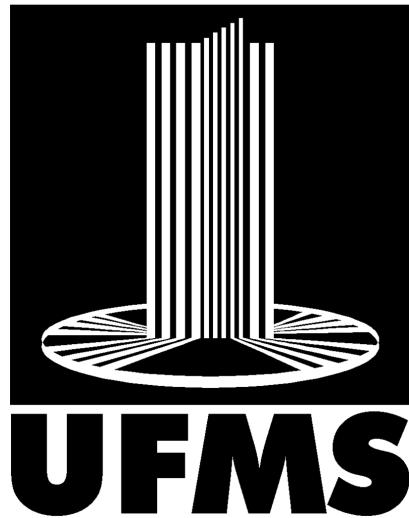


**Poder Executivo
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



**Relatório de Gestão
Exercício**

2015

Campo Grande, MS



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições orientações contidas no sistema e-Contas, da IN TCU nº 63/2010 e alterações, Portaria do TCU nº 321/2015, da DN TCU nº 146/2015 e Norma de Execução nº 01, aprovada pela Portaria CGU nº 522/2015.

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Pró-Reitores:

Marcelo Gomes Soares – **PRAD**

Valdir Souza Ferreira– **PREAE**

Yvelise Maria Possiede - **PREG**

Robert Schiaveto de Souza - **PROGEP**

Júlio César Gonçalves – **PROINFRA**

Marize Terezinha Lopes Pereira Peres – **PROPLAN**

Jeovan de Carvalho Figueiredo - **PROPP**

Diretores de Centro:

Dulce Lopes Barboza Ribas - **CCBS**

Geraldo Vicente Martins - **CCHS**

Vera Lúcia Penzo Fernandes – **CCHS**

Diretores de Câmpus:

Edgar Aparecido da Costa - **CPAN**

Auri Claudionei Matos Frübel - **CPAQ**

Andreia Cristina Ribeiro - **CPAR**

Fábio Henrique Rojo Baio - **CPCS**

Gedson Faria - **CPCX**

Alexandre Pierezan - **CPNA**

Daniel Henrique Lopes - **CPNV**

Amaury Antônio de Castro Junior - **CPPP**

José Antonio Menoni – **CPTL**

Osmar Jesus Macedo – **CPTL**

Diretores de Escola:

Dario de Oliveira Lima Filho - **ESAN**

José Carlos de Jesus Lopes - **ESAN**

Diretores de Faculdades:

Walvo Franco de Almeida Junior - **FACOM**

Ynes da Silva Félix - **FADIR**

João Onofre Pereira Pinto - **FAENG**

Ernesto Antônio Figueiró Filho – **FAMED**

Tatiane Serra da Cruz – **FAMED**

Wilson Ayach – **FAMED**

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo - **FAMEZ**

Paulo Zarate Pereira - **FAODO**

Diretores de Institutos:

Dorotéia de Fátima Bozano - **INFI**

Patrícia Sândalo Pereira - **INMA**

Lincoln Carlos Silva de Oliveira - **INQUI**

Diretores de Núcleos:

Cláudio Wanderley Luz Saab - **HUMAP**

Luciano Gonda - **NTI**

SUMÁRIO

2. APRESENTAÇÃO	14
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	18
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	19
3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	20
3.2.1. Finalidade	20
3.2.2 Competências Institucionais	20
3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE	21
3.4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	28
3.4.1 O Ambiente de Atuação da UFMS	29
3.5 ORGANOGRAMA	33
3.6 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	39
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	43
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	44
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	48
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	70
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	72
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	73
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	74
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	74
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	74
4.3.2.1 – Ações/Subtítulos - OFSS.....	74
4.3.2.2 – Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	102
4.3.2.3 – Ações - Orçamento de Investimento - OI.....	107
4.3.2.4 – Análise Situacional.....	111
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	119
4.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	120
4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores	134
4.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	136
4.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	139
4.3.7 Informações sobre a realização das receitas	140
4.3.8 Informações sobre a Execução das Despesas	142
4.3.9 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões e pagamento do governo federal	147
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	149
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	150
4.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	155
4.6 INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	160
5. GOVERNANÇA	161
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	162
5.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITÓRIA INTERNA	163
5.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	166
5.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	167
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	195
6.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	196
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	200
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	204
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	209
6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	210
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	217
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	218
7.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR	221
7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão	224

7.2.2 Demonstraçāo da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	224
7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	225
7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	226
7.5 DEMONSTRAÇĀES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	230
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	231
8.1 GESTÃO DE PESSOAS	232
8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	232
8.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal.....	234
8.1.3 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal	235
8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de Estagiários	236
8.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	239
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	240
8.2.1 Gestão da Frota de Veículos.....	240
8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	246
8.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	247
8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas.....	251
8.2.5 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	252
8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	253
8.3.1 Principais sistemas de informações	257
8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	262
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	272
9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇĀES E RECOMENDAÇĀES DO TCU.....	273
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇĀES DO ÓRGĀO DE CONTROLE INTERNO.....	277
9.3 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	278
9.4 DEMONSTRAÇĀO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇĀES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	279
9.5 INFORMAÇĀES SOBRE A REVISĀO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	289
9.6 DESPESAS COM AÇĀES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	290
10. RELATÓRIO E/OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	291
11. PARECER DO COLEGIADO	299
12. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇĀO	305
13. DECLARAÇĀES DE INTEGRIDADE.....	317
13.1 INTEGRIDADE E COMPLETUDENDE DAS INFORMAÇĀES DOS CONTRATOS E CONVĒNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	317
13.2 INTEGRIDADE E COMPLETUDENDE DOS REGISTROS DE INFORMAÇĀES NO SISTEMA DE APRECIAÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES	320
13.3 INTEGRIDADE E COMPLETUDENDE DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇĀES DE BENS E RENDAS	321
13.4 INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇĀES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	322
13.5 DECLARAÇĀO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTĀO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	323
13.6 DECLARAÇĀO DO CONTADOR SOBRE A FIDEIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS DO SIAFI	324
14. INFORMAÇĀES SUPLEMENTARES	325
14.1 INFORMAÇĀES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇĀES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994	326
ANEXOS.....	327

Lista de Abreviações e Siglas

AG - Alunos regularmente matriculados na graduação
AGE - Alunos Equivalentes Da Graduação
AGH - Sistema de aplicativos para gestão Hospitalar
AGHU - Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários
AGTI - Alunos Da Graduação Em Tempo Integral
AGU - Advocacia Geral da União
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APCN - Apresentação de Proposta de Cursos Novos
APG - alunos na pós-graduação
APGTI - Alunos Da Pós-Graduação Em Tempo Integral
AR - Alunos de residência médica
ARP - Ata de Registro de Preços
ARTI - alunos de Residência Médica em Tempo Integral
AUD - Auditoria Interna da UFMS
BEP - Base de Estudo do Pantanal
BNC - Base Nacional Comum curricular
BS - Boletim de Serviços
BSE - Sistema de Boletim de Serviços da UFMS
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CAP – Coordenadoria de Administração de Pessoal
CAS – Coordenadoria de Assistência a Saúde
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CATMAT - Sistema de Catalogação de Material
CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais
CCO - Coordenadoria de Contabilidade
CCS - Coordenadoria de Comunicação Social
CCT - Coordenadoria de Cultura
CD – Conselho Diretor
CDC - Contêiner Data Center
CDE - Coordenadoria de Desporto
CED – Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância
CEI - Clínica Escola Integrada
CEM - Coordenadoria de Energia e Manutenções Gerais
CEP - Código de Endereçamento Postal
CEPG - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
CEX - Coordenadoria de Extensão
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CFP – Coordenadoria de Apoio à Formação de Professores
CFTV - Circuito fechado de TV para sistemas de vigilância
CGGP – Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoal
CGM – Coordenadoria de Gestão de Material
CGO – Coordenadoria de Gestão Orçamentária
CGU – Controladoria Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COA - Coordenadoria de Operações e Atendimento à Comunidade
COAD - Coordenação Administrativa
COEG – Conselho de Ensino de Graduação
COEX – Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
CONDESAUD - Consultar Desequilíbrio de Equação de Auditor (Funcionalidade do SIAFI)
COPP - Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação
COUN – Conselho Universitário
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPACE - Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções
CPAN - Câmpus do Pantanal.

CPAQ – Câmpus de Aquidauana
CPAR - Câmpus de Paranaíba.
CPBO - Câmpus de Bonito
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CPCS - Câmpus de Chapadão do Sul
CPCX - Câmpus de Coxim.
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPGP - Comissão Permanente de Gestão de Pessoas
CPI – Coordenadoria de Planejamento Institucional
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CPNA - Câmpus de Nova Andradina
CPNV - Câmpus de Naviraí
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPP - Câmpus de Ponta Porã
CPPTA - Comissão Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo
CPR - subsistema do SIAFI que possibilita obter informações relativas ao fluxo financeiro ou de caixa
CPTI - Comissão Permanente de Tecnologia da Informação
CPTL - Câmpus de Três Lagoas.
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CRR/UEMS - Centro Regional de Referência de Pesquisa, Ensino e Extensão em Drogas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
CRT - Coordenadoria de Relações Institucionais
CTI - Centro de Terapia Intensiva
DAF - Divisão Administrativa Financeira
DBR - Declaração de Bens e Rendas
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCH - Departamento de Ciências Humanas
DETACUSTO - Sistema de Detalhamento de Custo do SIAFI
DGPTI - Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação
DIAA - Divisão de Apoio e Assistência Acadêmica
DIAF - Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas
DIAV - Divisão de Acompanhamento e Avaliação
DICO - Divisão de Compras
DICT - Divisão de Gestão de Contratos
DIDA - Divisão de Desenvolvimento e Avaliação
DIEC - Divisão de Educação Continuada
DIEX - Divisão de Acompanhamento de Projetos com Recursos Externos
DIFA - Divisão de Faturamento
DIGC - Divisão de Gestão de Custos
DINTER - Doutorado Interinstitucional
DIPC – Divisão de Acompanhamento de Convênios
DIPG - Divisão de Pagamento
DIPM – Divisão de Patrimônio
DITI - Divisão de Tecnologia da Informação
DITL - Divisão de Transporte e Logística Sustentável
DITO - Divisão de termo de referência e orçamentos
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DS - Demanda Social
EAD – Ensino à Distância
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECV-DTP - Extrato de Convênio
e-MEC - Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
ESAN - Escola de Administração e Negócios
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ESR - Curso de Gestão de Segurança da Informação
EXT - Programa de Extensão Universitária com fluxo contínuo
FACOM – Faculdade de Computação
FADEMS - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul

FADIR – Faculdade de Direito
FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FAMED – Faculdade de Medicina
FAMEZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO – Faculdade de Odontologia
FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
FEPAD - Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente
FG - Função Gratificada
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia
FUNTRAB - Fundação do Trabalho
GAB - Gabinete
GED - Gratificação de Estímulo à Docência
GPE - Grau de Participação Estudantil
GRU – Guia de Recolhimento da União
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
HU - Hospital Universitário
HUMAP - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IN - Instrução Normativa
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFI - Instituto de Física
INMA - Instituto de Matemática
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INQUI - Instituto de Química
INTOSAI - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras
IPEV – Incentivo à Participação em Eventos
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente
IS - Instrução de Serviço
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIFE - Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LNT - Levantamento das Necessidades de Treinamento
LOA – Lei Orçamentária Anual
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MCT - Ministério da Tecnologia, Ciência e inovação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Metodologia de Desenvolvimento de Software
MEC – Ministério da Educação
MF - Ministério da Fazenda
MP - Mestrado Profissionalizante
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS – Mato Grosso do Sul
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NBR - Norma Brasileira aprovada pela ABNT
NL - Notas de Liberação
NTI – Núcleo de Tecnologia de Informação
NUP - Número Único de Protocolo
OCC - Orçamento de Custeio e Capital
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Ouvidoria-Geral da União
OI - Orçamento de Investimento
OS - Ordem de Serviço
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PADOC - Plano de Atividades Docentes
PAEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PAM – Pronto Atendimento Médico
PAS – Programa de Assistência a Saúde
PBE - Programa Brasileiro de Etiquetagem
PCD - Pessoas com Deficiência
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEE - Plano Estadual de Educação
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PET - Programa de Educação pelo Trabalho
PF - Polícia Federal
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIME - Pantanal Incubadora Mista de Empresas da UFMS
PLANFOR - Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Pessoa com necessidades especiais
PNE –Plano Nacional de Educação
PO - Plano Orçamentário
POP - Procedimento Operacional Padrão
POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA – Plano Plurianual
PPI - • Projeto Pedagógico Institucional
PRAD – Pró-Reitoria de Administração
PREAE – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PRO PET Saúde - Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde
PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAMPO - Programa de Apoio À Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo
PRODOCÊNCIA - Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROFOCO - Curso de Formação de Ouvidores
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura
PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
PROPP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PSE - Programa Saúde na Escola
PUC - Pontifícia Universidade Católica
QP - Quantidade Prevista
QR - Quantidade Realizada
RA - Relatório de Auditoria
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAP - Restos a Pagar
RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas
RE - Deliberações do tipo Recomendação do TCU
REGDOC - Registro de Documentos da UFMS
REHUF - Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH - Recursos Humanos
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RMA - Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB - Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RMO - Registro Mensal de Ocorrências
RP - Restos Processados
RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo
RPNP - Restos a pagar não processados

RTR – Reitoria
RU – Restaurante Universitário
RX - Raio X
SAUDIN - Sistema para as Auditorias Internas
SC - Sem Conceito
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SE - Secretaria Executiva
SEAC - Seção de Acompanhamento e Cobrança
SEB - Secretaria de Educação básica
SEBRAE - Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECEX - Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
SED - Secretaria Estadual de Educação
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SERAPH - Sistema de Controle de Autorização de Usuários
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAU - Secretaria Municipal de Saúde Pública
SESu - Secretaria de Educação Superior
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SGP – Sistema de Gestão de Pessoal
SGPTI - Setor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão
SICON - Sistema de Convênios da UFMS
SICONV - Sistema de gestão de Convênios
SIEN - Sistema de Informação de Ensino
SIG - Sistema de Informações Gerenciais
SIGMA - Sistema de Gerenciamento de Materiais
SIGPÓS - Sistema de Gestão da Pós-graduação
SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIH - Sistema de Informações Hospitalares
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAS - Sistema para Gestão do Programa de Assistência à Saúde Suplementar
SIPES - Módulo do SIGPROJ para registro dos projetos de pesquisa
SIPLAN - Sistema da UFMS para consulta de Contratos e Convênios.
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISCAD - Sistema Acadêmico
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISPADOC - Sistema para Controle de Atividades Docentes
SISPE - Sistema de Gestão de Adicional de Plantão Hospitalar
SISREG - Sistema de Regulação de Consultas
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
SRP - Sistema de Registro de Preços
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUS – Sistema Único de Saúde
TCA - Termo Circunstanciado Administrativo
TCE - Tribunal de Contas do Estado
TCU – Tribunal de Contas da União
TDC - Termos de Descentralização de Créditos
TI – Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TR - Termo de Referência
TSG - Taxa de Sucesso na Graduação

TVU - TV Universidade
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UCE - Unidade de Capacitação Empresarial do SEBRAE
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG – Unidade Gestora
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNAPI - Universidade Aberta à Pessoa Idosa
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UO – Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas
UTI - Unidade de Terapia Intensiva

Lista de Quadros

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	19
Quadro 2 - Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas.....	21
Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	35
Quadro 4 –Ação/Subtítulos – OFSS	74
Quadro 5 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS	102
Quadro 6 – Ações do Orçamento de Investimento.....	107
Quadro 7 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	120
Quadro 8 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	134
Quadro 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	136
Quadro 10 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	136
Quadro 11 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.	137
Quadro 12 –Realização das receitas – Todas as Fontes de Recursos	140
Quadro 13 –Receita própria arrecadada.	140
Quadro 14 - Despesas totais por modalidade de Contratação.....	142
Quadro 15 - Despesas por grupo e elemento de despesa	143
Quadro 16 –Concessão de suprimento de fundos	147
Quadro 17 – Utilização de suprimento de fundos	147
Quadro 18 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	147
Quadro 19 - Indicadores de Desempenho.....	150
Quadro 20 - Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002.....	155
Quadro 21 - Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002	156
Quadro 22- Relatório de procedimentos instaurados	166
Quadro 23 - Relatório de procedimentos julgados.....	166
Quadro 24 - Relatório de procedimentos anulados administrativamente	166
Quadro 25 – Riscos mais relevantes e controles empregados.....	167
Quadro 26 - Elementos de controles internos adotados na UFMS.....	181
Quadro 27 - Tipo de Solicitação de 2005 a 2015.....	197
Quadro 28- Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação.....	203
Quadro 29 – Espaços adaptados à acessibilidade - 2015.....	211
Quadro 30 – Realizações em 2015.....	211
Quadro 31 –Público alvo da educação especial na UFMS	212
Quadro 32 - Número de acadêmicos por deficiência na UFMS em 2014.....	212
Quadro 33 – Itens adquiridos - Acessibilidade	213
Quadro 34 - Número de acadêmicos por deficiência na UFMS em 2015.....	215
Quadro 35 –Desempenho financeiro do exercício.	218
Quadro 36 –Demonstrativos da arrecadação de receita própria.	223
Quadro 37 - Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2015.....	224
Quadro 38 - Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2015	224
Quadro 39 - Tabela de Centro de Custos - X ₁₀	229
Quadro 40 - Força de Trabalho da UPC.....	232
Quadro 41 - Distribuição da Lotação Efetiva	232
Quadro 42 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC	233
Quadro 43 - Despesas do Pessoal	234
Quadro 44 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	236
Quadro 45 - Composição do Quadro de Estagiários	239
Quadro 46 - Frota de Veículos.....	241
Quadro 47 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	247
Quadro 48 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	248
Quadro 49 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e entidades públicas	251
Quadro 50 – Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	252
Quadro 51 – Quantidade de servidores do NTI	253
Quadro 52 – Servidores do NTI lotados em outras unidades da UFMS.....	254
Quadro 53 - Colabores SGPTI/HUMAP	256
Quadro 54 - Sistemas do HUMAP	260
Quadro 55 – Determinações/Recomendações do TCU	274
Quadro 56 - Situação das Determinações/Recomendações do TCU.	275
Quadro 57 - Relatório de acompanhamento - Recomendações	277

Quadro 58 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Janeiro a Junho)	279
Quadro 59 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Julho a Dezembro).....	281
Quadro 60 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Janeiro a Junho).....	283
Quadro 61 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Julho a Dezembro)	286
Quadro 62 - Despesas com ações de publicidade e propaganda	290
Quadro 63 – Equipe da Auditoria Interna	292
Quadro 64 – Ações da Auditoria Interna.....	295
Quadro 65 - Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UFMS, tendo a UFMS como Executora e não enquanto concedente de recursos as referidas Fundações.	326

2. APRESENTAÇÃO

Como está estruturado o Relatório de Gestão

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul apresenta o seu Relatório de Gestão/2015, no qual são analisados os aspectos mais relevantes da gestão durante o exercício.

Estruturado em capítulos conforme a ordem estabelecida no Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União – e-Contas – e na Portaria TCU nº 321/2015, o Relatório de Gestão tem como objetivo consolidar informações compiladas dos relatórios setoriais das Unidades da UFMS e dos sistemas de informações gerenciais disponíveis, com vistas a relatar as práticas de gestão para efeito de prestação de contas aos Órgãos de Controle Interno e Externo e transparência dos serviços ofertados à sociedade.

A arquitetura do documento observou a sequência das informações constantes no Sistema de Prestação de Contas e foi feita a renumeração dos capítulos e quadros em algarismo arábico, de acordo com a ordem correspondente; o formato exigido em relação à denominação dos tópicos e especificações dos demonstrativos, com exclusão dos quadros ou campos em branco, justificados no item ou subitem. No caso dos capítulos que não possuem estrutura padronizada, optou-se pela organização das informações em forma de demonstrativos de fácil entendimento.

Em suma, constam catorze capítulos referenciados pelo TCU sobre os conteúdos gerais, e inclusão de informações consideradas relevantes para a Instituição, como as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019, ano de referência 2015, conteúdos específicos da Unidade Prestadora de Contas, consta ainda um capítulo relativo aos Indicadores de desempenho nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e respectiva análise, a relação de projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio sob a égide da Lei nº 8.958/1994, entre outras.

Consolidado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, através da Coordenadoria de Planejamento Institucional, este instrumento tem como objetivo dar visibilidade às ações desenvolvidas tanto na área administrativa como na área acadêmica.

Principais realizações no exercício

As ações realizadas no exercício de 2015 estão relacionadas diretamente a execução das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, conforme detalhamento apresentado no capítulo “Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional”, no item “Planejamento Organizacional” e subitem “Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício”. Dentre as metas previstas para o ano de 2015, destacamos as seguintes ações:

Expansão Quantitativa da Graduação e Inserção Interinstitucional– destaca-se a criação do curso de Engenharia de Software da Faculdade de Computação e a ampliação de vinte vagas no curso de Medicina da Faculdade de Medicina, além da destinação de 224 bolsas no programa de monitoria. Foram publicados editais, para preenchimento das vagas ociosas existentes, nas modalidades de movimentação interna, transferências de outras IES e para portadores de diplomas, e ainda, foi fortalecida a integração da UFMS com as redes de ensino da Educação Básica – Estadual e Municipal com a realização de cursos e seminários na formação continuada de professores.

Ênfase foi dado ao Programa de Modernização e Automatização do Sistema de Biblioteca onde foram realizados investimentos para aquisição de 15,9 mil exemplares de livros e adquiridos 74 títulos de e-books na área de medicina. Também foram reeditados os programas de revitalização dos laboratórios de graduação – custeio e capital, o programa de adequações/revitalizações da infraestrutura e o programa de apoio a aulas de campo.

Em relação à Inserção Interinstitucional foi dado ênfase a mobilidade estudantil com 111 vagas na modalidade nacional e 165 vagas na mobilidade exterior. Também foram viabilizados novos acordos, sendo pelo Ciência sem Fronteiras, 11 acordos (Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália e Japão); Programa Santander Luso-brasileiras 2 acordos; pelo Programa Erasmus Mundus EBW+ 2 acordos; pelo programa

Erasmus MundusBrasil 2 acordos e 8 Protocolos de Intenções firmados com universidades dos seguintes países: Espanha, Portugal (2), França (2), Chile, Bolívia e Estados Unidos.

Expansão Quantitativa da Pós-graduação destaca-se o apoio ao desenvolvimento e fortalecimento dos cursos de pós-graduação mediado pelas ações: ampliação das vagas nos cursos de pós-graduação, oferta de bolsas para 643 estudantes em nível de mestrado e doutorado, oferta de bolsas para a iniciação científica a 359 alunos da graduação, oferta de bolsas no âmbito do Programa das residências médicas e multiprofissional a 237 alunos. Os projetos de pesquisa também oportunizaram acréscimos qualitativos à pós-graduação, onde 798 projetos foram desenvolvidos com fomento interno e externo. Na área de inovação tecnológica foram assinados 3 contratos de parceria com instituições, sendo 2 públicas e 1 privada; e 21 convênios de parceria com instituições, e ainda, atendidos 18 pedidos de registros de patentes e de software e apoiados 20 docentes em eventos de inovação tecnologia e empreendedorismo.

Consolidação da Assistência Estudantil e Extensão Universitária - destaca-se no atendimento Estudantil as ações de caráter continuado que beneficiaram 1.372 acadêmicos com bolsa permanência; 1.554 acadêmicos com Auxílio-alimentação; 69 acadêmicos com Kit Instrumental, 960 alunos com Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e 144 com Auxílio Emergencial. Além de ações desenvolvidas para beneficiar os acadêmicos como: atendimento psicoeducacional, atendimento médico, odontológico, fisioterápico e nutricional, promoção da acessibilidade e ações afirmativas, passes estudantes municipal, inclusão digital e ações de cultura e desporto.

Já no programa de consolidação da extensão universitária foram executadas 190 ações de extensão (dentre elas destacam-se entre os mais importantes o cursinho preparatório para o ENEM e o PROJELE – Curso de Línguas), sendo: 103 Edital EXT, 76 Edital PAEXT, 11 Edital PROEXT. Participaram nestas ações de extensão 1.070 docentes e 1.837 discentes, totalizando 2.907 participações do corpo acadêmico, além dos técnicos administrativos.

Na Área de Cultura foram oferecidas diversas Ações, dentre as quais destacamos o Projeto Mais Cultura, que executou mais de uma centena de eventos nas áreas de teatro, música, dança e literatura, na capital e em todos os câmpus do interior, beneficiando aproximadamente 6.800 acadêmicos.

Na área de **Gestão Pública e Fortalecimento Institucional** os objetivos e programas propostos e executados no ano em curso tiveram como impacto estratégico a modernização infraestrutural viabilizada pela ampliação, revitalização e manutenção das Unidades de Administração Central e Setorial, e o apoio logístico na manutenção, ampliação e suporte dos sistemas (infraestrutura de equipamentos, sistemas de informações e gerenciais e de recursos Humanos e transporte). No ano, destaca-se o investimento para aquisição de materiais permanentes para equipar as Unidades e os Laboratórios da Universidade; os investimentos realizados no atendimento gradual das demandas das revitalizações das unidades acadêmicas; a contratação de 11 obras, sendo 05 iniciadas em 2015 e 06 que já estavam em andamento e receberam recursos orçamentários no ano, e a aquisição de 12 novos veículos para o atendimento da Comunidade Universitária; o atendimento às condições de acessibilidade exigida na legislação vigente e a implantação da Rádio Educativa. Na área de gestão de recursos humanos foram realizados concursos para docentes e técnicos e realizadas capacitações internas. Na assistência médico-hospitalar e laboratorial foram atendidas mais de 800 mil pessoas, através de realização de consultas, cirurgias e exames clínicos e laboratoriais. A rede de transmissão de dados foi melhorada e ampliada nas unidades acadêmicas da sede e do interior.

Principais dificuldades para a realização dos objetivos

Ao longo do ano de 2015 algumas metas não puderam ser alcançadas em sua totalidade e alguns indicadores de desempenho ficaram abaixo dos índices desejáveis.

Tais dificuldades devem-se a eventos, antevistos ou não, que limitaram ou mesmo impediram a execução de determinadas metas. Dentre estes eventos, destacaram-se os movimentos grevistas deflagrados por docentes e técnicos administrativos, cuja maior implicância para o planejamento estratégico foi a interrupção parcial e temporária de algumas atividades essenciais ao cumprimento das metas contidas no PDI, as disfunções presentes no processo operacional de aquisição de bens materiais e contratação de serviços e, ainda, o quantitativo de sistemas gerenciais de informação (SIG) que consolide e compartilhe dados entre Unidades Acadêmicas e Administrativas (há dados acadêmicos que se incorporam à função administrativa e vice-versa) não ser suficiente para a dinamicidade do processo estratégico. Aliado a estes fatores houve também o contingenciamento dos limites de crédito orçamentário de 10% no custeio e 50% no capital na fonte 112 e 9% no custeio e 15% no capital na fonte 250 que prejudicaram sensivelmente as ações.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 Identificação da Unidade

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação						
Poder: Executivo						
Órgão de Vinculação: MEC – Ministério da Educação	Código SIORG: 244					
Identificação da Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul						
Denominação abreviada: UFMS						
Código SIORG: 827	Código LOA: 26283	Código SIAFI: 154054				
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 15.461.510/0001-33				
Principal Atividade: Educação		Código CNAE: 85				
Telefones/Fax de contato:	(067) 3345.7975	(067) 3345.7977-FAX				
Endereço eletrônico: reitoria@ufms.br						
Página da Internet: http://www.ufms.br						
Endereço Postal: Cidade Universitária – Caixa Postal 549 – CEP. 79070-900 – Campo Grande - MS						
Identificação das Unidades Orçamentárias consolidadas						
Nome	Situação	UO	SIORG			
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Ativa	26283	827			
Núcleo do Hospital Universitário	Ativa	26401	16542			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas						
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas						
Código SIAFI	Nome					
154064	Câmpus de Aquidauana					
154065	Câmpus do Pantanal					
154067	Câmpus de Três Lagoas					
150161	Câmpus de Coxim					
150162	Câmpus de Paranaíba					
151068	Câmpus de Chapadão do Sul					
151069	Câmpus de Nova Andradina					
151070	Câmpus de Ponta Porã					
151071	Câmpus de Naviraí					
151072	Câmpus de Bonito					
154357	Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian					
150160	Programa de Assistência à Saúde do Servidor					
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas						
Código SIAFI	Nome					
-----	-----					
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões						
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão					
-----	-----					

3.2 Finalidade e Competências

3.2.1. Finalidade

Para concretizar sua missão e seus objetivos a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e de prestação de serviços, firmando-se como uma instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento da região e da sociedade brasileira.

3.2.2 Competências Institucionais

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul tem como competência o desenvolvimento dos seguintes objetivos e finalidades:

I- gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;

II- formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento das sociedades sul-mato-grossense e brasileira em geral, de forma participativa e continuada;

III- contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico, artístico e cultural por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, considerando o pluralismo de idéias;

IV- educar para o desenvolvimento sustentável;

V- assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas;

VI- participar da formulação das políticas nacionais;

VII- assegurar a gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação **stricto sensu**; e

VIII- assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Quadro 2 - Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 6.674 de 05/07/1979	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Estatuto da UFMS – Resolução COUN nº 35/2011 .	
Regimento Geral da UFMS – Resolução COUN nº 78/2011	
Realignamento do PDI UFMS 2010/2014 – Resolução COUN nº 85/2011	
Alteração da Estrutura Organizacional da UFMS – Resolução COUN nº 10/2011	
Alterar a Estrutura Organizacional da FAMED – Resolução COUN nº 05/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PRAD – Resolução COUN nº 08/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PROINFRA – Resolução COUN nº 09/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PRAD – Resolução COUN nº 30/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PROINFRA – Resolução COUN nº 36/2014.	
Altera a Estrutura Organizacional do CCBS – Resolução COUN nº 38/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PRAD – Resolução COUN nº 47/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PROPLAN – Resolução COUN nº 51/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da PROPP – Resolução COUN nº 64/2014.	
Alterar a Estrutura Organizacional da ESAN – Resolução COUN nº 23/2015.	
Aprovar a criação e implantação da ESAN – Resolução COUN nº 96/2014.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Resoluções do Conselho Universitário:	
Nº	ASSUNTO
02	Exclui o inciso II do art. 4º da Resolução nº 32/2013, publicada no BS. nº 5.524, de 24.4.2013, que aprovou o Regulamento da Ação Suporte Instrumental – Uma Modalidade de Apoio Pedagógico da UFMS.
03	Aprova o Regulamento da Ação Incentivo à Participação em Eventos (Ipev) da UFMS, parte integrante desta Resolução.
05	Vincula Cursos à Escola de Administração e Negócios da UFMS.
06	Aprova o Regulamento da Ação Auxílio-Alimentação da UFMS, nos termos desta Resolução.
07	Aprova o Regulamento da Ação Bolsa Permanência da UFMS, nos termos desta Resolução.
08	Exclui o inciso II do art. 2º do Regulamento da Ação Auxílio Emergencial, aprovado pela Resolução nº 26/2014, publicada no BS. nº 5.767, de 15.4.2014.
09	Aprova o oferecimento do Curso de Especialização em Medicina Veterinária, do Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária, da Famez.
10	Aprova o oferecimento do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, com área de concentração em Saúde da Família, na modalidade à distância.
12	Aprova o oferecimento do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, com área de concentração em Educação Ambiental, na modalidade à distância.
14	Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS, para o quadriênio 2015-2019.
17	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Abordagem Contemporânea na Arquitetura e na Cidade, com área de concentração em Arquitetura e Urbanismo.
18	O inciso I do art. 1º da Resolução nº 5, de 6.2.2015, que vincula cursos à Escola de Administração e Negócios, passa a vigorar acrescido da alínea “e”, com a seguinte redação: “e) Curso de Bacharelado em Administração Pública (Ead)”.
19	Alterar para cinquenta por cento o percentual para aplicação da reserva de vagas de que trata a Lei nº 12.711, nos processos seletivos com ingresso a partir do segundo semestre do ano letivo de 2015.
21	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, com área de concentração em Políticas Públicas, na modalidade a distância.
22	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral, com área de concentração em Ortopedia e Traumatologia.
23	Alterar a Estrutura Organizacional da Escola de Administração e Negócios.
24	Alterar a Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Biblioteca Central da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
25	Estabelecer os seguintes critérios, por curso, para que os candidatos inscritos nas vagas reservadas preencham as vagas remanescentes de ampla concorrência durante as convocações da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

27	Aprovar o Manual de Identidade Visual – Versão 2015 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
28	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História, com área de concentração em Ensino de História.
30	Transferir as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo a gestão dos bens móveis e imóveis do Câmpus de Bonito para a Escola de Administração e Negócios, a partir de 7-8-2015.
31	Aprovar o Código de Ética Profissional dos Servidores em Exercício na UFMS, nos termos do Anexo desta Resolução.
32	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Saúde Pública, com área de concentração em Saúde Pública, a ser realizado em parceria com a Escola de Saúde Dr. Jorge David Nasser.
33	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Gestão da Drenagem Urbana, com área de concentração em Engenharia Sanitária.
35	Aprovar a criação e implantação do Curso de Doutorado em Ensino de Ciências, com áreas de concentração em Ensino de Ciências Naturais e Educação Ambiental, vinculado ao Instituto de Física.
36	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado em Ciência dos Materiais, com área de concentração em Física e Química de Materiais, vinculado ao Instituto de Física.
37	Aprovar a criação e implantação do Curso de Mestrado em Recursos Naturais, com área de concentração em Recursos Naturais, vinculado à Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
39	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Antropologia e História dos Povos Indígenas, com área de concentração em Antropologia, na modalidade a distância.
42	Dispensar da exigência de título de doutor as vagas definidas nos incisos II e III do art. 1º da Resolução nº 95, Conselho Diretor, de 22 de setembro de 2015.
45	Aprovar o Relatório Anual de Gestão e a Avaliação de Desempenho, relativos ao exercício de 2014, da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (Fapec).
46	Aprovar o oferecimento do Curso de Especialização em Gestão Judiciária, com área de concentração em Direito.
48	Aprovar o Regimento Interno do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), da UFMS, parte integrante desta Resolução.
54	Instituir a Comissão Permanente de Gestão de Pessoas (CPGP) da UFMS, vinculada à Reitoria, com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise das questões relacionadas ao desenvolvimento pessoal.
56	Aprovar o encaminhamento da Prestação de Contas da Fapec, contendo: Demonstrações Contábeis, Parecer da Auditoria Independente e Relatório Anual de Atividades e de Gestão, referentes ao exercício 2014, para aprovação do Ministério Público Estadual.
57	Aprovar o Estatuto Social da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (Fapec), nos termos do Anexo desta Resolução.
58	Alterar a nomenclatura da Divisão Clínica da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnica para Divisão Clínica e Laboratorial.

Resoluções Conselho Diretor:

Nº	ASSUNTO
01	Abre o Orçamento de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios aos Servidores na sua totalidade e 1/12 avos do Orçamento de Custeio da UFMS para o exercício financeiro de 2015, no valor de R\$ 446.758.208,00.
06	Altera redação do inciso III do art. 4º da Resolução nº 103, de 15-9-2014, que aprovou o Regimento Interno do Colegiado do Programa de Assistência à Saúde da UFMS.
07	Altera redação do art. 4º da Resolução nº 104, de 15-9-2014, que aprovou as Normas Regulamentadoras da Comissão Permanente de Fiscalização do Programa de Assistência à Saúde da UFMS.
10	Autoriza a alienação, por meio de leilão, dos bens móveis, inservíveis e irrecuperáveis listados no Processo nº 23446.000153/2015-16.
11	Aprova o valor da contribuição mensal dos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
14	Fica excluída a Seção V do Capítulo V do Regulamento do Programa de Assistência à Saúde (PAS-UFMS), aprovado pela Resolução nº 102, de 15 de setembro de 2014.
18	Autoriza a isenção total dos valores de resarcimento à UFMS, referente ao Projeto de Pesquisa cadastrado no SIGPROJ/SIPES nº 160723.670.14978.15082013, intitulado “Montagem do MiBIO – Museu Interativo da Biodiversidade do Aquário do Pantanal”.
21	Aceitar a doação dos bens móveis doados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), objeto do Processo nº 231104.001885/2015-96.
27	Aprovar as Normas para Criação de Sites Institucionais hospedados no Núcleo de Tecnologia da Informação da UFMS.

29	Aceitar a doação dos bens patrimoniais doados pela Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape), referente ao Projeto “Rede de Laboratórios de Caracterização e Controle de Qualidade de Biodiesel para a Região Centro-Oeste”.
30	Aprovar a Versão Atualizada-2015 do Manual de Correspondências e Atos Oficiais da UFMS.
31	Regulamentar, no âmbito da UFMS, o Controle de Frequência dos servidores da Carreira Docente.
34	Regulamentar, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Plano de Atividades Docentes (Padoc) para os docentes em exercício.
39	Fixar as competências das Unidades integrantes da Estrutura Organizacional da Coordenadoria de Biblioteca Central da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, que fazem parte integrante desta Resolução.
41	Aceitar a doação de um aparelho de ar-condicionado marca LG, modelo TS-C1825MA1 Split 1800 BTUs, doado pelo Sr. Germano Ramos da Silva, objeto do Processo nº 23446.000313/2015-19.
42	Regulamentar, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Plano de Atividades Docentes (Padoc) para os servidores docentes, em exercício, e professores substitutos.
47	Aceitar a doação de vinte impressoras e trinta computadores, doados pelo Ministério Público do MS, conforme Termo de Doação objeto do Processo nº 23104.000328/2015-87, a serem lotados na Escola de Administração e Negócios.
50	Aceitar a doação dos bens patrimoniais doados pela Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul, objeto do Processo nº 23104.000336/2015-23, a serem lotados no Câmpus de Ponta Porã.
54	Aceitar a doação de uma grampeadora industrial para tipografia, doada pelo Tribunal Regional Eleitoral do MS, objeto do Processo nº 23446.000351/2015-71, a ser incorporada ao acervo da UFMS.
57	Autorizar a alienação, por meio de leilão, dos bens móveis considerados inservíveis, incorporados ao patrimônio do HU - HUMAP/EBSERH, listados no Processo nº 23447.000582/2014-94.
62	Fixar, a partir de 1º de agosto de 2015, o valor da contribuição mensal dos beneficiários agregados do Programa de Assistência à Saúde da UFMS.
69	Aprovar as instruções para o encerramento do Exercício Financeiro de 2015, e fixar as datas conforme Cronograma anexo desta Resolução.
72	Aceitar a doação de dezesseis TABLETs X 10.1” POL – marca PHILCO, Modelo Worktab Q10, doados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) ao Programa Mais Médicos do Governo Federal.
73	Regulamentar o Programa de Capacitação, Aperfeiçoamento e Qualificação dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFMS.
78	Estabelecer as Normas que regerão a escolha dos Representantes Docentes, titulares e suplentes, das Unidades da Administração Setorial, para comporem a (CPPD) - mandato 2015-2017.
80	Autorizar a alienação dos bens imóveis considerados inservíveis, que se encontram no pátio da Coordenadoria de Gestão de Materiais, listados na fl. 3 do Processo nº 23446.000511/2015-82.
81	Autorizar a alienação, por meio de leilão), dos bens imóveis considerados inservíveis e irrecuperáveis, listados no Processo nº 23446.000510/2015-38.
82	Aceitar a doação dos bens listados no Termo de Doação nº 110/2015, da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape), objeto do Processo nº 23446.000528/2015-30, a serem lotados no Instituto de Química.
89	Aprovar a Tabela de Preços, fixados em real, dos serviços realizados pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, conforme anexo desta Resolução.
95	Distribuir as sessenta e nove vagas destinadas à UFMS, para o preenchimento das vagas de docentes autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Educação e originárias de outras Instituições Federais de Ensino Superior e remoções entre Unidades da UFMS.
96	Aprovar o Regulamento do Concurso Público para Ingresso na Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, parte integrante desta Resolução.
97	Aprovar as regras de utilização do espaço físico de 45m ² , cedido ao Diretório Central de Estudantes (DCE).
100	Aprovar o Relatório Anual de Gestão e a Avaliação de Desempenho, relativos ao exercício de 2014, da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (Fapec).
126	Aprovar Tabela de Preço Mínimo para animais oriundos de projetos de pesquisa da Fazenda Escola da Famez, baseado em 85% do valor indicado na Pauta Fiscal da Secretaria de Fazenda do MS.
127	Fixar as competências das Unidades integrantes da Estrutura Organizacional da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, que fazem parte integrante desta Resolução.
128	Aceitar a doação de uma centrífuga de bancada, marca Labnet, modelo C-1000, pela Universidade de São Paulo, Preto, objeto do Processo nº 23446.000733/2015-03, a ser lotada na Direção do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
131	Autorizar a concessão de uso de espaço físico pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul (Sicredi União MS), para construção e instalação do Posto de Atendimento Bancário, nas dependências do HU.
132	Estabelece as Normas Regulamentadoras do Relacionamento da UFMS com as Fundações de Apoio, regularmente credenciada junto ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

133	Estabelecer as Normas Regulamentadoras para pagamento de retribuição pecuniária aos servidores docentes da UFMS, nos termos desta Resolução.
134	Estabelecer as Normas Regulamentadoras para Pagamento de Bolsas a Servidores e Discentes da UFMS, nos termos desta Resolução.
135	Disciplinar o Regime de Trabalho em Dedicação Exclusiva dos integrantes da Carreira do Magistério Superior da UFMS, e dá outras providências.
136	Regulamentar, no âmbito da UFMS, o Plano de Atividades Docentes (Padoc) para os servidores docentes, em exercício, e professores substitutos, conforme Anexo desta Resolução.
137	Fixar os limites mínimos e máximos da média anual em horas-aula de ensino de graduação e de pós-graduação stricto sensu para o pessoal da Carreira do Magistério Superior da UFMS.
138	Regulamentar, no âmbito da UFMS, os critérios e procedimentos de avaliação de desempenho docente, progressão e promoção funcional, aceleração da promoção, na Carreira de Magistério Superior.
141	Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (Paint), exercício 2016, da Auditoria Interna da Fundação Universidade Federal de Mato do Sul, objeto do Processo nº 23104.007646/2015-40.
142	Aprovar o Plano de Ações para o Plano de Gestão e de Logística Sustentável – 2016 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Anexo desta Resolução.

Resoluções do Conselho de Ensino de Graduação:

Nº	ASSUNTO
7	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2015, para o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Povos do Pantanal da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
95	Estabelece as regras para solicitação de Aproveitamento de Estudos, para acadêmicos ingressantes nos cursos de graduação da UFMS.
98	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2015, para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
146	Aprova o novo Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do CPTL.
251	Aprova os pesos e fixar as notas mínimas das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio, a serem utilizados na seleção do Sistema de Seleção Unificada da UFMS, Sisu-Inverno-2015.
287	Aprova o Calendário Acadêmico do ano letivo de 2015, para os Cursos de Graduação, na modalidade presencial, da UFMS, nos termos do Anexo desta Resolução e revoga Resoluções nº 535/ 2014; e nº 78/2015.
321	Aprova as alterações abaixo, no item 5. Currículo, do Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Cpan, aprovado pela Resolução nº 544/2014.
330	Aprova a Ementa e Bibliografias das disciplinas optativas abaixo, constantes na Tabela de Equivalência do Curso de Administração do Cpar, aprovada pela Resolução, 235/2015.
339	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2015, para os Cursos de Graduação, a distância, da UFMS, nos termos do Anexo desta Resolução.
341	Aprova os procedimentos relativos a alterações de nota e/ou frequência nos registros no Sistema de Controle Acadêmico (Siscad), após o encerramento do período previsto no Calendário Acadêmico para liberação para a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
342	Aprova as Normas da Monitoria de Ensino de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
344	Aprova as Normas Gerais de Gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no âmbito da UFMS, nos termos desta Resolução.
346	Aprova o Regulamento do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Magistério da Educação Básica da UFMS, nos termos desta Resolução.
456	Regulamenta a exclusão de curso dos acadêmicos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).
491	Estabelece o período de reposição de aulas do primeiro semestre letivo de 2015 (2015/1) de 13 de outubro a 28 de novembro de 2015.
519	Aprova os pesos e fixar as notas mínimas das Provas do Exame Nacional do Ensino Médio, a serem utilizados na seleção do Sistema de Seleção Unificada da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Sisu-Verão-2016, conforme Tabela, parte integrante desta Resolução; e revoga-se a Resolução nº 655, de 3 de dezembro de 2014.
549	Estabelece as normas para matrícula de ingressantes do Programa de Estudantes Convênio (PEC-G) na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no primeiro semestre letivo de 2016.
561	Estabelece as regras de Aproveitamento de Estudos para acadêmicos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, participantes dos programas de mobilidade.
564	Aprova as Normas para Realização de Eventos Acadêmicos de Graduação.

565	As Atividades Complementares contempladas como componentes curriculares nos Projetos Pedagógicos de Curso deverão fazer constar em seus regulamentos até vinte por cento da carga horária para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS.
567	Aprova o Calendário Acadêmico, para o ano letivo de 2016, para os Cursos de Graduação, na modalidade presencial, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
569	Aprova o Calendário Acadêmico, do ano letivo de 2015, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; e revoga as Resoluções nº 98, de 6 de março de 2015; nº 457, de 22 de setembro de 2015; e nº 495, de 27 de outubro de 2015.
570	Aprova o item 5 CURRÍCULO da Estrutura Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Licenciatura do Câmpus de Naviraí, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
571	Aprova a alteração do Quadro de Semestralização, parte do item 5, aprovado pela Resolução nº 209 de 19 de maio de 2014, Coeg, do Curso de Educação Física – Licenciatura do CPAN.

Resoluções do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação:

Nº	ASSUNTO
03	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Medicina Veterinária, do Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.
04	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Medicina Veterinária, do Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, nos termos do anexo desta Resolução.
07	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, na modalidade a distância, da Faculdade de Medicina.
08	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, na modalidade a distância da Faculdade de Medicina, nos termos do Anexo desta Resolução.
12	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores, na modalidade a distância, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
13	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Espaços Educadores Sustentáveis, na modalidade a distância, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da UFMS.
17	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Abordagem Contemporânea na Arquitetura e na Cidade, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
18	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Abordagem Contemporânea na Arquitetura e na Cidade, com área de concentração em arquitetura e urbanismo, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
36	Aprovar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, da Escola de Administração e Negócios.
37	Aprovar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Família, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
38	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Educação, do Câmpus do Pantanal.
39	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, do Câmpus do Pantanal.
40	Aprovar a estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação, Cursos de Mestrado e Doutorado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
41	Aprovar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Eficiência Energética e Sustentabilidade, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
42	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Geografia, do Câmpus de Três Lagoas.
43	Alterar a estrutura curricular do Curso de Doutorado em Bioquímica e Biologia Molecular, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
44	Alterar a estrutura curricular do Curso de Doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
45	Alterar a estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Cursos de Mestrado e Doutorado, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.
53	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, na modalidade a distância, do Centro de Ciências Humanas e Sociais.
54	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, na modalidade a distância, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS.
56	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral, com área de concentração em Ortopedia e Traumatologia, da Faculdade de Medicina.

57	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral, com área de concentração em Ortopedia e Traumatologia, da Faculdade de Medicina da UFMS, nos termos do Anexo desta Resolução.
61	Aprovar o Regulamento do Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Análise Geoambiental e Produção do Território do Câmpus de Três Lagoas da UFMS.
63	Alterar a estrutura curricular do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, com área de concentração em Direitos Humanos, da Faculdade de Direito, aprovada pela Resolução nº 191/2014.
67	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História, com área de concentração em Ensino de História, do Câmpus de Coxim, abaixo especificada:
68	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História, com área de concentração em Ensino de História, do Câmpus de Coxim da UFMS,
82	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Estudos de Linguagens, do Centro de Ciências Humanas e Sociais.
83	Aprovar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Administração, da Escola de Administração e Negócios.
84	Aprovar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Direito, da Faculdade de Direito.
85	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Farmácia, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
86	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, do Câmpus do Pantanal.
88	Aprovar o Regulamento do Curso de Mestrado em Biologia Animal, área de concentração em Zoologia, da UFMS, parte integrante desta Resolução.
89	Definir procedimentos para a elaboração de propostas de criação de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu antes do envio da Apresentação de Proposta de Cursos Novos (APCN) para a Capes.
91	Alterar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com área de concentração em Educação, do Câmpus do Pantanal, aprovada pela Resolução de nº 126/2014.
99	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Saúde Pública, com área de concentração em Saúde Pública, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.
100	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Saúde Pública, com área de concentração em Saúde Pública, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UFMS.
102	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Gestão da Drenagem Urbana, com área de concentração em Engenharia Sanitária, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia.
103	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Gestão da Drenagem Urbana, com área de concentração em Engenharia Sanitária, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, nos termos do Anexo desta Resolução.
125	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais.
126	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Computação Aplicada, da Faculdade de Computação.
127	Alterar a estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Cursos de Mestrado e Doutorado, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.
130	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Antropologia e História dos Povos Indígenas, com área de concentração em Antropologia, na modalidade a distância, do Centro de Ciências Humanas e Sociais.
131	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Antropologia e História dos Povos Indígenas, com área de concentração em Antropologia, na modalidade a distância, do Centro de Ciências Humanas e Sociais.
133	Alterar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, com área de concentração em Administração Pública, da Escola de Administração e Negócios, aprovada pela Resolução de nº 88/2014.
136	Aprovar a prorrogação do término do Curso de Especialização em Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado, área de concentração em Educação, do Câmpus de Aquidauana, de janeiro de 2015, para agosto de 2016.
142	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, do Câmpus do Pantanal, com a inclusão das atividades optativas.
143	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Farmácia, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, com a inclusão da atividade optativa “Tópicos Avançados na Elucidação Estrutural”, com carga horária de sessenta horas e quatro créditos.
144	Alterar a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Enfermagem, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, com a inclusão das atividades optativas abaixo especificadas:
150	Aprovar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Gestão Judiciária, com área de concentração em Direito, da Faculdade de Direito.

151	Aprovar o Regulamento Curso de Especialização em Gestão Judiciária, com área de concentração em Direito, da Faculdade de Direito, nos termos do Anexo desta Resolução.
155	Aprovar a prorrogação do término do Curso de Especialização Mídias na Educação, área de concentração em Educação, da Faculdade de Computação, de abril de 2015, para maio de 2016.
192	Aprovar o Regimento da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (Coremu) da UFMS, nos termos desta Resolução.
193	Estabelecer Normas para o Armazenamento e Utilização de Materiais Biológicos Humanos e Informações Associadas em Pesquisa, da UFMS, nos termos do Anexo desta Resolução.
194	Aprovar o Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação para o ano de 2016.
196	Aprovar o Regulamento do Curso de Mestrado em Direito, área de concentração em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFMS, parte integrante desta Resolução.
197	Aprovar o Regulamento do Curso de Especialização em Gestão Judiciária, com área de concentração em Direito, da Faculdade de Direito, nos termos do Anexo desta Resolução.
198	Alterar a Estrutura Curricular do Curso de Especialização Mídias na Educação, com área de concentração em Educação, da Faculdade de Computação, aprovada pela Resolução de nº 98/2013.

3.4 Ambiente de atuação

Contextualizando a universidade brasileira, desde o seu surgimento até os dias atuais, é notório como a sua responsabilidade formativa tem abarcado outros contornos. Localizadas em um país que, embora aponte como uma das maiores economias mundiais, ainda enfrenta problemas para nivelar adequadamente a distribuição de renda e o acesso aos serviços de educação e saúde, as universidades passaram a assumir um papel supra-significativo no esforço pela diminuição dos desequilíbrios de bem-estar social, com a geração de oportunidades de aprendizado para todos os estratos sociais e a estruturação de bases para o desenvolvimento contínuo, sustentável e amplo. Com as novas exigências à porta, todo o sistema nacional de ensino superior requer um acompanhamento permanente a fim de antecipar as demandas do ambiente e, sobretudo, torná-lo capaz de construir vias criativas e inovadoras para atendê-las.

A nova sociedade do conhecimento e da informação, em que a ciência e a tecnologia conformam-se elo essencial à cadeia produtivista do Estado, da indústria e da própria academia, tem estimulado a formação de diálogos e parcerias entre organizações que até então apresentavam ter objetivos que não se correspondiam. As relações de cooperação, com efeito, têm aportado significativas contribuições para efetivar a função social das entidades públicas e assegurar um potencial desenvolvimento para a coletividade; não obstante, os esforços para ampliar essas interações necessitam avançar e muito, já que todos os grandes desafios deste século se utilizam cada vez mais de práticas inovadoras como meio de superação; e a inovação, por seu turno, é uma aprendizagem que se implementa colaborativamente.

A educação superior no Brasil, abarcando um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, desde a graduação até a pós-graduação lato e stricto sensu; o setor de educação superior pública, em particular, a partir do ano de 2007 foi contemplado pelo governo federal com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual prevê a concessão de recursos financeiros às universidades públicas federais que aderissem ao programa, cujo objetivo consiste em promover a ampliação na oferta dos serviços em ensino, pesquisa, extensão e apoio estudantil no âmbito destas instituições, bem como a sua reestruturação. A partir da implementação do programa, o setor de educação superior pública obteve, de fato, uma expansão na oferta de vagas para a graduação e pós-graduação, na produção científica, nas atividades extensionistas e na assistência estudantil. A criação de um programa de fomento específico para a educação superior pública, ainda que amplie a capacidade da oferta de serviços das universidades públicas, não é, isoladamente, suficiente para resolver os problemas enfrentados pelo setor, oriundos da crescente demanda pelos serviços em educação superior, e outros subsidiários, e das limitações, em todos os aspectos, para atendê-la.

Nesse sentido, os recursos no âmbito do REUNI e de outras vias de repasses orçamentários promoveram um avanço, no entanto não correspondem à dimensão de todas as necessidades de uma universidade pública, de modo que estas vêm, desde muito, “priorizando as prioridades” para conseguir viabilizar a programação estratégica das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil e, ainda, as metas previstas no Plano Nacional de Educação. No que respeita à educação superior no contexto do setor privado, houve um crescimento no ingresso de estudantes ao ensino superior, apoiado, afora os empreendimentos realizados pelas próprias instituições particulares, pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ambos do governo federal. Ainda, postula-se que esses apoios prejudicam, em alguma medida, alguns indicadores utilizados pelas universidades públicas para mensurar o seu desempenho, nesse curso, cita-se a taxa de ociosidade das vagas ofertadas como exemplo mais contundente do impacto dos programas supramencionados.

Por derradeiro, o setor de educação superior possui espaços significativos para ampliar a oferta dos seus serviços, com efeito, há um horizonte a ser explorado devido ao baixo número de estudantes

matriculados em cursos superiores e a conscientização generalizada de que a educação formal é um componente fundamental para a mobilidade social.

3.4.1 O Ambiente de Atuação da UFMS

A UFMS, atenta à sua finalidade de gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul, tem fortalecido as suas funções acadêmicas, científicas e sociais, propiciando e disponibilizando ao ser humano, por meio de seus cursos de graduação e de seus programas de pós-graduação, presenciais e a distância, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

Neste processo de inserção, a UFMS reforça o seu compromisso para fortalecer as suas funções acadêmicas, científicas e sociais por meio da oferta de cursos presenciais e a distância de graduação e de pós-graduação, bem como o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando, para tanto, o perfil socioeconômico local para melhor enfrentar os desnívelamentos reais e potenciais. Imbuída do papel de articuladora, orientadora, motivadora e inspiradora de atitudes e atividades, a instituição empreende sua marca num contexto de democracia, responsabilidade e consciência social, diante de dois enfoques: “globalização”, impondo pensamento amplo, universal, e “individualização”, estimulando o desenvolvimento de competências para liderar, administrar e transformar o conhecimento em qualidade de vida. Atenta aos paradigmas emergentes e, em consequência, às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, a UFMS tem buscado inserir um processo de formação integral e profissional que esteja articulado com as demandas contemporâneas de mercado e, em especial, com as novas dimensões de ação e interação do homem com o seu meio.

Atuação Regional, Nacional e Internacional

O papel das universidades no desenvolvimento regional onde estão situadas vem recebendo atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como um elemento chave no processo construtivo das atividades socioeconômicas e ambientais. Neste processo de intervenção, a UFMS, embora seja a instituição de ensino superior que detém a maior oferta de vagas tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação e, também, a que possui o maior número de câmpus no interior do Estado, está expandindo seus horizontes, com a ampliação do número de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, combatendo o êxodo de profissionais qualificados e estudantes para outras regiões do País, favorecendo a fixação de talentos nos mais diversos segmentos produtivos e o acesso ao ensino superior. É certo que a abrangência geográfica da UFMS, presente em onze municípios, tem atendido a uma demanda existente em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, parte do Oeste do Estado de São Paulo e uma boa parcela dos Estados de Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais e do Paraná, além de países com que nosso Estado faz fronteira (Paraguai e Bolívia), porém, ao fator “região” agrega-se uma gama variada de aspectos de ordem cultural, científica, econômica, educacional e social, concretizados nos cursos de graduação e de pós-graduação¹ que oferece.

As particularidades que caracterizam o Estado de Mato Grosso do Sul e a sua localização no Cone Sul têm gerado pesquisas e cursos de pós-graduação para atender a uma demanda oriunda de instituições públicas e privadas de ensino do próprio Estado e de outros Estados e países circunvizinhos. Vista essa inserção de outra perspectiva, além do critério geográfico, considera-se o

¹ Para conhecer a relação dos cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos pela UFMS, consultar o endereço eletrônico <http://www.sien.ufms.br/#>

fato da UFMS ser uma Universidade Pública que oferece, também, ensino, pesquisa e extensão e assistência na área da saúde e pelos cursos a elas relacionados, ações que demonstram o seu relevante papel no cenário da região Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso do Sul, que, por sua extensão e localização geográfica, é um polo de desenvolvimento e um promissor mercado de trabalho. A inserção regional também é verificada, como exemplo, dentre outros, pela atuação do(a):

- ✓ Museu Arqueológico que tem como meta institucional realizar pesquisas sobre o passado arqueológico de Mato Grosso do Sul, buscando entender e explicar os diversos processos pretéritos de povoamento humano no território estadual, isto é, as origens e as relações homem-ambiente na pré-história, bem como os processos etnoarqueológicos de formação das etnias indígenas que existiram e existem em Mato Grosso do Sul;
- ✓ Base de Estudos do Pantanal, posto avançado de apoio aos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas no Pantanal e na região;
- ✓ Pantanal Incubadora Mista de Empresas que atua oferecendo suporte na implantação e formação de empresas;
- ✓ Fazenda Escola (Faculdade de Medicina Veterinária) onde se realiza pesquisas relacionadas à pecuária sul-mato-grossense;
- ✓ Empresa Júnior que promove o aperfeiçoamento profissional do aluno membro e o desenvolvimento do empreendedorismo da região e do País;
- ✓ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares que presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, de nominados de empreendimento de economia solidária;
- ✓ Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia no sentido de desenvolver atividades de identificação e incentivo, junto à sociedade, das oportunidades de realização de projetos relacionados à inovação tecnológica;
- ✓ Programa Escola de Conselhos, cujas ações destinadas ao aprimoramento de políticas públicas voltadas às áreas da criança e do adolescente, do trabalho, emprego e renda, do controle social e das minorias étnicas e raciais consubstanciam os principais eixos norteadores do programa.
- ✓ Clínica Escola Integrada (CEI) é uma unidade integrante do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que tem por finalidade promover ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interdisciplinaridade em especial dos cursos de enfermagem, fisioterapia e nutrição, nas formas de linhas de cuidado e por meio de atividades de educação em saúde. Na clínica são desenvolvidos os seguintes projetos que atende à população: Universidade Aberta à Pessoa Idosa-UNAPI; Intervenção Sensório-Motora Precoce para Bebês; Saúde do Atleta; Atendimento Nutricional Ambulatorial; Avaliação e Acompanhamento Nutricional dos Servidores da UFMS Portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis.
- ✓ Núcleo de práticas jurídicas que desenvolve atividades como Aula teórica e prática (Direito Civil e Direito Penal) com acompanhamento de audiências; elaboração de estrutura de desenvolvimento de audiências envolvendo processo de conhecimento (procedimentos ordinários); projetos de extensão com atendimento comunitário; projetos de ensino, orientações e pesquisas jurídicas em monografias e trabalhos de conclusão de curso; e orientações e relatórios de atividades complementares.
- ✓ Serviço de Atendimento Psicossocial (Saps), que promove acompanhamento psicológico gratuito para alunos e servidores da universidade e à comunidade.
- ✓ Hospital Universitário que busca prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial às pessoas e desenvolver ensino e pesquisa em harmonia com o Sistema Único de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul constitui-se num espaço que vem sendo mapeado em sua rica diversidade linguística, cultural e étnica, decorrente de um variado processo de povoamento determinante do desenvolvimento de variedades e variantes linguísticas e de práticas artístico-

culturais heterogêneas, cujo estudo vem sendo propiciado, por exemplo, pelos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Música.

Também se evidencia a preocupação da UFMS com a diversidade nos conteúdos curriculares com a preservação ambiental, especialmente nos cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Geografia, Turismo e Turismo e Meio Ambiente, promovendo um sólido entendimento das dimensões socioambientais e contemporâneas, cuja especificidade legitima a sua busca pela inserção local, regional, nacional e internacional.

A interação com a sociedade pode ser vista nos atendimentos prestados pelos projetos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Odontologia e Psicologia, pela disseminação e transferência de conhecimentos mediante atividades de pesquisa e de extensão vinculadas a programas interdisciplinares, práticas de ensino, estágios curriculares e extracurriculares e de outras atividades complementares oferecidas à comunidade. Por outro lado, o Estado de Mato Grosso do Sul possui uma grande vocação pecuária, o que exige grande número de profissionais envolvidos nas cadeias de produção. Atualmente, o Estado é um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, há uma forte demanda de zootecnistas e médicos veterinários, espaço que pode ser preenchido pela atuação de profissionais formados em cursos da UFMS.

Alguns condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados (licenciados ou bacharéis) nos diversos campos das chamadas ciências humanas. Nesse sentido, cita-se, o intercâmbio direto do Estado com países vizinhos componentes do Mercosul, a viabilização do gasoduto Bolívia–Brasil e os esforços para inserir o Estado no circuito turístico nacional e internacional. Os programas de pós-graduação oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, solidificando o conhecimento dos complexos problemas e potencialidades dos ecossistemas, apresentando e implementando novos modelos de desenvolvimento sustentável, orientados por uma racionalidade ambiental e uma expansão antipredatória das atividades turísticas e econômicas.

No campo das Ciências Exatas, deve-se considerar o fato de que a formação adequada de mão-de-obra qualificada é fundamental e estratégica para o desenvolvimento de qualquer região do país e do mundo, seja para o domínio de novas tecnologias, na área das engenharias, da computação e da informática, ou para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, com inserção regional, nacional e internacional nas áreas de Física, Matemática e Química.

A UFMS, atenta à sua finalidade de gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem em geral e, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul, aproveitando as potencialidades da região, tem se empenhado para minimizar diferenças sociais. Os cursos de Sistemas de Informação, Matemática e Ciência da Computação, por exemplo, desempenham um importante papel neste contexto, por meio de iniciativas que promovem a inclusão digital, com a oferta de cursos de informática básica, realização de provas e competições, além de projetos de suporte e estruturação de telecentros, em parceria com outras instituições.

Pode-se destacar, ainda, as ações desenvolvidas na área de Educação a Distância, cujos indicadores dão visibilidade quanto ao papel social representado pela UFMS nos vários municípios do Estado, quais sejam, Água Clara, Bataguassú, Bela Vista, Bonito, Camapuã, Campo Grande, Costa Rica, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste. Nos municípios limítrofes com o país vizinho, o Paraguai, com uma população caracterizada pela diversidade de etnias e de línguas, os cursos oferecidos na modalidade a distância possuem alunos índios matriculados. Quanto ao atendimento a essa população, cabe ressaltar que foram desenvolvidas as ações extensionistas Saberes Indígenas na Escola; Formação na Temática Culturas e História dos Povos Indígenas na cidade de Caarapó e Rio Brilhante;

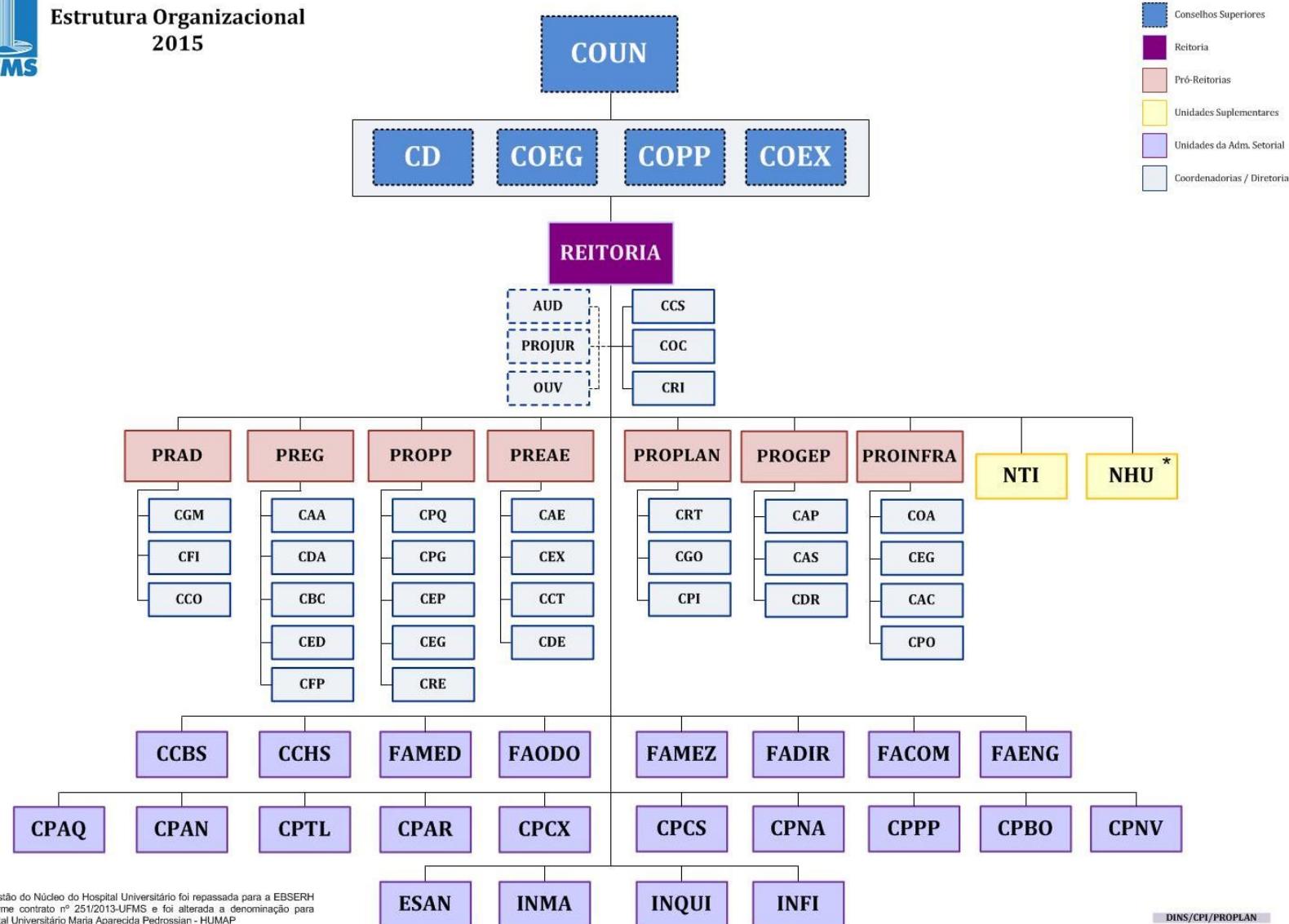
No campo das relações internacionais, a UFMS considera estratégica a consolidação dos acordos de cooperação científica e tecnológica e dos intercâmbios acadêmicos e de interação cultural que possibilitam criar oportunidades de aprimoramento profissional e capacitação aos estudantes de graduação e de pós-graduação; nesse sentido, a instituição mantém programas de mobilidade estudantil internacional com centros de ensino e pesquisa de outros países² que viabilizam experiências únicas para a comunidade acadêmica que participam deles.

² Atualmente, a mobilidade acadêmica internacional ocorre com os seguintes países: Alemanha, Austrália, Bélgica, Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão, México, Moçambique, Paraguai, Portugal, São Tomé e Príncipe, Taiwan.

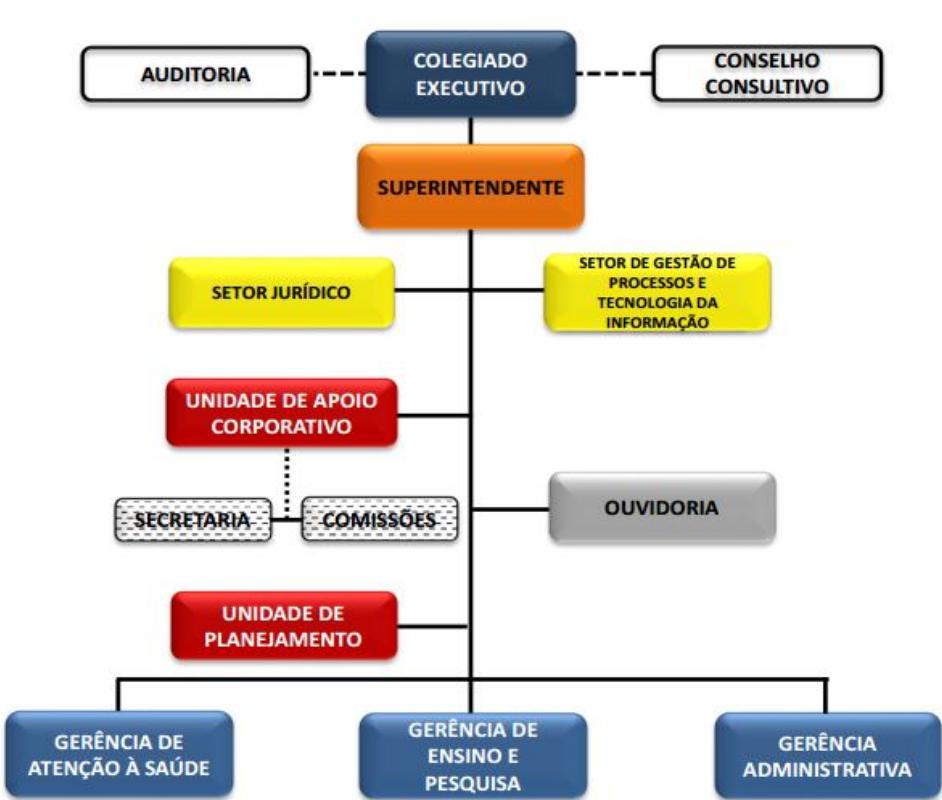
3.5 Organograma



Estrutura Organizacional
2015



Estrutura Organizacional do HUMAP



*Gestão do HUMAP repassada para a EBSERH conforme contrato nº 251/2013-UFMS.

Quadro 3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação (2015)
COUN	O Conselho Universitário é o órgão de jurisdição superior da UFMS, de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria acadêmica, de definição da política universitária e instância de recursos nos assuntos de natureza didático-científica, administrativa, econômico-financeira e patrimonial	Célia Maria Silva Correa Oliveira	PRESIDENTE	Janeiro a Dezembro
CD	O Conselho Diretor é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria administrativa, disciplinar, econômico-financeira e patrimonial.	Célia Maria Silva Correa Oliveira	PRESIDENTE	Janeiro a Dezembro
COEG	O Conselho de Ensino de Graduação é o órgão de jurisdição superior de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matérias didático-pedagógicas relativas ao ensino de graduação.	Yvelise Maria Possiede	PRESIDENTE	Janeiro a Dezembro
COPP	O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação é o órgão de jurisdição superior de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria das áreas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, e do ensino de pós-graduação.	Jeovan de Carvalho Figueiredo	PRESIDENTE	Janeiro a Dezembro
COEX	O Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria de extensão, prestação de serviços e questões relativas ao corpo discente e às relações interinstitucionais e internacionais.	Valdir Souza Ferreira	PRESIDENTE	Janeiro a Dezembro
REITORIA	A Reitoria é a instância executiva de jurisdição superior da Universidade.	Célia Maria Silva Correa Oliveira	REITOR	Janeiro a Dezembro
PREAE	A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de extensão, de assistência estudantil e de apoio a cultura e desporto no âmbito da Universidade.	Valdir Souza Ferreira	PRÓ-REITOR	Janeiro a Dezembro
PREG	A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação.	Yvelise Maria Possiede	PRÓ-REITOR	Janeiro a Dezembro
PROPP	A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de pesquisa, de pós-graduação, de desenvolvimento tecnológico e de inovação e empreendedorismo.	Jeovan de Carvalho Figueiredo	PRÓ-REITOR	Janeiro a Dezembro
PRAD	A Pró-Reitoria de Administração é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades do sistema administrativo, contabilidade e finanças da Universidade.	Marcelo Gomes Soares	PRÓ-REITOR	Janeiro e Fevereiro Março a Dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação (2015)
PROPLAN	A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação do sistema de planejamento, orçamento e relações institucionais da Universidade.	Marize Terezinha Lopes Pereira Peres	PRÓ-REITOR	Janeiro a Dezembro
PROGEP	A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho é a unidade responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades de administração de pessoal e de recursos humanos da Universidade.	Robert Schiaveto de Souza	PRÓ-REITOR	Janeiro a Dezembro
PROINFRA	A Pró-Reitoria de Infraestrutura é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de infraestrutura da Universidade e de apoio estratégico aos Câmpus.	Júlio César Gonçalves	PRÓ-REITOR	Janeiro a Dezembro
HUMAP	O Núcleo de Hospital Universitário é a unidade suplementar responsável pelo planejamento, orientação, supervisão, acompanhamento e controle das atividades assistenciais na área de saúde, bem como servir de campo de ensino, pesquisa e extensão na área médica, farmacêutica e de enfermagem.	Cláudio Wanderley Luz Saab	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
NTI	O Núcleo de Tecnologia da Informação é a unidade suplementar responsável pela coordenação, orientação, supervisão, execução e controle das atividades de Tecnologia da Informação (TI), no âmbito da Universidade.	Luciano Gonda	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CCBS	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	Dulce Lopes Barboza Ribas	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CCHS	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	Geraldo Vicente Martins Vera Lúcia Penzo Fernandes	DIRETOR	Janeiro a Setembro Setembro e Dezembro
CPAQ	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	Auri Claudionei Matos Frübel	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CPAN	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	Edgar Aparecido da Costa	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CPTL	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	José Antonio Menoni Osmar Jesus Macedo	DIRETOR	Janeiro a Julho Julho a Dezembro
CPAR	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	Andreia Cristina Ribeiro	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CPCX	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.	Gedson Faria	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CPCS	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Fábio Henrique Rojo Baio	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CPNA	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Alexandre Pierzan	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
CPPP	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Amaury Antônio de Castro Junior	DIRETOR	Janeiro a Dezembro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação (2015)
CPBO	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Noslin de Paula Almeida	DIRETOR	Janeiro a Agosto
CPNV	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Daniel Henrique Lopes	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
ESAN	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Dario de Oliveira Lima Filho José Carlos de Jesus Lopes	DIRETOR	Janeiro a Abril Abril a Dezembro
FAMED	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Ernesto Antônio Figueiró Filho Tatiane Serra da Cruz Wilson Ayach	DIRETOR	Janeiro a Setembro Setembro a Novembro Novembro e Dezembro
FAODO	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Paulo Zarate Pereira	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
FAMEZ	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
FADIR	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Ynes da Silva Félix	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
FACOM	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Nalvo Franco de Almeida Júnior	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
FAENG	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	João Onofre Pereira Pinto	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
INMA	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Patrícia Sândalo Pereira	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
INQUI	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Lincoln Carlos Silva de Oliveira	DIRETOR	Janeiro a Dezembro
INFI	Unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente	Dorotéia de Fátima Bozano	DIRETOR	Janeiro a Dezembro

Fonte: PROPLAN

Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gerência de Ensino e Pesquisa	Analisar e viabilizar a execução das propostas de ensino e pesquisa no âmbito do hospital	Andreia Conceição Milan Brochado Antoniolli Silva	Gerente de Ensino e Pesquisa	Janeiro a dezembro 2015
Gerência Administrativa	Gerenciar e implementar políticas de gestão administrativa, financeira, logística e infraestrutura.	Maria José Martins Maldonado	Gerente Administrativo	Janeiro a dezembro 2015
Gerência de Atenção a Saúde	Gerenciar a implantação de políticas assistenciais em gestão de atenção à saúde, monitorando e avaliando a qualidades dos serviços hospitalares, elaborando implantações de protocolos clínicos e de procedimento operacional padrão (POP)	Ana Lúcia Lyrio de Oliveira	Gerente de Atenção à Saúde	Janeiro a dezembro 2015

Fonte: EBSERH

3.6 Macroprocessos Finalísticos

Toda organização consiste num conjunto de atividades que são concebidas e realizadas para viabilizar a concretização das metas e dos objetivos defendidos na Estratégia Organizacional; assim expresso, a observação sistemática das atividades que afetam o desempenho de outras, precedentes e subsequentes, e agregam valor às potencialidades da organização é um imperativo para subsidiar a construção dos macroprocessos com o devido alinhamento e impacto ao planejamento estratégico. A ferramenta que dá suporte as proposições alegadas denomina-se Cadeia de Valor . Este ferramental expressa o modo como a organização executa as suas atividades individuais e agregadas, refletindo sua história, cultura, visão e missão. A gestão da Cadeia de Valor é uma prerrogativa para a otimização do macroprocesso e para a otimização do desempenho organizacional, com efeito, o conhecimento das interfaces existentes em cada atividade de valor é o toque de caixa para consolidá-la como elemento primordial ao funcionamento da organização e à entrega de serviços de qualidade aos seus interessados.

O mapeamento, dos macroprocessos, realizado pela UFMS resultou de ampla consulta das atividades que a compõem; este exame tem permitido contextualizar a universidade em níveis gerenciais distintos, gerar a necessária visão sistêmica e oportunizar a definição de um conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento institucional adequadamente integrado à sua função social. Com efeito, a abordagem holística evidente na Cadeia de Valor permite adicionar maior eficiência à gestão universitária e por isso maximizar os resultados da instituição e os benefícios à sociedade. Oportuno frisar que os macroprocessos da UFMS se submetem a análises periódicas a fim de melhorar a sua eficácia para a missão institucional.

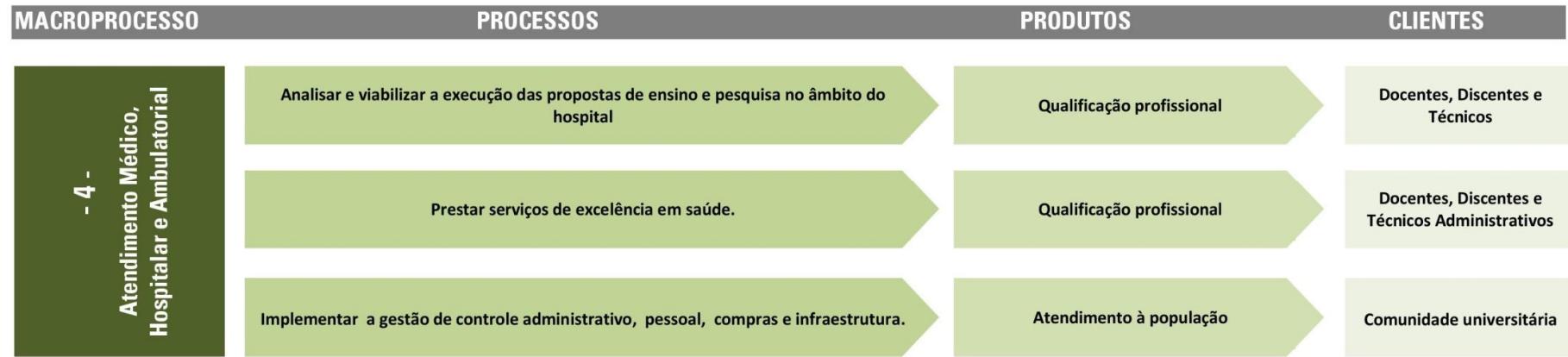
MACROPROCESSO	PROCESSOS	PRODUTOS	CLIENTES
-1- Planejamento, Coordenação, Controle e Avaliação das Atividades de Ensino de Graduação	Coordenação das Atividades de Registro e Controle do Sistema Acadêmico	Processos Seletivos Acadêmicos e Registros Acadêmicos	Comunidade Universitária
	Coordenação das Atividades Docentes	Lista de Oferta de Disciplinas, Carga Horária e Lotação Docente	Comunidade Universitária
	Coordenação das Atividades de Ensino Presencial	Cursos de Graduação, Estágios, Projetos e Programas vinculados à Graduação	Comunidade Universitária
	Coordenação das Atividades de Ensino a Distância	Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão na Modalidade EAD	Comunidade Universitária
	Gestão do Patrimônio Bibliográfico	Material Didático-Pedagógico, Sistema de Bibliotecas UFMS	Comunidade Universitária

Continua

Continuação

MACROPROCESSO	PROCESSOS	PRODUTOS	CLIENTES
<p>-2-</p> <p>Orientação, Coordenação e Avaliação das Atividades de Pesquisa, de Pós-Graduação, de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação e Empreendedorismo</p>	Orientação, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos e Planos de Capacitação em Pós-Graduação	Cursos de Pós-Graduação, Bolsas de Pós-Graduação	Comunidade Universitária
	Orientação, Acompanhamento e Avaliação das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	Projetos de Pesquisa, Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica e Grupos de Pesquisa	Comunidade Universitária
	Apoio Logístico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Base de Pesquisas do Pantanal	Pesquisas, Estudos Técnicos e Científicos	Comunidade Universitária
	Coordenação da Produção Gráfica e Editorial	Produção Gráfica e Editorial	Comunidade Universitária
	Coordenação das Atividades Relacionadas à Promoção da Inovação Tecnológica e do Empreendedorismo	Acordos de Cooperação, Propriedade Intelectual e Implantação de Empresas Incubadas e Empresas Junior.	Comunidade Universitária, Empreendedores, Inventores e Empresas
<p>-3-</p> <p>Planejamento, Coordenação e Avaliação das Atividades de Extensão, Assistência Estudantil, Cultura e Desporto</p>	Gestão dos Programas e Projetos de Assistência Estudantil	Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV), Projetos de Ensino na Ação Assistência à Saúde e ao Desporto	Comunidade Universitária
	Gestão do Plano Anual de Atividades Culturais	Atividades e Eventos Culturais	Comunidade Universitária
	Planejamento, Coordenação, e Avaliação dos Programas e Ações de Extensão	Projetos de Extensão, Bolsas de Extensão	Comunidade Discente
	Gestão do Plano Anual de Atividades Desportivas	Atividades e Eventos Desportivos	Comunidade Universitária

Fonte: Manual de Competências, 2013, adaptado. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.



NOTA: O termo comunidade universitária abrange o público interno, que são os discentes, os docentes e os técnicos administrativos, inclusive os inativos, vinculados à UFMS, e o público externo, que consiste em todos os segmentos da sociedade.

Fonte: NHU. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Análise sucinta sobre como os Macroprocessos foram conduzidos no exercício

A mensuração dos Macroprocessos Institucionais e o seu respectivo alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019 constituiu-se elemento substancial à gestão universitária. Os processos contidos nos macroprocessos viabilizaram o cumprimento dos princípios e valores institucionais e permitiram um alcance maior e mais efetivo dos serviços ofertados à sociedade. Com efeito, no exercício de 2015, a UFMS se apropriou de forma mais resoluta das ferramentas gerenciais para consolidar a sua função e o seu papel social. No que respeita à análise sobre o desempenho obtido na condução dos macroprocessos, a exposição, em síntese, sobre os resultados principais verificados no exercício é a que se segue:

Macroprocesso 1– Planejamento, Coordenação, Controle e Avaliação das atividades de ensino de graduação. No ano de 2015 foram mantidos os objetivos estratégicos e as metas pactuadas no PDI 2015-2019; o macroprocesso em análise permite uma visão estruturada do funcionamento interno da Pró-reitoria de Ensino de Graduação e seus objetivos, que são expandir o ensino de graduação e garantir a ocupação das vagas de ingresso; reduzir a taxa de evasão; ocupar as vagas ociosas; articular a educação superior com a educação básica; acompanhar as atividades docentes; atualizar constantemente as metodologias de ensino e aprendizagem; reestruturar os projetos pedagógicos; fortalecer ações voltadas ao estágio e a mobilidade acadêmica nacional e internacional; apoiar os programas e projetos vinculados à graduação e modernizar e dinamizar o sistema de bibliotecas.

Macroprocesso 2 – Orientação, Coordenação e Avaliação das Atividades de Pesquisa, de Pós-Graduação, de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação e Empreendedorismo. Em 2015 foram mantidas a maior parte das metas pactuadas no PDI anterior relacionadas ao macroprocesso em análise, sendo assim, a manutenção e criação de cursos de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado acadêmico, a elevação do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação, a criação de grupos de pesquisa, a oferta de bolsas para a pós-graduação, a iniciação científica e a residência médica e multiprofissional foram ações que viabilizaram, com êxito, a condução do macroprocesso. No âmbito do aperfeiçoamento da Pós-Graduação na UFMS foram realizados eventos para aprimoramento e consolidação dos programas, incentivando-se também a participação dos coordenadores no Seminário de Avaliação da CAPES, que abrangeu todas as áreas de conhecimento.

Macroprocesso 3 - Planejamento, Coordenação e Avaliação das Atividades de Extensão, Assistência Estudantil, Cultura e Desporto: as ações empreendidas para viabilizar a condução do macroprocesso em questão refletem o compromisso social da UFMS. As principais ações, que se coadunam no PDI 2015-2019, como metas, consistiram no apoio aos estudantes, quais sejam, bolsas permanência, auxílio alimentação e a participação em eventos, assistência médica, psicológica e odontológica. No que respeita às ações de extensão, foram realizados diversos projetos e programas, além de eventos esportivos e culturais voltados à comunidade universitária. Estas são algumas das ações que oportunizaram ao macroprocesso o atendimento das demandas que lhe são peculiares.

Macroprocesso 4 – Considerando a sua missão institucional, o Hospital Maria Aparecida Pedrossian (HUMAP) oferece atendimento gratuito e universal a pacientes dentro do Sistema Único de Saúde. É um órgão de apoio acadêmico da UFMS, e nesse sentido tem se consolidado com referência na prestação de serviços. Tem entre por objetivo a implantação plena das diretrizes da Política Nacional de Humanização, bem como e referencia estadual em doenças infecto-contagiosas e procedimentos de alta complexidade no tratamento de pacientes com HIV, TRS, diagnose, cirurgia cardiovascular, hemodiálise e neurologia, além de gestação de alto risco, urologia, tratamento com tomografia e litotripsia ligados ao Sistema Único de Saúde. Em 18 dezembro de 2013, o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian passou a ser administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vinculada ao Ministério da Educação.

**4. PLANEJAMENTO
ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO
ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

4.1 Planejamento Organizacional.

A administração pública vive um processo de permanente evolução; nas últimas décadas o Estado passou a transformar as estruturas administrativo-burocráticas em configurações mais condizentes com novas exigências da sociedade, que não se limitam mais apenas à prestação dos serviços fundamentais ao exercício de cidadania, mas também em como eles são prestados, ou seja, qual a eficiência na relação custo/benefício para a coletividade. Diante deste novo panorama, coube à organização pública transformar estruturas administrativo-burocráticas em estruturas orgânicas focadas no planejamento, no controle e na avaliação de desempenho. Nesse sentido, atuar de forma gerencial é condição sem a qual a administração pública não poderá manter um estado de equilíbrio com o seu ambiente, dadas as constantes mudanças a ele imanentes.

Ciente da pauta de exigências se coloca atualmente à organização pública, a UFMS continua incentivando mudanças estruturais e comportamentais, constituindo novos formatos gerenciais permeáveis ao diálogo, à ruptura de paradigmas, ao alcance de resultados e, sobretudo, à aprendizagem organizacional. Nesse sentido, renovando suas bases de valores, a atual gestão tem assumido um papel ativo na consolidação das propostas de desenvolvimento institucional e em modelos de gestão fortemente alicerçados no planejamento estratégico, na avaliação de resultados e nas práticas colaborativas. Destarte, as iniciativas envidadas para fortalecer a participação universitária nas estruturas de decisão, viabilizaram a renovação do significado da cultura organizacional para a visão, a missão e os objetivos institucionais.

Das perspectivas da sociedade, a Universidade elaborou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2015/2019³ para orientar as ações estratégicas que pudessem corresponder, com eficácia e transparência, às necessidades dos diversos segmentos sociais. As propostas de ação que constituem o PDI, destarte, incorporam o princípio de que os novos desígnios de uma universidade pública refundam da sua indispensável contribuição ao exercício da cidadania. As ações para promover o ensino, a pesquisa, a inovação e a extensão com qualidade, sintonizadas com aspectos mais abrangentes, quais sejam, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e o aprimoramento do capital intelectual e humano da sociedade, aludem às Diretrizes e aos Objetivos que consubstanciam o referido Plano e, nessa acepção, ele é o instrumento que comunica à sociedade o planejamento estratégico adotado para concretizar a missão e a visão da universidade.

Concebido em um contexto que valoriza a participação ativa da comunidade universitária nas estruturas de decisão e a autocritica, o plano em questão permite que a avaliação sistêmica das fontes de vantagens competitivas (potencialidades) e as lacunas de ineficiências (fragilidades) tanto do ambiente interno quanto externo, tratados no quadro a seguir, oriente a gestão estratégica enquanto inspira condutas, na esfera pessoal e organizacional, mais ajustadas à nova dinâmica da administração pública. Nessa direção, o PDI 2015-2019 consta estruturado em eixos temáticos com diretrizes e metas⁴ que abrangem políticas administrativas, pedagógicas, estruturais e sociais; ele representa ainda, além de um atendimento formal-legal, uma ética pública, um compromisso com os princípios da racionalidade administrativa na busca pela maximização dos benefícios entregues à sociedade.

³ O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 está alojado no endereço eletrônico <http://novopdi.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=564>

⁴ A Matriz Estratégica do PDI 2015-2019 é abordada no item 4.1.1 “Descrição sintética dos objetivos do exercício” do presente Relatório.

Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Localização estratégica da Instituição, com grande potencialidade para ampliar as relações internacionais; • Demandas de recursos humanos qualificados e de profissionais com novos perfis; • Integração da UFMS nos cenários local, regional, nacional e internacional; • Credibilidade da Universidade junto à sociedade; • Crescente disponibilidade de novas tecnologias; • Meio ambiente favorável ao desenvolvimento de pesquisas; • Interesse do MEC para o ensino a distância; • Demanda para qualificação de professores dos níveis fundamental e médio; • Demanda para educação continuada; • Demanda para a pós-graduação; • Fontes financeiras; • Ofertas de oportunidades para capacitação do quadro de Servidores; • Programa de modernização e qualificação da infraestrutura acadêmica das IFEs e HUs; • Emendas orçamentárias; • Necessidade de reorganização da sociedade e do conhecimento; • Possibilidade de parcerias com organizações governamentais e privadas; • Existência de novos fundos setoriais e globais; • Necessidade constante de atualização de novas tecnologias; • Articulação entre a Universidade e a sociedade; • Possibilidade de realização de programas interinstitucionais com IES. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas educacionais subordinadas às políticas econômicas; • Política educacional/restrição ao financiamento do ensino superior; • Política de reposição de servidores técnico-administrativos e docentes; • Diminuição dos investimentos públicos pelo Governo Federal; • Articulação insuficiente entre a Universidade e a sociedade; • Desvalorização da educação e de seus profissionais; • Insuficiência de recursos/não recebimento em tempo hábil/inflexibilidade de utilização; • Concepção governamental para a educação superior; • Globalização do ensino, com tendência para sua privatização; • Necessidade constante de atualização de novas tecnologias; • Distorção da imagem externa da Universidade; • Descompromisso do poder legislativo com a educação; • Contingenciamento dos Recursos Orçamentários; • Política econômica e salarial; • Não reposição de recursos humanos; • Legislação que limita a capacidade gerencial e operacional da Universidade; • Pouca efetividade nos convênios internacionais; • Descompasso entre a expansão e os meios de suporte; e • Pouca autonomia universitária.

Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Excelência em alguns cursos de graduação; • Universidade multi campi; • Titulação e qualificação do corpo docente; • Credibilidade da instituição; • Ensino público e gratuito; • Localização geográfica; • Programas de assistência aos estudantes; • Potencialidade para parcerias em projetos de desenvolvimento regional; • Oportunidades de atividades interdisciplinares; • Crescente inserção no desenvolvimento local; • Qualificação de Recursos Humanos em quantidade e diversidade; • Pluralismo de ideias; • Disposição de busca de recursos; • Crescente oferta de ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviço; • Acesso às redes de informações nacionais e internacionais; • Consciência da necessidade de desenvolvimento; • Reconhecimento da necessidade de novas formas de ensino; • Descentralização de recursos orçamentários; • Estruturação que possibilita a articulação interna. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de recursos financeiros; • Pouca divulgação das potencialidades da UFMS; • Uso não otimizado do espaço físico e equipamento; • Infra-estrutura física inadequada e insuficiente; • Inadequada distribuição de recursos humanos; • Não otimização do potencial dos recursos humanos; • Cultura de planejamento e avaliação institucional; • Política de integração Universidade/Comunidade; • Política acadêmica; • Necessidade de qualificação em novas tecnologias; • Necessidade de maior integração entre a graduação e a pós-graduação; • Necessidade de aprimoramento da política de extensão; • Política direcionada a novos desafios; • Deficiência do sistema de comunicação; • Modelo de distribuição interna de RH; • Visão parcial das atividades dos órgãos, pouca integração; • Distância física do mercado consumidor de tecnologia; • Normatização e rotina das atividades; • Desmotivação dos servidores; • Avaliação institucional interna; • Carência de CD e FG; • Falta dimensionamento da força de trabalho.

Diante do aumento do controle social e da responsabilidade dos gestores públicos pela transparéncia na administração de bens e recursos, tornou-se imprescindível para o planejamento estratégico organizacional a utilização de parâmetros de desempenho; como tal, a avaliação dos resultados que a organização consegue obter torna-se um mecanismo de transformação em termos de funcionalidade da estrutura administrativa vigente. Com efeito, a UFMS vem atuando no sentido de avaliar a conformidade estratégica dos planos de gestão implementados e com isto tem fortalecido uma cultura interna que utiliza a autoavaliação para promover melhorias, nessa acepção, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, documento primeiro para o direcionamento

dos objetivos institucionais, passa anualmente por uma avaliação⁵, esta, por sua vez, leva em consideração, dentre outros aspectos adjacentes, a capacidade de resposta da universidade ao ambiente e o seu grau de aprendizagem em relação às técnicas de planejamento estratégico adotadas; sendo que, a autoavaliação vem a ser, para nós, antes de representar uma sistemática que possibilita um diagnóstico global acerca do alcance das metas institucionais propostas nos planos de gestão, uma oportunidade exemplar de intensificar a qualidade dos serviços entregues à coletividade.

⁵ O Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2015, está em desenvolvimento, contudo, é possível consultar os relatórios referentes a outros períodos no endereço <http://www.pdi.ufms.br/?section=download>

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O exercício de 2015 foi o primeiro ano de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019. As metas constantes na matriz estratégica do plano resultaram de um trabalho com toda a comunidade universitária para elaborar uma proposta que viabilizasse a concretização de objetivos de alcance mais abrangente; nesse sentido, as metas correspondem a um só tempo o atendimento de demandas pontuais e o cumprimento da função social como ente de interesse público da universidade. A Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional, apresentada logo a seguir, corresponde à formalização do planejamento estratégico para o ano de 2015:

Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Criar cursos superiores fundamentados em estudo de viabilidade.	2	1	Foi criado o curso de Engenharia de Software da Faculdade de Computação.	2032	20RK 8282
	Proceder à análise técnica para fundamentar a criação; a suspensão; a redução ou a ampliação de vagas e a mudança de turno dos cursos superiores.	1	0	Encontra-se em elaboração dois documentos que abrangem a meta em questão: a “Política de Ensino de Graduação da UFMS” e o “Sistema de Avaliação do Ensino de Graduação”, os quais dependem de aprovação do Conselho de Ensino (Coeg). Uma das propostas da “Política de Ensino de Graduação” a ser implantada, prevê o ordenamento dos processos de criação, suspensão, extinção, ampliação e redução de vagas, ou outras alterações nos cursos de graduação oferecidos pela UFMS. O “Sistema de Avaliação do Ensino de Graduação da UFMS” é um sistema para coletar informações sobre o ensino na UFMS, analisar as informações coletadas e utilizar estes dados como ferramentas para a gestão do ensino de graduação, auxiliando a elaboração de metas e objetivos a serem incorporados ao PDI.	2032	20RK 8282
	Elevar a oferta de vagas nos cursos superiores conforme a demanda.	70	20	Aumento de 20 vagas no curso de Medicina da Faculdade de Medicina. A criação do curso de Engenharia de Software (Facom), com 70 vagas, não gerou aumento no total de vagas ofertadas para ingresso, pois houve suspensão da oferta de 70 vagas ofertadas no Curso de Tecnologia em Redes de computadores (Facom).	2032	20RK 8282
	Alcançar a taxa de sucesso da graduação proposta.	53	41	O fator principal da diminuição da taxa de sucesso foi provavelmente a dificuldade do acadêmico em concluir o curso dentro da duração padrão do curso. Na UFMS essa diminuição é decorrente do aumento do número de trancamentos de matrícula (coeficiente de correlação forte: -0,87) e do aumento da mobilidade acadêmica (coeficiente de correlação forte: -0,83).	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade		Alinhamento PPA/LOA Programa Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Elevar o índice de ocupação de vagas reofertadas ⁶ .	22%	8,7%	O índice de ocupação de vagas reofertadas foi de 20,27% em 2014 e de 22,03% em 2015.		2032 20RK 8282
	Elevar a oferta de bolsas no Programa Monitoria conforme disponibilidade de recursos.	10%	12%	As bolsas disponibilizadas foram distribuídas nos dois períodos letivos de cada ano. Em 2014, foram disponibilizadas 200 bolsas e, dessas, foram preenchidas 174, porque nem todas as unidades conseguiram monitores para as disciplinas que solicitaram. Em 2015 foram 224 bolsas, das quais 215 foram preenchidas.		2032 20RK 8282
	Atingir a taxa média de evasão.	21%	34%	A meta não foi alcançada, pois a taxa média de evasão ficou maior que a prevista (21%); o número de alunos vinculados à UFMS em 2015 foi de 16.242 e o número de evasões em 2015 foi de 5.529.		2032 20RK 8282
	Conceber estudo de viabilidade do funcionamento em único turno <u>dos</u> cursos oferecidos em período integral.	1	0	Meta não realizada.		2032 20RK 8282
	Redefinir as atribuições do coordenador de curso no que concerne ao impacto das suas ações para o aperfeiçoamento acadêmico.	1	0	Não foi realizada a meta no ano.		2032 20RK 8282
	Atingir a média geral do CPC dos cursos de graduação.	3,6	3,22	Foram executadas atividades de sensibilização sobre a importância do Enade para o acadêmico e para a instituição, produção e divulgação de material explicativo (cartazes), bem como, acompanhamento e assistência aos Coordenadores de Curso dos Cursos participantes do Enade 2015. Porém, a maioria das ações planejadas pela PREG foi prejudicada pela greve que teve início em 28/5 e término em 8/10/2015 e também, pela falta de recursos financeiros para cobrir despesas com passagens e diárias, necessários para reuniões da equipe da Preg com as Unidades fora de Sede.		2032 20RK 8282
	Estabelecer indicadores mínimos de desempenho dos cursos de graduação para manutenção da oferta de vagas.	1	0	A meta não foi alcançada, mas encontra-se em elaboração dois documentos que abrangem a meta em questão: a “Política de Ensino de Graduação da UFMS” e o “Sistema de Avaliação do Ensino de Graduação”, os quais dependem de aprovação do Conselho de Ensino (Coeg). Uma das propostas da “Política de Ensino de Graduação” a ser implantada, prevê o ordenamento dos processos de criação, suspensão, extinção, ampliação e redução de vagas, ou outras alterações nos cursos de graduação ofertados pela UFMS. O “Sistema de Avaliação do Ensino de Graduação da UFMS” é um sistema para coletar informações sobre o ensino na UFMS, analisar as informações coletadas e utilizar estes dados como ferramentas para a gestão do ensino de graduação, auxiliando a elaboração de metas e objetivos a serem incorporados ao PDI.		2032 20RK 8282
	Elevar a quantidade de cursos de graduação que possuam atividades integradas com as da pós-graduação.	50%	0	A meta não foi alcançada, mas a Preg vem atendendo, dentro do que preconiza a legislação que versa sobre o quantitativo de vagas para professores substitutos, as solicitações das Unidades que pretendem garantir o afastamento de docentes para cursos de doutorado e pós-doutorado.		2032 20RK 8282
	Elevar o número de cursos de graduação que incluam programas de extensão na grade curricular.	30%	0	A meta não foi alcançada, embora foi desenvolvida a “Política de Ensino de Graduação”, a ser aprovada pelo Conselho de Ensino (Coeg), que tem por objetivo orientar e organizar, em regime de parceria e colaboração com os demais órgãos da Administração Superior e as Unidades da UFMS, o ensino de graduação. Uma das propostas da “Política de Ensino de Graduação” a ser implantada, prevê a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e as extensões ao longo do percurso formativo, compromisso com as demandas regionais, privilegiando a formação em áreas nas quais o Estado é mais carente. A referida Política prevê que na construção dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Projetos Pedagógicos das Unidades da Administração Setorial, do Projeto Pedagógico Institucional e nas ações de apoio de ensino de graduação, de modo a atender às especificidades das diferentes realidades e sujeitos que participam do ensino de graduação no âmbito da UFMS contemplarão programas de extensão em sua matriz curricular.		2032 20RK 8282

Continua

⁶ Consideram-se vagas reofertadas as vagas ociosas que são novamente oferecidas nos processos seletivos. As vagas ociosas, por seu turno, são as vagas que não foram preenchidas quando da sua primeira oferta nos processos seletivos, bem como as que foram desocupadas em razão de desistência, solicitação do aluno, transferência e jubilação.

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Graduação	Elevar o número de disciplinas para cursos aptos à flexibilidade curricular.	100%	100%	O Art. 30 da Res. Coeg 269/2013 dispõe que “A carga horária de disciplinas optativas de cada Curso poderá ser cumprida no próprio curso ou em qualquer Unidade da Administração Setorial.”. Apesar de continuar sendo 100% das disciplinas aptas à flexibilização curricular, cabe ressaltar que a diminuição do total de disciplinas da UFMS de 2014 a 2015 é justificada pela recente alteração curricular que todos os cursos realizaram considerando a migração de hora-aula de 50 minutos para hora-aula de 60 minutos.	2032 2030	20RK 20RJ
	Desenvolver ações de incentivo à interação dos cursos de graduação com a educação básica.	2	8	1) Integração da UFMS com as redes de ensino da Educação Básica – Estadual e Municipal, por meio dos Cursos de Formação Continuada ministrados, em atendimento às demandas da Secretaria da Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); 2) Realização do I Seminário de Formação Inicial e Continuada de Professores da UFMS, em parceria com a Secretaria de Educação; 3) Oferta de Cursos de capacitação, atualização e formação continuada de professores da Educação Básica das Redes Estadual e Municipal; 4) Integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS por meio do Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE); 5) Formalização do assento da Coordenadora do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica no Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente – FEPAD/MS; 6) Implementação do Comitê Gestor dos Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – LIFE; 7) Representação da UFMS como membro efetivo no Observatório Estadual do Plano Estadual de Educação (PEE); 8) Participação da UFMS junto à Secretaria de Estado de Educação para as discussões da Base Nacional Comum curricular (BNC); 8) Revitalização/Reforma dos Laboratórios de Prática de Ensino do CCBS e CCHS, LIFE's dos campus do interior do MS.	2032 2030	20RK 20RJ
	Elevar o acervo bibliográfico institucional (físico).	4,8%	32,5%	Acervo do Sistema de Bibliotecas: acréscimo de 16.187 exemplares de livros (doação e compra). Houve corte na dotação orçamentária de 2015, o valor destinado foi de R\$ 664.783,75.	2032	20RK
	Elevar o acervo bibliográfico institucional (digital).	45%	34%	Adquiriu 74 títulos de e-books área de medicina editora Elsevier e a Minha Biblioteca com 3.061 E-books.	2032	20RK
	Manter a frequência média diária nas bibliotecas (sede e campus).	100%	115%	Frequência de 139.817, acréscimo de 18.586 em relação a 2014 (Biblioteca Central).	2032	20RK
	Elevar os empréstimos de materiais bibliográficos nas bibliotecas (sede e câmpus).	2,5%	-5,62%	Empréstimo do Sistema de Bibliotecas: decréscimo de -5,62% (as bibliotecas do interior ficaram fechadas no período da greve 28/05 a 08/10/2015, somente a Biblioteca Central ficou aberta nesse período 7:30 às 12h.)	2032	20RK
	Elevar os acessos aos bancos de dados digitais.	5%	5%	Meta alcançada.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Atingir o contingente de programas de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado acadêmico e profissionalizante aprovados.	2	2	Aprovação dos cursos de Mestrado Acadêmico em Direito e Mestrado Acadêmico em Ciência de Materiais.	2032	20RK
	Atingir o contingente de programas de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado aprovados.	3	1	No total foram apresentadas duas propostas para cursos de doutorado: Doutorado em Administração e Doutorado em Ensino de Ciências, número próximo à meta estipulada. No entanto, somente o curso de Doutorado em Administração foi aprovado até o momento, dado que a proposta de Ensino de Ciências encontra-se em fase de diligência. Cabe destacar que no período foram aprovados 4 projetos de Doutorado Interinstitucional (DINTER). Destes a UFMS é promotora com o curso de Ecologia e Conservação, tendo como receptora o IFMS. Em outros três projetos a UFMS é receptora: Ciência da Computação, tendo a UFMG como promotora, Engenharia de Produção com a UFPE como promotora e Educação com a PUC-Rio como promotora.	2032	20RK
	Implantar cursos de pós-graduação lato sensu.	3	9	Aprovação dos cursos de Especialização presenciais: Medicina e Cirurgia da Coluna Vertebral, Abordagem Contemporânea na Arquitetura e nas Cidades, Teoria e Metodologia do Ensino de História, Gestão da Drenagem Urbana. Aprovação dos cursos de Especialização modalidade à distância: Educação em Direitos Urbanos, Atenção Básica a Saúde da Família, Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Educação Ambiental em Espaços Educadores Sustentáveis, Antropologia e História dos Povos Indígenas.	2032	20RK
	Atingir a média geral do conceito CAPES dos cursos de pós-graduação.	3,6	3,6	A meta proposta foi atingida. A média apresentada inclui os conceitos dos cursos existentes e daqueles criados após a última avaliação Trienal da CAPES (2010/-2012). A próxima avaliação será Quadrienal (2013-2016), realizada no início de 2017.	2032	20RK
	Elevar a oferta de vagas nos cursos de pós-graduação	40	10	Meta não alcançada dado que alguns cursos de pós-graduação não abriram vaga para novas turmas em 2015 (principalmente os programas em Rede Nacional: Administração Pública, Letras e Matemática) e ainda pelo fato da meta para aprovação de cursos de doutorado não ter sido alcançada, impossibilitando a abertura das vagas previstas.	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.	604	643	A meta para bolsas de pós-graduação foi superada em cerca de 7%. Foram disponibilizadas 631 bolsas DS/CAPES, 8 Bolsas via REUNI e 4 bolsas via PROPP.	2032	20RK 8282
	Realizar a avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação.	1	1	A avaliação de desempenho foi realizada em evento promovido pela CAPES: Seminários de Acompanhamento de Meio Término do Sistema Nacional de Pós-Graduação. O evento ocorreu de 3 de agosto a 4 de setembro de 2015, em Brasília, e contou com a participação de todos os coordenadores de área da CAPES. O encontro teve como finalidade obter uma “fotografia” de cada área de avaliação, com base no biênio 2013-2014, além de orientar os programas para o biênio 2015-2016. A PROPP disponibilizou recursos para os coordenadores dos programas de pós-graduação participarem do evento.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						Alinhamento PPA/LOA
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Atingir o contingente de bolsas do programa de Residência Médica.	130	129	O contingente de bolsas do programa de Residência Médica foi muito próximo à meta estipulada. As 129 bolsas pertencem ao Programa de Residência Médica.	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas do programa de Residência Multiprofissional	95	108	A meta para bolsas de Residência Profissional e Multiprofissional foi superada em cerca de 13%. Para a Residência Multiprofissional foram distribuídas 36 bolsas no HUMAP/EBSERH e 25 bolsas na FAMED. Para a Residência Profissional foram distribuídas 6 bolsas na FAODO, 12 bolsas no CCBS e 29 bolsas na FAMEZ.	2032	20RK
	Promover eventos para discussão, aprimoramento e consolidação dos programas de pós-graduação.	1	1	Evento realizado no auditório da FAODO em 16 de outubro de 2015 que contou com a participação dos coordenadores e secretários dos Programas de Pós-Graduação. Tal encontro apresentou melhores práticas para o preenchimento da Plataforma Sucupira, visando um aperfeiçoamento do envio dos dados para avaliação da CAPES. Também houve uma discussão sobre alterações e melhorias nas Normas para Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> da UFMS.	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas para Iniciação Científica no âmbito do PIBIC.	336	359	A meta para bolsas de Iniciação Científica no âmbito do PIBIC foi superada em cerca de 7%, estimulando a integração de alunos de graduação com a pesquisa científica. As unidades que tiveram maior quantidade de bolsas disponibilizadas foram o CCBS (69 bolsas) e CCHS (60 bolsas).	2032	20RK
	Atingir o contingente de bolsas para Iniciação Científica no âmbito do PIBIT.	14	18	A meta para bolsas de Iniciação Científica no âmbito do PIBIT foi superada em 28%, estimulando a integração de alunos de graduação com a pesquisa científica. As unidades que utilizaram bolsas PIBIT foram: CPCS, CPNV, CCBS, CCHS, FACOM, FAENG, INFI, INQUI.	2032	20RK
	Atingir o contingente de participações voluntárias ⁷ na Iniciação Científica.	60	164	A participação voluntária na Iniciação científica foi 173% maior do que o previsto para 2015, indicando um crescente interesse dos alunos de graduação pela pesquisa científica.	2032	20RK
	Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2, em bases nacionais e internacionais.	5%	-	As informações não foram consolidadas no Siadoc até o momento de conclusão deste Relatório.	2032	20RK
	Realizar eventos científico-tecnológicos realizados na UFMS.	2	3	Em 2015 foram realizados os seguintes eventos: - XVI Encontro de Iniciação Científica (de 24 a 25/11/2015 no Complexo Multiuso/UFMS); 1ª Feira de Soluções Inovadoras (11/06/2015 no Complexo Multiuso/UFMS) e 2ª Feira de Soluções Inovadoras (de 24 a 25/11/2015 no Complexo Multiuso/UFMS). A Feira de Soluções Inovadoras é um evento promovido pela UFMS e SEBRAE no âmbito do projeto “Educação empreendedora na UFMS” que permitiu que alunos de graduação apresentassem soluções inovadoras na forma de novos processos, produtos e modelos de negócio.	2032	20RK

Continua

⁷ As apropriações da participação voluntária dos acadêmicos na iniciação científica foram colocadas em breve perspectiva no Relatório de Avaliação do PDI 2010-2014, ano base 2013, página 52.

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Celebrar novos contratos de parceria, cooperação, transferência ou licenciamento de tecnologia com empresas ou organizações públicas.	18	10	Foram assinados 2 contratos de parceria com instituições, sendo 1 pública e 1 privada; e 8 convênios de parcerias com instituições, sendo 2 internacionais e 6 nacionais, que inclui 1 afastamento de servidor para realização de pesquisa em outra instituição pública (Lei nº 10.973). Frente ao cenário de cortes orçamentários ocorrido em 2015, houve uma redução das interações previstas para o período, dada a redução de investimentos de eventuais parceiros públicos ou privados em projetos de ciência, tecnologia e inovação.	2032	20RK
	Elevar a quantidade de empresas graduadas no âmbito da PIME.	2	1	Em 2015 foi graduada a empresa Asantee Games. Em análise do diagnóstico das empresas incubadas percebeu-se que seria prematuro graduar qualquer uma delas naquele momento, tendo em vista a situação econômica do país e o fato de, consequentemente, não estarem preparadas para o mercado. A ação não ocasionou prejuízos a novas entradas já que houve solicitação de desligamento de empresas incubadas.	2032	20RK
	Elevar a quantidade de empresas juniores.	1	3	As empresas juniores são categorizadas como associações civis, sem fins lucrativos e com finalidade educacional e de interesse comunitário. Assim, a sua constituição e as suas decisões são tomadas por assembleia geral e diretoria, obrigatoriamente e exclusivamente formada por alunos de graduação filiados à associação na forma de voluntariado. Em 2015 foram fundadas 3 empresas juniores: Apetite (vinculada ao curso de Nutrição), Múltipla Jr. (vinculada ao curso de Engenharia de Produção) e EngeFour Jr (vinculada aos cursos de Engenharia de Computação, Ambiental, Civil e Elétrica), todas no Câmpus de Campo Grande. Assim o número total de empresas juniores formalmente constituídas foi elevado para 8.	2032	20RK
	Atingir o contingente de pedidos para registro patenteado e registros de softwares.	5	18	O contingente de pedidos para registro patenteado e registros de softwares foi alcançado. Em 2015 foram depositados 11 pedidos de patentes e 7 pedidos de registro de Programa de Computador, todos no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI.	2032	20RK
	Atingir o contingente de docentes, com propostas de trabalho, participantes em eventos acadêmicos e científicos tecnológico.	61	20	A meta não foi alcançada frente ao cenário de cortes orçamentários verificado em 2015. Desta forma, apenas 20 pesquisadores docentes, todos vinculados a programas de pós-graduação, tiveram sua participação em eventos apoiada pelos respectivos programas. Cumpre destacar que 41 estudantes de pós-graduação também foram apoiados pelos programas.	2032	20RK
	Atingir o contingente de projetos de pesquisa apoiados com fomento interno.	257	591	Foram apoiados 591 projetos de pesquisa com fomento interno em andamento no ano de 2015, 130% a mais do que o previsto. Destes projetos, 145 tiveram início no ano de 2015.	2032	20RK
	Elevar os projetos de pesquisa apoiados com fomento externo.	41%	- 11%	Em 2015 foram apoiados 207 projetos, 11% a menos que o ano anterior (232 projetos em 2014). Essa diminuição é reflexo dos cortes financeiros das agências oficiais do governo federal, o que dificultou o crescimento das pesquisas com fomento externo. Frente à diminuição observada, a UFMS adquiriu licença para uso do Sistema FINCIAR, mecanismo pelo qual os pesquisadores da UFMS receberão por e-mail informações sobre editais abertos no Brasil e no exterior em sua respectiva área de atuação.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 1 - EXPANSÃO QUANTITATIVA DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO						Alinhamento PPA/LOA
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Programa	Ação
Prover a Expansão Quantitativa da Pós-graduação	Conceber prêmios de mérito em empreendedorismo inovador no âmbito da UFMS.	15	38	As Feiras de Soluções Inovadoras da UFMS foram realizadas em 11/06/2015 e 24 a 25/11/2015 e fazem parte do projeto aprovado em Edital de chamada pública SEBRAE – UCE nº001/2013 Educação Empreendedora nas Instituições de Ensino Superior – “Educação Empreendedora na UFMS”. Na 1ª Feira de Soluções Inovadoras da UFMS os premiados foram: 1º Lugar equipe QFome com 6 participantes, 2º Lugar equipe T2J Soluções com 3 participantes, 3º Lugar equipe Melcake com 6 participantes e Prêmio Destaque equipe Pão Furnas com 3 participantes. Na 2ª Feira de Soluções Inovadoras da UFMS os premiados foram: 1º Lugar equipe LearnDots com 4 participantes, 2º Lugar equipe Sabor do Mato com 6 participantes, 3º Lugar equipe Click Aula com 6 participantes e Prêmio Destaque equipe LearnDots com 4 participantes. Assim, ao todo foram concebidos 38 prêmios de mérito em empreendedorismo inovador no âmbito da UFMS	2032	20RK
	Atingir o contingente de grupos de pesquisa.	353	388	Foi alcançado o contingente de 388 grupos de pesquisa, sendo que em 2015 foram criados 34 grupos. A quantidade de grupos criados em 2015 foi cerca de 10% maior do que o previsto. O Câmpus do Pantanal foi a unidade com mais grupos de pesquisa criados em 2015 (9 grupos).	2032	20RK
	Elevar a quantidade de projetos no âmbito da Base de Estudos do Pantanal.	3%	14%	Em 2015 um total de 48 projetos no âmbito da Base de Estudos do Pantanal estavam em andamento, sendo 6 projetos a mais que em 2014. Dos projetos em andamento em 2015, 20 são referentes à Pesquisa, 11 a Teses de Doutorado, 12 a Dissertações de Mestrado e 5 são projetos de extensão.	2032	20RK
	Elevar a visitação ao Museu de Arqueologia da UFMS, através da realização de exposições itinerantes e dinâmicas de educação patrimonial nos municípios e para alunos da educação básica.	364	1127	A equipe do MuArq desenvolveu atividades de Educação Patrimonial junto a alunos de ensino médio e fundamental de Escolas Municipais e Estaduais de Paranaíba, Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Anaurilândia, Batayporã, Costa Rica, Cassilândia, Paraiso das Águas, Chapadão do Sul, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Corumbá, Campo Grande, Sidrolândia, Pedro Gomes, Caracol. O crescente número de visitantes revela a importância do Museu de Arqueologia da UFMS, que recebeu destaque na 13ª Semana Nacional de Museus, realizada entre 17 e 19 de maio de 2015 pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul, e que teve como tema “Sistema Estadual de Museus e Sustentabilidade”.	2032	20RK
	Incentivar a inserção institucional em âmbito internacional, por meio de títulos publicados pela editora da UFMS em regime de co-autoria com pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras.	1	0	No ano de 2015 não houve publicação pela editora UFMS em regime de co-autoria com pesquisadores vinculados a instituições estrangeiras, sendo que espera-se alcançar o resultado acumulado das metas de 2015 e 2016 neste último ano.	2032	20RK
	Elevar a publicação de livros, revistas científicas e de material didático oriundos de trabalhos de pesquisa, de programas de pós-graduação e projetos de extensão cultural no âmbito da UFMS.	5%	- 22%	Foi observada uma queda de 22% nas publicações. Em 2014 houve um total de 46 publicações, sendo 34 livros e 12 revistas. Em 2015 o total de publicações foi 36, sendo 29 livros e 07 revistas. Frente ao crescente uso das tecnologias de informação e comunicação, foram gradualmente reduzidos em 2015 o número de volumes impressos pela editora, tanto livros quanto revistas.	2032	20RK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o alcance do acompanhamento de acadêmicos atendidos pela Assistência Acadêmica.	4%	9%	<p>No ano de 2014, dos 2.272 acadêmicos beneficiários das ações Bolsa Permanência e Auxílio Alimentação, 734 foram convocados para o acompanhamento, por não atingir o desempenho acadêmico exigido para permanecer na Ação, qual seja de 70% para a Bolsa Permanência e de 50% para o Auxílio Alimentação. Para permanecer na Ação, o acadêmico deve obter aprovação em, no mínimo, setenta por cento das disciplinas matriculadas durante a vigência do benefício, no caso da Bolsa Permanência, e 50% de aprovação das disciplinas matriculadas, no caso do Auxílio Alimentação. Dos 734 alunos convocados para o acompanhamento 620 compareceram a entrevista e iniciaram o acompanhamento, significando um percentual de 84% de discentes acompanhados em relação ao número de discentes convocados.</p> <p>No ano de 2015, dos 2.611 alunos contemplados com as Ações Bolsa Permanência e Auxílio Alimentação, 390 acadêmicos foram convocados para o acompanhamento e, destes, 358 foram acompanhados, o que significou um percentual de 92% em relação aos convocados. Elevamos para 8% o alcance aos acadêmicos que necessitavam ser acompanhados com relação ao ano de 2014 (4%), o que significou o dobro do alcance previsto. Porém, cabe pontuar que alguns fatores contribuíram para o resultado: a greve ocorrida nas IFES no ano de 2015 impediu a ocorrência de novos processos seletivos, o que reduziu o número de alunos beneficiários, automaticamente, diminuiu o número de alunos a serem acompanhados, podendo ser realizado de forma satisfatória mesmo com uma equipe de trabalho reduzida. Outro fator é que, com a greve, somente os alunos da Ação Bolsa Permanência e Auxílio Alimentação puderam ser acompanhados, pois essas ações não foram descontinuadas, o que não ocorreu com as demais Ações. Para o próximo ano o acompanhamento deve se estender para outras ações, a exemplo do IPEV, Suporte Instrumental Kit, Reserva de Vagas, entre outras. Sendo assim, é possível que no ano de 2016 a porcentagem do alcance diminua, pois com a ampliação do acompanhamento para outras ações e o aumento do número de bolsistas em razão de novos processos seletivos, o número de alunos que demandará acompanhamento aumentará significativamente.</p>	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o número de acadêmicos beneficiados com ações de moradia.	50	0	A PREAE planejou para o ano de 2015 o redimensionamento de todas as suas ações, entre elas, o desmembramento da Ação Bolsa Permanência que atualmente destina-se a atender as despesas com moradia, transporte e permanência (despesas de pequeno vulto, a exemplo de Xerox, aquisição de apostilas, livros, etc.). Com o desmembramento da Ação Bolsa Permanência, outras ações seriam criadas, a exemplo de ações de apoio à moradia. No entanto, com a extensa greve ocorrida nas IFES no ano de 2015, não foi possível realizar o redimensionamento, consequentemente, o desmembramento da Ação Bolsa Permanência como previsto, o que prejudicou o alcance da meta proposta.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos beneficiados com ações de transporte.	200	0	A PREAE planejou para o ano de 2015 o redimensionamento de todas as suas ações, entre elas, o desmembramento da Ação Bolsa Permanência que atualmente destina-se a atender as despesas com moradia, transporte e permanência (despesas de pequeno vulto, a exemplo de Xerox, aquisição de apostilas, livros, etc.). Com o desmembramento da Ação Bolsa Permanência, outras ações seriam criadas, a exemplo de ações de transporte. No entanto, com a extensa greve ocorrida nas IFES no ano de 2015, não foi possível realizar o redimensionamento, consequentemente, o desmembramento da Ação Bolsa Permanência como previsto, o que prejudicou o alcance da meta proposta. No entanto, cabe pontuar que na Cidade Universitária, Câmpus do Pantanal e Câmpus de Três Lagoas, há o oferecimento do Passe do Estudante, que é um benefício concedido pela Prefeitura Municipal dos referidos municípios, atendendo em média, 4.500, 1.800 e 1300 acadêmicos, respectivamente.	2032	4002
	Elevar o alcance da Ação Apoio à Permanência.	2%	0%	No ano de 2014, 3.306 acadêmicos demandaram a Ação de Assistência Estudantil “Bolsa Permanência”, sendo: 919 acadêmicos que participaram do Processo de Renovação, 1.712 que participaram do 1º Processo Seletivo e 675 acadêmicos que participaram do 2º Processo Seletivo. Do total de 3.306 alunos solicitantes, 1.932 foram contemplados com a Ação, significando um alcance de 58% no número de acadêmicos atendidos em relação a demanda. No ano de 2015, 1.330 alunos tiveram seus benefícios (Bolsa Permanência) renovados. Porém, em razão da extensa greve ocorrida nas IFES, bem como do envio tardio do orçamento, não foi possível a realização dos Processos Seletivos 1 e 2, ocorrendo apenas o Processo de Renovação da Ação. Dessa forma, justificamos que em razão da ausência do número da demanda oriunda dos dois processos seletivos de 2015, ficamos impossibilitados de mensurar o aumento do alcance da Ação, uma vez que não há número de demanda, tampouco de atendidos em novos processos seletivos.	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o alcance da Ação Apoio à Alimentação.	2%	-12%	Considerando que alimentar-se é um direito básico, consideramos como demanda da Ação Alimentação todos os alunos ativos na Instituição. No ano de 2014, a demanda para esta Ação totalizou 14.393 acadêmicos de graduação presencial matriculados. Foram atendidos 8.435 acadêmicos, sendo 6296 na modalidade Restaurante Universitário e 2.139 na modalidade Auxílio Alimentação, atingindo um percentual de 58% no alcance em relação à demanda. Em 2015, a demanda apresentada foi de 14.696 acadêmicos ativos, sendo atendidos 6.247 na modalidade RU e 1.330 na modalidade Auxílio Alimentação, totalizando 7.577 acadêmicos atendidos, o que representa um alcance de 51% em relação à demanda.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de auxílio emergencial	43	449	O Auxílio Emergencial é uma Ação aprovada no ano de 2014 e destina-se, prioritariamente, aos acadêmicos do primeiro semestre dos cursos de graduação, presenciais, moradores de cidade diferente da localização do Câmpus correspondente ao seu curso, com incapacidade de suprir as necessidades básicas, prioritariamente nos aspectos de moradia e alimentação. No ano de 2015 atendemos 449 acadêmicos por meio da Ação Auxílio Emergencial, o que corresponde a aproximadamente 200% a mais que a meta estabelecida. Justificamos que esse evento ocorreu devido a ausência dos Processos Seletivos no ano de 2015, em função da greve, o que causou uma migração dos acadêmicos em vulnerabilidade para a Ação Auxílio Emergencial. Esclarecemos que o número referente a Ação Auxílio Emergencial constante do Simec 2015 (144), trata-se de quantidade de benefícios, enquanto que o número constante deste relatório (449) é de números de beneficiados.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de apoio pedagógico.	40	120	Em 2015 conseguimos atender 120 alunos a mais que em 2014. O número de acadêmicos atendidos pelo programa Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) foi de 201 (108 apresentaram trabalhos e 93 participaram na condição de ouvinte); pelo Suporte Instrumental KIT – 204 acadêmicos dos cursos de graduação: Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Arquitetura, Artes Visuais, Música, Física, Medicina e Odontologia, Nutrição e Sistema da Informação; pela Orientação Profissional/CPPP – 49 alunos foram atendidos em uma Ação de orientação profissional no Câmpus de Ponta Porã; pelos Projetos de Ensino – 106 alunos foram atendidos por projetos de ensino nos seguintes cursos: nutrição, fisioterapia, odontologia, música e física. A priori esses projetos foram articulados para acontecer na Cidade Universitária, porém pretende-se que a ação seja extensiva a todos os Câmpus. Não houve oferecimento de cursos de informática, porém houve registro de 17.978 utilizações dos laboratórios de informática instalados em todos os Câmpus e na Cidade Universitária. Torna-se necessário destacar que a ação Apoio Pedagógico, é desenvolvida em diversas modalidades, a exemplo de projetos de ensino, aquisição de materiais e/ou equipamentos, incentivo a participação em eventos, locação de transporte para participação em eventos científicos, entre outros.	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Assistência Estudantil	Elevar o número de acadêmicos atendidos nas ações de saúde.	39	4	Foram atendidos na Ação de Saúde um total de 396 acadêmicos, sendo: encaminhamentos médicos: 11; atendimento odontológico: 35; atendimento psicológico: 244; projetos de ensino: 106; Não foi possível elevarmos em 39 o número de alunos beneficiados com relação ao ano de 2014 e, associamos o fato em função da extensa greve nas IFES no ano de 2014, o que levou a ausência dos alunos por vários meses. Ainda assim, Consideramos como positivo o resultado, uma vez que o número de atendidos, mesmo com a greve, ainda é superior ao ano de 2014.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos com necessidades educacionais especiais beneficiados pelas ações de Acessibilidade.	13	9	Meta realizada parcialmente. Através do apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação/NTI é possível verificar o quantitativo de alunos com deficiência que ingressam na Cidade Universitária e nos Câmpus. Atualmente (2015) temos registro de 221 alunos que declararam apresentar algum tipo de deficiência. A Preae, por meio da DIAF/CAE, oferece orientação aos acadêmicos com deficiência, aos coordenadores, professores, bolsistas e familiares. Foi elaborado documento de orientação aos envolvidos no processo de ensino aprendizagem dos alunos, informando como deve ser trabalhados os conteúdos em aulas e como os pais podem facilitar para a aprendizagem desses alunos. A Diaf, no ano de 2015, também somou esforços no sentido da institucionalização do Núcleo de Acessibilidade, conforme orientado pelo Ministério da Educação e legislação concernente ao assunto.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos ingressantes por reserva de vaga beneficiados pelas ações de Acompanhamento Acadêmico.	24	468	No ano de 2014, 1064 acadêmicos ingressaram na Instituição por meio de reserva de vagas (Lei 12.711/2012), já no ano de 2015, a instituição recebeu 1.532 acadêmicos que ingressantes por meio de reserva de vagas.	2032	4002
	Aprimorar as plataformas de dados discentes (Perfil Acadêmico).	1	1	Foi aprimorado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação, em uma gestão da Coordenadoria de Assuntos Estudantis/CAE, uma das plataformas de dados discente, no caso, a plataforma de Seleção para as Ações de Assistência Estudantil.	2032	4002
	Elevar o número de acadêmicos beneficiados pelas ações de cultura e desporto.	255	287	Destacamos o Projeto Mais Cultura, que executou mais de uma centena de eventos nas áreas de teatro, música, dança e literatura na capital e nos câmpus, beneficiando aproximadamente 800 acadêmicos a mais em relação a 2014. Outros projetos de dança e de música - como Movimento Concerto e Banda sinfônica da UFMS - realizaram atividades no campo do ensino artístico e da performance. Além disso, o Teatro Glauco Rocha foi utilizado durante 2015 para uma centena de ações culturais atendendo acadêmicos e a comunidade em geral. Na área de Desporto foram oferecidas diversas atividades gratuitas de desporto bem como oferecimento de Bolsas para as seguintes áreas: Aikidô, Judô, Kung Fu, Jiu-Jitsu, Handebol, Tênis de Quadra, Natação, Hidroginástica, Voleibol, Taekwondo; Treinamento Funcional; Bolsa Atleta; Karatê; Natação; Atletismo.	2032	4002

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Extensão Universitária	Constituir Programas de Extensão Universitária.	10	7	A UFMS teve 4 Programas aprovadas e executados em 2015 com recursos orçamentários da SESU/MEC/PROEXT, sendo (1 na área de Direitos Humanos, 1 na área de Tecnologia, 1 na Área de Comunicação e 1 na área de Meio Ambiente). Também foram selecionados 3 Programas no Edital de Programas da UFMS	2032	20GK
	Promover ações de extensão na forma de redes e parcerias para intercâmbio de conhecimento, mobilização de recursos e desenvolvimento sustentável.	55	62	Em 2015 foram realizadas ações de extensão na forma de redes e parcerias através da celebração de termos de cooperação e convênios da UFMS com 5 municípios de MS para a realização de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária envolvendo as prefeituras destes municípios, 14 assentamentos e suas respectivas associações, 2 cooperativas de produtores rurais, além de parcerias com a Agrae, Fio Cruz, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, MDA e FUNTRAB. Foram realizadas ações de extensão em rede voltadas ao fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE), do Governo Federal, envolvendo 41 escolas municipais, 15 escolas estaduais e 2 escolas indígenas, além de 3 ONGs e as Secretarias municipais de Campo Grande SEMED e SESAU e a Secretaria Estadual de Educação – SED. Também foram realizadas ações voltadas à capacitação de 3 mil professores da rede pública de Educação na temática Prevenção ao Uso de Drogas, envolvendo as parcerias com a UNDIME, MEC, SED e SEMED dos 79 municípios de MS, além do CRR-UEMS e FIOCRUZ-MS. Desta forma foram realizadas 62 ações, envolvendo 177 instituições parceiras, formando três grandes redes de atuação para intercâmbio de conhecimento, mobilização de recursos e desenvolvimento comunitários sustentável.	2032	20GK
	Elevar a oferta de bolsas de extensão com fomento externo.	8	53	Com fomento externo foi possível o financiamento de 192 Bolsas, sendo 99 com Edital EXT/2015 e 93 com Edital PROEXT/2015. Aumento significativo nas Bolsas de Extensão se deve ao recurso proveniente do PROEXT/SESU/MEC.	2032	20GK
	Elevar a oferta de bolsas de extensão com fomento interno.	10	-104	Meta não atingida ; com fomento interno foi possível o financiamento de um total de 99 Bolsas de Extensão do Edital PAEXT/2015, contingente menor que o de 2014 (203 bolsas).	2032	20GK 8282
	Elevar a quantidade ações extensionistas com fomento externo.	5%	21%	No decorrer do ano de 2015, foram executadas 30 Ações com financiamento externo e 10 Ações custeadas por arrecadação via GRU.	2032	20GK
	Atingir o contingente de ações extensionistas com fomento interno.	120	52	O contingenciamento orçamentário deste ano de 2015 teve um impacto extremamente negativo no que diz respeito ao financiamento das ações de extensão na UFMS, sendo possível financiar apenas 52 ações com fomento interno.	2032	20GK

Continua

Continuação

DIRETRIZ 2 - CONSOLIDAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Extensão Universitária	Ofertar cursos de extensão na modalidade EaD.	10	7	Foram realizadas 7 ações de Extensão na modalidade EAD que capacitaram cerca de 10 mil professores da Rede Pública e demais profissionais no MS. A meta foi alcançada em 70% da proposta inicial; contudo a PREAE ainda está implementando novas estratégias para fomentar cursos de extensão na modalidade EAD.	2032 2030	20GK 20RJ

DIRETRIZ 3 - INSERÇÃO INTERINSTITUCIONAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Atingir o contingente de vagas ⁸ proposto para a mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional.	111	111	Manteve-se a destinação de uma vaga para cada curso.	2032	20RK 8282
	Elevar a oferta de bolsas ⁹ dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito nacional.	2	0	No caso de mobilidade estudantil nacional, o número se manteve em 10 bolsas anuais., assim, não houve aumento na oferta de bolsas.	2032	20RK 8282
	Atingir o contingente de vagas para mobilidade estudantil internacional	60	165	UFMS em mobilidade para o exterior: 5 pelo Programa Santander Luso-Brasileiras – Portugal; 1 pelo Ibrasil – Espanha (sendo iniciado em 2014.2); 1 pelo Ibrasil – Grécia; 1 por mobilidade particular – Hungria; 1 pelo Ciência sem Fronteiras (CsF) iniciados em 2015.1; 39 pelo CsF iniciados em 2015.2; 16 terminando o período de mobilidade pelo CsF (iniciado em 2014.1); 99 terminando o período de mobilidade pelo CsF (iniciado em 2014.2); 1 professora em pós-graduação pelo EBWplus – Portugal; e 1 aluna em pós-graduação sanduíche pelo EBWplus – Portugal.	2032	20RK 8282
	Elevar a oferta de bolsas dos programas de mobilidade estudantil e docente em âmbito internacional.	100	86	Ofertas: 2 alunos em graduação pelo programa IBrasil – Grécia; 53 vagas ofertadas para o Pec-G, sendo 4 novos em 2015; 16 pós-graduandos, sendo 5 novos em 2015 (Moçambique, México, Colômbia, Estados Unidos, Taiwan, Paraguai, Equador, Quênia, São Tomé e Príncipe); 13 alunos da Universidade de Washington; e 2 professoras da Universidade de Washington.	2032	20RK 8282
	Estabelecer novos acordos de cooperação, convênios e/ou parcerias com universidades ou centros de pesquisa em âmbito internacional, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	15	25	Pelo Ciência sem Fronteiras, 11 acordos (Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália e Japão); Programa Santander Luso-brasileiras 2 acordos; pelo Programa Erasmus Mundus EBW+ 2 acordos; pelo programa Erasmus MundusIbrasil 2 acordos e 8 Protocolos de Intenções firmados com Espanha, Portugal, França, Chile, Bolívia, Estados Unidos.	2032	20RK 8282

Continua

⁸ O termo Vaga corresponde à disponibilidade de vagas ofertadas a alunos e professores de outras instituições de ensino, nacionais ou internacionais, para a mobilidade na UFMS.

⁹ O termo Bolsista corresponde a alunos e professores da UFMS beneficiados com bolsas para a mobilidade em instituições de ensino nacionais ou internacionais.

Continuação

DIRETRIZ 3 - INSERÇÃO INTERINSTITUCIONAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Fortalecer a Inserção Interinstitucional	Oferecer curso de língua portuguesa aos alunos estrangeiros em mobilidade estudantil na UFMS.	1	0	Projeto sendo desenvolvido pelo Programa Idiomas sem Fronteiras.	2032	20RK 8282
	Realizar ações que visem divulgar as opções para a mobilidade estudantil disponíveis na instituição.	5	10	Implementação do Projeto de tradução das páginas da UFMS; Divulgação à comunidade acadêmica via site UFMS, Blog Relações Internacionais e SISCAD; Participação de reuniões com universidades europeias parceiras de projetos estabelecidos; Palestras para alunos estrangeiros na UFMS; Reunião com corpo consular americano sobre intercâmbios; Missão do Coordenador Preg - Capes com programa de intercâmbio ibero-americano no Uruguai; Missão da Reitora para visita e assinatura de convênio com universidade francesa; Missão do Vice-Reitor para visita e assinatura de convênio com universidades portuguesas; Missão do Vice-Reitor para visita e assinatura de convênios com universidades espanholas; Participação do Projeto Idioma sem Fronteiras.	2032	20RK 8282
	Estabelecer ações de inserção da UFMS em diversos eixos geográficos nacionais e internacionais	4	4	Manutenção das parcerias com o Grupo de Coimbra e a AULP; Lançamento da segunda e terceira chamadas de candidaturas dos projetos EBW plus e Ibrasil, respectivamente.	2032	20RK 8284

DIRETRIZ 4 - APROPRIAÇÃO ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Alinhar a Comunicação Social ao Planejamento Estratégico institucional	Instituir Equipes de Comunicação Social nos Câmpus.	1	0	Não foi possível concretizar a meta uma vez que a instalação de profissionais do campo da Comunicação nos demais câmpus da Instituição, assim como para a Cidade Universitária, depende de liberação de códigos de vagas por parte do Ministério da Educação. A intenção da Coordenadoria de Comunicação Social é manter a solicitação junto ao órgão competente para que as equipes sejam efetivamente constituídas no mais breve decorrer de tempo.	2032	20RK
	Prover a adaptação dos vídeos institucionais ao público PNE.	1	0	A meta não foi concretizada por conta da necessidade de um profissional específico da área de LIBRAS na equipe da Coordenadoria, para a tradução e regravação dos vídeos. A Coordenadoria de Comunicação Social pretende manter a solicitação junto ao órgão responsável para que a meta seja cumprida.	2032	20RK
	Reformular o <i>lay-out</i> do site institucional.	1	1	A meta foi cumprida, o novo layout do site já está pronto, aguardando apenas aprovação da Reitoria para ser colocado no ar. O site inclusive apresenta características referentes ao atendimento do público PNE.	2032	20RK

DIRETRIZ 5 - POTENCIALIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Proporcionar à instituição uma força de trabalho capacitada e motivada	Realizar, em três etapas, o dimensionamento da força de trabalho do quadro docente e técnico-administrativo.	1	3	Criação de grupo de trabalho para Configurar o banco de talentos humanos da instituição; Constituição de Comissão para proceder o Estudo e Dimensionamento da Força de Trabalho, e propor critérios e normatização (IS 534/2015); Definição da metodologia a ser utilizada (baseada na utilizada pela UFRJ); Tabulação parcial de dados coletados.	2019	4572
	Implementar programa de capacitação de sucessores.	1	2	Em 2015 foram oferecidos pela Divisão de Educação Continuada 2 treinamentos visando à capacitação de sucessores, ambos com a participação de 25 servidores cada, são eles: Gestão de Riscos nos Setor Público e Gestão de Pessoas no Serviço Público, também foi incluído no Plano Anual de Capacitação para 2016 os cursos de: Formação de Gestores Públicos; Gestão Orçamentária e Gestão Estratégica de Pessoas, também voltados para a capacitação de sucessores	2019	4572
	Desenvolver uma política para a qualificação dos técnicos administrativos, junto à CPPTA, alinhada ao planejamento estratégico institucional.	1	1	Em reunião do Conselho Diretor ocorrida em dezembro de 2015, foi aprovado a criação do Comitê Permanente de Gestão de Pessoas que visa: I – propor à Administração Superior a Política de Gestão de Pessoas da UFMS, a ser aprovada pelo Conselho Universitário; II – revisar, com periodicidade máxima de dois anos, a Política de Gestão de Pessoas da UFMS; III – acompanhar a implementação da Política de Gestão de Pessoas da UFMS; IV – constituir grupos técnicos, sempre que assuntos de natureza específica, levados a CPGP/UFMS, revistam-se de interesse, importância ou de grande complexidade, exigindo pesquisas, análise e detalhamentos necessários para subsidiar decisão ou encaminhamento; e V- auxiliar, sempre que necessário a Administração Superior da UFMS e demais unidades estratégicas nas decisões relativas à área de pessoal;	2019	4572
	Atingir o quantitativo de docentes e técnicos administrativos beneficiados pelas ações de capacitação.	450	430	No ano de 2015 foram capacitados 430 servidores, sendo que 12 participaram de eventos externos, tais como congressos e simpósios, 198 de treinamentos de curta duração (até 40 horas) e 220 de cursos de capacitação, (acima de 40 horas)	2019	4572
	Desenvolver ações que promovam a qualidade de vida no trabalho.	5	5	Foram desenvolvidos os seguintes projetos: 1 - Aposentadoria: Preparando para aposentadoria e visitas a aposentados pro invalidez (30 visitas); 2 - Hábitos e Atitudes: Acompanhamento de licenças médicas prolongadas, acompanhamento de dependentes químicos e avaliação de estágio probatório - servidores com avaliação abaixo da média (150 atendimentos) 3 - Compartilhando o mundo com a pessoa especial – oficinas e acompanhamentos a pessoas especiais – estagiários da APAE (20 visitas); 4- Cada dia crescendo mais : Acompanhamento de estagiário e Mirins: (30 visitas); 5 - Servidores com deficiência: admitidos e já efetivos : Acompanhamento de servidores admitidos na vaga de PCD e identificação dos servidores que se declararam com deficiência	2109 2004	4572 2004
	Atingir o contingente de vistorias nos ambientes sob condições de periculosidade e insalubridade.	180	200	Foram realizadas duzentas inspeções técnica ambiental.	2109	2004
	Dimensionar a amplitude das vistorias nos ambientes sob condições de periculosidade e insalubridade.	1	1	Nas 200 Inspeções Técnicas realizadas foram contempladas unidades em todos os campi do interior e mais a sede. Nas inspeções são verificados itens tais como: luminosidade, nível de ruído, ergonomia, presença de agentes ou substâncias nocivas à saúde, riscos de acidente de trabalho.	2109	2004
	Reducir o número de acidentes laborais.	8	18	Com a oferta dos cursos de capacitação, a aquisição de equipamentos de proteção coletivo e individual, a orientação quanto à utilização de equipamentos de proteção e à adequação de ambientes, conseguimos reduzir em dezoito o número de acidentes em relação a 2014.	2109	2004

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Prover a construção de obras de acordo com a viabilidade orçamentária.	15	11	Foram licitadas 05 novas obras para o ano de 2015 e 06 obras em andamento receberam recursos para a sua execução.	2032	20RK 8282 4002
	Prover as revitalizações dos espaços internos demandadas pelas unidades acadêmicas e administrativas, de acordo com a viabilidade orçamentária.	10%	30%	Foram realizadas as adequações do laboratório de Prática de Ensino de Biologia (CCBS); manutenção predial na piscina da Clínica Escola Integrada (CCBS); revitalização do Laboratório Patologia; manutenção predial ESAN; revitalização prédio DCH – jornalismo; revitalização do Auditório FAMEZ; adequação da rede elétrica do laboratório de Farmacognosia; manutenção Predial na Unidades I e II do CPAQ; manutenção predial em Aquidauana; reforma da fiação elétrica da Unidade I – COAD; reforma da fiação elétrica da Unidade I – COAD; manutenção do Peitorial da Sala de Aula Unidade 2; manutenção Predial no Anfiteatro Prof. Salomão Baruki; manutenção predial no Anfiteatro Prof. Salomão Baruki – ADITIVO; manutenção predial Campus Corumbá – CPAN: revitalização e adequação da biblioteca e salas de aula da unidade II; revitalização e adequação da biblioteca e salas de aula da unidade II; revitalização e adequação da biblioteca e salas de aula da unidade II; manutenção Predial CPTL; manutenção predial campus Nova Andradina; manutenção predial – Coxim; manutenção predial CPPP; manutenção predial no CPPP; manutenção predial CPCS; manutenção Predial CPBO.	2032	20RK 20GK 20RJ 8282 4002
	Prover as revitalizações dos espaços externos demandadas pelas unidades acadêmicas e administrativas, de acordo com a viabilidade orçamentária.	10%	100%	As demandas foram todas atendidas: adequação da rede elétrica da rádio; reforma geral no telhado dos Laboratórios Didáticos da Física e do Prédio do Programa de Ensino de Ciências (Alteração das Prioridades através da CI n 34/2014 - Gab/INFI).	2032	20RK 20GK 20RJ 8282 4002

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Instalações Físicas e Patrimônio	Instituir o Plano de Gestão Ambiental e sua respectiva avaliação periódica.	1	1	O Plano de Gestão de Logística Sustentável satisfaz a meta, uma vez que a gestão ambiental está incorporada; quanto à avaliação, encontra-se em andamento.	2032	20RK 8282
	Desencadear as ações previstas no Plano de Gestão e Logística Sustentável.	10	10	Promoção de campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem. Revisão dos contratos de energia elétrica; Implantação do cadastramento das faturas para análise mensais do consumo de água; Divulgação das informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de eficiência oriundas da UFMS. Promoção de campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente. Promoção da campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus; Consolidar o uso de ilhas de impressão. Promoção da campanha de conscientização “Imprima só o necessário”. Promoção da campanha “O papel tem 2 lados”, afixando cartazes em todos os Câmpus. Promoção de campanha junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia.	2032	20RK 20GK 20RJ 8282 4002
	Prover a acessibilidade na sede e nos Câmpus conforme a viabilidade orçamentária e prioridades definidas	5	4	Rota de Acessibilidade - Setor 2 (etapa 1 fase 1); Rota de Acessibilidade - Setor 2 (etapa 1 fase 2; Rota de Acessibilidade -Setor 2 (etapa 1 fase 3); Rota de Acessibilidade - Setor 2 (etapa 2, 3 e 4).	2032	20RK 20GK 20RJ 8282 4002
	Conceber o sistema de banco de projetos e informações de obras, revitalizações internas e externas e acessibilidade conforme demanda das Unidades.	1	1	O banco de projetos foi concebido conforme solicitação da administração superior.	2032	20RK
	Instituir o Plano de Manutenção Preventiva para as instalações prediais e sua respectiva avaliação periódica.	1	0	O referido plano encontra-se na fase de estudos, não foi, portanto, instituído em 2015.	2032	20RK
	Instituir o Plano de Manutenção Preventiva para a frota veicular e sua respectiva avaliação periódica.	1	0	Plano em elaboração, assim o mesmo não foi finalizado em 2015.	2032	20RK
	Renovar a frota veicular para atender a demanda das unidades acadêmicas e administrativas.	5%	8,6%	No ano de 2015 foram adquiridos 12 veículos, sendo: 1 Ford Fusion; 1 Fiat Siena; 5 Micro-ônibus; e 5 Fiat Doblô. A frota foi ampliada de 140 para 152.	2032	20RK

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Revisar periodicamente os critérios de distribuição orçamentária.	1	1	As normas de distribuição orçamentárias são revisadas periodicamente. Além disso, todos os anos são reavaliadas as matrizes de distribuição de recursos orçamentários , com atualização dos indicadores e dos critérios que a compõem. A medida tem por objetivo propiciar maior assertividade à alocação orçamentária da UFMS.	2032	20RK
	Estabelecer o Plano Institucional de Financiamento Próprio	1	0	O Plano não foi instituído. No ano foram definidas as normas relativas à distribuição interna dos recursos próprios arrecadados.	2032	20RK
	Estabelecer o processo de autoavaliação institucional mediante aportes orçamentários.	1	1	O primeiro relatório parcial de autoavaliação institucional, referente ao ano de 2015, será elaborado levando-se em consideração apenas o eixo temático n.5 (Infraestrutura física), seguindo o que preconiza a nota técnica Inep/Daes/Coneas nº 065. A CPA/UFMS não recebeu recursos orçamentários para a condução de suas atividades.	2032	20RK
	Normatizar a operacionalização dos contratos.	1	1	Foi elaborado um fluxograma para padronização dos procedimentos adotado; houve definição dos processos para elaboração de manual de procedimentos a ser adotados para o ano de 2016.	2032	20RK
	Normatizar a operacionalização dos convênios.	1	1	Foi emitida a Instrução Normativa nº 01/2015-PROPLAN que estabelece a competência de Gestores e normatizava os formulários para o acompanhamento dos convênios. Tem sido objeto de inúmeras reiterações os pedidos dirigidos ao NTI/UFMS para readequar os módulos no Sistema SICON, com intuito de atender ao preconizado nos normativos legais vigentes.	2032	20RK
	Normatizar e estabelecer procedimentos para viabilizar a redução dos prazos envolvidos no processo de aquisição de bens e serviços, em todas as suas etapas constitutivas.	1	1	A unidade adotou os seguintes procedimentos operacionais para o atingimento da meta: - Adoção de lista de verificação da AGU nos processos de aquisições. Este procedimento possibilitou a redução de prazos de execução dos processos de licitação, bem como o número de tramitações dos processos, na medida em que há a verificação se consta do processo toda a documentação legalmente exigida, antes de submetê-lo à apreciação da Procuradoria Jurídica; - Utilização de modelos de editais da AGU; - Realização de levantamento de necessidades de aquisição junto às Unidades Setoriais visando o Registro de Preço (previsões para SRP), otimizando as compras através da consolidação das necessidades e reduzindo a quantidade de processos de aquisições instaurados; - Elaboração de Termo de Referência (TR) através de ação conjunta entre a unidade solicitante e a Divisão e Termo de Referência e Orçamentos (DITO/CGM), otimizando a fase de planejamento da aquisição; - Intensificação das ações de acompanhamento de entrega e cobrança de fornecedores com prazo de entrega inspirado (SEAC/DICO/CGM); - Otimização dos procedimentos de recebimento, incorporação e distribuição dos bens adquiridos; - Consolidação da implantação do sistema de compras da UFMS, facilitando o acompanhamento de todo o processo de compras pelas unidades solicitantes.	2032	20RK
	Elaborar manual contendo normas e procedimentos para a aquisição de bens e serviços.	1	1	Manual de Compras da UFMS elaborado. Será programado treinamento para todos os servidores das Unidades Setoriais responsáveis pelos pedidos de compras da unidade, bem como aos demais servidores interessados, para o primeiro semestre de 2016.	2032	20RK

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Conceber a avaliação dos resultados do PDI 2015-2019.	1	1	Foi concebida a avaliação dos resultados do PDI 2015-2019 referente ao ano de 2015; o Relatório de Avaliação será publicado logo que concluída a sua revisão.	2032	20RK
	Conceber a avaliação de resultados do PDTI 2012-2015.	1	1	Os resultados do PDTI 2012 e 2015 foram concebidos e estão sendo utilizados para o realinhamento do PDTI.	2032	20RK
	Implementar o realinhamento estratégico do PDTI.	2	0	O PDTI está em fase final de realinhamento. Foi constituída uma comissão para fazer tal realinhamento que contém membros de todas as Pró-reitorias.	2032	20RK
	Atingir a execução orçamentária ¹⁰ das ações orçamentárias previstas na LOA (Custeiros-CT).	97%	83%	A meta não foi atingida em função do contingenciamento (não liberação de limites) realizado pela SPO/MEC em 10% dos créditos orçamentários destinados à UFMS, porém, do limite orçamentário liberado, 92,30% foi empenhado.	2032	20RK
	Atingir a execução orçamentária das ações orçamentárias previstas na LOA (Materiais Permanentes-MP).	97%	40,62%	A meta não foi atingida em função do contingenciamento (não liberação de limites) realizado pela SPO/MEC em 50% dos créditos orçamentários destinados à UFMS, porém, do limite orçamentário liberado, quase a totalidade foi empenhada.	2032	20RK
	Atingir a execução orçamentária das ações orçamentárias previstas na LOA (Obras-OBr).	95%	66,40%	A meta não foi atingida em função do contingenciamento (não liberação de limites) realizado pela SPO/MEC em 50% dos créditos orçamentários destinados à UFMS e as alterações de créditos orçamentários ocorridas no exercício, porém, do limite orçamentário liberado, quase a totalidade foi empenhada.	2032	20RK
	Atingir a execução financeira ¹¹ das ações orçamentárias previstas na LOA (Custeiros-CT).	60%	88,17%	A execução financeira atingiu 88,17%, sendo liquidados R\$ 92.939.813,76 do total empenhado de R\$ 105.977.050,37 referente ao custeio.	2032	20RK
	Atingir a execução financeira das ações orçamentárias previstas na LOA (Materiais Permanentes-MP).	60%	9,95%	A execução financeira atingiu 9,95%, sendo liquidados R\$ 645.250,17 do total empenhado de R\$ 6.484.355,14.	2032	20RK
	Atingir a execução financeira das ações orçamentárias previstas na LOA (Obras-OBr).	10%	14,89%	A execução financeira atingiu 14,89%, sendo liquidados R\$ 1834.210,53 do total empenhado de R\$ 12.748.463,64	2032	4086

¹⁰ O termo “execução orçamentária” refere-se, no presente documento, o empenho dos créditos orçamentários em favor da UFMS. De acordo com o artigo 58 da Lei 4.320/1964, empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, consistindo assim uma reserva de dotação orçamentária para um fim específico, registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra ou amortização da dívida.

¹¹ O termo “execução financeira” refere-se, no presente documento, à liquidação das despesas empenhadas no exercício; normalmente a liquidação é processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (um material, serviço, bem ou obra). Segundo o artigo 63 da Lei 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Hospitalar	Atingir o contingente de internações eletivas/urgências	11.800	8.152	A meta foi alcançada parcialmente, pois encontram-se em reforma leitos e clínica cirúrgica.	2032	4086
	Atingir o contingente de consultas realizadas no Pronto Atendimento Médico e Maternidade	20.800	16.323	Embora 78% da meta foi alcançada; obteve-se um aumento de consultas de 18% em relação ao ano anterior (2014).	2032	4086
	Elaborar e aperfeiçoar o plano operativo anual e a contratação dos serviços (SUS) em conformidade com o planejamento interno do NHU	1	1	Está sendo renegociado o novo plano para 2016.	2032	4086
	Viabilizar plano voltado para a prevenção e o controle de doenças e agravos em conformidade com o perfil epidemiológico local e regional	1	-	Plano em elaboração	2032	4086
	Revitalizar gradativamente as unidades de atendimento médico-ambulatorial do NHU	1	-	Devido à limitação de recursos orçamentários, foram priorizados setores de assistência direta aos pacientes; contudo, há previsão para revitalizar as unidades médico-ambulatorial em 2016.	2032	4086

DIRETRIZ 6 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURAL						
Objetivo	Metas	QP	QR	Realizações da Unidade	Alinhamento PPA/LOA	
					Programa	Ação
Aperfeiçoar a Gestão Universitária: Procedimentos	Revitalizar as unidades de apoio administrativo	1	-	Em fase de implantação	2032	4086
	Buscar a ampliação do quadro de recursos humanos para o NHU, conforme proposta do REHUF	1.152	820	Foram convocados, via concurso, 820 servidores, sendo que 644 profissionais tomaram posse; 176 não assumiram a vaga e 25 solicitaram demissão após entrada em exercício.	2032	4086
	Reformar o espaço físico do Serviço de Nutrição e Dietética do NHU	1	-	Em fase de conclusão.	2032	4086
	Renovar gradativamente o parque de equipamentos médicos hospitalares do NHU	1	1	Foram renovados, em etapas, os equipamentos.	2032	4086
	Rever e propor a reestruturação organizacional do HU, conforme proposta apresentada no REUHF.	1	1	Realizada a reestruturação em 2015.	2032	4086
	Melhorar o sistema de comunicação visual do hospital	1	-	O sistema de comunicação visual do NHU está em fase de aprimoramento.	2032	4086
	Atingir o contingente de cirurgias geral/ginecológica (urgência eletiva).	3.850	3.465	Quase cem por cento da meta foi alcançada.	2032	4086
	Atingir o contingente de consultas ambulatoriais.	94.800	79.788	85% meta atingida.	2032	4086
	Realizar exames clínico-laboratoriais.	896.000	739.085	83% meta atingida.	2032	4086
	Integrar o Hospital Universitário ao Sistema de Regulação (SISREG) da Secretaria de Saúde – MS.	1	1	Meta alcançada.	2032	4086
	Desenvolver e/ou implementar, gradativamente, rotinas e sistemas de gerenciamento médico-hospitalares e laboratoriais, além de procedimentos de média e alta complexidade, urgência e emergência do NHU.	1	1	Meta alcançada.	2032	4086
	Atingir o contingente de leitos de UTI.	28	28	Meta alcançada.	2032	4086
	Proceder à revitalização gradativa das áreas/espacos destinadas às internações coletivas do NHU.	1	-	Iniciou-se um planejamento para a revitalização.	2032	4086
	Elaborar estudos e analisar a viabilidade de introdução de novas tecnologias em saúde	1	1	Os estudos estão sendo realizados.	2032	4086
	Ampliar gradativamente a estrutura física do Hospital Dia do NHU.	1	-	Não realizado	2032	4086
	Renovar gradativamente o parque de equipamentos médicos hospitalares do NHU.	1	1	Renovação está sendo efetivada gradativamente.	2032	4086
	Rever e propor a reestruturação organizacional do HU, conforme proposta apresentada no REUHF.	1	1	Reestruturação está sendo aprimorada em estudos específicos.	2032	4086

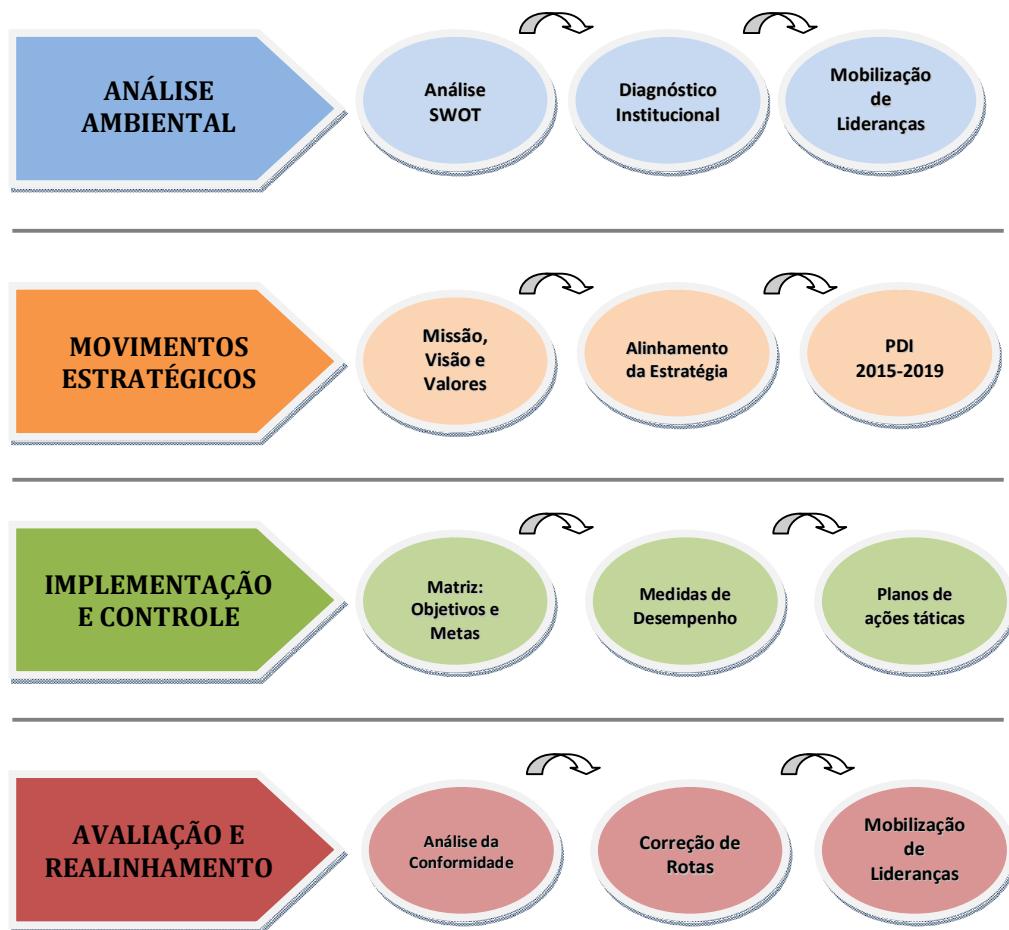
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A elaboração de planos estratégicos por si só é um grande desafio a qualquer organização, mas as de caráter público, têm que vencer obstáculos ainda maiores, os quais, não serão aqui tratados, embora o item 4.1 confira uma boa dimensão deles; de toda forma, perscrutar o futuro e traçar uma linha de ação predefinida para ele é apenas parte de uma tarefa complexa. Para uma organização alcançar medidas concretas que traduzam o planejamento estratégico, é necessário que ela se aproprie adequadamente dos seus ativos internos que lhe conferem vantagem competitiva no alcance dos seus propósitos, uma vez que para se formular a estratégia é necessário que a instituição olhe para fora e para implementá-la é necessário um olhar para dentro de si, ou seja, para as suas potencialidades e fragilidades.

A implementação da estratégia é, com efeito, a etapa mais laboriosa do planejamento estratégico; ela envolve um conjunto de operações que exigem um alto grau de vínculo organização/pessoas, aprendizagem coletiva, capacidade de lideranças não institucionalizadas, sistemas de recompensas, gestão de resultados, entre outros aspectos, para que os planos de ações não se transformem em mera cartilha de boas intenções. O planejamento estratégico sem uma implementação excelente não tem sentido, porque a organização que apenas declara uma estratégia não consegue atingir os resultados que busca; assim sendo, essa etapa por mais desafiadora que seja, não pode ser marginalizada sob o risco de colocar não apenas o futuro da organização em situação de perigo mas sobretudo de macular a credibilidade do planejamento em si.

O processo de implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 observou as diretrizes da literatura especializada e já consolidada no meio acadêmico e empresarial; contudo, utilizou de forma complementar produções de outras universidades que versavam sobre planejamento estratégico. A análise desses materiais foi essencial para formular as bases da sistemática de trabalho que envolveu todas as subetapas do processo de implementação do PDI. De posse de todas as informações possíveis e relevantes ao planejamento da UFMS, foi possível consolidar as demandas da comunidade universitária numa proposta estratégica bastante sólida; a abordagem que se conferiu na implementação do planejamento estratégico institucional valorizou a colaboração interfuncional de modo a criar um ambiente que favorecesse o intercâmbio de recursos, conhecimentos e responsabilidades, e, nesse sentido, pode-se afirmar que atualmente existe uma força-tarefa trabalhando para colocar a universidade em patamares ótimos no que diz respeito à gestão dos seus negócios.

Ciente de que a implementação do planejamento estratégico é um processo contínuo, a UFMS tem apoiado os setores, em todos os níveis, na consecução dos procedimentos operacionais, seja providenciado os recursos materiais e humanos, seja estabelecendo estrutura organizacional mais condizente com uma universidade que almeja consolidar uma cultura que valoriza a gestão por resultados. Com efeito, o esquema que daqui se segue tem o propósito de demonstrar a interatividade da metodologia adotada quando do estabelecido do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.



Fonte: adaptado de Macroplan (2001) e Luecke (2008).

O estágio presente da implementação do planejamento estratégico na UFMS consiste na etapa de avaliação do ano de 2015 no PDI 2015-2019, oportunidade em que a comunidade universitária discute a conformidade da matriz estratégica que o compõe; para tanto é realizado um confronto entre o que fora realizado dentro do que fora proposto no decorrer do exercício, ou seja, confrontam-se as metas pactuadas por cada área estratégica¹² com o grau de alcance correspondente. A utilização de indicadores de desempenho em cada meta é um parâmetro para conferir a capacidade de realização da área estratégica, e, tomados em conjunto, revelam o nível de aprendizagem, a coerência dos planos de trabalho e a sintonia entre gestores e colaboradores na persecução dos objetivos da unidade.

O processo de avaliação do planejamento estratégico é também uma etapa que oportuniza uma visão sistêmica da organização, pela qual se analisa o roteiro que ela determinou percorrer a fim de alcançar os objetivos estratégicos declarados; assim sendo, a conformidade estratégica conduz invariavelmente a questionamentos do tipo “a que ponto a estratégia está funcionando”; as respostas a essas indagações conferem um material valioso diante do contexto atual da universidade pública, pelo que, realinhar a estratégia de uma organização é, antes de ter uma visão do futuro, reconhecer que nenhuma estratégia é eficaz para sempre.

¹²As áreas estratégicas denominam as unidades organizacionais relacionadas às atividades-fim, quais sejam, ensino de graduação, de pós-graduação e pesquisa, extensão universitária e apoio estudantil, e às atividades-meio.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme já mencionado nos subitens anteriores, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2015-2019 é o instrumento de planejamento e gestão da UFMS, espaço em que se define as diretrizes, os objetivos e as metas de desenvolvimento para o médio prazo, bem como as ações necessárias à concretização do planejamento estratégico.

Elaborado para dimensionar o conjunto de metas e ações declaradas pela Instituição, o PDI é o documento que as identifica no que diz respeito à metodologia de trabalho, às diretrizes pedagógicas, estrutura orgânica e jurídica, à missão institucional e à construção de parâmetros de desempenho. Revestido de uma concepção de avaliação crítica, o Plano proporciona o desvelamento das potencialidades e fragilidades da instituição, melhorando sobremaneira a capacidade de realização dos objetivos, diretrizes e metas estabelecidas.

As diretrizes estratégicas e os programas contidos no plano revelam o esforço que a UFMS tem empregado na execução de processos e procedimentos mais ajustados com as demandas de todos os estratos da sua comunidade, de modo que se possa efetivar a contribuição desta universidade no desenvolvimento das atividades socioeconômicas e ambientais locais, regionais e nacionais, sem prescindir, contudo, da sua função maior que é a disseminação do conhecimento.

Os eixos norteadores, as diretrizes, os objetivos e as metas estratégicas do PDI tem interfaces e agregam as orientações estabelecidas nos planos nacionais (Educação – PNE; Extensão; Assistência Estudantil e Pós-graduação, entre outros) e os planos internos (Plano de Desenvolvimento da Tecnologia da informação – PDTI; Plano de Logística Sustentável – PLS e outros, além da integração com a Lei de Orçamento Anual – LOA, em função dos recursos disponibilizados para sua execução.

Os resultados das metas e ações previstos no PDI são demonstrados anualmente através de indicadores apresentados no Relatório de Avaliação.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Nas experiências bem sucedidas na constituição de planos estratégicos, destaca-se, como componentes essenciais, o acompanhamento da realização do que fora proposto no âmbito da estratégia organizacional e quais os resultados decorrentes. A função do monitoramento consiste em assegurar que os objetivos sejam atingidos em conformidade com o que fora estabelecido; desse modo, é uma atividade que permite executar ações corretivas quando ocorrem problemas nos padrões de desempenho. Nesse sentido, as bases dessa etapa devem se respaldar em parâmetros que traduzam a performance tanto dos processos quanto das pessoas aí envolvidas; a consistência dos resultados obtidos com as propostas de ação, ou, na linguagem adotada no PDI 2015-2019, as metas de desenvolvimento institucional, permitem análises mais aprofundadas sobre o efetivo comprometimento do corpo organizacional com as suas próprias decisões estratégicas.

Os instrumentos de monitoramento e avaliação adotados pela UFMS procuram oferecer suporte ao processo de decisão em todos os níveis de responsabilidade de modo que os gestores possam acompanhar os indicadores de desempenho a eles relacionados e analisar a sua contribuição com a performance global da instituição. Com efeito, o jargão “*o que não é medido não é gerenciado*” obteve bastante relevância nas discussões com a comunidade universitária sobre a metodologia aplicada ao monitoramento e avaliação dos planos estratégicos vigentes e, por fim, ganhou corpo no Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019¹³, o qual consiste em um documento que, anualmente, verifica a consistência da programação estratégica na universidade. Nessa acepção, as metas pactuadas no âmbito do PDI são avaliadas quanto à sua concretização e indicadores de desempenho são analisados com base no comportamento que apresentam em determinados intervalos temporais e no impacto que seu resultado provoca no alcance dos objetivos da instituição.

A metodologia que envolve o processo de consolidação do Relatório de Avaliação do PDI desencadeia uma sequência de atividades ao longo da cadeia de processos inerente às áreas estratégicas da instituição, na qual, cada uma delas desenvolve ações de monitoramento e avaliação com horizontes mais curtos cujo propósito é realizar as conversões necessárias; nesse contexto, cabe aos gestores desenvolver parâmetros de desempenhos locais para acompanhar e avaliar a efetividade da sua gestão e, quando da oportunidade do realinhamento do PDI, que em geral ocorre anualmente, elaborar uma proposta estratégica consistente a ponto de envolver as pessoas não apenas pelos benefícios que ela potencialmente apresenta, mas sobretudo pelo caráter desafiador que ela inspira.

A UFMS se utiliza ainda de sistemas de informação gerencial disponibilizados pelo governo federal aos órgãos públicos (Tesouro Gerencial, Simec, Siafi, e-MEC, Sigepe, Siorg, Siconv, plataformas Censo e Sucupira, dentre outros), para acompanhar as atividades e, quando é o caso, as ações estratégicas nas áreas de pessoal, finanças, orçamento, estrutura organizacional, estrutura acadêmica. Essas plataformas conferem uma visão abrangente da gestão universitária porque disponibiliza dados atualizados acerca de informações relevantes para a tomada de decisões em diversos níveis de comando. Ainda, paralelamente a esses sistemas, a universidade desenvolve plataformas de gestão customizadas com as mesmas finalidades, como exemplo, dentre outros, citamos o Sistema Acadêmico (Siscad), o Sistema de Gestão de Pós-graduação (Sigpos), Sistema de Gestão de Pessoal (SGP), Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico (BSE), Sistema de Patrimônio, Sistema de Controle de Bolsas, Sistema de Compras, Sistema de Registro de Documentos (Regdoc), Registro Mensal de Ocorrências (RMO).

¹³ O Relatório de Avaliação do PDI 2015-2019, ano base 2015, será divulgado em breve; contudo, é possível acessar relatórios de outros anos no endereço eletrônico <http://pdi.ufms.br/?section=download>

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República.

O PPA é composto pelos: Anexo I - Programas Temáticos; Anexo II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; Anexo III - Empreendimentos Individualizados como Iniciativa; Agendas Transversais, que tem com responsáveis gerenciamento e execução dos respectivos Ministérios em sua área de competência.

A UFMS é uma unidade vinculada ao MEC e não é responsável por programas estabelecidos no PPA, somente participa da execução física e financeira das ações previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

4.3.2.1 – Ações/Subtítulos - OFSS

UO: 26283

Quadro 4 –Ação/Subtítulos – OFSS

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	0181				Tipo		
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - no Estado de Mato Grosso do Sul						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código	-		
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código	0089	Tipo	
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.
0054	118.042.873	131.305.240	130.860.717	130.860.717	130.860.717	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
	Previsto	Reprogram.	Realizado				
0054	-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0054	-	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação														
Código	0005			Tipo										
Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - no Estado de Mato Grosso do sul													
Descrição	-													
Iniciativa	-													
Objetivo	-			Código	-									
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			Código	0901	Tipo								
Unidade Orçamentária	26283													
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa		Restos a Pagar do Exercício									
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.							
0054	1.524.243	1.614.988	1.601.347	1.601.347	1.601.347	0,00	0,00							
Execução Física														
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante									
					Previsto	Reprogram.	Realizado							
0054	--			-										
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas										
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
0054	-	-	-	-		-	-							

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação									
Código	0536			Tipo					
Título	Pensões decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – Nacional								
Descrição	-								
Iniciativa	-			Código	-				
Objetivo	-			Código	-				
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			Código	0909	Tipo			
Unidade Orçamentária	26283								
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras								
Lei Orçamentária do exercício									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.		
0054	3.231	3.531	3.151	3.151	3.151	0,00	0,00		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
	Previsto	Reprogram.	Realizado						
0054	-	-	-	-	-	-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas					
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
0054	-	-	-	-	-	-			

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	20RJ			Tipo								
Título	Apoyo a capacitação e formação inicial e continuada de professores - no estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a Educação Básica nas modalidades presencial e a distância; desenvolvimento de programas, cursos, pesquisas, estudos, projetos, avaliações, mobilidade nacional e internacional de profissionais do magistério e de estudantes de nível superior, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil UAB, visando à melhoria da qualidade do ensino, considerando programas específicos para população indígena, do campo e quilombola; a formação para a docência intercultural; o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana; o atendimento educacional especializado; a educação de jovens e adultos; a educação em direitos humanos; a sustentabilidade socioambiental; as relações étnico-raciais e de gênero; a diversidade sexual; e a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.											
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente											
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.			Código	0597							
Programa	Educação Básica			Código	2030	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	5.534.606	5.534.606	2.982.551	1.790.240	969.432	0,00	1.192.311					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
				Previsto	Reprogram.	Realizado						
0054	Projeto apoiado			Unid.	50	50						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	1.592.896	1.169.108	68.608	Aluno atendido	Unid.	3.190						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	20GK			Tipo								
Título	Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.											
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero											
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.											
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo / Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados						
0054	3.513.820	3.513.820	1.987.597	1.630.627	1.185.189	0,00						
Execução Física												
Nº do subtítulo / Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
					Previsto	Reprogram.						
0054	Iniciativa Apoiada			Unidade	192	192						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo / Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	1.414.956	1.222.524	124.571	Iniciativa apoiada	Unidade	9						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	20RK				Tipo							
Título	Funcionamento de instituições federais de ensino superior no Mato Grosso do Sul											
Descrição	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.											
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.											
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Código	0841									
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	59.282.840	62.167.628	46.239.807	33.735.396	29.894.411	0,00	12.504.410					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
0054	Aluno Matriculado			Unidade	18.590	18.590						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	12.485.913	9.290.746	814.959	Estudante matriculado	Unidade	18.023						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	4002				Tipo							
Título	Assistência ao estudante de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.											
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência											
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Código	0841									
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados Não Processad.						
0054	13.957.005	13.957.005	13.439.082	11.306.064	11.255.646	0,00 2.133.017						
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
0054	Benefício Concedido			Unidade	7.500	7.500 9.331						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	383.503	284.280	77.119	Benefício concedido	Unidade	2.000						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	8282			Tipo								
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição	Apóio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e ao atendimento das necessidades de manutenção, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Apoio às ações que visem à mobilidade estudantil, à criação de vagas especialmente em cursos noturnos e ao aumento de concluintes no ensino superior.											
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade											
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	0841							
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa		Restos a Pagar do exercício							
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	49.855.776	49.855.776	20.998.658	7.739.568	7.338.478	0.00	13.259.090					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado		Unidade	7	7	11				
0054	Projeto Viabilizado			Unidade	7	7	11					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	28.465.400	16.908.496	502.535	Projeto viabilizado	Unidade	10						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	00M1			Tipo								
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade - no estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição	-											
Iniciativa	-											
Objetivo	-			Código	-							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim) (<input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: (<input type="checkbox"/> PAC) (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria) (<input type="checkbox"/> Outras)											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	172.704	252.704	184.420	184.420	184.420	0	0					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
0054-	--	--	--									
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054-	-	-	-	-	--	-						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	09HB			Tipo								
Título	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais - Nacional											
Descrição	-											
Iniciativa	-											
Objetivo	-			Código	-							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0001	41.934.226	52.285.479	50.355.344	50.355.344	50.355.344	0,00	0,00					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
					Previsto	Reprogram.	Realizado					
0054	-			-	-	-	-					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	-	-	-	-	-	-						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	2004			Tipo								
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores- no estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médica-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de resarcimento.											
Iniciativa	-											
Objetivo	-			Código	-							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	23.226.141	25.041.231	24.865.034	24.627.385	24.581.087	0,00	237.648					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
					Previsto	Reprogram.	Realizado					
0054				-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	699.512	697.306	2.206	-	-	-						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação													
Código	2010			Tipo									
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul												
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.												
Iniciativa	-												
Objetivo	-			Código	-								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo							
Unidade Orçamentária	26283												
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim		<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras									
Lei Orçamentária do exercício													
Execução Orçamentária e Financeira													
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.						
0054	316.414	336.414	331.505	331.505	331.505	0,00	0,00						
Execução Física													
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
	Previsto	Reprogram.	Realizado										
054	-	-	-		-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada							
0054	-	-	-	-	-	-	-						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação											
Código	2011			Tipo							
Título	Auxilio-transporte aos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul										
Descrição	Pagamento pela União de auxilio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.										
Iniciativa	-										
Objetivo	-			Código	-						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo				
Unidade Orçamentária	26283										
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária do exercício											
Execução Orçamentária e Financeira											
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício					
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.				
0054	111.675	111.675	86.645	86.645	86.645	0,00	0,00				
Execução Física											
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
	Previsto	Reprogram.	Realizado								
0054											
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada					
0054	-	-	-	-	-	-	-				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação										
Código	2012			Tipo						
Título	Auxilio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares - no estado de Mato Grosso do Sul									
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.									
Iniciativa	-									
Objetivo	-			Código	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo				
Unidade Orçamentária	26283									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária do exercício										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.			
0054	13.028.793	12.228.793	12.001.725	12.001.725	12.001.725	0,00	0,00			
Execução Física										
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante					
	Previsto	Reprogram.	Realizado							
0054	-	-	-		-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas						
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada				
0054	-	-	-	-	-	-				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação											
Código	20TP			Tipo							
Título	Pagamento de pessoal ativo da União - no estado de Mato Grosso do Sul										
Descrição	-										
Iniciativa	-				Código	-					
Objetivo	-				Código	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código	2109	Tipo				
Unidade Orçamentária	26283										
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras										
Lei Orçamentária do exercício											
Execução Orçamentária e Financeira											
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício					
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.				
0054	241.385.402	273.675.964	272.140.038	272.140.038	272.140.038	0,00	0,00				
Execução Física											
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
	Previsto	Reprogram.	Realizado								
0054	-	-	-	-	-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada					
0054	-	-	-	-	-	-	-				

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação														
Código	4572			Tipo										
Título	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - no estado de Mato Grosso do Sul													
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.													
Iniciativa	-													
Objetivo	-			Código	-									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo								
Unidade Orçamentária	26283													
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária do exercício														
Execução Orçamentária e Financeira														
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício								
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.							
0054	300.000	300.000	132.779	125.563	78.563	0,00	7.215							
Execução Física														
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante									
	Previsto	Reprogram.	Realizado											
0054	Servidor Capacitado	Unidade	400	400	438									
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
0054	22.262	21.452	810	Servidor capacitado	Unidade	32								

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação													
Código	00G5						Tipo						
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequenos Valores												
Descrição													
Iniciativa	-												
Objetivo	-			Código	-								
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			Código	0901	Tipo							
Unidade Orçamentária	26283												
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim (<input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: (<input type="checkbox"/> PAC (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras												
Lei Orçamentária do exercício													
Execução Orçamentária e Financeira													
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.						
0054	101.996	101.996	63.323	63.323	63.323	0,00	0,00						
Execução Física													
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
					Previsto	Reprogram.	Realizado						
0054	-			-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
0054	-	-	-	-		-	-						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	00IE					Tipo						
Título	Contribuição à associação nacional de dirigentes das instituições federais de ensino superior											
Descrição												
Iniciativa	-											
Objetivo	-			Código	-							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26283											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/> PAC (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados Não Processad.						
0054	80.000	80.000	44.026	44.026	0,00	0,00 0,00						
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
					Previsto	Reprogram.						
0054	-			-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	-	-	-	-	-	-						

Fonte: CGO/PROPLAN; CCO/PRAD

26401

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação												
Código	0181			Tipo	Atividades							
Título	Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo				Código								
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código	0089	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim (<input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	13.000	103.000	-	-	-	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-							

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	4086			Tipo	Atividades							
Título	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares no Mato Grosso do Sul											
Descrição												
Iniciativa	03GE – Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.											
Objetivo				Código								
Programa	Educ. Sup.-Grad, Pós Grd, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	648.145,00	648.145,00	641.574,87	641.574,87	641.574,87							
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
0054	Unidade Mantida		Unidade	1	1	1						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
0054	-	-	-	-	-	-						

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	2004			Tipo	Atividades							
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo				Código								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	2.033.192	1.861.256	1.527.522	1.527.522	1.527.522	--	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-							

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	2010			Tipo	Atividades							
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo				Código								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	99.267	99.267	73.604	73.604	73.604	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-	-						

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	2011			Tipo	Atividades							
Título	Auxílio Transporte aos Servidores, Civis, Empregados e Militares											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo				Código								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	14.890	14.890	10.140	10.140	10.140	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-	-						

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	2012			Tipo	Atividades							
Título	Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo				Código								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	3.722.512	3.722.512	3.010.822	3.010.822	3.010.822	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-	-						

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	09HB					Tipo						
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais.											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo				Código								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	15.600.000	15.600.000	13.237.797	13.237.797	13.237.797	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-							

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação									
Código	20TP			Tipo	Atividades				
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União								
Descrição									
Iniciativa									
Objetivo				Código					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo			
Unidade Orçamentária	26401								
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras								
Lei Orçamentária do exercício									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.		
0054	64.814.467	70.015.725	68.146.693	68.146.693	68.146.693	-	-		
Execução Física									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
	Previsto	Reprogram.	Realizado						
-	-	-	-	-	-	-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
-	-	-	-	-	-	-			

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	0536											
Título	Pensões decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo	Pagamento de indenizações, abonos, seguros, auxílios, benefícios previdenciários e de assistência social.				Código							
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Sociais				Código	0909						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	63.352	123.352	76.723	76.723	76.723	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado									
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-	-						

Fonte: HUMAP

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação												
Código	00M1			Tipo	Atividades							
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade											
Descrição												
Iniciativa												
Objetivo	Proteção e Benefício ao Trabalhador			Código								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código	2109	Tipo						
Unidade Orçamentária	26401											
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício						
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processad.					
0054	21.204	21.204	5.287	5.287	5.287	-	-					
Execução Física												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
	Previsto	Reprogram.	Realizado		Previsto	Reprogram.	Realizado					
-	-	-	-	-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	-	-	-	-						

Fonte: HUMAP

4.3.2.2 – Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

UO 26283

Quadro 5 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação								
Código	0487			Tipo				
Título	Concessão de bolsas de estudos no ensino superior							
Descrição	-							
Iniciativa	-							
Objetivo	-			Código	-			
Programa				Código				
Unidade Orçamentária	26283							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	16.959,96	10.838,68	1.905,28	-	-	-		

Fonte: PRAD

Identificação da Ação								
Código	10VO			Tipo				
Título	Apoyo a projetos de infraestrutura turística							
Descrição	-							
Iniciativa	-							
Objetivo	-			Código	-			
Programa				Código				
Unidade Orçamentária	26283							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	675.492,00	0,00	0,00	-	-	-		

Fonte: PRAD

Identificação da Ação							
Código	11DH			Tipo			
Título	Reuni-Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul						
Descrição	-						
Iniciativa	-						
Objetivo	-			Código	-		
Programa	Brasil Universitário			Código	1073		
Unidade Orçamentária	26283			Tipo			
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	628.742,60	591980,18	36.762,42	-	-		

Fonte: PRAD

Identificação da Ação							
Código	20RS			Tipo			
Título	Apoio ao desenvolvimento da Educação básica nas comunidades						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo				Código			
Programa				Código	<input type="checkbox"/> Tipo		
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	862.723,16	442.551,16	2.697,00				

Fonte: PRAD

Identificação da Ação							
Código	20YD			Tipo			
Título	Educação e formação em saúde						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo				Código			
Programa				Código	<input type="checkbox"/> Tipo		
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	67.755,93	609,90	416,74				

Fonte: PRAD

Identificação da Ação							
Código	21OM		Tipo				
Título	Promoção, defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente.						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo			Código				
Programa				Código	Tipo		
Unidade Orçamentária	26283						
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	3.000,00	1.500,00	1.500,00				

Fonte: PRAD

Identificação da Ação									
Código	6328	Tipo							
Título	Universidade aberta e a distância - no estado de Mato Grosso do Sul								
Descrição	Definição, elaboração, implantação e desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior prioritariamente para professores e profissionais da educação básica, com implantação de polos regionais ou diretamente. Aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, respectivos conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância.								
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência								
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.		Código	0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão		Código	2032	Tipo				
Unidade Orçamentária	26283								
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida				
	4.252,34	2.446,99	1.663,15	Vaga ofertada	Unidade				

Fonte: PRAD

UO 26401

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação									
Código	20AL	Tipo							
Título	Incentivo financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios								
Descrição									
Iniciativa									
Objetivo			Código						
Programa			Código	Tipo					
Unidade Orçamentária	26401								
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida				
0054	38.960	38.960	-	-	-				

Fonte: HUMAP e PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	20GB		Tipo				
Título	Atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo			Código				
Programa			Código	Tipo			
Unidade Orçamentária	26401						
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subárea/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
0054	9.167.932	5.247.963	1.826.109	-	-		

Fonte: HUMAP e PRAD

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	8585		Tipo				
Título	Atenção à saúde da população para procedimentos em media						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo			Código				
Programa			Código	Tipo			
Unidade Orçamentária	26401						
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subárea/ Localiz.	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
0054	3.714.777	1.840.563	886.183	-	-		

Fonte: HUMAP e PRAD

4.3.2.3 – Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro 6 – Ações do Orçamento de Investimento

Valores em R\$1,00

Identificação da Ação							
Código	20GK	Tipos					
Título	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso do Sul						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.	Código	0803				
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032				
Unidade Orçamentária	26283	Tipos					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
792.086	792.086	341.746	-	-	-	-	-

Fonte: CGO/PROPLAN

Identificação da Ação											
Código	20RK			Descrição	Tipo						
Título	Funcionamento de instituições federais de ensino superior no Mato Grosso do Sul										
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade										
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	0841						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo	-				
Unidade Orçamentária	26283										
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras										
Execução Financeira e Física											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado				
8.047.021	8.071.462	4.877.442	-	-	-	-	-				

Fonte: CGO/PROPLAN

Identificação da Ação										
Código	4002			Type						
Título	Assistência ao estudante de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul									
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência									
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Type	-			
Unidade Orçamentária	26283									
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras							
Execução Financeira e Física										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado			
155.000	1.855.000	1.757.554	-	-	-	-	-			

Fonte: CGO/PROPLAN

Identificação da Ação								
Código	8282			Tipo				
Título	Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior - no estado de Mato Grosso do Sul							
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade							
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	0841			
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código	2032	Tipo		
Unidade Orçamentária	26283							
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Execução Financeira e Física			Execução Física - Metas					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
37.103.505	37.103.505	12.377.455	-	-	-	-	-	

Fonte: CGO/PROPLAN

4.3.2.4 – Análise Situacional

UO: 26283

Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Foram realizados os pagamentos das aposentadorias e pensões solicitados pelos requerentes, que estavam de acordo com a legislação vigente e atendiam os requisitos legais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE e importaram num montante de R\$ 130.860.717,00. Não houve recursos inscritos em restos a pagar. Os atos de aposentadorias após sua conclusão foram lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados ao citado Tribunal para a homologação do ato e a Controladoria Regional da União em MS para análise.

Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Para esta ação não há meta física a ser alcançada; A execução orçamentária é uma atividade realizada pelos tribunais conforme listagem encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP. O montante pago foi de R\$ 1.601.347,00. Não havendo recursos inscritos em Restos a Pagar.

Ação 20RJ - Apoio à capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A Meta Física para o ano de 2015 foi quantificada de forma distinta dos exercícios anteriores, passando a ser computado, agora, o número de projetos/cursos previstos para o exercício e não mais o número de alunos cursistas. Para o planejamento de 2015, foi solicitada a projeção da meta física inicial, por meio da consulta aos professores da Rede no PDDE interativo, chegando-se ao quantitativo de 22.700 professores distribuídos em 57 Cursos para a Capacitação na Educação Básica.

Este quantitativo foi definido tomando como base a Planilha encaminhada pelo MEC-SEB/SECADI em meados de 2014, para compor o Plano Articulado 2015 para complementação de Cursos para o Estado de Mato Grosso do Sul, que seria parte integrante do PLOA2015 que o MEC encaminharia ao Congresso Nacional

A Lei de Orçamento Anual 2015 destinou um montante de R\$ 5.534.606,00 para contemplar 50 projetos/cursos apoiados. Contudo, considerando o contingenciamento dos limites orçamentários impostos pelo MEC, foi autorizado somente a execução de R\$ 3.352.118,85. Neste contexto, a meta física para exercício de 2015 foi reprogramada para 10.621 vagas para professores da Educação Básica, distribuídas nos 19 cursos autorizados e/ou em andamento no exercício.

Foram recebidas 11.166 cursistas em nossas capacitações, sendo que 1.711 já foram certificados no ano de 2015, estando outros 7.000 em processo de certificação no momento. Alguns professores inscritos ainda estão cursando ou finalizando as exigências de elaboração de monografias e/ou artigos, além das atividades avaliativas. Além dos ajustes impostos na LOA2015 houve grande dificuldade no cadastro de diárias e passagens no SCDP em decorrência da greve do SERPRO e a instabilidade do Sistema. Tudo isso, aliado à greve dos docentes no período de maio a outubro na UFMS bem como dos professores das Redes, refletiram negativamente na execução do orçamento previsto, além de resultar na evasão de alguns cursistas. Considerando que grande parte

dos cursos da SEB e SECADI tem duração de 12 a 18 meses (48 meses PROLIND e PROCAMPO), e que muitas atividades são executadas nos primeiros meses do ano exigindo diárias, passagens, hospedagem e alimentação e que, para estes itens não são permitidos sua utilização em exercício posterior (2016), a execução completa do orçamento previsto ficou comprometida.

As dificuldades econômicas e financeiras pelas quais o Brasil tem passado refletiram no contingenciamento e indefinições do montante real a ser disponibilizado pela SEB e SECADI para a ação 20RJ na LOA2015, gerando certa instabilidade dos Coordenadores dos programas e Cursos, com relação à possibilidade da efetiva execução do trabalho proposto. Além disso, houve bloqueio da Ação 20RJ no período de 28 de maio à 30 de agosto de 2015, sendo que os valores referentes às Notas de Liberação (NL's) para cada um dos cursos executados pela UFMS só ocorreu ao final do mês de agosto, reduzindo para menos de 3 meses de execução financeira.

Assim, dos recursos disponibilizados pela SEB e SECADI no total de R\$ 3.352.118,85 foram comprometidos R\$ 3.009.047,00, ou seja, foram empenhados 89,76% dos recursos com limites orçamentários disponibilizados, em decorrência das justificativas supracitadas.

Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – No Estado de Mato Grosso do Sul.

As ações de extensão promovem uma ampla integração dos estudantes com a sociedade, contribuindo para um repensar do processo acadêmico e consolidando uma formação não limitada a atividades desenvolvidas em salas de aula. O conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. Assim, a extensão agrega valor ao conhecimento científico, resultante do confronto com a realidade, democratiza o conhecimento acadêmico, promove a formação cidadã do corpo discente e viabiliza a participação efetiva da comunidade na atuação universitária. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A meta física prevista na LOA para o exercício de 2015 nesta ação era apoiar 192 projetos de extensão, foram apoiados 190 projetos de extensão, ou seja, 99% de êxito, Do total de projetos apoiados 52 foram com financiamento da UFMS, 11 com financiamento do PROEXT/MEC, 10 custeadas por arrecadação e 117 sem recursos financeiros envolvidos.

Em relação à execução orçamentária e financeira a dotação inicial prevista na LOA de 3,5 milhões não foi integralmente liberada em função do contingenciamento do limite orçamentário e de emenda parlamentar. Foram empenhados, R\$ 1.987.597,00 e liquidados 82% desse valor.

Os fatores que dificultaram o desencadeamento da ação foram o contingenciamento do limite orçamentário de diárias e passagens (que em alguns casos chegou a 60% este ano) interferindo negativamente na realização das ações, quando não as inviabiliza por completo. A ambivaléncia no entendimento institucional do papel que pode ser desempenhado pelas fundações de apoio no desenvolvimento de ações extensionistas, sobretudo aquelas ações que contam com financiadores externos e que demandam celeridade no estabelecimento das parcerias.

Os fatores que contribuíram foram a melhoria nos procedimentos internos e na interlocução com a comunidade universitária para qualificar as ações extensionistas e, consequentemente, potencializar seu financiamento e seu alcance. Principais destaques: exclusão de financiamento para eventos internos referentes ao ensino e/ou pesquisa (não extensionistas) e ampliação do montante individual de financiamento das ações extensionistas; celeridade na entrega de materiais de consumo (ata de registro de preços da PREAE); reorganização da Comissão Central de Extensão; constituição de Comissões Setoriais de Extensão em todas as Unidades Setoriais da Instituição; ampliação de 8 para até 12 meses na vigência das bolsas de extensão com sistema informatizado para pagamento; revista eletrônica da extensão. Para além do financiamento direto,

especialmente por parte da UFMS, do MEC, de outros financiadores e da arrecadação, a extensão universitária também vem ocorrendo sem recursos financeiros, contando para tanto com parceiros externos que oferecem apoio “in natura”, ou seja, sem o repasse de recursos financeiros entre as instituições, além de contarem com o empenho pessoal (docentes, discentes e técnicos administrativos) e com a infraestrutura das unidades da administração setorial.

Ação 20RK - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Mato Grosso do Sul .

Com relação a meta física descrita no acompanhamento físico da ação, o valor de 43031, referente a alunos matriculados está equivocado, uma vez que na LOA2015 foi estabelecida uma meta de 18 590 alunos matriculados, bem como na PLOA2015. Tal equivoco foi comunicado via e-mail a SPO/SE/MEC em 17/12/2015 e solicitada a correção, no entanto não foi corrigido.

A meta física prevista na LOA para esta Ação no exercício de 2015 tinha como objetivo atender 18.590 alunos matriculados, a meta realizada foi de 18.691 alunos matriculados. Do montante de recursos orçamentários previstos na LOA foram comprometidos (empenhados) 74% e destes recursos foram liquidados 73% e inscritos em Restos a pagar não processados no exercício 27%.

A operacionalização da ação tem como objetivo atender os alunos da graduação e pós-graduação, proporcionando melhores condições acadêmicas e de infraestrutura física.

A distribuição orçamentária interna dos recursos desta ação é realizada através da adoção de um conjunto de critérios técnicos quantitativos e qualitativos dispostos em matrizes técnicas que definem para cada Unidade de Administração Setorial o montante de recursos de investimento e custeio, dentro dos recursos previstos na LOA, necessários a atender as demandas de crescimento e manutenção destas unidades. São destinados recursos para readequação de espaços físicos, diárias e passagens, revitalização de laboratórios, manutenção das unidades, entre outros.

A implementação de programas e ações para atendimento às demandas de custeio e investimentos e à necessidade de adequação do orçamento para atendimento as demandas decorrentes do crescimento da Instituição, possibilitaram a execução da ação e foram os fatores que contribuíram para a realização das ações previstas.

Os fatores que dificultaram a execução da ação consistem em sua grande maioria na morosidade dos processos licitatórios, provocando acumulo de demandas e trabalho ao final do exercício, e a contensão da cota de limite para empenho imposta pela SOF o qual contribui acentuadamente para o acréscimo na inscrição de despesas em restos a pagar.

Como principais resultados obtidos destacam-se as reformas e adequações das Unidades de Administração Setorial, considerando que várias Unidades estavam instaladas em edificações antigas; aquisição e manutenção de equipamentos; modernização da infraestrutura das Unidades administrativas; Conclusão de obras; ampliação do Acervo Bibliográfico; Manutenção e expansão do programa de bolsas; revisão e redução dos contratos.

Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A meta física prevista na LOA para a Ação 4002 no exercício de 2015 foi estimada para assistir 7.500 alunos. A meta realizada na ação foi 9.331 alunos assistidos, ou seja, obteve uma eficácia de 124,41%. Já na meta financeira foram comprometidos (empenhados) 96% dos recursos disponibilizados e destes 84,13% foram liquidados.

Associamos como fatores que contribuíram para a efetivação da Ação: 1) Aumento da demanda decorrente da democratização do acesso ao ensino superior público associada à ampla divulgação dos Programas de Permanência pelo Governo Federal; 2) Constante trabalho de orientação e divulgação das Ações pela equipe de Assistência Estudantil; 3) Aprimoramento dos

mecanismos e instrumentos de acesso aos benefícios contribuindo com a diminuição dos índices de indeferimento nas solicitações; 4) Processo de renovação das ações; 5) Aprovação da Ação Auxílio Emergencial; 6) Instituição de equipe interdisciplinar (Pedagoga, assistente social e Psicóloga) de trabalho para o acompanhamento sistemático dos alunos beneficiários, evitando dessa forma, desistências das ações por motivos socioeconômicos, psicológicos, dificuldade de aprendizagem, dificuldade de se organizar nos estudos etc. 7) Maior familiaridade dos gestores envolvidos nas ações facilitando os trâmites institucionais.

Associamos como fatores que dificultaram a execução da ação: 1) Aprovação tardia do orçamento; 2) Dificuldades de atas de registro de preços para a efetivação da despesa com mais celeridade; 3) Trâmites burocráticos prejudicados em função da falta de sintonia entre os setores envolvidos; 4) Falta de recursos humanos na área de Assistência Estudantil, por se tratar de uma Universidade multi campi (10 Câmpus) 5) Limitação em infraestrutura e recursos financeiros para atender toda a demanda.;

Consideramos que os nossos maiores resultados concentram-se na oferta das ações de caráter continuado (aproximadamente 90% do nosso recurso), a saber: Bolsa Permanência – 1.281 Auxílio Alimentação – 1.330 Auxílio Emergencial - 144 Restaurante Universitário Campo Grande– 5.141 Restaurante Universitário Três Lagoas– 960 Incentivo à Participação em Eventos – 201 Acessibilidade - 1 Desporto e Cultura – 69 Kit Instrumental – 204 Além do número de alunos atendidos que compõe a meta física, outros alunos também são beneficiados com outras ações em que não há dispêndio de recurso, a exemplo de: Atendimento Psicoeducacional - 326 Atendimento odontológico – 33 Atendimento fisioterápico e Nutricional - 4 Promoção de Acessibilidade e Ações afirmativas – 228 Passe Estudantil Municipal – 4.500 Inclusão Digital – 25.000 Ação creche/brinquedoteca - 300 Desporto e Cultura – aproximadamente 8.000 indiretamente.

Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A meta física prevista na LOA para esta ação no exercício de 2015 foi estimada para viabilizar 7 projetos. A meta realizada foi de 11 projetos viabilizados. Já na meta financeira foram comprometidos (empenhados) 42,12% dos recursos disponibilizados e destes somente 15,52% foram liquidados.

Faz parte desta ação orçamentária o PO-0001 - mais médicos onde foi previsto e realizado duas ações: Obras do curso de Medicina na Sede e no Câmpus de Três Lagoas.

Além da viabilização destes projetos a ação tem como objetivo o apoio ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física da instituição por meio de construção, adequação de infraestrutura física, aquisição de equipamentos, materiais de consumo e serviços, objetivando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor.

Em relação ao Restos a Pagar, os investimentos desta ação beneficiam 10 projetos viabilizados nos exercícios 2013 e 2014. Os investimentos realizados nesta ação continuam a beneficiar toda a comunidade discente, da graduação e pós-graduação, mormente de natureza de uso múltiplo, como salas de aula, laboratório, anfiteatro, etc.

Quanto às obras de infraestrutura e às adequações físicas para a expansão contemplaram, parcialmente, as metas estabelecidas. As construções concluídas atendem satisfatoriamente a quantidade de vagas previstas.

O esforço envidado pela Administração face a contingência orçamentária instalada durante o exercício de 2015 bem como o acompanhamento das obras, constituem fatores de contribuição para assegurar a execução das ações, de modo a evitar prejuízos. Ainda assim, os problemas

relacionados à liberação tardia dos limites financeiros e o consequente descumprimento do cronograma de obras por algumas empresas foram fatores que dificultaram a execução das ações.

Ação 00M0 - Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino – No Estado de Mato Grosso do Sul.

No exercício de 2015 foi realizado o pagamento da anuidade da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais foi realizada em todos os meses do ano de 2015. Vale salientar que o recolhimento da citada contribuição é realizado automaticamente pelo Sistema SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que controla a folha de pagamento dos servidores da União cabendo a Coordenadoria de Administração de Pessoal/PROGEP somente a informação dos valores para a apropriação da referida folha de pagamento.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes. – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesta ação estão previstos os seguintes Planos Orçamentários:

No PO 0001 – Assistência Médica e Odontológica Civis – Complementação da União à meta prevista na LOA para atendimento da Ação. A meta física executada no ano de 2015 foi de 6.430 pessoas beneficiadas (servidores, pensionistas e dependentes) com o resarcimento de assistência à saúde. O valor total com o resarcimento foi de R\$ 6.920.281,93.

Foram atendidos os servidores e seus dependentes com cadastros atualizados nos registros das pastas funcionais, além das informações de cadastro, também foram incluídos novos servidores com dependentes que apresentaram a documentação exigida e também tiveram seus cadastros atualizados nos registros das pastas funcionais. Os dados foram extraídos do SIAFI, SIAPE e Sistema de uso interno na UFMS.

No PO 0005 – Assistência Médica e Odontológica Civis – Participação do Servidor. Esta ação em 2015 atendeu 5.634 beneficiários (titulares, dependentes e agregados), num montante de R\$ 17.868.003,11.

Ressaltam-se os seguintes pontos positivos: melhorias no atendimento aos beneficiários, melhorias nos valores pagos aos credenciados e aumento do número de profissionais e estabelecimentos que atendem no Programa de Saúde da Instituição, inclusão de novos procedimentos cobertos.

Destacam-se as seguintes dificuldades: somos o único Programa de Assistência à Saúde no modelo de Serviço Prestado Diretamente pelo Órgão, não tendo com quem compartilhar experiências e sanar dúvidas; temos que gerenciar um grande número de contratos, o que demanda muito tempo e recursos humanos e ainda estamos na fase de adaptação de uma rotina para facilitar o controle efetivo destes.

No PO 002 - Exames Periódicos – Civis. Foi realizada a convocação de 472 (quatrocentos e setenta e dois) servidores, desse quantitativo 290 (duzentos e noventa) atenderam a convocação, num montante de R\$76.749,04.

O impacto dos resultados alcançados será a médio e longo prazo e devemos ressaltar a qualidade dos resultados, ou seja, os servidores que compareceram foram devidamente orientados sobre o seu estado de saúde e encaminhados a especialistas quando necessário. Registra-se, ainda,

que apesar do número de atendimento parecer baixo, o impacto a médio e longo prazo, na execução dos exames, no sentido de prevenção e diagnóstico é mais importante que a quantidade de atendimentos. Deve-se levar em consideração que além dos motivos já expostos para o não cumprimento da meta, a não obrigatoriedade do servidor em participar dos exames periódicos dificulta o trabalho. Também destacamos que por termos um Programa de Assistência à Saúde para os Servidores, os mesmos sempre estão fazendo consultas e, exames preventivos, além de acompanhamento odontológico.

Ação 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Foram realizados os pagamentos de pessoal ativo da União em acordo com a legislação vigente e atendem os requisitos legais para efetivação de seus registros funcionais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE. Os atos de admissão após sua conclusão foram lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados à Controladoria Regional da União em MS para a análise do ato.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – No Estado de Mato Grosso do Sul

Os pagamentos do auxílio pré-escolar a civis foram realizados de acordo com a legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos são realizados através de folha de pagamento no SIAPE. No ano de 2015 foram concedidos 9.137 auxílios Pré-escola beneficiando uma média mensal de 761 servidores. O montante financeiro executado foi de R\$ 331.505,00.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – No Estado de Mato Grosso do Sul

O quantitativo físico apurado foi extraído de sistema de uso interno da UFMS e registros efetivados no SIAPE. A execução da ação foi feita em conformidade com as análises dos requerimentos dos servidores.

Os pagamentos do auxílio transporte foram realizados de acordo com a legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos são realizados através de folha de pagamento no SIAPE.

No ano de 2015 foram concedidos 1.337 auxílios vale transporte beneficiando uma média mensal de 112 servidores. O montante financeiro executado foi de R\$ 111.675,00.

Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – No Estado de Mato Grosso do Sul

Os pagamentos do auxílio-alimentação de civis são efetuados automaticamente na folha de pagamento pelo SIAPE e após a implantação do benefício em consonância com a legislação vigente. As demandas atendidas foram decorrentes de registros já realizados no SIAPE, assim como de novos cadastros decorrentes de nomeações de servidores. O quantitativo físico foi extraído de sistema de uso interno na UFMS e registros realizados no SIAPE. O número de auxílio alimentação concedidos no ano foi de 31.044, beneficiando uma média mensal de 2.585 servidores. O montante financeiro executado foi de R\$ 12.001.725,00

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A meta física prevista na LOA para esta ação era capacitar 400 servidores. A meta realizada foi de 438 servidores capacitados. Foram oferecidos eventos de capacitação com carga horária variando entre 40 até 180 horas.

Os fatores que contribuíram para a execução da ação foram: elaboração de projetos de capacitação, sempre atendendo-se ao levantamento das necessidades de treinamento e divulgação do curso no âmbito da UFMS.

Os fatores que dificultaram a execução da ação foram a greve realizada na UFMS de maio a setembro-2015, redução dos limites orçamentários relativos a diárias e passagens, as dificuldades na contratação de empresas e a morosidade dos processos administrativos.

Ação OOM1 – Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade – No Estado de Mato Grosso do Sul.

O auxílio funeral é concedido após solicitação e juntada da documentação conforme legislação vigente. No ano de 2015 foram contemplados com auxílio funeral o montante de R\$ 144.183,50 às famílias de 25 servidores da UFMS.

O auxílio natalidade é concedido à servidora por motivo de nascimento de filho, inclusive no caso de natimorto (criança que nasce sem vida). Se a parturiente (aquele que deu a luz) não for servidora, o auxílio será requerido pelo pai, na condição de servidor. Será concedido após a solicitação e juntada da documentação conforme legislação vigente.

UO: 26401

Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Não houve movimentação nesta ação. Esta ação é executada pela UO 26283, que efetua os pagamentos das aposentadorias e pensões solicitadas pelos requerentes, que estavam de acordo com a legislação vigente e atendiam os requisitos legais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE. Os atos de aposentadorias após sua conclusão são lançados no sistema SISAC - Portal eletrônico de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão do Tribunal de Contas da União e os referidos processos foram enviados ao citado Tribunal para a homologação do ato e à Controladoria Regional da União em MS, para análise.

Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais – No Estado de Mato Grosso do Sul

A ação tem como objetivo ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos

Com a finalidade de criação de mecanismos de financiamento das Instituições Hospitalares, considerando os Planos de Reestruturação apresentados, possibilitando, inclusive, a melhoria dos processos de gestão; a adequação da estrutura física; a recuperação e modernização do parque tecnológico; o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, com base na avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde.

Considerando a dotação inicial com os valores empenhados podemos analisar que a ação foi bem executada. Foram empenhados 98,99% dos recursos disponibilizados, com a execução total desse valor.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A concessão do benefício é destinada para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de resarcimento.

Foram beneficiados 1.293 servidores e dependentes, devidamente regulares de acordo com a legislação vigente. Houve uma execução de 82,07% da dotação prevista (empenhado e pago).

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Os pagamentos do auxílio pré-escolar foram realizados de acordo com a Legislação vigente, a partir da requisição do servidor interessado. Os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE. No ano de 2015 foram concedidos 2.000 auxílio Pré-escola beneficiando uma média mensal de 166 servidores. O montante financeiro executado foi de R\$ 75.776,67.

Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – No Estado de Mato Grosso do Sul.

O atendimento aos beneficiários de auxílio transporte foi realizado em consonância com a legislação vigente a partir da solicitação dos servidores interessados. No ano de 2015 foram concedidos 282 auxílio Transportes beneficiando uma média mensal de 24 servidores. O montante financeiro executado foi de R\$ 11.155,92.

Ação 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Os pagamentos do auxílio-alimentação foram efetuados automaticamente na folha de pagamento pelo SIAPE, e após a implantação do benefício em consonância com a legislação vigente. No ano de 2015 foram concedidos 8.059 auxílio alimentação beneficiando uma média mensal de 672 servidores. O montante financeiro executado foi de R\$ 3.203.258,51

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – No Estado de Mato Grosso do Sul.

A Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais foi realizada em todos os meses do ano de 2015. Vale salientar que o recolhimento da citada contribuição é realizado automaticamente pelo Sistema SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que controla a folha de pagamento dos servidores da União cabendo a Coordenadoria de Administração de Pessoal/PROGEP somente a informação dos valores para a apropriação da referida folha de pagamento. O montante financeiro executado foi de R\$ 13.750.277,04

Ação 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Estado de Mato Grosso do Sul.

Foram realizados os pagamentos de pessoal ativo da União em acordo com a legislação vigente e atendem os requisitos legais para efetivação de seus registros funcionais. Todos os pagamentos foram realizados através de folha de pagamento no SIAPE. O montante financeiro executado foi de R\$ 68146.693,00

Ação 0536 – Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais- No Estado de Mato Grosso do Sul.

A execução destas despesas depende de ações judicializadas. Registrados que foram empenhados e pagos 62% do total da Dotação disponibilizada.

Ação OOM1 – Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade - No Estado de Mato Grosso do Sul.

A despesa de Auxílio Funeral é executada pela UFMS 26283. Somente o Auxílio Natalidade é executada pelo HUMAP. No ano de 2015 foram executados recursos na ordem de R\$ 5.287,00.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Tema já abordado em outros tópicos, principalmente no Capítulo 2, na seção que trata sobre as principais dificuldades para a realização dos objetivos.

4.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

26283

Quadro 7 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Código SIAFI		Identificação da conta contábil			
		Denominação			
213110400 P		Contas a pagar-credores nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final 2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final 2015
154054	04089570000150	0,00	40,51	40,51	0,00
154054	05423963000111	0,00	744,25	744,25	0,00
154054	08602745000132	0,00	612,04	612,04	0,00
154054	10316737000171	0,00	61,05	61,05	0,00
154054	15413826000150	0,00	18,53	18,53	0,00
154054	15528821000172	0,00	34.922,23	34.922,23	0,00
154054	34028316000960	0,00	832,24	832,23	0,00

Fonte: CCO/PRAD

Código SIAFI		Identificação da conta contábil			
		Denominação			
218911900 P		Bolsas de Estudos-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final 2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final 2015
154054	00165897180	0,00	300,00	300,00	0,00
154054	00533183154	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00
154054	00885036158	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	00908528183	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	01212187164	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	01328343162	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	01787056163	0,00	400,00	400,00	0,00
154054	02132549133	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	02452033111	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	02512369196	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	02515582150	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00
154054	02667979117	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	02962959148	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	02975759100	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	03286918105	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	03388894850	0,00	238,92	238,92	0,00
154054	03404175107	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	03438661101	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	03721406109	0,00	200,00	200,00	0,00
154054	03913952110	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	03914200111	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	03914548118	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	04101192103	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	04253549110	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	04529746151	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	04634506122	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	05245430118	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	05659662196	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00
154054	06666522605	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	24938840197	0,00	2.800,00	2.800,00	0,00

Identificação da conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218911900 P		Bolsas de Estudos-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final 2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final 2015
154054	35268416839	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	61367869153	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	64008002120	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	78640610100	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	90258711191	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	91464102104	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00
154054	96843870163	0,00	300,00	300,00	0,00
154054	99789760191	0,00	4.400,00	4.400,00	0,00

Fonte: CCO/PRAD

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	17366151149	0,00	5.165,00	5.165,00	0,00
150160	42115990110	0,00	2.003,00	2.003,00	0,00
150160	44718713153	0,00	1.994,96	1.994,96	0,00
150160	01506878180	0,00	1.615,00	1.615,00	0,00
150160	56231113191	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	00498410170	0,00	2.525,00	2.525,00	0,00
150160	00493502858	0,00	800,20	800,20	0,00
150160	23092971191	0,00	182,00	182,00	0,00
150160	60806699191	0,00	565,00	565,00	0,00
150160	17746760104	0,00	1.534,00	1.534,00	0,00
150160	36742597100	0,00	415,00	415,00	0,00
150160	69378584187	0,00	2.342,70	2.342,70	0,00
150160	08083711000189	0,00	1.907,15	1.907,15	0,00
150160	50496751891	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	04506580664	0,00	451,50	451,50	0,00
150160	36698989134	0,00	889,00	889,00	0,00
150160	10507086104	0,00	2.465,00	2.465,00	0,00
150160	00197365000158	0,00	1.999,09	1.999,09	0,00
150160	03444832907	0,00	3.145,00	3.145,00	0,00
150160	97055891868	0,00	1.330,00	1.330,00	0,00
150160	76130282168	0,00	382,00	534,80	152,80
150160	03852463157	0,00	350,00	350,00	0,00
150160	33778728172	0,00	858,00	858,00	0,00
150160	05681930000171	0,00	1.494,80	1.494,80	0,00
150160	44533250106	0,00	1.750,00	1.750,00	0,00
150160	16451819875	0,00	1.645,00	1.645,00	0,00
150160	06978354000191	0,00	7.395,54	7.395,54	0,00
150160	25062166187	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	07736864870	0,00	236,00	236,00	0,00
150160	20001380125	0,00	1.121,00	1.121,00	0,00
150160	08154991000179	0,00	720,00	720,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	50091239168	0,00	4.338,14	4.338,14	0,00
150160	06121872000194	0,00	7.688,75	7.688,75	0,00
150160	03273885000190	0,00	3.600,00	3.600,00	0,00
150160	03038445000159	0,00	16,87	16,87	0,00
150160	03381498000178	0,00	16.189,91	16.189,91	0,00
150160	03272689000100	0,00	15.847,29	15.847,29	0,00
150160	18104806000195	0,00	888,00	888,00	0,00
150160	02165276861	0,00	735,00	735,00	0,00
150160	40510484115	0,00	767,00	767,00	0,00
150160	11286046000135	0,00	1.331,46	1.331,46	0,00
150160	46458751168	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	84325275134	0,00	70,00	70,00	0,00
150160	86945755000184	0,00	38.072,25	38.072,25	0,00
150160	08489093000171	0,00	3.530,93	3.530,93	0,00
150160	03444465000120	0,00	642,18	642,18	0,00
150160	04311093000398	0,00	177,00	177,00	0,00
150160	04311093000550	0,00	6.885,01	6.885,01	0,00
150160	00461217147	0,00	350,00	350,00	0,00
150160	36811909000177	0,00	539,60	539,60	0,00
150160	05674172000245	0,00	8.693,66	8.693,66	0,00
150160	48054208120	0,00	204,00	204,00	0,00
150160	59517948700	0,00	177,00	177,00	0,00
150160	30363012087	0,00	338,00	338,00	0,00
150160	32118317115	0,00	42,00	42,00	0,00
150160	01239170000196	0,00	11.365,68	11.365,68	0,00
150160	15463090000124	0,00	3.133,40	3.133,40	0,00
150160	10478534000181	0,00	2.744,76	2.744,76	0,00
150160	42128749115	0,00	931,40	931,40	0,00
150160	36808083134	0,00	1.046,00	1.046,00	0,00
150160	08257861000161	0,00	3.653,50	3.653,50	0,00
150160	16417717000173	0,00	548,66	548,66	0,00
150160	03533432000156	0,00	2.035,56	2.035,56	0,00
150160	04685133000108	0,00	284,52	284,52	0,00
150160	26406991000109	0,00	2.017,18	2.017,18	0,00
150160	04599505000175	0,00	2.518,40	2.518,40	0,00
150160	36821403000149	0,00	210,22	210,22	0,00
150160	10197784000143	0,00	28,28	28,28	0,00
150160	01944057000101	0,00	19.729,18	19.729,18	0,00
150160	02289376981	0,00	1.776,50	1.776,50	0,00
150160	35698659168	0,00	59,00	59,00	0,00
150160	11279377000148	0,00	3.102,36	3.102,36	0,00
150160	06969296865	0,00	1.868,75	1.868,75	0,00
150160	95970142115	0,00	1.610,00	1.610,00	0,00
150160	46629173104	0,00	225,00	225,00	0,00
150160	14593607000137	0,00	1.246,00	1.246,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	01607917000111	0,00	20.712,29	20.712,29	0,00
150160	03595223000137	0,00	2.090,72	2.090,72	0,00
150160	00860841000179	0,00	83.490,45	83.490,45	0,00
150160	05156508000105	0,00	4.581,75	4.581,75	0,00
150160	07794929000189	0,00	135,00	135,00	0,00
150160	11410634000139	0,00	300,00	300,00	0,00
150160	03650457000130	0,00	1.511,24	1.511,24	0,00
150160	07038645000162	0,00	663,06	663,06	0,00
150160	01640560000173	0,00	33.434,14	33.434,14	0,00
150160	37527256000161	0,00	3.371,81	3.371,81	0,00
150160	01927805000148	0,00	1.472,55	1.472,55	0,00
150160	26819458000160	0,00	1.977,63	1.977,63	0,00
150160	08655400000147	0,00	42,00	42,00	0,00
150160	10440462000183	0,00	8.504,00	8.504,00	0,00
150160	17908719000128	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	10611892000110	0,00	2.011,12	2.011,12	0,00
150160	04743130000175	0,00	2.010,16	2.010,16	0,00
150160	04829533000131	0,00	120,00	120,00	0,00
150160	07653576000105	0,00	1.339,00	1.339,00	0,00
150160	07151171000160	0,00	588,07	588,07	0,00
150160	05845091000180	0,00	4.481,00	4.481,00	0,00
150160	11869498000140	0,00	3.044,36	3.044,36	0,00
150160	05600476000187	0,00	708,00	708,00	0,00
150160	03479706000176	0,00	364,16	364,16	0,00
150160	00141394000106	0,00	929,00	929,00	0,00
150160	00537250000165	0,00	1.657,22	1.657,22	0,00
150160	11070814000119	0,00	605,80	605,80	0,00
150160	06119327000163	0,00	20.245,59	20.245,59	0,00
150160	00991935000187	0,00	755,37	755,37	0,00
150160	15505738000188	0,00	1.627,78	1.627,78	0,00
150160	04933722000150	0,00	879,80	879,80	0,00
150160	08882320987	0,00	1.468,00	1.468,00	0,00
150160	02855446000123	0,00	5.160,20	5.160,20	0,00
150160	11660731000180	0,00	1.199,94	1.199,94	0,00
150160	15312877000195	0,00	354,00	354,00	0,00
150160	06541286000107	0,00	6.996,44	6.996,44	0,00
150160	04330300000190	0,00	44.345,23	44.345,23	0,00
150160	05669374000118	0,00	26.141,05	26.141,05	0,00
150160	06887734000110	0,00	24.437,63	24.437,63	0,00
150160	12890020000164	0,00	6.081,20	6.081,20	0,00
150160	00914116100	0,00	1.624,54	1.624,54	0,00
150160	05773829000140	0,00	644,38	644,38	0,00
150160	04017816000189	0,00	504,07	504,07	0,00
150160	36795844153	0,00	455,00	455,00	0,00
150160	03012503000175	0,00	726,50	726,50	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	13344023888	0,00	627,00	627,00	0,00
150160	03976519000106	0,00	21.106,97	21.106,97	0,00
150160	70390604000177	0,00	7.665,90	7.665,90	0,00
150160	07023303000179	0,00	8.659,07	8.659,07	0,00
150160	25718053120	0,00	767,00	767,00	0,00
150160	33782798000120	0,00	4.216,86	4.216,86	0,00
150160	13729346000177	0,00	81,00	81,00	0,00
150160	14400367000107	0,00	7.480,50	7.480,50	0,00
150160	11601201000160	0,00	59,00	59,00	0,00
150160	17208404000178	0,00	9.274,28	9.274,28	0,00
150160	42137519100	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	97276359115	0,00	531,00	531,00	0,00
150160	76421988172	0,00	665,00	665,00	0,00
150160	07198370144	0,00	531,00	531,00	0,00
150160	31184260125	0,00	2.114,00	2.114,00	0,00
150160	03082571115	0,00	687,60	687,60	0,00
150160	44475799104	0,00	2.534,88	2.534,88	0,00
150160	16041500178	0,00	840,00	840,00	0,00
150160	25076213115	0,00	1.062,00	1.062,00	0,00
150160	09937110149	0,00	264,00	264,00	0,00
150160	51854325191	0,00	969,00	969,00	0,00
150160	20033346100	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	18188192104	0,00	1.180,00	1.180,00	0,00
150160	42088119191	0,00	910,05	910,05	0,00
150160	23083794134	0,00	1.088,00	1.088,00	0,00
150160	37225943000122	0,00	285,00	285,00	0,00
150160	16811889000127	0,00	2.373,00	2.373,00	0,00
150160	96497424920	0,00	2.456,53	2.456,53	0,00
150160	34836047153	0,00	413,00	413,00	0,00
150160	04309111904	0,00	478,40	478,40	0,00
150160	79941559104	0,00	596,00	596,00	0,00
150160	56164130115	0,00	12.572,50	12.572,50	0,00
150160	05209949000110	0,00	130,88	130,88	0,00
150160	85587311104	0,00	630,00	630,00	0,00
150160	30926734172	0,00	885,00	885,00	0,00
150160	08935574000163	0,00	1.355,12	1.355,12	0,00
150160	03818685000176	0,00	1.784,00	1.784,00	0,00
150160	05889954000110	0,00	240,00	240,00	0,00
150160	14977364000130	0,00	1.245,00	1.245,00	0,00
150160	07031199000164	0,00	133,20	133,20	0,00
150160	96731672149	0,00	750,00	750,00	0,00
150160	07403380134	0,00	236,00	236,00	0,00
150160	13250749000139	0,00	60,00	60,00	0,00
150160	11805951000154	0,00	2.729,37	2.729,37	0,00
150160	20587945400	0,00	1.379,00	1.379,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	03221702000193	0,00	4.549,76	4.549,76	0,00
150160	15465188000110	0,00	296,00	296,00	0,00
150160	17097525991	0,00	1.938,80	1.938,80	0,00
150160	00414620178	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	01146694148	0,00	317,00	317,00	0,00
150160	10252874790	0,00	3.137,00	3.137,00	0,00
150160	05624644000174	0,00	3.256,00	3.256,00	0,00
150160	79319807191	0,00	651,04	651,04	0,00
150160	07379714368	0,00	1.295,36	1.295,36	0,00
150160	16389069049	0,00	1.591,64	1.591,64	0,00
150160	37530474000155	0,00	384,68	384,68	0,00
150160	00531358000140	0,00	7.520,21	7.520,21	0,00
150160	01979805000191	0,00	1.193,91	1.193,91	0,00
150160	03318219000121	0,00	16.902,05	16.902,05	0,00
150160	10632937000133	0,00	18.189,91	18.189,91	0,00
150160	37182888000130	0,00	210.496,19	210.496,19	0,00
150160	25088670125	0,00	1.260,00	1.260,00	0,00
150160	10413200000120	0,00	1.036,00	1.036,00	0,00
150160	02448720000140	0,00	1.707,55	1.707,55	0,00
150160	07084162000102	0,00	620,48	620,48	0,00
150160	60833910001230	0,00	125.110,59	125.110,59	0,00
150160	08015066000167	0,00	4.170,40	4.170,40	0,00
150160	01976296000143	0,00	31.435,90	31.435,90	0,00
150160	02413389000122	0,00	4.138,30	4.138,30	0,00
150160	02320789000193	0,00	11.375,51	11.375,51	0,00
150160	00579622000116	0,00	1.703,29	1.703,29	0,00
150160	42204780197	0,00	1.569,30	1.569,30	0,00
150160	56934378172	0,00	447,00	447,00	0,00
150160	25023926168	0,00	210,00	210,00	0,00
150160	58267336168	0,00	670,00	670,00	0,00
150160	33896763172	0,00	875,00	875,00	0,00
150160	17503620153	0,00	1.732,50	1.732,50	0,00
150160	25024191153	0,00	413,00	413,00	0,00
150160	69319332134	0,00	252,00	252,00	0,00
150160	10914998000193	0,00	826,00	826,00	0,00
150160	22034137191	0,00	630,00	630,00	0,00
150160	00651850134	0,00	2.957,17	2.957,17	0,00
150160	59633352134	0,00	1.813,34	1.813,34	0,00
150160	36530220100	0,00	5.837,20	5.837,20	0,00
150160	20068476949	0,00	649,00	649,00	0,00
150160	17982723004	0,00	1.062,00	1.062,00	0,00
150160	14870441000159	0,00	723,42	723,42	0,00
150160	35616822191	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	03093310130	0,00	590,00	590,00	0,00
150160	36845442134	0,00	354,00	354,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	08037851869	0,00	868,65	868,65	0,00
150160	99488574100	0,00	206,70	206,70	0,00
150160	60056592191	0,00	1.595,00	1.595,00	0,00
150160	33800081172	0,00	4.225,00	4.225,00	0,00
150160	69256594153	0,00	1.477,00	1.477,00	0,00
150160	90536002134	0,00	70,00	70,00	0,00
150160	24965391187	0,00	5.057,00	5.057,00	0,00
150160	20888740115	0,00	1.103,00	1.103,00	0,00
150160	25783688134	0,00	67,50	67,50	0,00
150160	14787845000183	0,00	434,00	434,00	0,00
150160	28224901807	0,00	255,00	255,00	0,00
150160	81694989100	0,00	129,00	129,00	0,00
150160	33716749168	0,00	350,00	350,00	0,00
150160	83250824100	0,00	434,00	434,00	0,00
150160	08384990000110	0,00	3.239,43	3.239,43	0,00
150160	02718586990	0,00	1.410,26	1.410,26	0,00
150160	01563691000102	0,00	32.308,80	32.308,80	0,00
150160	12337709000166	0,00	130,88	130,88	0,00
150160	09272155000151	0,00	1.018,35	1.018,35	0,00
150160	00215335000127	0,00	1.084,08	1.084,08	0,00
150160	03350899000160	0,00	10.289,08	10.289,08	0,00
150160	13962086000185	0,00	98,73	98,73	0,00
150160	15419617000113	0,00	5.633,42	5.633,42	0,00
150160	03632914000163	0,00	229,98	229,98	0,00
150160	03912904000181	0,00	1.487,90	1.487,90	0,00
150160	00208207000156	0,00	11.385,48	11.385,48	0,00
150160	77885783120	0,00	6.290,00	6.290,00	0,00
150160	07711889000164	0,00	4.728,50	4.728,50	0,00
150160	12375129000163	0,00	2.428,00	2.428,00	0,00
150160	28552849100	0,00	397,50	397,50	0,00
150160	91810906920	0,00	2.919,30	2.919,30	0,00
150160	33835829149	0,00	720,00	720,00	0,00
150160	37391801100	0,00	459,00	459,00	0,00
150160	44616481172	0,00	789,00	789,00	0,00
150160	35662328153	0,00	649,00	649,00	0,00
150160	05134552134	0,00	9.438,96	9.438,96	0,00
150160	37150332749	0,00	1.239,00	1.239,00	0,00
150160	04483645811	0,00	1.010,00	1.010,00	0,00
150160	18632939904	0,00	354,00	354,00	0,00
150160	55466451134	0,00	492,00	492,00	0,00
150160	15767400130	0,00	177,00	177,00	0,00
150160	07434040000190	0,00	1.435,86	1.435,86	0,00
150160	03827565000135	0,00	744,23	744,23	0,00
150160	75547988715	0,00	319,00	319,00	0,00
150160	00771577109	0,00	280,00	280,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	44556578191	0,00	305,60	305,60	0,00
150160	17877841850	0,00	3.518,71	3.518,71	0,00
150160	07861942864	0,00	40,50	40,50	0,00
150160	13983504191	0,00	456,00	456,00	0,00
150160	16358759191	0,00	2.080,50	2.080,50	0,00
150160	07960550760	0,00	5.440,00	5.440,00	0,00
150160	01624426000189	0,00	665,00	665,00	0,00
150160	55482996115	0,00	1.041,00	1.041,00	0,00
150160	89317513700	0,00	652,80	652,80	0,00
150160	15151808400	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	39089550178	0,00	2.520,00	2.520,00	0,00
150160	48933988149	0,00	279,36	279,36	0,00
150160	12738514120	0,00	1.082,00	1.082,00	0,00
150160	88904024153	0,00	350,00	350,00	0,00
150160	35724404168	0,00	210,00	210,00	0,00
150160	90342682172	0,00	153,70	153,70	0,00
150160	72659203172	0,00	735,00	735,00	0,00
150160	65240871191	0,00	2.396,64	2.396,64	0,00
150160	66877512715	0,00	2.083,70	2.083,70	0,00
150160	66877512715	0,00	274,20	274,20	0,00
150160	13432835000162	0,00	750,98	750,98	0,00
150160	32162529149	0,00	759,20	759,20	0,00
150160	32162529149	0,00	365,60	365,60	0,00
150160	86021486749	0,00	575,00	575,00	0,00
150160	22718877120	0,00	59,00	59,00	0,00
150160	30595053149	0,00	30,00	30,00	0,00
150160	18605567000157	0,00	146,79	146,79	0,00
150160	03585204000120	0,00	1.288,32	1.288,32	0,00
150160	24626194000101	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00
150160	05513982000139	0,00	13.639,37	13.639,37	0,00
150160	05509241918	0,00	795,00	795,00	0,00
150160	10578469000166	0,00	59,00	59,00	0,00
150160	00860254000180	0,00	7.425,70	7.425,70	0,00
150160	04212069000210	0,00	534,52	534,52	0,00
150160	52894223153	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	15752623120	0,00	225,00	225,00	0,00
150160	08218200000127	0,00	327,28	327,28	0,00
150160	01570545197	0,00	3.060,00	3.060,00	0,00
150160	70873283104	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00
150160	75509377887	0,00	194,66	194,66	0,00
150160	06167309850	0,00	295,00	295,00	0,00
150160	65245512734	0,00	328,00	328,00	0,00
150160	09282483991	0,00	10.947,54	10.947,54	0,00
150160	00256862168	0,00	59,00	59,00	0,00
150160	01971795000148	0,00	2.708,48	2.708,48	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	03292735000124	0,00	3.174,77	3.174,77	0,00
150160	33102419000103	0,00	3.195,58	3.195,58	0,00
150160	37227048000147	0,00	849,96	849,96	0,00
150160	08862799845	0,00	2.677,45	2.677,45	0,00
150160	32254105191	0,00	315,00	315,00	0,00
150160	10443134000130	0,00	229,20	229,20	0,00
150160	01881784000177	0,00	19.834,58	19.834,58	0,00
150160	02317841000152	0,00	177,00	177,00	0,00
150160	01601999000197	0,00	2.516,75	2.516,75	0,00
150160	01178951138	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00
150160	58264582168	0,00	875,00	875,00	0,00
150160	63889684149	0,00	413,00	413,00	0,00
150160	20004516168	0,00	511,20	511,20	0,00
150160	35242515791	0,00	1.093,77	1.093,77	0,00
150160	32540078168	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	11400213000127	0,00	301,40	301,40	0,00
150160	88874850891	0,00	1.126,04	1.126,04	0,00
150160	12281933000183	0,00	485,00	485,00	0,00
150160	15212105000181	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	20500804000167	0,00	1.182,00	1.182,00	0,00
150160	10559198000100	0,00	1.520,78	1.520,78	0,00
150160	08746634000108	0,00	59,00	59,00	0,00
150160	26822627000111	0,00	3.031,36	3.031,36	0,00
150160	33161795000179	0,00	1.638,48	1.638,48	0,00
150160	73407546000135	0,00	1.539,37	1.539,37	0,00
150160	36820967000167	0,00	68.091,12	68.091,12	0,00
150160	03121241000187	0,00	38.414,68	38.414,68	0,00
150160	05164281000131	0,00	177,00	177,00	0,00
150160	06107397000100	0,00	12.059,77	12.059,77	0,00
150160	80759521115	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	17368936100	0,00	2.149,00	2.149,00	0,00
150160	17368936100	0,00	2.341,60	2.341,60	0,00
150160	07989780000193	0,00	3.731,00	3.731,00	0,00
150160	01557891000144	0,00	555,00	555,00	0,00
150160	14332341000179	0,00	810,00	810,00	0,00
150160	10927947000104	0,00	0,00	0,00	0,00
150160	75976587968	0,00	1.564,00	1.564,00	0,00
150160	63856174168	0,00	4.243,70	4.243,70	0,00
150160	48899372187	0,00	2.528,10	2.528,10	0,00
150160	16703539820	0,00	2.411,10	2.411,10	0,00
150160	30235200972	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	69029504153	0,00	177,00	177,00	0,00
150160	03956462000175	0,00	74.074,32	74.074,32	0,00
150160	89074033172	0,00	590,00	590,00	0,00
150160	42914604734	0,00	236,00	236,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	54407559187	0,00	531,00	531,00	0,00
150160	32254512153	0,00	245,00	245,00	0,00
150160	18497711000189	0,00	1.164,00	1.164,00	0,00
150160	04709749000163	0,00	16.195,00	16.195,00	0,00
150160	18691409000167	0,00	7.625,18	7.625,18	0,00
150160	19483315000165	0,00	2.505,00	2.505,00	0,00
150160	11920447000103	0,00	1.792,96	1.792,96	0,00
150160	00863084000197	0,00	1.803,35	1.803,35	0,00
150160	22719199168	0,00	1.512,00	1.512,00	0,00
150160	46629459172	0,00	420,00	420,00	0,00
150160	10582590000161	0,00	118,00	118,00	0,00
150160	92508006149	0,00	2.121,00	2.121,00	0,00
150160	15009910000102	0,00	1.928,16	1.928,16	0,00
150160	03021401000116	0,00	1.718,69	1.718,69	0,00
150160	28520696104	0,00	747,00	747,00	0,00
150160	25531433620	0,00	485,00	485,00	0,00
150160	13662031604	0,00	236,00	236,00	0,00
150160	04022212000120	0,00	57.322,08	57.322,08	0,00
150160	12285020000135	0,00	39.837,40	39.837,40	0,00
150160	12093089831	0,00	1.065,00	1.065,00	0,00
150160	47581549100	0,00	3.441,10	3.441,10	0,00
150160	15598306115	0,00	759,00	759,00	0,00
150160	12268485000188	0,00	4.382,27	4.382,27	0,00
150160	03873593000199	0,00	15.176,82	15.176,82	0,00
150160	05981086000102	0,00	7.180,54	7.180,54	0,00
150160	01828575000160	0,00	7.452,97	7.452,97	0,00
150160	36817948000181	0,00	7.927,80	7.927,80	0,00
150160	72242736191	0,00	826,00	826,00	0,00
150160	10633480134	0,00	749,00	749,00	0,00
150160	35858583920	0,00	12.444,30	12.444,30	0,00
150160	06068111000116	0,00	10.438,20	10.438,20	0,00
150160	28529899806	0,00	708,00	708,00	0,00
150160	14937733000161	0,00	119,57	119,57	0,00
150160	37222395000187	0,00	52.958,16	52.958,16	0,00
150160	09674288000154	0,00	9.871,03	9.871,03	0,00
150160	01428111000166	0,00	17.449,38	17.449,38	0,00
150160	15926819000151	0,00	1.944,75	1.944,75	0,00
150160	03980208000374	0,00	1.840,60	1.840,60	0,00
150160	03511888000115	0,00	73.458,85	73.458,85	0,00
150160	02083750000108	0,00	528,96	528,96	0,00
150160	12321841000180	0,00	723,00	723,00	0,00
150160	66345847887	0,00	413,00	708,00	295,00
150160	20276303172	0,00	1.692,00	1.692,00	0,00
150160	29802164100	0,00	240,00	240,00	0,00
150160	06938779000177	0,00	5.665,00	5.665,00	0,00

Identificação da Conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a Pagar-Credores Nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
150160	05512437836	0,00	8.472,30	8.472,30	0,00
150160	40830241787	0,00	236,00	236,00	0,00
150160	11856909000162	0,00	665,00	665,00	0,00
150160	11109968000177	0,00	3.835,00	3.835,00	0,00
150160	02606072000102	0,00	588,00	588,00	0,00
150160	20155131168	0,00	1.015,00	1.015,00	0,00
150160	13784907000130	0,00	745,50	745,50	0,00
TOTAL		1.976.361,94	1.976.809,74	447,80	
*R\$447,80-SERÁ ANULADO					

Fonte: CAS/PROGEP

UG 154357

Identificação da conta contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400 P		Contas a pagar-credores nacionais-Passivo Anterior			
Linha Detalhe					
UG	Credor(CNPJ/CPF)	Saldo Final 2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final 2015
154357	07.729.499/0001-11	0,00	109,40	109,40	0,00
154357	10.752.963/0001-03	0,00	221,40	221,40	0,00
154357	61.374.161/0001-30	0,00	1.306,27	1.306,27	0,00
154357	49.351.786/0001-80	0,00	21.000,00	21.000,00	0,00
154357	04.089.570/0001-50	0,00	236,80	236,80	0,00
154357	33.761.636/0001-05	0,00	4.341,24	4.341,24	0,00
154357	10.198.807/0001-34	0,00	127.233,80	127.233,80	0,00
154357	10.198.807/0001-34	0,00	183.081,34	183.091,34	0,00
154357	49.351.786/0009-38	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00
154357	15.413.826/0001-50	0,00	211,08	211,08	0,00

Fonte: HUMAP

Preliminarmente, faz-se necessário justificar a ausência desses dados nos relatórios de gestão dos anos anteriores no qual eram informados que não ocorreram reconhecimento de passivos na UFMS e no HUMAP, pois no fechamento de cada exercício não haviam informações de processos que não tinham cobertura orçamentária, para ser registrado na conta na qual estava sendo solicitada no relatório de gestão, conta contábil 212111100 (fornecedores por insuficiência de créditos). Em razão da mudança do plano de contas da União ocorrida em 1º de janeiro de 2015 permitiu identificar o reconhecimento de dívida na emissão de empenho em favor dos favorecidos (prestadores de serviços, bolsistas, etc), consequentemente seu registro durante o exercício .

Um dos motivos de reconhecimento de dívida de exercício anterior é devido à liberação orçamentária ter ocorrido de menor valor do que o solicitado, razão que pode ser explicada devido à crise econômica e financeira enfrentada pelo país ao longo de 2015.

Outra razão é com relação aos contratos de valores estimados como àqueles de prestação de serviços de energia elétrica e água que, por mais aproximado que o gestor possa estimar, sempre pode ocorrer que a estimativa seja de maior ou menor valor e, neste último, faz-se necessário reconhecer a dívida para honrar os compromissos financeiros assumidos pelo órgão.

Há ainda casos excepcionais de acadêmicos em situação de vulnerabilidade econômica que recebem bolsas e/ou auxílios e que entregam documentos/relatórios, normalmente, referente ao mês de dezembro fora de prazo e cujas justificativas são acatadas pelo Serviço Social do órgão e pelas unidades responsáveis pelo acompanhamento desses acadêmicos.

Todos os casos são analisados de forma a garantir que estejam respaldados no Art. 22, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 93.872/86 e demais legislações vigentes.¹⁴

UG 150160 (PAS)

A folha de Pagamento de Novembro/2014 tem o valor de R\$1.308.859,33;

A folha de Pagamento de Dezembro/2014 tem o valor de R\$1.299.167,27, totalizando R\$2.608.167,27.

Este valor, menos o valor da Planilha R\$1.977.162,94, resta R\$631.004,39, que se refere aos empenhos que estavam inscritos em Restos a Pagar/2014 e pagos em Janeiro/2015 e Fevereiro de 2016.

O Reconhecimento do Passivo foi necessário pois estávamos reconhecendo as despesas pelas datas das guias dos exames. E somente lançadas no sistema de faturamento após auditoria e revisão de glosas.

Por se tratar de despesas com serviços médicos, elas são previstas por estimativa por não ser possível uma previsão exata dos gastos, pois eles independem da vontade do Ordenador, quem provoca as despesas são os servidores beneficiários do programa. E como não foram liberados recursos orçamentários no mês de Dezembro/2014 prevendo as despesas de Novembro e Dezembro/2014, conseguimos inscrever em restos a pagar apenas o valor de R\$631.004,39.

Completando as informações anteriores sobre Análise Crítica, a fundamentação legal utilizada pelo Ordenador de Despesas foi no Artigo 37 da Lei nº 4.320/64 e da letra "a" do Artigo 22 do Decreto nº 93.872 de 23/12/1986.

Para evitar o Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos, em janeiro de 2015 mudamos a sistemática de faturamento. Agora só reconhecemos as despesas depois

¹⁴Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração

que elas são auditadas e são revisadas as glosas. Assim fechamos o sistema de faturas no mesmo mês em que ocorrem os pagamentos.

Não acreditamos que ocorreram impactos na gestão orçamentária e financeira da UPC, por conta destes reconhecimentos de dívidas de despesas de exercícios anteriores, pois tínhamos uma reserva financeira suficiente para os dois meses.

UG 154357 (HUMAP)

Por conta da restrição orçamentaria no final do exercício não foi possível a emissão de empenho dentro do exercício correspondente a despesas executada.

4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

UO 26283

Quadro 8 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não processados					Valores em R\$ 1,00
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	31.629.969	18.808.009	785.787	12.036.172	
2013	14.945.351	11.133.293	804.456	3.007.601	
2012	119.308	110.559	8.748	0,00	
2011	628.742	591.980	36.762	0,00	
Restos a Pagar processados					
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	1.043.529	1.042.201	1.327	0,00	
2013	1.560.008	1.533.602	26.406	0,00	
2012	105.013	105.013	0,00	0,00	

Fonte: CCO/PRAD

Obs :

1. Saldo 2014 a pagar: restos a pagar não processados liquidados a pagar R\$ 727.903,74 a liquidar R\$ 11.306.073,41 e restos a pagar não processados a liquidar bloqueado R\$ 2.195,79
2. Saldo 2013 a pagar: restos a pagar não processados liquidados a pagar R\$ 854.357,21 a liquidar R\$ 2.153.244,61
3. Não estão detalhadas as informações da UG 154357, que serão demonstradas em quadro separado.

UO 26401

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não processados					Valores em R\$ 1,00
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	9.202.225	6.998.103	895.034	1.309.087	
2013	3.201.108	818.994	1.657.377	724.737	
2012	2.019.563	-	646.673	1.372.890	
Restos a Pagar processados					
Ano da Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	1.117.714	1.097.495	20.218	-	
2013	399.393	53.424	152.395	193.573	
2012	100.421	100.421	-	-	

Fonte: HUMAP

A inscrição em restos a pagar indica que a Administração está procurando receber os produtos e serviços empenhados e que, por algum motivo, ainda não tiveram a efetiva entrega dentro do exercício. Ao longo de 2015, a Administração acompanhou e efetuou cobranças junto aos fornecedores para que todos os materiais e serviços fossem entregues. É importante esclarecer que, ainda que houvesse todo o acompanhamento, alguns fornecedores não conseguiram honrar com os compromissos assumidos. Muitas alegações ocorreram devido à crise financeira enfrentada pelo país. Tal situação ensejou na abertura de vários processos sancionadores ao longo do ano, demonstrando que a Administração buscou de forma proativa todas as alternativas possíveis para conseguir finalizar as compras com a efetiva entrega dos bens. Do saldo apresentado em 31/12/2015 foram incluídas as inscrições em restos a pagar relativas a registros nos exercícios anteriores e refletem a decisão da Administração juntamente com a manifestação das Unidades solicitantes em conseguir receber esses materiais, optou-se pela manutenção da inscrição em restos a pagar.

- Total restos a pagar não processado 2014 – R\$ 1.309.087,76 (a liquidar R\$ 1.249.363,19 + liquidados a pagar R\$ 59.724,57).
- Total restos a pagar não processado 2013 – R\$ 724.737,15 (a liquidar R\$ 279.640,91 + liquidados a pagar R\$ 445.096,24).
- Restos a pagar 2012 não processados corresponde a aquisição de equipamentos de Imaginologia cardiovascular (Angiografo) que está aguardando deliberação quando a instalação no Hospital, substituindo o atualmente em uso ou reforma para abertura de nova sala e instalação mantendo os dois equipamentos em funcionamento. Nas duas situações haveria a necessidade de alocação de recursos para reforma. Recursos não disponíveis.
- Restos a pagar processados 2013 corresponde a notas fiscais de materiais de órteses e próteses que estão sob análise, aguardando deliberação quanto o pagamento.

4.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 9 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul					
UG/GESTÃO:	154054/15269					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	03	-	782.449,06	806.558,56	1.023.511,52
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Totais	-	03	-	782.449,06	806.558,56	1.023.511,52

Fonte: CRT/PROPLAN

Quadro 10 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente						
Nome: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul						
UG/GESTÃO: 154054/15269						
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		Convênios	Contratos de
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-	-
		Montante Repassado	33.218,59	-	-	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-	-

Fonte: CRT/PROPLAN

Quadro 11 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul				
UG/GESTÃO: 154054/15269				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Convênios	Contratos de repasse	...	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	01	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	33.218,59	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: CRT/PROPLAN

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Não há prestações de contas em atraso.

Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Não houve qualquer instrumento formalizado entre: UFMS figurando como CONCEDENTE DE RECURSOS, e suas Fundações de Apoio, na figura de CONVÊNIOS ou instrumentos congêneres a figura de CONVÊNIOS.

Análise Crítica

Observando os demonstrativos dos Quadros disponibilizados no item 4.3.6 “Orientações para elaboração do conteúdo do item “Execução descentralizada com transferências de recursos”, exceto o quadro complementar que trata da **“Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio, tendo a UFMS como Executora e não enquanto concedente de recursos às Fundações de Apoio”**, constatou-se que houve uma diminuição no montante de repasse, em decorrência de ajustes realizados na forma de convênios e congêneres por força da limitação orçamentária imposta pelo Governo Federal, limitando o quantitativo de menores aprendizes que auxiliam na execução de tarefas nos inúmeros setores que compõe a UPC/UJ.

No tocante às transferências vencidas em 2015, um instrumento jurídico dessa natureza apresentou término de vigência no exercício, com apresentação aprovação da Prestação de Contas final, tendo sido analisada e aprovada pelo gestor do instrumento operacionalizado pelo SICONV.

Registra-se que, para a situação apresentada no ano de 2015, o quantitativo de pessoal deve ser objeto de atenção no intuito da instituição adequar a demanda existente para atender a todas as vertentes desenvolvidas no âmbito da CRT/PROPLAN, e suas divisões DICV/CRT/PROPLAN e DIPC/CRT/PROPLAN, visto que, sobretudo na DIPC/CRT/PROPLAN, houve vacância de uma servidora e houve a remoção de outro servidor para assunção de atividades em outra coordenadoria, porém não houve a reposição dos 2 servidores, o que ocasiona, sobreposição e carga de trabalho aos outros 2 servidores, inclusive devido a tal situação, chama-se atenção para eventual risco iminente

de não atendimento em tempo hábil e tempestivo quanto ao atendimento de todas as atividades definidas no manual de competência para a unidade.

A disponibilidade de equipamentos para realização dos trabalhos se mostra suficiente, havendo a necessidade de capacitação por meio de sistemáticos treinamentos, visando alcançar resultados de maior qualidade a médio e longo prazo, vez que, a estrutura já mostra resultados de eficiência com a implementação de rotinas administrativas readequadas, levando-se em consideração os referenciais apresentados em anos anteriores.

Registre-se ainda, que para melhoria na implementação de rotinas constantes no rol de competências da DIPC/CRT/PROPLAN, a fim de atender a demanda institucional, e órgãos de controle, assim como os normativos legais, foi normatizado a IN 01 de 22 de maio de 2015 da Pró-Reitoria de Planejamento de Orçamento, publicada no Boletim de Serviço nº 6046 de 26/05/2015, que trata do estabelecimento de competências dos gestores designados para execução dos Convênios e congêneres, possibilitando, sobretudo que a Unidade pudesse realizar o acompanhamento dos instrumentos firmados entre algum ente direto com as Fundações de Apoio da UFMS, inclusive quanto ao repasse de recursos diretamente as Fundações, em que a UFMS figure-se apenas como EXECUTORA das ações dos projetos, objeto dos instrumentos firmados.

Nesta Unidade não foram celebrados instrumentos que contemplassem a transferência de recursos nas modalidades de contratos de repasse exigidas no quadro. As contratações celebradas com Fundações de Apoio tratam-se de contratos de prestação de serviços e não configuraram como contrato de repasse.

4.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Atualmente, a análise da prestação de contas de Contratos de prestação de serviços celebrados com Fundações de Apoio é realizada pelos Gestores/Fiscais designados para realizar o acompanhamento dos Contratos e fiscalizar sobre a efetiva aplicação dos recursos financeiros com a finalidade acordada. Cumpre esclarecer que neste instrumento contratual denominado “contrato” não há transferência de recursos, por se tratar de contrato de prestação de serviço, ou seja, os pagamentos são realizados após efetiva demonstração de que os serviços foram prestados e devidamente atestados pelos Gestores/Fiscais.¹⁵

¹⁵ Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração

4.3.7 Informações sobre a realização das receitas

UO 26283

Quadro 12 – Realização das receitas – Todas as Fontes de Recursos

GRUPO	FONTE										Descentralização de créditos	TOTAL
	100	108	112	188	250	280	281	650	680	696		
Pessoal e Encargos	170.979.666	0	214.385.402	73.404.182	0	0	0	0	0	0	0	458.769.250
Outras Despesas Correntes	16.072.657	5.534.606	77.109.391	2.288.458	21.328.377	145.558	501.500	2.688.000	96.000	11.000	10.995.033	136.770.580
Investimentos	14.405.000	0	31.131.112	0	2.100.000	54.441	131.500	0	0	0	0	47.822.053
Total	201.457.323	5.534.606	322.625.905	75.692.640	23.428.377	199.999	633.000	2.688.000	96.000	11.000	10.995.033	643.361.883

Fonte: Tesouro

Quadro 13 – Receita própria arrecadada.

	Realização das Receitas			Previsão 2015	RECEITA ARRECADADA		Diferença 2014/15
					2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	13110000	Aluguéis		477.506,00	497.215,84	439.344,12	-11,64%
	13250000	Remuneração de Depósitos Bancários		200.000,00	8.512,34	211.875,41	2389,04%
RECEITA DE SERVICOS	16000501	Serviços Hospitalares		-	42.646,20	35.385,20	-17,03%
	16000505	Serv. Assist. Saúde Suplementar Servidor Civil		17.868.458,00	14.014.705,05	18.103.742,57	29,18%
	16001300	Serviços Administrativos		3.600.000,00	1.112.740,34	1.568.205,84	40,93%
	16005000	Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos		1.299.941,00	905.039,70	1.151.823,75	27,27%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19189900	Outras Multas e Juros de Mora		-	120,00	0,00	-100,00%
	19210600	Indeniz. por Danos Causados ao Patr. Público		26.469,00	3.179,88	26.469,49	732,41%
	19192700	Multas e Juros Previstos em Contratos		97.328,00	-	-	-
	17630000	Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades		150.000,00	-	-	-
	17620000	Transf.a de Convênios dos Estados e do DF e de Suas Entidades		633.000,00	-	-	-
	17640000	Transferência de Convênios de Instituições Privadas		1.000.000,00	-	-	-
ALIENACAO DE BENS	22140000	Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes		-	154.100,03	0,00	-100,00%
	22160000	Alienação de Móveis e Utensílios		170.000,00	2.130,00	53.299,00	2402,30%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	76001300	Serviços Administrativos		-	219.525,00	0,00	-100,00%
TOTAL					16.959.914,38	21.590.145,38	

Fonte: PRAD e PROPLAN

UO 26401

Foram arrecadados nesta UG recurso referente a serviços hospitalares no valor de R\$ 35.838,20 e serviços administrativos de R\$ 15.660,00, totalizando uma receita de R\$ 51.498,20.

4.3.8 Informações sobre a Execução das Despesas

UO 26283

Quadro 14 - Despesas totais por modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26283			
	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	26.779.008,35	32.630.819,15	23.681.673,57	32.080.703,58
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	465.051,72	0,00	465.051,72
c) Concorrência	1.834.210,53	439.376,69	1.684.496,94	262.245,03
d) Pregão	24.944.797,82	31.726.390,74	21.997.176,63	31.353.406,83
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.Contratações Diretas(h+i)	15.903.874,81	15.155.467,25	13.336.576,40	14.663.382,13
h) Dispensa	10.663.689,51	9.008.707,08	9.211.184,81	8.677.097,69
i) Inexigibilidade	5.240.185,30	6.146.760,17	4.125.391,59	5.986.284,44
3.Regime de Execução Especial	0,00	7.586,73	0,00	7.586,73
j) Suprimento de Fundos	0,00	7.586,73	0,00	7.586,73
4.Pagamento de Pessoal(k+l)	454.075.444,31	380.065.692,58	454.075.444,31	380.064.364,58
k) Pagamento em folha	453.356.101,28	378.118.910,17	453.356.101,28	378.118.910,17
l) Diárias	719.343,03	1.946.782,41	719.343,03	1.827.459,41
5.Outros	52.126.682,81	72.148.575,94	52.073.732,07	72.148.575,94
6.Total (1+2+3+4+5)	548.885.010,28	500.008.141,65	543.167.426,35	498.964.612,96

Fonte: PRAD

Quadro 15 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:				Código UO: 26283		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidadada		Rp não processados		Valores Pagos	
1.Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
319011	263.387.109,77	232.127.499,73	263.387.109,77	232.127.499,73	0,00	0,00	263.387.109,77	232.127.499,73
319001	113.591.343,85	102.347.541,67	113.591.343,85	102.347.541,67	0,00	0,00	113.591.343,85	102.347.541,67
319113	50.385.438,42	46.642.691,17	50.385.438,42	46.642.691,17	0,00	0,00	50.385.438,42	46.642.691,17
Demais elementos grupo	25.992.209,24	23.062.977,19	25.992.209,24	23.062.977,19	0,00	0,00	25.992.209,24	23.062.977,19
2.Juros Encargos Divida								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesa Corrente								
339039	41.504.988,60	37.247.220,75	30.722.786,15	30.018.537,71	10.782.202,45	7.228.683,04	26.904.486,04	29.441.457,86
339037	17.052.828,85	15.032.866,21	16.897.878,87	14.888.919,47	154.949,98	143.946,74	16.894.720,23	14.862.449,98
339018	11.603.894,79	11.860.322,47	11.603.894,79	11.860.322,47	0,00	0,00	11.603.894,79	11.860.322,47
339046	11.530.799,29	-	11.530.799,29	-	0,00	-	11.530.799,29	-
339093	7.754.308,11	-	7.738.357,13	-	15.950,98	-	7.738.357,13	
Demais elementos grupo	16.530.230,73	36.464.732,49	14.446.097,53	34.791.249,36	2.084.133,20	1.673.483,13	12.995.649,12	34.737.718,08
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesas	Empenhadas		Liquidadadas		RP não Processados		Valores Pagos	
4.Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
449051	12.748.463,64	18.627.916,72	1.834.210,53	941.801,77	10.914.253,11	17.686.114,95	1.684.496,94	605.273,37
449052	6.484.355,14	7.898.903,18	645.250,17	3.080.515,23	5.839.104,97	4.818.387,95	357.086,99	3.030.595,23
449092	88.915,98	172.540,12	88.915,98	94.886,21	0,00	77.653,91	88.915,98	94.886,21
Demais elementos grupo	32.463,56	152.900,91	20.718,56	151.200,91	11.745,00	1.700,00	12.918,56	151.200,91
5.Inversões Financeiras								
		0,00		0,00		0,00		0,00
6.Amortização da Dívida								
		0,00		0,00		0,00		0,00

Fonte: PRAD

UO 26401

Despesas totais por modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Modalidade de Contratação	Código UO: 26401			
	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.252.597,13	18.701.437,03	17.080.587,56	17.996.696,80
m) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
n) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
o) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
p) Pregão	17.252.597,13	18.701.437,03	17.080.587,56	17.996.696,80
q) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
r) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
s) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2.Contratações Diretas(h+i)	6.205.781,08	7.413.303,08	6.202.758,70	7.140.328,61
t) Dispensa	5.905.216,83	6.435.499,86	5.902.194,45	6.180.679,08
u) Inexigibilidade	300.564,25	977.803,22	300.564,25	959.649,53
3.Regime de Execução Especial	11.690,99	17.536,89	11.690,99	17.536,89
v) Suprimento de Fundos	11.690,99	17.536,89	11.690,99	17.536,89
4.Pagamento de Pessoal(k+l)	81.384.490,46	89.956.995,86	81.320.978,74	89.956.995,86
w) Pagamento em folha	81.384.490,46	89.956.995,86	81.320.978,74	89.956.995,86
x) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5.Outros	15.389.369,55	9.712.885,99	15.304.277,98	9.572.886,65
6.Total (1+2+3+4+5)	120.243.929,21	125.802.158,85	119.920.293,97	124.684.444,81

Fonte: HUMAP

Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:				Código UO: 26401		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidação		Rp não processados		Valores Pagos	
1.Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
319011 - Vencimento	56.052.551,51	55.078.945,84	56.052.551,51	55.078.945,84			55.989.039,79	55.078.945,84
319013 - Obrigações	13.235.846,33	13.750.277,04	13.235.846,33	13.750.277,04			13.235.846,33	13.750.277,04
319016 – Outras Despesas	12.013.947,60	15.296.780,51	12.013.947,60	15.296.780,51	0,00		12.013.947,60	15.296.780,51
Demais elementos do grupo	82.145,02	65.062,18	82.145,02	65.062,18			82.145,02	65.062,18
2.Juros Encargos Dívida								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Outras Despesa Corrente								
339030 – Mat.1 de Consumo	8.568.734,19	0,00	8.443.436,46	0,00	125.297,73	0,00	8.272.076,81	0,00
339037 – Loc. Mão de Obra	7.925.009,89	0,00	7.925.009,89	0,00	0,00	0,00	7.921.337,59	0,00
339048 - Outros Aux. Fin. P.Fis.	7.119.616,40	0,00	7.119.616,40	0,00	0,00	0,00	7.119.616,40	0,00
339039 - Outros Serv. Terc. PJ	6.611.111,48	0,00	6.526.483,78	0,00	84.627,70	0,00	6.526.483,78	0,00
339046 – Aux. Alimentação	3.008.160,16	3.203.258,51	3.008.160,16	3.203.258,51	0,00	0,00	3.008.160,16	3.203.258,51
339147 – Obrigações Tribut.	2.079.327,00	725.976,57	2.079.327,00	725.976,57	0,00	0,00	2.079.327,00	725.976,57
339093 – Indeniz.o e Restit.	1.526.703,93	1.704.262,27	1.526.703,93	1.704.262,27	0,00	0,00	1.526.703,93	1.704.262,27
339091 - Setenças Judiciais	1.458.421,34	0,00	1.191.999,79	0,00	266.421,55	0,00	1.191.999,79	0,00
Demais elementos do grupo	881.631,37	46.639,92	848.131,37	46.639,92	23.500,00	0,00	0,00	46.639,92
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesas	Empenhadas		Liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos	
4.Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
449052 – Equipamento e M. Perm	182.166,13	103.737,76	180.569,97	35.720,00	1.596,16	68.017,76	180.569,97	35.720,00
5.Inversões Financeiras								
		0,00		0,00		0,00		0,00
6.Amortização da Dívida								
		0,00		0,00		0,00		0,00

Fonte: HUMAP

Obs.: Os valores dos quadros estão consolidados referente aos Créditos Originários e Créditos de movimentação.

Análise Crítica

Os dados demonstram a liquidação e o efetivo pagamento de contratações por modalidade conforme disciplina a Lei 8.666/1993. Ao analisarmos os números é possível observar que há diferença entre as despesas pagas e despesas liquidadas, fato este que pode ser explicado pela atipicidade ocorrida no ano de 2015 quando o país enfrentou grande crise econômica e financeira. Diante desse cenário, os créditos financeiros repassados do Governo Federal para a UFMS para o efetivo pagamento das despesas eram disponibilizados com atraso, sem seguir um cronograma, dificultando a quitação das obrigações assumidas. O saldo das despesas pagas reflete essa realidade. É possível observar também que houve uma redução significativa nas despesas com investimento e diárias demonstrando a política adotada pela Administração de contenção de gastos motivada pelas restrições impostas pelo Governo Federal. A liquidação e o pagamento das despesas com pessoal se comparada com 2014 teve um pequeno crescimento que significa que apesar de todo o contingenciamento vivenciado pelo país, as novas contratações de servidores foram mantidas pelo Governo Federal.¹⁶

¹⁶ Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração

4.3.9 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões e pagamento do governo federal

4.3.9.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 16 –Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	154054	UFMS	0	0,00	0	0,00	0,00
	154357	HUMAP	0	0,00	4	11.438,99	8.000,00
2014	154054	UFMS	0	0,00	1	8.000,00	8.000,00
	154357	HUMAP	0	0,00	47	16.937,68	8.000,00
2013	154054	UFMS	0	0,00	5	9.500,00	5.000,00
	154357	HUMAP	0	0,00	6	26.688,79	

Fonte: PRAD e HUMAP

4.3.9.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 17 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
			Saque	Fatura				
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)		
2015	154054	UFMS	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	154357	HUMAP	0	0,00	1	252,00	11.438,99	11.690,99
2014	154054	UFMS	0	0,00	0	0,00	7.586,73	7.586,73
	154357	HUMAP	0	0,00	3	599,21	16.937,68	17.536,89

Fonte: PRAD e HUMAP

4.3.9.3Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 18 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
154054	UFMS	-	-	-	
154357	HUMAP	339030	09	19,00	
			24	319,10	
			25	2.367,20	
			26	5.754,52	
			36	1.249,00	
			96	535,57	
		339039	16	2.456,61	
			17	750,00	
			20	2.130,00	
			12	145,00	
			63	1.747,25	
			96	63,64	

Fonte: PRAD e HUMAP

Análise Crítica

Na UFMS, ao analisarmos o quadro é possível verificar que em 2015 não foi utilizado o suprimento de fundos em consonância com o Decreto 93.872/1986 que prevê no artigo 45 que o suprimento de fundos poderá ser utilizado, excepcionalmente, a critério do ordenador de despesas.

Já no HUMAP, A utilização de cartão de Crédito Coorporativo por nossa UJ somente é efetivada para execução de despesas notadamente que não podem ser adquiridos por processo normal, e a sua concessão é bastante restrita, sendo exigida uma justificativa capaz de evidenciar vantagem pela opção desta modalidade do gasto. Os controles são rígidos e exercidos por intermédio da Divisão Administrativa Financeira – DAF onde o respeito à legislação vigente é condição primeira. Sendo o seu uso justificado como medida excepcional.

4.4 Desempenho Operacional

Os resultados obtidos pela UFMS na condução dos objetivos definidos no planejamento estão relacionados na Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional (no subitem 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício), inclusive vinculando cada meta às ações orçamentárias alinhadas com o PPA/LOA.

As principais dificuldades enfrentadas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a consecução dos objetivos já foram abordadas em vários tópicos desse Relatório, principalmente no Capítulo 2, na seção que trata sobre as principais dificuldades para a realização dos objetivos e, de forma mais específica, na coluna “Realizações da Unidade” da Matriz Estratégica para o Desenvolvimento Institucional citada no parágrafo anterior.

A análise dos indicadores desenvolvidos pela UFMS será feita no item 4.5 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho, onde observa-se na coluna “Desempenho” o resultado, o significado e a análise dos resultados de cada indicador desenvolvido.

Além disso, em cada capítulo ou quadro desse Relatório foi feita uma análise que, de alguma forma, aborda o que está sendo solicitado nesse item.

4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentamos em seguida os indicadores implementados em 2015 e seus correspondentes macroprocessos.

Quadro 19 - Indicadores de Desempenho

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Ensino de Graduação Presencial	Percentual de Variação do Acervo Bibliográfico	$Id = [(Acervo\ ano\ corrente / Acervo\ ano\ comparado) - 1] \times 100$	Demonstra a variação do acervo bibliográfico, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Consustanciado por análises sobre o contingente real e potencial de alunos e os demais aspectos correlacionados à atividade acadêmica, o indicador pode melhorar o entendimento sobre o quantitativo apropriado do acervo bibliográfico e dos correspondentes investimentos realizados para a sua composição.	$Id = [(487.695 / 468.374) - 1] \times 100$ Id= 4,13%	Observa-se um crescimento de 4,13% no acervo bibliográfico em 2015, incluindo o acervo digital, entretanto, considerando a variação obtida em 2014, que apresentou um crescimento de 4,26% no acervo, o resultado do indicador, nesse aspecto, foi menos significativo, pois houve um decréscimo de 3%. Importante ressaltar que a variação da ampliação do acervo reflete o comportamento dos preços dos materiais bibliográficos adquiridos e, sobremaneira, das disponibilidades orçamentárias.
	Percentual de Variação das Vagas Ociosas ¹	$Id = [(\sum \text{de vagas ociosas ano corrente} / \sum \text{de vagas ociosas ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra a variação das vagas ociosas, portanto, quanto menor o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar os estudos de identificação e mitigação dos fatores que desencadeiam tal evento, auxiliar a programação da oferta de cursos de graduação e o desenvolvimento de ações para melhorar a resolutividade dos programas de fortalecimento do desempenho acadêmico e dos cursos de graduação.	$Id = [(6.358 / 5.108) - 1] \times 100$ Id= 24,47%	O contingente de vagas ociosas (vagas não preenchidas no processo seletivo + as vagas dos excluídos) aumentou 24,47% em 2015. Com relação à variação do indicador em 2014 (61%), houve um decréscimo de 60%. As coordenações de curso têm sido orientadas a acompanhar as matrículas e identificar os motivos da desistência dos alunos.

Continua

Continuação

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Ensino de Graduação Presencial	Percentual de Ocupação ² das Vagas Ociosas	$Id = (\sum \text{de vagas ociosas ocupadas} / \sum \text{de vagas ociosas}) \times 100$	Demonstra o percentual de vagas ociosas que foram ocupadas sobre o contingente de vagas ociosas, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se esse indicador para mensurar a eficácia das ações empreendidas para corrigir tal evento, subsidiar estudos e ações corretivas futuras.	$Id = (829 / 5.485) \times 100$ Id= 15,11%	O preenchimento de vagas ociosas chegou a 15,11% em 2015. Considerando o preenchimento obtido no ano anterior, que foi de 19,40%, o desempenho do indicador, nesse sentido, não foi satisfatório, já que em vez de a variação ser positiva (quanto maior o resultado do indicador, mais vagas ociosas foram preenchidas) ela apresentou um decréscimo de 4,29%, ou seja, preencheu-se menos vagas ociosas em 2015. Cumpre destacar que as vagas ociosas têm sido ofertadas através de editais específicos, entretanto, a procura por transferência externa ou portadores de diplomas é muito pequena na maioria dos cursos que têm vagas ociosas.
	Desempenho dos Cursos de Graduação na Avaliação INEP ³	$Id = (\sum \text{de cursos com conceito elevado} / \sum \text{de cursos avaliados}) \times 100$	Demonstra o percentual de cursos que obtiveram aumento no Conceito Preliminar de Curso (CPC), portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para analisar a performance dos cursos de graduação nas avaliações externas e para subsidiar a política de fortalecimento da graduação.	$Id = (6 / 46) \times 100$ Id= 13,04%	No ciclo avaliativo (2011-2014) foram avaliados quarenta e seis cursos de graduação, sendo que três cursos elevaram o conceito de 2 para 3; dois cursos elevara o conceito de 3 para 4 e um curso elevou o conceito de 4 para 5. Considerando a variação do ano anterior (29%) o indicador apresentou um desempenho insatisfatório por apresentar um decrescimento de 55,03% no número relativo de cursos com conceito elevado.
		$Id = (\sum \text{de cursos com conceito rebaixado} / \sum \text{de cursos avaliados}) \times 100$	Demonstra o percentual de cursos que obtiveram rebaixamento no Conceito Preliminar de Curso (CPC), portanto, quanto menor o valor do indicador melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para analisar a performance dos cursos de graduação nas avaliações externas e para subsidiar a política de fortalecimento da graduação.	$Id = (11 / 46) \times 100$ Id= 23,91%	No ciclo avaliativo (2011-2014) foram avaliados quarenta e seis cursos de graduação, sendo que onze cursos obtiveram rebaixamento do CPC. Considerando a variação do ano anterior (57%) o indicador apresentou um desempenho insatisfatório por apresentar um decrescimento de 58,05% no número relativo de cursos com conceito elevado.

Referência: Ano Corrente (2015). Ano Comparado (2014).

Notas: ⁽¹⁾ Considera o contingente de vagas ociosas decorrentes de jubilação, desistência, reprovação, transferência para outras IES, solicitação do aluno de exclusão por outros motivos. ⁽²⁾ Considera as vagas ociosas ocupadas no ano corrente, sobre o contingente total de vagas ociosas. ⁽³⁾ Considera os cursos submetidos à avaliação do ciclo/ENADE (2011- 2014) para a obtenção do Conceito Preliminar de Curso (CPC), desconsiderando do cômputo os cursos que não obtiveram conceito (SC).

Fonte: PREG. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador (Id)	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Extensão e Apoio Estudantil	Percentual de Variação das Ações de Extensão	$Id = [(\sum \text{de ações de extensão do ano corrente} / \sum \text{de ações de extensão do ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra o percentual de variação das ações de extensão desenvolvidas, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para, junto a outros, referenciar a eficácia das ações que viabilizam uma maior inserção do meio acadêmico à materialidade da vida social em suas variadas interfaces e a consolidação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.	$Id = [(190 / 258) - 1] \times 100$ $Id = (26,35)\%$	O indicador apresentou um decréscimo de 26,35% no total de ações de extensão desenvolvidas em 2015. No ano anterior, o percentual apresentou decréscimo de 0,53% em função da maior seletividade em busca por ações com mais qualidade e visibilidade para a instituição.
	Percentual de Atendimento da Demanda dos Programas de Apoio Estudantil ¹	$Id = (\sum \text{de solicitações atendidas no ano corrente} / \sum \text{de solicitações no ano corrente}) \times 100$	Demonstra o percentual de atendimento dos benefícios solicitados, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar as políticas de apoio estudantil no que respeita a sua eficácia de atendimento e aperfeiçoamento acadêmico e outros aspectos correlacionados.	$Id = (6.287 / 10.765) \times 100$ $Id = 58,41\%$	A demanda dos programas de apoio estudantil obteve 58,41% de atendimento. É um resultado insuficiente levando-se em consideração que muitas solicitações foram indeferidas por razões diversas, tais como falta de documentos, decadência de prazos, ademais, comparando-o ao resultado do ano anterior (88%), o atendimento da demanda teve um decréscimo de 33,62%.
	Percentual de Ampliação de Benefícios ² Concedidos	$Id = [(\sum \text{de beneficiados do ano corrente} / \sum \text{de beneficiados do ano comparado}) - 1] \times 100$	Demonstra percentualmente o crescimento na concessão de benefícios, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor é o seu desempenho. Utiliza-se o indicador para subsidiar as políticas de apoio estudantil no que respeita a sua eficácia de atendimento e aperfeiçoamento acadêmico e outros aspectos correlacionados.	$Id = [(6.28711.056) - 1] \times 100$ $Id = (43,14)\%$	A concessão de benefícios obteve uma decréscimo de 43,14%. Consideramos um desempenho insatisfatório, uma vez que no ano de 2014 a ampliação foi de 50%.

Referência: Ano Corrente (2015). Ano Comparado (2015).

Notas: ⁽¹⁾ Considera os programas de apoio estudantil: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e Restaurante Universitário. ⁽²⁾ Benefícios referentes aos programas de apoio estudantil: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Incentivo à Participação em Eventos (IPEV) e Restaurante Universitário.

Fonte: PREAE. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Pós-graduação e Pesquisa	Alcance da demanda por bolsas para a Iniciação Científica	$Id = (\sum \text{bolsistas} / \sum \text{demanda}) \times 100$	Demonstra o percentual de atendimento das solicitações de bolsas para a iniciação científica, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor é o seu desempenho. O indicador é utilizado para subsidiar a política de fortalecimento da Iniciação Científica na Instituição.	$Id = (387 / 647) \times 100$ $Id = 59,81\%$	A concessão de bolsas para a iniciação científica alcançou 59,81% da demanda.
	Média Conceitual dos Cursos de Pós-graduação	$Id = \text{Soma das notas dos cursos de pós-graduação}^1 / \sum \text{dos cursos de pós-graduação}$	Demonstra a média conceitual dos cursos de pós-graduação, portanto, quanto maior o valor do indicador (escala de 0 a 7), melhor é o seu desempenho. O indicador é utilizado para subsidiar a política de fortalecimento da Pós-graduação.	$Id = 182 / 50$ $Id = 3,64$	Em 2015, com as ações desencadeadas para fortalecer a pós-graduação na UFMS, o indicador apresentou uma média de 3,64. Obtivemos, portanto, um crescimento de 1,67% na média conceitual dos cursos de pós-graduação no comparativo com o 2014 que, por seu turno, apresentou uma média de 3,58.

Referência: Ano Corrente (2015). Ano Comparado (2014).

Notas: ⁽¹⁾ Considera as notas conferidas pela CAPES aos cursos de pós-graduação, inclusive os profissionalizantes e em rede nacional.

Fonte: PROPP. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

Macroprocesso	Indicador	Metodologia de Cálculo	Interpretação e Uso	Aferição	Desempenho (Id)
Gestão Patrimonial e Financeira	Percentual de Execução Orçamentária em investimentos.	(Orçamento empenhado ¹ / Recursos Orçamentários ²) x 100	Demonstra o percentual de execução do orçamento destinado à Instituição, portanto, quanto maior o valor do indicador, melhor é o seu desempenho. Esse indicador é utilizado para subsidiar as políticas de gestão financeira das despesas de capital, aportando, ainda, informações sobre a efetividade dos fluxos de processos internos afetos à gestão supramencionada.	Id= (R\$ 19.356.212,32 / R\$ 33.547.612,00) x 100 Id= 57,70%	Em 2015 foi possível a execução de 57,70% do orçamento disponível para as despesas com ampliação da infraestrutura Institucional e aquisição de material permanente. No Comparativo a 2014, o qual apresentou um percentual de execução de 84,96%, fica evidenciado um decréscimo de 27,20% no empenho das despesas de capital.

Referência: Ano Corrente (2014). Ano Comparado (2013).

Notas: ⁽¹⁾ Considera o empenho das Despesas de Investimento previsto na LOA para o exercício de 2015. ⁽²⁾ Considera os recursos orçamentários destinados pelo Governo Federal (LOA) no Grupo de Despesas 4 - Investimentos.

Obs.: Cabe ainda esclarecer que no ano de 2015 a SPO/MEC estabeleceu um contingenciamento de 50% nos limites orçamentários destinados aos investimentos na UFMS.

Fonte: PROPLAN. Elaboração: DIAV/CPI/PROPLAN.

O HUMAP não possui ainda estes dados para o exercício de 2015. A partir do exército de 2016 serão apresentados os indicadores.

4.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Os Indicadores de Gestão estabelecidos pela Decisão nº 408/2002 – PLENÁRIO e Acordãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 – PLENÁRIO do TCU, e de acordo com as orientações para o cálculo contidas na versão TCU/SESu/MEC/SFC revisada em janeiro/2011, encontram-se identificados conforme abaixo:

Quadro 20 - Indicadores Primários – Decisão TCU N.º 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2011	2012	2013	2014	2015
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	292.828.725,91	349.282.267,00	386.345.335,25	404.368.494,36	429.340.885,55
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	264.017.019,41	321.136.210,45	351.274.946,94	378.318.087,62	417.535.382,48
Número de professores equivalentes	1.047,00	1.023,50	1.195,50	1.239,50	1.266,00
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.562,25	2.636,25	2.886,50	2.802,75	2.695,00
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.481,00	1.484,25	1.678,75	1.879,25	1.779,00
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	13.556	14.637	14.799	15.639	15.659
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1.388	1.347	1.453	1.546	1.632
Alunos de residência médica (AR)	111	115	117	116	125
Número de Alunos Equivalentes Da Graduação (AGE)	18.726,67	19.112,31	19.423,52	19.972,69	20.437,01
Número de Alunos Da Graduação Em Tempo Integral (AGTI)	12.119,79	12.102,55	12.155,54	12.517,58	12.995,71
Número de Alunos Da Pós-Graduação Em Tempo Integral (APGTI)	2.776,00	2.694,00	2.906,00	3.092,00	3.264,00
Número de alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	222,00	230,00	234,00	232,00	250,00

Fonte: PROPLAN

Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Quadro 21 - Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	Exercícios				
	2011	2012	2013	2014	2015
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	13.441,96	15.849,85	17.122,56	17.357,34	17.925,79
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	12.119,39	14.573,05	15.568,27	16.239,13	17.432,89
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,05	14,68	12,79	12,78	13,04
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,92	5,70	5,30	5,65	6,13
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,25	10,12	9,11	8,43	9,28
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,45	2,58	2,41	2,26	2,13
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,41	1,45	1,40	1,52	1,41
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,89	0,83	0,82	0,80	0,83
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,09	0,08	0,09	0,09	0,094
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,46	3,42	3,50	3,51	3,61
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,91	3,87	4,01	4,09	4,13
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	57,46	57,66	51,59	44,60	40,59

Fonte: PROPLAN

Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

Com o objetivo de analisar os resultados obtidos pela UFMS para os indicadores de desempenho preconizados pela Decisão de número 408/2002 do Tribunal de Contas da União, realizar-se-á análise sumária dos indicadores primários, no período de 2011 a 2015, para que se viabilize um diagnóstico institucional alinhado à realidade do seu contexto e, sobretudo aos objetivos e à função social da UFMS. Para efeito deste desígnio, prossegue-se:

Custo Corrente com HU (Hospital Universitário) – o indicador apresenta um crescimento de 46,62% na série temporal de 2011 a 2015. A maior ampliação percentual do indicador ocorreu no ano de 2012 com 19,28%, em relação ao ano anterior, provavelmente devido ao maior volume de recursos liberados no Programa REUNI e por meio dos Termos de Descentralização de Créditos – TDC, em contrapartida nos anos subsequentes o custo corrente seguiu um crescimento estável próximo aos índices inflacionários.

Custo Corrente sem HU (Hospital Universitário) – este indicador apresenta um crescimento de 58,15% na série temporal de 2011 a 2015. No comparativo ano a ano observa-se que a variação de 7,70% registrada em 2014 foi a menor variação; em contrapartida a maior variação de crescimento da serie de 21,63% ocorreu em 2012. A ampliação do indicador se reflete nas políticas de expansão do ensino de graduação, de pós-graduação e pesquisa e das atividades de extensão, somadas às ampliações da infraestrutura e à ampliação e qualificação do corpo docente e técnico administrativo.

Número de Professores Equivalentes – na série temporal em consideração, observa-se um crescimento de 20,92%, sendo que no ano de 2012 há um decréscimo de 2,25% com relação a 2011. No comparativo de 2012 e 2013 há o crescimento mais significativo do período: 16,8%. A partir de 2014 o crescimento estabilizou na casa dos 2,5%. O crescimento se deu pela ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação, seja por meio da abertura de novos cursos ou da ampliação das vagas nos cursos já existentes, a contratação de docentes foi ampliada e, na mesma medida, os professores substitutos e visitantes.

Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospital Universitário) - O crescimento da série temporal consiste em 5,18%. No ano de 2013 houve um acréscimo de 9,49% em relação a 2012. Já no ano de 2014 houve um decréscimo de 2,90% com relação a 2013, fator que se repetiu no ano de 2015. As contratações no período 2011 a 2013 tiveram por intenção atender a demanda por profissionais de nível técnico, haja vista que em razão da ampliação dos serviços ofertados pela UFMS, junto ao HU, à comunidade universitária, faz-se necessário garantir um corpo técnico administrativo compatível com as necessidades reais e potenciais, pautado tal contingenciamento nas diversas posições de trabalho demandadas. A partir de 2013, houve diminuição das constatações em razão da entrada da Ebesser – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que iniciou o gerenciamento dos Hospitais Universitários.

Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospital Universitário) – o crescimento observado no período corresponde a 20,12%, sendo o ano de 2013 o que apresentou o maior aumento percentual comparado ao ano anterior: 13,10%. Já no ano de 2015 houve um decréscimo de 2,54% As contratações no período em referência tiveram por intenção atender à demanda por profissionais de nível técnico para atender as demandas dos serviços ofertados pela UFMS.

Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG) – pode-se observar que o crescimento do indicador é de 15,51% na série temporal, com o ano de 2012 apresentando o maior aumento, qual seja 7,97%; Desde 2011 as vagas oferecidas nos cursos de graduação foram ampliadas por meio da criação de novos cursos ou do aumento de vagas nos cursos existentes; entretanto, no ano de 2015 os esforços foram envidados para manter, e não ampliar, a oferta regular de vagas nos cursos de

graduação vigentes nas diversas Unidades Acadêmicas da UFMS. Ainda, observa-se um número considerável de transferências e de matrículas trancadas.

Total de Alunos na Pós-graduação Stricto Sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG) – o indicador apresenta um crescimento de 17,58% na série temporal. Em 2012, houve um decréscimo de 2,95% no total de matriculados nos cursos devido ao encerramento do curso de mestrado acadêmico em Física e à diminuição da oferta de vagas nos cursos de mestrado acadêmico em Ciência Animal e Doenças Infecciosas e Parasitárias; e doutorado em Ecologia e Conservação e Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste. Já nos anos seguintes foi retomado e mantido o crescimento de maneira estável na faixa de 5,6% a 7,8%, seja pelo oferecimento de novos programas de pós-graduação ou pela ampliação das vagas nos programas existentes.

Alunos de Residência Médica (AR) – na série temporal considerada observa-se um crescimento de 12,61%, sendo que em 2015 ocorreu o maior crescimento, 7,8%. Os percentuais estão em conformidade com a programação de vagas destinadas, anualmente, às IFES, realizada pelo Ministério da Saúde, de modo que à UFMS compete o gerenciamento das vagas que lhe foram designadas.

Número de Aluno Equivalente da Graduação (AGE) – o indicador apresenta crescimento de 9,13% no período. A série temporal apresenta um crescimento constante, entre 1,63% a 2,83%, sendo possível atribuir a esses modestos aumentos o número considerável de transferências, de matrículas trancadas e, ainda, o contingente de alunos em retenção acadêmica.

Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI) – o indicador apresenta um crescimento de 7,22% no período. No ano de 2012 passamos por um declíneo de 1,43%. Nos anos subsequentes o processo se estabilizou em razão do SISU, das transferências por mobilidade, das matrículas trancadas e do contingente de alunos em retenção acadêmica.

Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI) – na série temporal considerada, o indicador apresenta um crescimento de 17,58%. Este percentual indica que houve uma maior oferta das vagas nos cursos de pós-graduação. Observa-se um decréscimo de 2,95% em 2012, o qual reflete o contingenciamento da oferta de vagas em razão da ampliação delas em anos anteriores; nos anos 2013, 2014 e 2015 houve um crescimento de 7,8%; 6,4% e 5,6%, respectivamente, que se pode atribuir à oferta regular, em termos quantitativos, de vagas nos programas de pós-graduação.

Número de Alunos Tempo Integral de Residência Médica (ARTI) – observa-se um crescimento de 12,61% no quinquênio. Os percentuais estão em conformidade com a programação de vagas destinadas, anualmente, às IFES, realizada pelo Ministério da Saúde, de modo que à UFMS compete o gerenciamento das vagas que lhe foram designadas.

O Quadro “Resultado dos Indicadores da Decisão TCU N.º 408/2002” abrange:

Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente – o indicador apresenta um crescimento de 33,36% na série temporal em questão. Nos anos de 2012 e 2013 houve um crescimento de 17,9% e 8,0% nessa ordem, que pode corresponder ao número mais modesto de alunos equivalentes no período analisado que, por sua vez, nos anos subsequentes o crescimento ficou na casa de 1,27% e 3,27%, com um resultado positivo tendo em vista que nesse ano o contingente de alunos equivalentes aumentou em razão das políticas de expansão do ensino de graduação e de pós-graduação. No biênio em 2012 e 2013 é pertinente registrar que a administração da UFMS recebeu investimentos significativos em infraestrutura física para aquisição de equipamentos para as Unidades Acadêmicas e Administrativas.

Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente – na série temporal o indicador apresenta um crescimento de 43,38%. Nos anos de 2012; 2013; 2014 e 2015 houve um crescimento de 20,2%; 6,8%, 4,31% e 7,35%, nessa ordem, o que pode corresponder ao número mais modesto de alunos equivalentes no período analisado que, por sua vez, reflete no contingenciamento da oferta de vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação pelas razões já expostas e, ainda, houve um número considerável de transferências e de matrículas trancadas. No primeiro biênio, é pertinente registrar que a administração da UFMS recebeu investimentos significativos em infraestrutura física para aquisição de equipamentos para as Unidades Acadêmicas e Administrativas.

Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente – observa-se que na série temporal considerada houve um decréscimo de 13,46% no indicador. Em 2013 obteve-se a menor média na relação aluno/professor que foi 12,78 e o maior decréscimo na média em relação a 2012: 12,87%. Esse resultado demonstra uma maior admissão de docentes no período. No ano de 2011 o resultado do indicador reflete o contingente maior de matriculados dado a maior oferta de vagas com a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação e com a expansão das vagas nos cursos já existentes; as admissões de docentes foram distribuídas nos anos subsequentes, de modo que, para efeito de cálculo do indicador, o contingente de docentes teve seu impacto retardado.

Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com e sem HU – o indicador (com HU) evidenciou um acréscimo de 3,55% na série temporal, com o ano de 2013 apresentando a menor média do período, qual seja 7,02%. Desconsiderando o HU, o indicador apresentou um decréscimo de 9,43% no período em questão, tendo o ano de 2013, evidenciado a menor média da série temporal que foi de 9,99%. As variações dos resultados correspondem aos períodos em que houve menor e maior admissão de técnicos administrativos, frisando que tais admissões dependem de um conjunto de fatores externos à competência da UFMS.

Funcionário Equivalente com e sem HU/ Professor Equivalente – o indicador (com HU) evidenciou um decréscimo de 13,6% na série temporal, com o ano de 2012 apresentando a melhor média do período, qual seja 2,58%. Desconsiderando o HU, o indicador permaneceu idêntico no período em questão, tendo o ano de 2014, evidenciado a melhor média da série temporal que foi de 1,52. As variações dos resultados correspondem aos períodos em que houve menor e maior admissão de técnicos administrativos, frisando que tais admissões dependem de um conjunto de fatores externos à competência da UFMS.

Grau de Participação Estudantil (GPE) – na série temporal considerada este indicador teve um decréscimo de 6,74%. Em 2011 houve o melhor desempenho do indicador: 0,89. Oportuno destacar que a variação nos resultados do GPE no período em questão corresponde às reorganizações nas grades curriculares dos cursos de graduação, que se mostraram necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas ao longo da formação acadêmica.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG) – este indicador obteve um crescimento de 4,5% no quinquênio. Observa-se que no ano de 2012 o indicador apresentou retração de 11,11%, porém já em 2013 o crescimento foi retomado em 12,5%. O desempenho deste indicador se conforma com a ampliação das vagas nos cursos de pós-graduação, seja por meio da criação de novos cursos ou do aumento da oferta de vagas nos cursos já existentes.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação – no período analisado, o indicador evidenciou um crescimento de 3,18%. No ano de 2012 ocorreu o único decréscimo da série temporal considerada, que foi de 1,16%; este resultado pode ser atribuído à criação de novos programas de pós-graduação os quais iniciam com conceito 3 e, desse modo, impactaram negativamente no resultado do indicador. Nos

demais anos retomou-se o crescimento da média dos programas de pós-graduação, alcançando o conceito geral de 3,61 em 2015.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) – o indicador evidenciou um crescimento de 5,62% na série temporal, conformando-se com as políticas de qualificação docente, estabelecidas pela UFMS. Houve um período de decréscimo em 2011 de 1,01%. Nos anos de 2013 à 2015 ocorreram pequenas variações que oscilaram entre 3,62% e 0,01%. Sublinha-se que os afastamentos de docentes para qualificação ocorrida no período em análise impactaram no desempenho do indicador.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) – observa-se que o indicador apresentou um decréscimo de 29,35% no quinquênio. A cada ano, a partir de 2013, há indicação da conjunção entre um número decrescente de diplomados e o número crescente de ingressantes decorrente do aumento de vagas em cursos existentes realizado por volta do ano de 2010 devido ao REUNI. A partir de 2011 tem havido uma redução no número de ingressantes no ingresso via Sisu, com taxa de ocupação das vagas de 95,83% em 2011 a 79,41% em 2015, o que indica que outro fator está afetando a taxa de sucesso. A taxa de evasão no período de 2011 a 2015, calculada pelo número de evasões sobre o número de matrículas, possui um coeficiente de correlação de 0,05 em relação ao número de diplomados, o que sugere que a taxa de evasão não está sendo determinante para a taxa de sucesso. O fator principal da diminuição da taxa de sucesso tende a ser a dificuldade do acadêmico concluir o curso dentro da duração padrão do curso. Na UFMS essa diminuição é decorrente do aumento do número de trancamentos de matrícula (coeficiente de correlação forte: -0,87) e do aumento da mobilidade acadêmica (coeficiente de correlação forte: -0,83).

4.6 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

A UFMS não possui contratos cujos projetos ou programas sejam financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito ou agências governamentais estrangeiras.

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de Governança

A estrutura organizacional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, regulamentada no Art. 10 do Estatuto da UFMS compreende:

- I- os Conselhos Superiores;
- II- as Unidades da Administração Central;
- III- as Unidades da Administração Setorial;
- IV- as Unidades Suplementares; e
- V- a Assembléia Universitária

Os Conselhos Superiores da UFMS, já mencionados no item 1.3, são: I- o Conselho Universitário; II- o Conselho Diretor; III_ o Conselho de Ensino de Graduação; IV- o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação; e V- o Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

As Unidades da Administração Central, anteriormente citadas no item 1.3, são: I- a Reitoria; II- as Pró-reitorias; e III- as Coordenações Gerais.

As Unidades da Administração Setorial são formadas pelos: I- Centros; II- Câmpus; III- Faculdades; IV- Institutos e V – Escolas.

A Unidade de Administração Setorial é a unidade de ensino, pesquisa e extensão, e de todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente.

As Unidades Suplementares são aquelas com finalidades culturais, técnicas, assistenciais, desportivas, recreativas, para prestação de serviço e apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente a UFMS possui duas unidades suplementares: o Núcleo de Hospital Universitário e o Núcleo de Tecnologia da Informação.

A Assembléia Universitária constituirá fórum de debates de assuntos relevantes de âmbito estadual, nacional e internacional, e de entrega de títulos e dignidades universitárias aprovadas pelo Conselho Universitário.

A Auditoria Interna da UFMS, unidade responsável pela promoção do controle da legalidade e legitimidade dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, atualmente está vinculada administrativamente a Reitoria e tecnicamente a Secretaria Federal de Controle Interno.

A Procuradoria Jurídica da UFMS, unidade responsável pela promoção das atividades de consultoria jurídica relacionadas com a administração universitária geral, bem como das questões judiciárias perante qualquer foro ou Juízo.

A Ouvidoria da UFMS, unidade responsável pelo pós-atendimento, constituindo um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Instituição, com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados pela Universidade.

5.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Instrução Normativa/SFC nº 01/2001 estabeleceu que “a auditoria interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada”.

A Unidade de Auditoria Interna (AUD/RTR) da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul possui um regulamento próprio e específico aprovado pelo Conselho Universitário que define sua missão, responsabilidades, atribuições, composição e estrutura, bem como a formalização de políticas de funcionamento da unidade de auditoria interna, que é a Resolução COUN 70, de 25 de setembro de 2014.

Atualmente, a unidade está vinculada e subordinada diretamente à Reitoria. A proposta de alteração dessa vinculação para o Conselho Universitário, Processo 23104.004411/2014-15, está em pauta para deliberação nas próximas reuniões dos Conselhos Superiores da UFMS, no exercício de 2016.

O planejamento das atividades desenvolvidas pela AUD/RTR está consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria (Paint), que contém a programação das ações desenvolvidas pela Unidade baseada em análise das maiores áreas de risco da Universidade.

Os trabalhos da unidade são executados de acordo com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A AUD/RTR possui autonomia para determinar o escopo dos trabalhos e a aplicação das técnicas necessárias para a consecução dos objetivos da auditoria.

A estrutura atual de recursos humanos da AUD/RTR, que reflete, em grande medida, sua atuação, contou no exercício de 2015 com quatro Auditores, já incluindo o chefe titular da unidade, uma Administradora, que exerce funções de Auditora, e uma Assistente em Administração, sendo que um Auditor esteve licenciado de suas atividades por nove meses em gozo de licença para tratamento de saúde, e outro foi designado para o exercício da função gratificada de Chefe de Divisão (FG-1) da Divisão de Legislação de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho durante todo o exercício. A Assistente em Administração da unidade esteve licenciada de suas atividades por quatro meses por motivo de doença em pessoa da família.

Embora a Universidade possua 10 Campi fora da unidade central da capital, não existem unidades ou subunidades descentralizadas da Auditoria Interna, de forma que a mesma equipe, dentro de sua capacidade, executa os trabalhos relativos aos demais campi.

Durante o exercício de 2015, foram realizados auditórios nas áreas da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e suprimentos de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão operacional, e gestão acadêmica, onde foram desenvolvidos exames e avaliações na regularidade dos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão, Regime Diferenciado de Licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, obras, projetos de extensão, bolsas de extensão, governança de tecnologia da informação, regime de dedicação exclusiva, e controles internos das unidades auditadas.

Os trabalhos foram consubstanciados em 08 (oito) Relatórios de Auditoria, sendo que 03 (três) destes trabalhos se estenderam para o início do exercício de 2016, ante a complexidade e necessidade de prorrogação do prazo das respostas das unidades auditadas.

Para o levantamento dos dados, escopo e amostra analisada, foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, com destaque para a vinculação finalística desta fundação educacional.

Dentre as auditorias e fiscalizações realizadas pela AUD/RTR no exercício de 2015, destacam-se os seguintes trabalhos:

1. A pedido do Procurador-Geral da UFMS, e após o conhecimento de denúncias recebidas pela Ouvidoria, verificou-se a conformidade do Projeto de Extensão “Curso de Atualização em Implantodontia”, desenvolvido pela FAODO, com vigência nos anos de 2009 a 2014, e com pedido de renovação. Durante os trabalhos de auditoria, identificamos as seguintes irregularidades:

fragilidades nos controles das atividades de extensão; inconformidade da metodologia proposta nos projetos; inconsistências nas notas fiscais faturadas que eram resarcidas aos pacientes pelo Programa de Assistência à Saúde da UFMS; professores em regime de dedicação exclusiva exercendo outra atividade remunerada, em desconformidade com o art. 20 da Lei nº 12.772/2012; e professores da UFMS exercendo atividades que caracterizam conflito de interesses do cargo público. Todas as recomendações foram acatadas pela Administração, a qual resultou na não renovação do projeto, e na abertura de procedimentos disciplinares para apurar a responsabilidade dos servidores envolvidos nas irregularidades constatadas.

2. Quanto à regularidade dos procedimentos licitatórios, foram avaliados os requisitos de formalização legal e os controles desenvolvidos pelas unidades envolvidas nos processos de aquisição de produtos e contratação de serviços efetivados pela UFMS por meio da modalidade Pregão eletrônico. De forma geral, apesar de se ter evidenciado falhas formais na execução dos procedimentos licitatórios, foi identificado um alto índice de suspensão e revogação de editais após todo o trâmite processual, gerando retrabalho e morosidade. Nota-se, pelos esclarecimentos apresentados durante os trabalhos, que a CGM/PRAD já está adotando controles gerenciais com vistas a evitar novas ocorrências desta natureza por meio da elaboração de um manual de orientações aos usuários para solicitações de compras, o “Manual de Compras da UFMS”, que poderá contribuir para a melhoria das práticas das diversas unidades, por ocasião da solicitação da aquisição de bens ou de serviços. Concluiu-se que, a despeito das impropriedades detectadas, é certo que esforços foram envidados, ainda que incipientes. Nesse ponto, faz-se necessário um acompanhamento das implementações pela Auditoria Interna com fins de conferir, nas futuras fiscalizações, a melhoria desses controles.

3. Verificou-se, ainda, a legalidade e oportunidade das contratações realizadas por dispensa de licitação. Os principais Achados de Auditoria foram: falhas na paginação e formalização processual; publicação de extrato contratual fora do prazo; assinatura de contrato com data retroativa e com efeitos financeiros retroativos à data da publicação; e dispensa de licitação sem caracterizar a situação emergencial ou por falta de planejamento do gestor. Foi recomendada a adoção de medidas necessárias à melhoria dos controles relativos aos prazos de vigência contratual, e da instrução processual, com elementos que garantam a emergência para a prestação dos serviços que não possam sofrer solução de continuidade, bem como a responsabilização disciplinar de servidores na hipótese de a situação emergencial ter sido gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão.

4. Já nos processos de inexigibilidade de licitação, foram identificadas as seguintes falhas: ausência de indicação da classificação programática e o número da Nota do Empenho nos instrumentos contratuais e extratos publicados; ausência de justificativa de preço para contratações por inexigibilidade de licitação; ausência de demonstração de que a ação guarda correlação à finalidade do Programa/Ação; fragilidades nos controles internos da Coordenadoria de Cultura – CCT/PREAE; ausência de formalização de instrumento contratual; e realização de despesa sem prévio empenho. Todas as recomendações foram acatadas pela Administração, que apresentou a adoção de providências corretivas ainda dentro do exercício, além de outras recomendações futuras que somente serão avaliadas nas próximas fiscalizações, face à natureza preventiva das mesmas.

5. Na auditoria em obras, foi selecionado o processo de contratação nº 23104.007075/2013-81, referente ao RDC (Regime Diferenciado de Contratação) Presencial nº 02/2013 do tipo técnica e preço, sob regime de execução de contratação integrada, cujo objeto é a elaboração dos projetos básico e executivo e execução da obra denominada Expansão do Curso de Medicina – Campo Grande. Nas avaliações, verificou-se a conformidade dos procedimentos, etapas, processos licitatórios, contratos e execução da obra. Em relação à empresa vencedora, foi avaliado o cumprimento dos requisitos do edital, a habilitação, a composição dos custos unitários e encargos sociais, e se há ocorrência de sobrepreço no orçamento proposto. Durante os trabalhos de auditoria, identificamos as seguintes falhas: limitação ao caráter competitivo do processo licitatório; ausência de justificativas técnicas e econômicas para escolha da contratação integrada; celebração de sucessivos Termos Aditivos decorrentes da alteração do projeto original da obra e por deficiência

do Projeto Executivo elaborado pela contratada. Todas as recomendações foram acatadas pela Administração, cujo cumprimento somente será avaliado nas próximas contratações por RDC, o que ainda não ocorreu.

6. Na auditoria de avaliação da gestão acadêmica, optou-se por avaliar a gestão operacional de projetos de extensão da UFMS, com ou sem ônus, e a conformidade dos mesmos com as normas internas vigentes. Da amostra selecionada, detectou-se fragilidades e deficiências nos controles exercidos nas unidades envolvidas, a exemplo: ausência de relatório final das Ações de Extensão executadas; análise dos Relatórios Finais apresentados; ausência de prestação de contas relativa ao Acordo de Cooperação nº 011/2014; uso de espaço físico da UFMS sem vinculação a projeto de extensão, ensino ou pesquisa; e a cobrança de inscrições fora da conta única. A despeito das irregularidades constatadas, recomendou-se alterações normativas que assegurem maior segurança nos controles das ações de extensão, ante as omissões encontradas nas normas internas vigentes, e a adoção de rotinas de acompanhamento para assegurar a veracidade das informações registradas nos projetos, sobretudo quanto às cobranças de inscrições informais não arrecadadas em conta única, que perdem as características de receitas próprias da UFMS.

7. Na auditoria realizada nas bolsas de extensão das ações aprovadas pelo PAEXT/2014, foram identificadas falhas formais resultantes das fragilidades e deficiências dos controles da Coordenadoria de Extensão – CEX/PREAE, em relação ao cumprimento efetivo do Edital aprovado. As providências adotadas somente serão acompanhadas no exercício de 2016, uma vez que a conclusão dos trabalhos somente se deu neste exercício.

8. A respeito da auditoria na gestão de TI, buscou-se obter e sistematizar informações sobre a situação da governança de tecnologia da informação (TI) no âmbito da UFMS, a partir da avaliação da existência de Planejamento Estratégico Institucional (PEI), Planejamento Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC); da Metodologia de Desenvolvimento de Software (MDS); da gestão de aquisições; e dos recursos humanos empregados para a consecução dos objetivos das atividades de TI. As constatações mais relevantes foram: falta de efetividade no direcionamento das ações de TI, ocasionando descumprimento das metas estabelecidas no PDTI vigente; perda de força de trabalho devido a lotação de servidores efetivos da carreira de TI, que não estão lotados no Núcleo e que não contribuem como força de trabalho de TI para a UFMS; ausência da adoção de métricas para mensuração de esforço e custo, relacionadas à entrega dos produtos; ausência de POSIC formalmente definida; ausência de documento formalmente instituído que defina as atribuições, composição e responsabilidades do Comitê de Segurança da Informação. As providências adotadas para afastar as falhas detectadas serão objeto de um Plano de Ação, cujo cumprimento será acompanhado no próximo exercício.

Das 24 ações planejadas no Paint/2015, 83,3% foram realizadas, ou seja, 20 ações. Sendo que as 16,7% restantes não foram realizadas devido à execução de outros trabalhos, a pedido da Administração Superior, que demandaram maior tempo e pessoal.

Além das auditorias e fiscalizações realizadas no Paint/2015, e das competências da unidade previstas no regulamento da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução COUN 70, de 25 de setembro de 2014, merecem destaque o acompanhamento das recomendações e determinações da CGU e TCU, e a atuação da AUD/RTR como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, quando demandada.

Quanto ao assessoramento à Administração, a AUD/RTR presta orientações acerca da jurisprudência e decisões do TCU, mediante consultas formalizadas ou não, e o apoio técnico a reuniões, propondo-se a adoção de medidas corretivas ou preventivas, e de modo a evitar futuras penalidades de gestores ou máculas nas contas da Instituição. Também confere ampla divulgação às unidades da UFMS acerca das atualizações normativas e assuntos de interesse institucional publicados no Diário Oficial da União.

Na área de correição, compete à AUD/RTR coordenar o registro das informações referentes aos processos disciplinares e sindicâncias da UFMS no Sistema CGU-PAD, acompanhando os prazos estabelecidos e os resultados finais dos processos, bem como prestar

orientações relevantes à eficiência e efetividade dos trabalhos realizados pelas comissões e autoridades competentes. Da mesma forma, acompanha a implementação das ações relativas às denúncias recebidas pela Ouvidoria da UFMS.

5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

As informações relativas aos processos disciplinares instaurados na UFMS alimentam, primordialmente, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD, instituído no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal por meio da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, a qual determinou a obrigatoriedade do uso do referido sistema por todos os órgãos e entidades que os compõem.

Durante o exercício de 2015, foram registrados, no sistema CGU-PAD, as sindicâncias investigativas e os processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da UFMS, os quais foram cadastrados, de maneira geral, em observância aos prazos estabelecidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007.

O relatório de procedimentos instaurados por assunto, resultado dos julgamentos, e fases cadastradas no exercício será apresentado no item “Relatório de instância ou área de correição”. A tabela abaixo representa o resumo dos procedimentos instaurados, julgados e anulados durante o exercício de 2015:

Quadro 22- Relatório de procedimentos instaurados

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	9
Total de Sindicâncias	19
Total de Procedimentos	28

Fonte: CGU/PAD

Quadro 23 - Relatório de procedimentos julgados

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	8
Total de Sindicâncias	18
Total de Procedimentos	26

Fonte: CGU/PAD

Quadro 24 - Relatório de procedimentos anulados administrativamente

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Sindicâncias	1
Total de Procedimentos	2

Fonte: CGU/PAD

Cabe ressaltar que ainda não existe uma unidade organizacional ou comissão permanente responsável pelos processos de correição e tampouco há normatização sobre o acompanhamento

dos processos disciplinares. Os processos instaurados nas modalidades de sindicância e processos administrativos disciplinares são acompanhados pelas comissões designadas para cada caso em cada Campus e na Reitoria da UFMS.

Os processos são cadastrados tempestivamente após a publicação do ato instaurador no Boletim de Serviços Eletrônico da UFMS, e durante os trabalhos realizados pelas comissões, que encaminham as informações necessárias sobre os processos à Auditoria Interna, a quem cabe a atualização, o lançamento dos dados, e a digitalização de documentos no sistema CGU/PAD.

No decorrer do ano de 2015, em virtude de reconduções/reaberturas de alguns processos disciplinares e consequentes reinstalações e/ou substituições de membros em comissões, além do extenso período de greve de docentes e técnicos que se alastrou durante o exercício, alguns lançamentos ocorreram em inobservância aos prazos estabelecidos na Portaria nº 4.043/2007.

5.4 Gestão de riscos e controles internos

A UFMS ainda não desenvolveu formalmente a política de gestão de riscos para a avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades institucionais pelos setores envolvidos.

Ciente da necessidade de ações mais eficientes para diagnosticar e avaliar os riscos envolvidos nos processos estratégicos, e para aperfeiçoar o desempenho das atividades, a UFMS tem investido em diversas frentes na busca de melhorias.

Apesar da não implantação de processo de gestão de riscos, as instâncias internas da UFMS utilizam-se de ferramentas de controle a fim de assegurarem maior eficácia de suas atividades, contribuírem para a melhoria do desempenho organizacional, e reduzir os riscos identificados.

Mesmo sem se aprofundar na avaliação e tratamento do risco, já que se pretende desenvolver ainda no presente exercício, destacam-se, essencialmente, os riscos mais relevantes das atividades da UFMS e os principais controles empregados, ou em fase de implementação, para mitigá-los, nas seguintes áreas:

Quadro 25 – Riscos mais relevantes e controles empregados.

1. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
Ação	Risco	Controles Internos
Ensino mediado por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	Falhas nos sistemas e computadores que permeiam o ensino representam possibilidade de atrasos, perdas de informações, impossibilidade de comunicação.	Mantemos manutenção e o monitoramento constante dos nossos equipamentos, acompanhamos os processos de compras na expectativa de renovar as nossas tecnologias disponíveis. Adotamos ainda, medidas para manter cópias de segurança dos dados e sistemas na expectativa de que falhas não comprometam severamente os serviços.
Ensino apoiado por colaboradores	Dificuldade em selecionar equipe de apoio e profissionais como tutores e professores colaboradores, que exercem função por curtos períodos de tempo.	Mantemos uma relação estreita e direta com a CAPES (Programa UAB), demais financiadores, e grupos de trabalho gestores da EaD de outras instituições, ressaltando sempre a importância da função do Tutor, que não possui cargo reconhecido no plano de carreiras das instituições de ensino, ressaltando a importância das bolsas para mantimento dos colaboradores que auxiliam o trabalho com os cursos.

1. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO		
Ação	Risco	Controles Internos
Controle e execução de recursos de financiamento dos cursos EAD	Atraso no repasse de recursos, impedindo os encontros presenciais obrigatórios, não realização de cursos ante a falta de recursos com diárias e passagens, pagamento aos colaboradores, e bolsas aos tutores.	Cobrança dos financiadores para que mantenham e agilizem a disponibilização dos recursos financeiros; formação dos professores da instituição junto a CFP/PREG na expectativa de aumentar a mão de obra qualificada para atuar na EAD.
Oferecimento de cursos com qualidade	Evasão e riscos à imagem da UFMS ante à perda de qualidade dos cursos da EaD, ocasionada pela falta de capacitação dos profissionais, e pelo atraso no repasse dos recursos da CAPES.	Capacitação dos professores para maior domínio das tecnologias; encaminhamento de ofícios a CAPES solicitando maior agilidade no repasse de recursos; institucionalização da EAD e recebimento de recursos para custeio da EAD diretamente na matriz orçamentária da instituição seja para materiais de consumo, materiais permanentes, pessoal, qualificação, diárias e passagens; implantação de novas tecnologias para aumentar a interatividade e qualidade do ensino, procedimentos baseados em boas práticas ou ainda organização dos trabalhos desenvolvidos.
Atividades de ensino de graduação	Prejuízo ao ensino decorrente da distribuição de carga horária irregular ou insuficiente entre os professores do curso; falta de controle das atividades desenvolvidas pelos professores na UFMS; falta de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Implantação de Plano de Atividades de Docentes da UFMS – PADOC, que permite um acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelos professores nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação, gestão administrativas, e outras atividades acadêmicas, garantindo maior transparência à comunidade e à chefia imediata quanto ao desempenho do professor na UFMS, e o cumprimento das normas internas que estabelecem carga horária mínima em atividades de graduação, como requisito para a promoção da carreira.
Contratação temporária (Lei nº 8.745/1993)	Prejuízo no oferecimento das disciplinas de graduação decorrentes da falta ou ausência de professores efetivos; contratação temporária desnecessária ou fora das hipóteses legais.	Regulamentação interna estabelecendo critérios quanto à utilização do Banco de Professores Equivalentes para as contratações de professores substitutos.
Regulação e avaliação de cursos	Conceito negativo pelo MEC e não renovação de curso de graduação.	Reuniões com os professores dos cursos que serão avaliados pelo MEC orientando-os sobre as melhorias e aperfeiçoamentos necessários dentro dos critérios de avaliação; divulgação institucional; monitoramento periódico pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
Colação de grau	Abreviação de Curso de maneira informal ou irregular com lançamento antecipado de notas e frequência de acadêmicos, pelos professores, antes da conclusão regular do Curso.	Normatização interna sobre os critérios de abreviação de curso, na esfera administrativa; adequação do SISCAD, impedindo o registro de dados que desrespeitam a norma.

Fonte: Auditoria Interna

2. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO		
Ação	Risco	Controles Internos
Acompanhamento de projetos de pesquisa com fomento externo.	Descumprimento do avençado com o órgão de fomento, incorrendo em responsabilidade solidária da UFMS pelos danos.	Análise e acompanhamento dos relatórios parciais e final pela Divisão de acompanhamento de Projetos com Recursos Externos (DIEX); comunicações acerca das sanções previstas na Resolução nº 70 (CD) de 11 de julho de 2014 no caso de injustificada ausência do cumprimento do objeto avençado.
Acompanhar a elaboração de propostas de criação de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu antes do envio da Apresentação de Proposta de Cursos Novos (APCN) para a Capes bem como adesão a programas em rede.	Envio de propostas de cursos novos (APCN) para a Capes, ou adesão à programas em rede sem as condições mínimas para o devido funcionamento.	Análise e acompanhamento dos pedidos de criação de novos cursos de pós-graduação stricto sensu, ou adesão aos programas em rede, pela Comissão de Pós-Graduação, observando o disposto na Resolução nº 89, de 17 de junho de 2015, atualizada pela Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2016 do COPP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação).
Apoiar a geração e transferência de conhecimento tecnológico para diversos segmentos produtivos	Uso da propriedade intelectual da UFMS sem eventuais resarcimentos; falha humana nas interpretações das leis recentes que abrangem inovação, transferência de conhecimento e tecnologia.	Divulgação junto aos empreendedores, pesquisadores e representantes de organizações públicas e privadas por meio de reuniões, palestras, website e material explicativo; participação na construção de uma plataforma tecnológica no qual interajam as demandas e ofertas da sociedade; realização de eventos para promoção de parcerias e difusão do empreendedorismo.
Produção de materiais gráficos voltados à disseminação do conhecimento gerado pela comunidade técnica e científica de Mato Grosso do Sul	Controles são realizados manualmente nas etapas da produção gráfica.	Utilização de Ordem de Serviço prevendo informações mais detalhadas da unidade solicitante, com a discriminação dos serviços previstos e dos materiais utilizados.
Funcionamento da Base de Estudos do Pantanal (BEP)	Uso inadequado do espaço, com violações a vedações expressas em regulamento.	Implantação de sistema de monitoramento do espaço da BEP, devido à distância do campus universitário.

Fonte: Auditoria Interna

3. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS		
Ação	Risco	Controles Internos
Acompanhamento Acadêmico	Aumento da retenção e evasão devido o fracasso escolar e por falta de um acompanhamento preventivo; não atender as orientações do MEC; não conseguir concluir as atividades decorrentes das descobertas no acompanhamento, não alcançar os resultados esperados no que diz respeito ao enfrentamento da evasão; atraso do cumprimento dos prazos.	Implantação de sistema, em fase de desenvolvimento, por meio da integração com outros sistemas internos, filtra os acadêmicos em fracasso escolar para acompanhamento sistemático pela equipe técnica, prevenindo retenções e evasões. Pretende-se que essa ferramenta não seja exclusiva da Preae, pois poderá ser utilizada por coordenadores de cursos, PREG e outros interessados em conhecer os motivos da evasão.
Processos Seletivos para as Ações de Assistência Estudantil	Análise socioeconômica meramente por análises documentais, facilitando a omissão de informações, consequentemente, denúncias no Ministério Público; formulário socioeconômico engessado; processo seletivo oneroso para a equipe; calendário muito extenso; demora em findar o processo seletivo; atraso no início dos pagamentos das bolsas; evasão.	Implantação de "Sistema de Seleção de Assistência Estudantil", em fase de desenvolvimento, que gerenciará os processos seletivos vinculados à CAE, proporcionando a diminuição da incidência de irregularidades nos processos seletivos, seleção mais rápida e eficiente atendendo em menor tempo o público mais vulnerável, diminuição dos índices de evasão decorrentes de fatores socioeconômicos.
Perfil Acadêmico	Políticas ineficientes por não conhecer o perfil dos acadêmicos ingressantes na UFMS.	Aperfeiçoamento do sistema Perfil Acadêmico, de forma a contemplar a reformulação das questões pela equipe da CAE/Preae, cujo objetivo foi deixá-lo mais enxuto e prático para que os acadêmicos respondam com mais fidedignidade; direcionamento de acadêmicos em situação de vulnerabilidade, identificados por meio do sistema Perfil Acadêmico, à Assistência Estudantil para avaliação e orientação.
Equipe de Referência	Retenção e Evasão acadêmica	Gestão junto aos órgãos decisórios da Universidade para institucionalização das Comissões Permanente de Apoio e Assistência acadêmica (CPAC's) nos Câmpus, que deverá ser composta por uma equipe mínima de trabalho: assistente social, psicóloga e pedagoga, de forma a atender os alunos em vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que, em 2015, a instituição chegou a 50% de vagas para acadêmicos oriundos de escolas pública e com per capita de um salário mínimo e meio (Lei de Cotas).
Cadastramento e aprovação das ações de extensão	Processo de recomendação das ações de extensão sem critérios adequados pelas unidades setoriais.	Implementação das comissões setoriais de extensão nas unidades da UFMS; capacitação e orientação das comissões de extensão e dos extensionistas em geral.
Acompanhamento das Ações de Extensão	Procedimentos irregulares na execução das atividades que podem acarretar infrações e sanções no âmbito da UFMS; tais como: seleção de bolsistas sem editais públicos, arrecadação indevida sem GRU, parcerias realizadas sem os devidos instrumentos jurídicos, e demais procedimentos que podem prejudicar o bom andamento das atividades de extensão.	Assistência e assessoramento aos extensionistas nos assuntos relacionados às Ações de Extensão; capacitação de extensionistas, objetivando o desenvolvimento adequados às normas de extensão de ações de extensão

3. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS		
Ação	Risco	Controles Internos
Finalização das ações de extensão e avaliação de relatórios; Emissão de certificados	Relatórios aprovados pelas unidades de origem sem a devida avaliação, por falta de critérios e procedimentos adequados para avaliação dos relatórios, podendo acarretar inobservância e irregularidades em relação as normas de extensão quanto aos resultados alcançados, prestação de contas e certificações; Certificados com dados errados ou indevidos, como também perda de informações em relação as atividades dos participantes nas ações de extensão; podendo acarretar perda de credibilidade da instituição em relação ao público atendido.	Implantação de sistema de gestão das ações de extensão, em fase de desenvolvimento, que facilita a elaboração dos relatórios com a inclusão de novos critérios e procedimentos de avaliação, em conformidade com as necessidades e realidades encontradas nas unidades da UFMS; e emissão de certificados digitais cujos dados sejam extraídos diretamente do SIGProj.
Abertura e instrução de processos para aquisição de materiais e contratação de serviço para os projetos de extensão.	Comprometimento da execução do projeto por não conseguir adquirir os materiais/serviços em tempo hábil; aquisição de materiais com características diversas da solicitada.	Orientação para o uso das atas de registro de preços existentes; abertura dos processos de compras pelas respectivas Unidades dos coordenadores/gestores proponentes.
Ações Culturais	Insegurança jurídica na propositura de projetos culturais que não se enquadram no conceito de extensão universitária; falta de critérios para a contratação de apresentações artísticas por inexigibilidade pelos diversos setores da UFMS.	Criação de Comissão Especial constituída para elaborar normas que regulamentam as ações de cultura na UFMS.

Fonte: Auditoria Interna

4. ÁREA DE CONTROLE DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL		
Ação	Risco	Controles Internos
Avaliação das metas e indicadores institucionais	Não cumprimento das metas e indicadores contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.	Acompanhamento e a avaliação do PDI da Universidade por Unidade própria da PROPLAN; levantamento junto às Unidades da Universidade; dados e informações que subsidiam o processo de avaliação institucional; estabelecimento de articulação com outras unidades visando ao aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento Institucional; promoção de estudos e análise, visando o fornecimento de subsídios para a continuidade, aperfeiçoamento e modificação das políticas de avaliação institucional.

Fonte: Auditoria Interna

5. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE CONVÊNIOS E ACORDOS		
Ação	Risco	Controles Internos
Celebração de convênios e instrumentos congêneres para a execução de projetos institucionais.	Ausência, desatualização, deficiência de normas internas, causando insegurança jurídica nos procedimentos operacionais, e na execução de projetos institucionais.	Regulamentação interna disciplinando critérios para pagamento de bolsas e retribuição pecuniária aos participantes de projetos institucionais; normas disciplinando o relacionamento da UFMS com fundações de apoio.
Acompanhamento de convênios e congêneres com envolvimento de recursos orçamentários/financeiros.	Não atendimento ao pactuado no Plano de Trabalho; inexequção do instrumento; devolução de recursos captados.	Orientação contínua aos gestores sobre os procedimentos e normas de execução do instrumento por meio de unidade própria de acompanhamento.
Prestação de contas de Termos de Cooperação e convênios quando a UFMS é recebedora de recursos em conta única.	Não atendimento ao pactuado no Plano de Trabalho, parte integrante do instrumento celebrado, incorrendo em eventual devolução de recursos e responsabilidade solidária da UFMS pelos danos.	Acompanhamento dos prazos de vigência dos Termos de Cooperação, para fins da elaboração das respectivas prestações de contas; organização do processo de prestação de contas dos Termos de Cooperação.

Fonte: Auditoria Interna

6. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE CONTRATOS		
Ação	Risco	Controles Internos
Registro dos instrumentos jurídicos firmados na UFMS e cadastrá-los nos sistemas institucional e governamental.	Expiração de vigência contratual; prorrogação contratual assinada fora do prazo de vigência contratual com data retroativa; tempo insuficiente para a realização de nova licitação nos contratos por dispensa ou inexigibilidade.	Envio de mensagens, através de relatórios gerados pelo sistema SICON, alertando os gestores o vencimento contratual; implantação de ferramenta no sistema SICON da UFMS, em fase de desenvolvimento, a automatização da emissão antecipada de alertas aos Gestores do Contrato em relação à vigência contratual.
Gestão e Fiscalização de contratos	Gestão e fiscalização deficiente; designação de servidores sem conhecimento técnico para atuarem na gestão contratual.	Capacitação de servidores para atuarem na gestão de contratos; orientação no momento da designação contendo todas as atribuições do gestor/fiscal; disponibilização de Manual de Fiscalização de Contratos no site da PRAD/UFMS; responsabilização disciplinar de servidores que derem causa a danos ao erário por desídia ou má gestão contratual.
Execução contratual	Descumprimento de Cláusula Contratual pela Contratada	Abertura de processo saneador para aplicar as penas contratuais decorrentes do descumprimento de Cláusulas Contratuais, garantindo a ampla defesa e o contraditório.

Fonte: Auditoria Interna

7. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE LICITAÇÕES		
Ação	Risco	Controles Internos
Procedimentos de aquisição	Falha no cumprimento da legislação	Acompanhamento das alterações nas legislações aplicáveis às aquisições públicas e ao patrimônio da União, ante a diversidade das aquisições, e das inúmeras legislações específicas aplicáveis (exportação, produtos químicos e outros produtos de uso controlado, regime diferenciado de contratações, além das legislações das contratações públicas em geral, entre outros); realização de reuniões periódicas para troca de informações; capacitação, treinamento e atualização contínua do pessoal.
Procedimentos de aquisição	Morosidade processual	Definição de prazos aceitáveis, e seu respectivo acompanhamento, considerando o cumprimento dos prazos legais e outros prazos de execuções dos procedimentos operacionais (fases interna e externa da licitação).
Procedimentos de aquisição	Não entrega de bens; entrega de bens em desacordo com as especificações ou necessidades da unidade solicitante.	Elaboração de manual de compras, treinamento de pessoal responsável pelas aquisições das unidades solicitantes, e elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico em parceria entre a CGM/PRAD e as unidades solicitantes; constituição de comissão multidisciplinar para elaboração de listas de produtos a serem adquiridos por Registro de Preços, para futura licitação por SRP.
Comunicação	Erros operacionais por desconhecimento dos procedimentos internos adotados, resultando em retrabalho ou morosidade processual.	Adoção de procedimentos que garantam a qualidade e a eficácia da comunicação (esclarecimento de dúvidas das unidades solicitantes, orientações e treinamentos nos procedimentos operacionais a serem seguidos); esclarecimento quanto às competências e atribuições de cada setor e seus respectivos servidores, para o público interno e externo; melhoria da qualidade da troca de informações entre os setores.
Equipe de apoio; Comissão de licitação e pregão.	Rotatividade de pessoal	Adoção de procedimentos que visam a retenção de talentos, através de reconhecimento de méritos, valorização, treinamento e capacitação contínua do pessoal, para garantir maior segurança funcional frente aos riscos a que se expõe os compradores públicos.

Fonte: Auditoria Interna

8. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE INFRAESTRUTURA		
Ação	Risco	Controles Internos
Elaboração de Projetos	Projetos Incompletos para a Licitação	Busca de maior prazo para elaboração de projetos; mapeamento do processo de execução de projetos e elaboração de manuais de elaboração de projetos.
Elaboração de orçamento de obras	Orçamentos com preços defasados para a licitação	Diminuição do tempo de espera entre a conclusão do orçamento e a licitação (fator externo); elaboração de orçamentos com valores mais recentes do mercado.
Obras	Paralização de obras	Aperfeiçoamento da elaboração dos projetos e orçamentos antes da licitação; rotinas de fiscalização; e comunicação à Alta Administração da UFMS em casos que apresentam esse risco.
Obras	Celebração de Termos Aditivos em excesso, ocasionando atraso nas obras e extrapolando o orçamento previsto.	Solicitação às Unidades que utilizarão os edifícios de não demandarem alterações no mesmo durante sua construção; aperfeiçoamento da elaboração dos projetos e orçamentos antes da Licitação.
Manutenção Predial	Surgimento de novos serviços durante a execução	Melhoria no levantamento de serviços de manutenção a serem realizados; aumento do detalhamento na elaboração dos orçamentos dos serviços.
Manutenção Predial	Aumento excessivo dos gastos	Aumento do detalhamento na elaboração dos orçamentos dos serviços; solicitação às Unidades de levantamento de serviços a serem realizado, buscando o atendimento prioritário à execução dos serviços que já foram planejados.

Fonte: Auditoria Interna

9. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO PATRIMONIAL		
Ação	Risco	Controles Internos
Proteção patrimonial da Instituição, preservação da ordem interna e segurança na Cidade Universitária;	Furtos, roubos ou danos ao patrimônio; às pesquisas em andamento; aos bens pertencentes à comunidade universitária; incêndios; acidentes de trânsito; a integridade física de estudantes, servidores e visitantes e assalto as agências bancárias situadas dentro da Universidade.	Terceirização dos serviços de vigilância como medida para aumentar a força de trabalho; Criada a Comissão Permanente de Segurança, com a finalidade de estudar, discutir e criar formas que garantam a melhoria da Segurança interna na Universidade; aprovação do Planejamento Estratégico de Segurança, que define uma Política de Segurança para a Universidade, estabelecendo regras claras quanto ao controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos fins de semana e feriados, e também para a realização de eventos na Cidade Universitária; definição de regras de utilização do DCE e realização de festa dentro da área da Universidade; instalação de câmeras de vigilância em toda a Cidade Universitária, com monitoramento das imagens 24 horas; distribuição de folhetos com orientações a respeito do funcionamento da Segurança na Universidade, contendo todos os meios de contato com o setor de Segurança da UFMS; e Referente aos riscos de roubos ou assaltos às agências bancárias situadas na Universidade, conta-se apenas com vigilância interna da própria agência bancária, circuito interno de CFTV e por Sistema de Segurança Eletrônico.
Gestão de bens da biblioteca	Furto ou não devolução de material bibliográfico.	Implantação de sistema de segurança que inibe o furto de material bibliográfico; consulta pendências da biblioteca em nome do acadêmico, antes da colação de grau, e em nome do servidor, antes da aposentadoria ou desligamento dos quadros.
Inventário anual	Extravio de bens patrimoniais	Carga patrimonial distribuída por setor/lotação, para facilitar a identificação de responsáveis pelos bens; conferências dos bens por meio de sistema para verificar a existência de pendência, e registrar a localização de bens encontrados em outras unidades e transferência dos mesmos; responsabilização de agentes por bens extraviados, realização de TCA para a substituição ou resarcimento do valor do bem.
Recebimento de Materiais	Local de armazenamento, guarda e conservação inadequado ou suficiente, podendo ocorrer furtos ou deterioração ante o tempo de armazenamento.	Adoção de rotina de trabalho para que a entrada, o patrimonioamento, o emplaqueamento e a entrega do bem sejam processados em média de 3 (três) dias; monitoramento por câmeras de segurança na parte interna e externa do local de armazenamento, e a entrada e a saída do local onde ficam armazenados os produtos e equipamentos; implementação de fichas patrimoniais nos bens gravadas em códigos de barras, onde futuramente poderá ser utilizada na realização dos inventários.

9. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO PATRIMONIAL		
Ação	Risco	Controles Internos
Entrega dos bens	Danos aos produtos no transporte, e falta de cuidado com o manuseio.	Entrega dos produtos/equipamentos realizados por empresa especializada, sendo responsável pela integridade do bem até a sua efetiva entrega ao responsável.
Gestão da manutenção da frota de veículos da UFMS	Indisponibilidade de veículos por falta de manutenção também constitui um obstáculo na execução de atividades fins e meio da Universidade. A falta de manutenção adequada dos veículos pode comprometer a segurança dos usuários, bem como afetar a durabilidade do patrimônio.	Atualização do plano de manutenção veicular, no intuito de sistematizar os processos de manutenção preventiva e corretiva do veículo; orientação aos condutores sobre os cuidados ao se utilizar o veículo, bem como informações sobre as verificações básicas de segurança e funcionamento dos automotores; adoção do Sistema de Requisição de Serviços para pedidos de conserto de veículos que auxilia no controle sobre as manutenções realizadas nos veículos; rotina de trabalho instalada referente à manutenção, que inclui processo de acompanhamento constante junto aos fornecedores dos serviços realizados.
Gestão de consumo de combustíveis da frota de veículos da UFMS	Ineficiência no desempenho das atividades de transporte ocasionada por erros de previsão de demanda ou utilização inadequada de combustíveis pelos seguintes motivos: aumento no preço dos combustíveis, aumento das solicitações de transportes (expansão de cursos com aulas práticas e atividades de campo, maior utilização de veículos para projetos), aquisição de novos veículos; Falta de correlação entre a utilização do veículo e as atividades da instituição, seja ela meio ou fim.	Previsão mensal da demanda por combustíveis, sendo ajustada de acordo com o nível de atividades agendadas – essa nova rotina de trabalho (implementada em 2015) tem ajudado na correta adequação entre saldos de empenho e execução do contrato; Exigência, no momento do agendamento do veículo, que seja comprovado, através de programas de disciplinas, projetos de ensino/pesquisa/extensão, a correlação entre o transporte requerido e a atividade a ser desenvolvida; acompanhamento do regular do consumo de combustíveis das unidades da UFMS, bem como a média de quilômetros por litro dos veículos; adequação dos saldos disponíveis nos cartões de abastecimento, sendo evitados excessos de saldo que poderiam ser utilizados de forma incorreta.

Fonte: Auditoria Interna

10. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO FINANCEIRA		
Ação	Risco	Controles Internos
Arrecadação	Atualização em sistema externo ocasionando falhas no Sistema Finanças da UFMS, dificultando a identificação de recolhimentos e geração de relatórios.	Acompanhamento rigoroso pela Divisão de Arrecadação e solicitação junto ao NTI quando necessárias correções e/ou atualizações no sistema.
Execução financeira do Programa de Assistência à Saúde do Servidor	Irregularidades ou inconsistências nos pagamentos de notas fiscais	Implantação de sistema de faturamento das guias desenvolvido pelo NTI/UFMS (SIPAS), que controla o fechamento da folha de pagamento ao final do mês, as retenções dos tributos federais e municipais, emite extrato com todas as informações fiscais e tributárias, substituindo o RPA, e impede pagamentos em duplicidade, procedimentos não autorizados, ou a beneficiários em carência. O Programa de Assistência à Saúde, possui um Colegiado com competência decisória para casos não previstos nas Normas, e conta também com uma Comissão de Tomada de Contas, que analisa nossos processos e os relatórios de Receitas e Despesas mensais.

Fonte: Auditoria Interna

11. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Ação	Risco	Controles Internos
Ambiente tecnológico da UFMS	Centro de dados inadequados	Elaboração de projeto para a adaptação de centro de dados atual
Desenvolvimento de sistemas	Atraso no cumprimento de demandas devido à falta de processos definidos nas áreas de negócios	Mapeamento de Processos
	Não atendimento das necessidades institucionais ante o aumento de demanda.	Comitê de Planejamento de Tecnologia da Informação avalia a ordem de prioridade dos sistemas a serem desenvolvidos.
Gestão de qualidade	Ausência de processo de controle e garantia de qualidade	Elaboração de Manuais; Utilização Sistemas de Gerência.
Comunicação e Planejamento de ações de TI	Falha de comunicação por parte de setores da UFMS dificultando a previsão de demandas e o planejamento de ações	Alinhamento entre as áreas envolvidas na fase de planejamento da ação.

Fonte: Auditoria Interna

12. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE PESSOAS		
Ação	Risco	Controles Internos
Inspeção técnica nos ambientes: verificação das condições ambientais de saúde e segurança no trabalho.	Acidente em serviço e doenças ocupacionais.	Cursos de capacitação; aquisição e distribuição de equipamentos de proteção coletiva e individual; adequação do ambiente conforme normas técnicas.
Assistência à saúde	Aumento de licenças para tratar de doenças psiquiátricas e dependência química de servidores da UFMS, prejudicando as atividades regulares da Universidade.	Acompanhamento psicossocial pelas Assistentes Sociais e Psicólogas da UFMS.
Entrega do controle de frequência de servidores	Inassiduidade habitual e abandono de cargo	Alimentação do Sistema de Registro Mensal de Ocorrências - RMO pelas chefias imediatas; questionamento da ausência da entrega do controle de ponto no prazo estipulado, sob pena de suspensão de pagamentos.
Capacitação de servidores da UFMS	Não autorização da chefia imediata para participação do servidor; falta de frequência dos participantes do curso; desistência dos servidores ao longo do curso.	Alerta às chefias imediatas sobre a legislação da Capacitação (Resolução CD 73, de 05 de agosto de 2015); comunicação ao chefe que o servidor participará como instrutor dos cursos de capacitação, explicando a relevância da atividade; controle de frequência dos servidores participante do curso, cujas ausências são comunicadas à chefia imediata para fins de registros na folha de frequência; em caso de desistência o servidor ficará um período de seis meses sem poder participar novos cursos.
Registros cadastrais de servidores e dependentes, admissão, redistribuição, averbação de tempo contribuído a outros órgãos, desligamentos; concessão de aposentadoria, abono e pensão por morte; remoção, redistribuição, lotação provisória, nomeações; registros em folha de pagamento.	Insegurança jurídica; alteração da Legislação; interpretações divergentes na aplicação de leis e efeitos retroativos; Mandados de Segurança com determinações contrárias às decisões da unidade; informação equivocada lançada nos sistemas SIAPE, SGP, e nas fichas SISAC.	Encaminhamento de dúvidas à Divisão de Legislação de Pessoal, Procuradoria Jurídica, Auditoria Interna, e Ministério do Planejamento, para assegurar maior confiança e segurança nos registros e decisões administrativas; capacitação de servidores.
Processos Seletivos, Concursos para servidores da UFMS e de outras Instituições; transferência de outras IES; Portador de Diploma; Sisu; Vestibular de Música, Ead, Procampo, Prolind, Residência Multiprofissional em Saúde; Residência em Medicina Veterinária; Enem; Exame Nacional Profmat; teste de progresso, e outros.	Vazamento de informações sigilosas, colocando em risco a lisura do certame.	Câmeras nas salas; assinatura do termo de compromisso pelos professores e técnico-administrativos; cofre para guardar material sigiloso; parque gráfico para impressão das provas. Rede de computadores privada com acesso restrito.

12. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO DE PESSOAS		
Ação	Risco	Controles Internos
Regularidade do regime de trabalho.	Ocorrência de acumulação ilícita de cargos públicos; exercício de gerência privada, descumprimento do regime de trabalho, em detrimento das atividades regulares na UFMS.	Assinatura do servidor em formulário próprio, no ato de posse, contendo as proibições quanto ao regime de trabalho, e solicitando informações quanto à ocorrência de gerência privada e acumulação de cargos públicos, para análise posterior da regularidade pela Comissão Permanente de Acumulação; adoção de rotinas periódicas desenvolvidas pela Auditoria Interna com vistas a identificar casos em que haja violação ao regime de dedicação exclusiva regulado pelo art. 20 da Lei nº 12.772/2012; orientação e fiscalização do cumprimento dos encargos de ensino, pesquisa e extensão dentro da instituição pela Direção do Centro, Instituto ou Campus.

Fonte: Auditoria Interna

13. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ação	Risco	Controles Internos
Gerenciamento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)	Prestação de contas de diárias e passagens intempestivas	Contato com o solicitante e o proponente (Chefia) cobrando a prestação de contas; não autorização de nova concessão até a regularização da pendência.
Cumprimento das demandas, recomendações e determinações dos órgãos de controle	Penalidade de gestores e reprovação de Contas.	Alerta às unidades e gestores responsáveis sobre as determinações e recomendações recebidas; acompanhamento periódico do cumprimento das providências pela Auditoria Interna
Processos disciplinares	Prescrição de pena disciplinar; anulação de procedimento por erros sistêmicos; inércia da Administração.	Acompanhamento dos procedimentos disciplinares instaurados por meio do Sistema CGUPAD; capacitação de servidores para atuarem como membros de processos disciplinares.
Canal de comunicação com o cidadão	Não apuração da veracidade de denúncias pelas unidades competentes, ocasionando descrédito institucional ou impunidade administrativa.	Acompanhamento das ações adotadas para averiguar as denúncias e os resultados, informando ao denunciante sobre o trâmite das providências; pesquisa de satisfação dos usuários do sistema da Ouvidoria buscando melhorar a eficiência do serviço.
Comunicação Social e Imagem Institucional	Informações ou abordagens erradas, distorcidas ou incompletas, sobre a Universidade, seus gestores e a comunidade universitária em geral.	Acompanhamento diário dos veículos de imprensa, mapeando matérias e/ou entrevistas sobre a UFMS e a área da educação; contato permanente com os jornalistas para repasse de informações, esclarecimento de dúvidas e para sugestão de pauta; acompanhamento das entrevistas dos servidores que ocupam cargos administrativos; treinamento para os gestores da universidade para entrevistas ao vivo, gravadas e para os diferentes veículos de comunicação (jornal, TV, rádio, site, entre outros); produção de matérias nos canais institucionais onde é possível esclarecer sobre procedimentos ou atividades que ocorrem na universidade.

13. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Ação	Risco	Controles Internos
Gestão documental	Falta de informação, principalmente nas unidades do interior, sobre como proceder com documentos acumulados, podendo causar acumulação desnecessária de papel ou eliminação de documentos com prazo de guarda ainda vigente.	Realização de visitas técnicas, elaboração de documentos informativos, contato via e-mail com servidores (interlocutores) indicados pelos Diretores dos Campi para proporcionar a aproximação com o interior.
Proteção do acervo documental	Falta de estrutura física adequada e de servidores capacitados, manuseio incorreto e uso de materiais que danificam os documentos, falta de limpeza adequada nos locais de arquivo.	Solicitação de mutirões de limpeza, orientando sobre a forma mais adequada de realizar a higienização; não recebimento de documentos além da capacidade das salas de acervo, garantindo assim que todos os documentos sejam acondicionados adequadamente; elaboração de informativos para orientar sobre os danos causados pelo manuseio e uso de materiais inadequados.
Classificação e avaliação dos documentos da UFMS	Eliminações feitas sem uma rigorosa avaliação e sem os procedimentos legais (autorização Arquivo Nacional, publicação Diário Oficial da União) podem ser prejudiciais à instituição pois causam prejuízos financeiros, administrativos, na tomada de decisão e para a história institucional	Divulgação da existência das Tabelas de Temporalidade, treinamentos, capacitações, visitas técnicas; classificação e avaliação dos documentos produzidos e acumulados pela UFMS por meio da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Arquivo Nacional.

Fonte: Auditoria Interna

Destacam-se como principais medidas a realização de treinamentos e capacitações para fins específicos de divulgação e esclarecimento sobre os procedimentos utilizados no dia-a-dia das atividades de diversos setores e o aprimoramento dos sistemas operacionais.

Como ponto forte dos controles internos, têm-se o tratamento das informações e a comunicação. O portal da UFMS dispõe de todos os documentos que regem a instituição, permitindo que a sociedade também contribua para a melhoria dos controles internos. No Boletim de Serviços Eletrônico são publicados todos os atos oficiais da Instituição, e possui ferramentas de pesquisa para facilitar a busca.

Observa-se, também, que existe na UFMS um nível razoável de segregação de funções, sobretudo na distribuição de competências entre as Coordenadorias e suas respectivas Divisões ou setores, que são responsáveis por controlar e executar pontualmente determinadas ações institucionais.

Quadro 26 - Elementos de controles internos adotados na UFMS

ELEMENTOS DE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS NA UFMS
Ambiente de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. • Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UFMS são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. • A comunicação dentro da UFMS é adequada e eficiente. • Existe código formalizado de ética ou de conduta. • Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. • Existem sistemas desenvolvidos internamente para facilitar desempenho de atividades operacionais, com a devida capacitação de seus usuários. • Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UFMS na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. • As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades e publicadas em atos oficiais. • Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UFMS, entretanto, as atividades de gestor/fiscal/coordenador de convênios/contratos ainda precisam aprimorar este quesito. • Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UFMS.
Avaliação de Risco
<ul style="list-style-type: none"> • Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. • Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos. • Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.
Procedimentos de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UFMS, claramente estabelecidas. • As atividades de controle adotadas pela UFMS: são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo; possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação; são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.
Informação e Comunicação
<ul style="list-style-type: none"> • A informação relevante para UFMS é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas, e são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. • A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UFMS é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. • A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UFMS, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. • A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UFMS, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. • A UFMS possui Boletim de Serviços Eletrônico, onde são publicados diariamente os atos oficiais, e possui ferramentas de pesquisa de fácil utilização para o público geral.
Monitoramento
<ul style="list-style-type: none"> • O sistema de controle interno da UFMS é monitorado eventualmente para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. De maneira geral, os controles instituídos têm sido considerados adequados e efetivos pelas avaliações realizadas, e contribuído para a melhoria das ações. • As metas e indicadores constantes no PDI são monitorados anualmente. • Os sistemas desenvolvidos internamente nas atividades operacionais emitem relatórios gerenciais, possuem ferramentas que impedem fraudes ou inconsistência de registros, e são constantemente atualizados para se adaptarem às necessidades institucionais.

Fonte: Auditoria Interna

Importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União realizou um Levantamento entre os anos de 2014/2015, com o objetivo de obter e sistematizar informações sobre governança pública em âmbito nacional. Com o advento do Acórdão 1.273/2015 – TCU – Plenário, os resultados foram encaminhados aos órgãos para conhecimento dos resultados e a realização de uma autoavaliação em relação às boas práticas sugeridas no questionário.

Dentro do mecanismo de Controle, foram avaliados três componentes. São eles:

a) Componente C1 - Gestão de riscos e controle interno - formado por duas práticas relacionadas ao estabelecimento, monitoramento e à avaliação da estrutura de gestão de riscos. Avalia a capacidade da organização em assegurar que a gestão de riscos seja eficaz e contribua para a melhoria de desempenho organizacional;

b) Componente C2 - Auditoria interna - constituído por três práticas com vistas à existência, independência e utilidade da função de auditoria interna -. Avalia a estruturação e independência da função de auditoria interna, bem como sua capacidade de adicionar valor à organização;

c) Componente C3 - Accountability e transparência - constituído por quatro práticas relacionadas à transparência, prestação de contas e avaliação da satisfação das partes interessadas. Essas práticas estimulam a organização a adotar mecanismos de prestação de contas e de responsabilização dos resultados dos sistemas de governança e gestão.

Destacamos abaixo o resultado do Levantamento realizado, comparando a situação da UFMS com a de outros órgãos consultados, o que servirá de norte para o desenvolvimento da gestão de risco e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controles existentes nesta Universidade:

Prática: C1.1. Estabelecer estrutura de gestão de riscos.

C1.1.1. Diretrizes para gestão de riscos e estabelecimento de controles internos estão definidas, e incluem a definição da tolerância ao risco, de papéis e responsabilidades, de critérios de classificação de riscos. (*D)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Fundação Federal	38%	19%	22%	19%	3%	-	-	66%	13%	16%	6%
Fundação	35%	11%	12%	29%	12%	-	-	59%	11%	15%	16%
FEDERAL	40%	14%	12%	21%	12%	0%	1%	63%	13%	7%	18%
Todos os respondentes	31%	6%	11%	29%	21%	1%	1%	46%	28%	6%	19%

C1.1.2. O processo de gestão de riscos está implantado e contempla os seguintes componentes: ambiente de controle; fixação de objetivos; avaliação de riscos; atividades de controle; informação e comunicação; atividades de monitoramento. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Fundação Federal	41%	16%	22%	19%	3%	-	-	66%	13%	19%	3%
Fundação	38%	11%	15%	26%	11%	-	-	60%	10%	16%	15%
FEDERAL	41%	18%	14%	18%	8%	0%	-	67%	10%	9%	14%
Todos os respondentes	34%	6%	13%	28%	18%	1%	1%	49%	26%	6%	18%

C1.1.3. Riscos críticos da organização estão identificados. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-
Fundação Federal	41%	16%	22%	9%	13%	-	-	66%	16%	13%
Fundação	37%	11%	16%	17%	20%	-	-	60%	11%	13%
FEDERAL	32%	14%	17%	18%	18%	0%	0%	57%	13%	12%
Todos os respondentes	33%	5%	12%	29%	19%	1%	1%	48%	27%	7%
										18%

C1.1.4. Controles internos para reduzir os riscos críticos identificados estão implantados. (*E)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	31%	16%	25%	25%	3%	-	-	53%	13%	22%
Fundação	33%	11%	21%	20%	16%	-	-	57%	11%	16%
FEDERAL	31%	15%	16%	25%	13%	1%	-	56%	11%	11%
Todos os respondentes	27%	6%	11%	29%	25%	1%	1%	43%	30%	7%
										20%

C1.1.5. Plano de continuidade, relacionado aos elementos críticos de sua área de atuação, está implantado. (*E)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
Fundação Federal	53%	13%	16%	13%	6%	-	-	78%	6%	13%
Fundação	46%	9%	12%	20%	13%	-	-	70%	7%	13%
FEDERAL	45%	13%	9%	23%	10%	0%	-	65%	10%	7%
Todos os respondentes	37%	6%	11%	27%	17%	1%	1%	52%	25%	6%
										17%

C1.1.6. A responsabilidade por coordenar a estrutura de gestão de riscos da organização está atribuída. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
Fundação Federal	53%	13%	9%	13%	13%	-	-	69%	6%	16%
Fundação	43%	9%	11%	20%	17%	1%	-	63%	10%	15%
FEDERAL	49%	13%	7%	11%	20%	-	-	67%	12%	6%
Todos os respondentes	35%	5%	10%	25%	23%	1%	1%	49%	27%	6%
										18%

C1.1.7. As instâncias internas de governança utilizam as informações resultantes do processo de gestão de riscos para apoiar seus processos decisórios. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Fundação Federal	47%	13%	13%	16%	13%	-	-	69%	9%
Fundação	39%	10%	12%	24%	15%	-	-	62%	9%
FEDERAL	47%	12%	12%	16%	13%	-	-	68%	10%
Todos os respondentes	35%	5%	11%	28%	20%	1%	1%	50%	26%
								7%	17%

Prática: C1.2. Monitorar e avaliar a estrutura de gestão de riscos, a fim de assegurar que seja eficaz e contribua para a melhoria do desempenho organizacional.

C1.2.1. O monitoramento e a avaliação da estrutura de gestão de riscos são executados e consideram aspectos como: conformidade legal e regulamentar, boas práticas, alinhamento a estratégias da organização e seu desempenho global. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Fundação Federal	47%	13%	16%	19%	6%	-	-	63%	16%
Fundação	40%	9%	11%	27%	13%	-	-	57%	13%
FEDERAL	44%	15%	9%	18%	13%	-	-	66%	8%
Todos os respondentes	38%	9%	9%	22%	22%	1%	0%	56%	16%
								9%	19%

C1.2.2. A estrutura de gestão de riscos é monitorada e avaliada pela mais alta instância interna de governança da organização. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	X	-	-	-	-	-	X	-
Fundação Federal	47%	16%	16%	6%	13%	-	3%	72%	19%
Fundação	39%	10%	12%	21%	16%	-	2%	61%	13%
FEDERAL	48%	15%	7%	15%	14%	-	0%	71%	9%
Todos os respondentes	41%	8%	8%	20%	22%	1%	0%	59%	16%
								8%	17%

C1.2.3. Medidas visando o aprimoramento da estrutura de gestão de riscos são implementadas sempre que necessário. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Fundação Federal	50%	16%	19%	9%	6%	-	-	81%	13%
Fundação	41%	11%	10%	23%	13%	-	1%	66%	9%
FEDERAL	47%	17%	8%	15%	13%	-	-	72%	8%
Todos os respondentes	40%	9%	8%	20%	22%	1%	0%	60%	16%
								9%	16%

Prática: C2.1. Estabelecer a função de auditoria interna.

C2.1.1. O propósito, a autoridade, o mandato e a responsabilidade da auditoria interna estão definidos em estatuto. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	6%	13%	16%	66%	-	-	6%	19%	-
Fundação	23%	6%	7%	17%	44%	-	2%	34%	13%	5%
FEDERAL	7%	3%	5%	12%	62%	11%	0%	24%	30%	2%
Todos os respondentes	34%	5%	7%	19%	33%	2%	1%	45%	25%	3%
										27%

C2.1.2. Normas estabelecem a posição da função de auditoria interna na organização, autorizam o acesso aos recursos organizacionais (p. ex. informações, acesso a sistemas) relevantes à realização do trabalho de auditoria e definem o escopo de suas ativida

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	6%	13%	6%	75%	-	-	6%	16%	3%
Fundação	23%	6%	11%	12%	48%	-	-	32%	12%	6%
FEDERAL	6%	3%	4%	8%	68%	11%	-	23%	29%	2%
Todos os respondentes	31%	4%	6%	20%	34%	2%	1%	42%	26%	4%
										28%

C2.1.3. A função de auditoria interna está implantada. (*E)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	6%	-	94%	-	-	-	16%	-
Fundação	23%	6%	2%	12%	56%	-	-	32%	11%	5%
FEDERAL	4%	1%	2%	3%	78%	11%	-	18%	30%	1%
Todos os respondentes	30%	5%	7%	18%	37%	2%	2%	42%	25%	4%
										29%

C2.1.4. A auditoria interna produz relatórios destinados às instâncias internas de governança. (*E)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	3%	3%	13%	3%	78%	-	-	9%	13%	-
Fundação	28%	5%	7%	11%	49%	-	-	37%	11%	5%
FEDERAL	7%	1%	3%	7%	70%	11%	-	23%	24%	1%
Todos os respondentes	32%	5%	8%	19%	33%	2%	1%	43%	24%	4%
										30%

Prática: C2.2. Prover condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente.

C2.2.1. A auditoria interna se reporta funcionalmente à mais alta instância interna de governança e administrativamente à alta administração. (*E)

Nível de agregação										
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	13%	-	6%	81%	-	-	13%	16%	3% 69%
Fundação	24%	9%	2%	11%	54%	-	-	35%	12%	5% 48%
FEDERAL	6%	3%	1%	8%	71%	11%	-	22%	31%	1% 46%
Todos os respondentes	30%	4%	5%	18%	39%	2%	1%	42%	27%	4% 28%

C2.2.2. Diretrizes para o tratamento de conflitos de interesse (p. ex. não participação em atos de gestão) na função de auditoria interna estão definidas. (*D)

Nível de agregação										
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	13%	9%	6%	9%	63%	-	-	25%	16%	9% 50%
Fundação	29%	7%	5%	18%	39%	-	1%	41%	12%	9% 38%
FEDERAL	12%	9%	3%	8%	57%	11%	0%	34%	27%	4% 36%
Todos os respondentes	38%	5%	7%	22%	25%	2%	1%	50%	23%	4% 23%

C2.2.3. As competências necessárias ao desempenho das responsabilidades da auditoria interna estão identificadas. (*D)

Nível de agregação										
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	3%	6%	9%	3%	78%	-	-	13%	16%	9% 63%
Fundação	27%	6%	6%	13%	48%	-	-	35%	13%	7% 44%
FEDERAL	9%	6%	4%	7%	63%	11%	-	28%	29%	2% 41%
Todos os respondentes	33%	4%	7%	20%	33%	2%	1%	44%	26%	4% 26%

C2.2.4. Condições são providas para que os auditores internos possuam, coletivamente, as competências necessárias ao desempenho das atribuições da função de auditoria interna. (*E)

Nível de agregação										
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	3%	9%	31%	56%	-	-	6%	19%	13% 63%
Fundação	26%	5%	7%	23%	39%	-	-	34%	13%	9% 44%
FEDERAL	7%	2%	5%	20%	56%	11%	-	29%	26%	4% 40%
Todos os respondentes	33%	4%	8%	21%	30%	2%	2%	46%	25%	4% 25%

Prática: C2.3. Assegurar que a auditoria interna adicione valor à organização.

C2.3.1. Diretrizes para que a função de auditoria interna contribua para a melhoria dos processos de governança, de gestão e de gerenciamento de riscos e controles, utilizando abordagem sistemática estão definidas. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não período auditado	Controle formalizado e não período auditado	Controle não formalizado e período auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	16%	9%	19%	19%	38%	-	-	31%	6%	6%
Fundação	33%	6%	15%	16%	30%	-	-	45%	9%	10%
FEDERAL	15%	6%	8%	21%	41%	11%	-	38%	22%	4%
Todos os respondentes	32%	6%	7%	19%	31%	5%	0%	48%	19%	5%

C2.3.2. Diretrizes para o planejamento dos trabalhos de auditoria interna estão definidas e levam em consideração os riscos relevantes para a organização. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não período auditado	Controle formalizado e não período auditado	Controle não formalizado e período auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	6%	3%	19%	25%	47%	-	-	9%	16%	9%
Fundação	30%	4%	13%	17%	35%	-	-	39%	10%	10%
FEDERAL	9%	5%	7%	16%	51%	11%	-	30%	25%	4%
Todos os respondentes	31%	6%	8%	17%	33%	5%	0%	47%	19%	5%

C2.3.3. Objetivos, indicadores e metas de desempenho para a função de auditoria interna estão estabelecidos. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não período auditado	Controle formalizado e não período auditado	Controle formalizado e período auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	19%	9%	13%	22%	38%	-	-	34%	9%	-
Fundação	37%	7%	13%	13%	29%	-	-	51%	7%	5%
FEDERAL	24%	8%	8%	16%	33%	11%	-	47%	19%	2%
Todos os respondentes	38%	7%	9%	16%	26%	5%	0%	53%	17%	4%

C2.3.4. Plano de auditoria interna, elaborado com base nos objetivos, riscos e metas da organização, está aprovado. (*D)

Nível de agregação										
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não período auditado	Controle formalizado e não período auditado	Controle formalizado e período auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	3%	3%	13%	78%	3%	-	6%	16%	-
Fundação	29%	5%	6%	15%	44%	1%	-	39%	12%	5%
FEDERAL	7%	2%	6%	9%	65%	11%	-	24%	27%	1%
Todos os respondentes	35%	6%	6%	15%	33%	5%	0%	49%	18%	4%

C2.3.5. Trabalhos de auditoria interna são executados em conformidade com as diretrizes e os planos definidos. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	6%	16%	78%	-	-	-	16%	3%	81%
Fundação	27%	2%	7%	16%	48%	-	33%	15%	6%	46%	
FEDERAL	5%	1%	3%	11%	69%	11%	-	20%	30%	2%	48%
Todos os respondentes	31%	5%	5%	15%	39%	5%	0%	44%	20%	5%	31%

C2.3.6. O desempenho da função de auditoria interna é mensurado e avaliado com base nos indicadores e metas definidos. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	25%	19%	6%	16%	34%	-	-	47%	-	6%	47%
Fundação	40%	11%	11%	11%	27%	-	-	57%	7%	6%	29%
FEDERAL	29%	9%	7%	13%	32%	11%	-	53%	16%	2%	29%
Todos os respondentes	42%	7%	7%	15%	24%	5%	0%	57%	15%	4%	24%

C2.3.7. Medidas visando o aprimoramento da função auditoria interna são implementadas sempre que necessário. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	3%	16%	25%	56%	-	-	16%	13%	19%	53%
Fundação	28%	4%	12%	20%	37%	-	-	43%	11%	13%	33%
FEDERAL	7%	4%	7%	19%	52%	11%	-	34%	23%	7%	35%
Todos os respondentes	30%	6%	6%	19%	33%	5%	0%	49%	17%	7%	26%

Prática: C3.1. Dar transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei.

C3.1.1. As necessidades de publicidade de informações decorrentes de exigências normativas e jurisprudenciais, e de demandas das partes interessadas estão identificadas. (*D)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	6%	3%	6%	19%	66%	-	-	19%	47%	6%	28%
Fundação	6%	4%	9%	17%	65%	-	-	21%	35%	9%	35%
FEDERAL	2%	2%	4%	11%	81%	-	-	15%	37%	4%	44%
Todos os respondentes	4%	2%	5%	23%	66%	0%	0%	16%	45%	6%	33%

C3.1.2. Diretrizes da alta administração para abertura de dados, divulgação de informações relacionadas à área de atuação da organização e comunicação com as diferentes partes interessadas estão definidas. (*D)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	X
Fundação Federal	13%	3%	6%	16%	63%	-	-	25%	50%
Fundação	7%	6%	10%	20%	57%	-	-	24%	38%
FEDERAL	8%	3%	6%	16%	67%	-	-	22%	38%
Todos os respondentes	8%	3%	6%	27%	56%	0%	0%	21%	43%
						6%	6%	30%	

C3.1.3. O catálogo de informações às quais a organização se compromete a dar transparência ativa está definido e é acessível às partes interessadas. (*D)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	X
Fundação Federal	16%	-	3%	28%	53%	-	-	25%	53%
Fundação	16%	5%	10%	18%	51%	-	-	29%	32%
FEDERAL	11%	3%	4%	15%	67%	-	-	24%	38%
Todos os respondentes	10%	3%	6%	25%	56%	0%	0%	22%	43%
						6%	6%	30%	

C3.1.4. As informações às quais a organização se compromete a dar transparência ativa estão acessíveis às partes interessadas. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	9%	28%	63%	-	-	13%	50%
Fundação	4%	2%	7%	28%	59%	-	-	18%	35%
FEDERAL	3%	2%	2%	13%	80%	-	-	16%	39%
Todos os respondentes	4%	2%	4%	24%	65%	0%	0%	17%	45%
						6%	6%	32%	

C3.1.5. As informações publicadas estão de acordo com as exigências normativas e jurisprudenciais. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	6%	22%	72%	-	-	3%	50%
Fundação	1%	1%	6%	20%	72%	-	-	15%	35%
FEDERAL	1%	2%	2%	9%	86%	-	-	13%	38%
Todos os respondentes	3%	2%	3%	20%	72%	0%	0%	16%	45%
						6%	6%	33%	

C3.1.6. A satisfação das partes interessadas com as informações provadas [transparência ativa] é avaliada e monitorada. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado	
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	34%	-	3%	31%	31%	-	-	50%	28%	3%	19%
Fundação	35%	4%	9%	24%	28%	-	-	50%	18%	9%	23%
FEDERAL	30%	6%	10%	17%	37%	0%	0%	47%	23%	5%	25%
Todos os respondentes	25%	3%	10%	27%	33%	0%	1%	38%	33%	6%	23%

Prática: C3.2. Prestar contas da implementação e dos resultados dos sistemas de governança e de gestão, de acordo com a legislação vigente e com o princípio de accountability.

C3.2.1. Relatórios produzidos pela organização, relativos à implementação e aos resultados dos sistemas de governança e de gestão da organização, estão publicados. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado	
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	6%	-	3%	22%	69%	-	-	19%	31%	6%	44%
Fundação	13%	4%	5%	23%	55%	-	-	28%	22%	9%	41%
FEDERAL	7%	2%	5%	24%	63%	-	-	18%	26%	3%	52%
Todos os respondentes	13%	2%	6%	22%	55%	0%	0%	24%	38%	5%	32%

C3.2.2. Informações produzidas por instâncias externas de governança, relativas à implementação e aos resultados dos sistemas de governança e de gestão da organização, estão publicados. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado	
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	25%	-	-	25%	50%	-	-	34%	28%	6%	31%
Fundação	24%	4%	2%	24%	45%	-	-	35%	20%	10%	35%
FEDERAL	19%	2%	5%	20%	54%	-	-	33%	23%	3%	41%
Todos os respondentes	19%	2%	7%	24%	47%	0%	0%	30%	35%	6%	29%

C3.2.3. As informações publicadas estão de acordo com as exigências normativas e jurisprudenciais. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e period. auditado	
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	6%	-	3%	6%	84%	-	-	13%	38%	6%	44%
Fundação	15%	2%	4%	10%	70%	-	-	27%	24%	9%	40%
FEDERAL	7%	1%	2%	7%	83%	-	-	21%	27%	4%	48%
Todos os respondentes	11%	2%	3%	18%	65%	0%	0%	22%	39%	6%	33%

C3.2.4. A satisfação das partes interessadas com o conteúdo e a qualidade da prestação de contas é avaliada e monitorada. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	34%	-	13%	19%	34%	-	-	47%	28%	6%	19%
Fundação	33%	4%	11%	17%	35%	-	-	45%	16%	10%	29%
FEDERAL	42%	4%	7%	18%	28%	1%	1%	57%	16%	5%	22%
Todos os respondentes	26%	3%	8%	25%	38%	0%	1%	38%	31%	6%	25%

Prática: C3.3. Avaliar a imagem da organização e a satisfação das partes interessadas com seus serviços e produtos.

C3.3.1. A satisfação das partes interessadas com serviços e produtos sob responsabilidade da organização é monitorada e avaliada. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	25%	9%	16%	13%	38%	-	-	47%	38%	6%	9%
Fundação	26%	7%	12%	17%	38%	-	-	44%	27%	11%	18%
FEDERAL	18%	7%	12%	29%	34%	-	1%	44%	36%	4%	16%
Todos os respondentes	25%	5%	11%	28%	29%	0%	0%	47%	26%	8%	19%

C3.3.2. A imagem da organização perante as partes interessadas, em especial a confiança, é monitorada e avaliada. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	31%	9%	9%	19%	31%	-	-	53%	41%	3%	3%
Fundação	27%	9%	11%	17%	37%	-	-	48%	26%	10%	17%
FEDERAL	25%	8%	9%	28%	30%	0%	1%	53%	30%	3%	14%
Todos os respondentes	28%	6%	10%	27%	28%	0%	0%	50%	24%	8%	18%

C3.3.3. Ações de melhoria são implementadas com base nos resultados das avaliações. (*E)

Nível de agregação											
	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Fundação Federal	19%	9%	13%	28%	31%	-	-	44%	41%	6%	9%
Fundação	22%	9%	10%	23%	37%	-	-	45%	24%	11%	20%
FEDERAL	20%	8%	11%	29%	31%	0%	0%	51%	29%	5%	14%
Todos os respondentes	26%	6%	10%	25%	32%	0%	0%	50%	23%	8%	18%

Prática: C3.4. Garantir que sejam apurados, de ofício, indícios de irregularidades, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.

C3.4.1. Diretrizes para a apuração de irregularidades, incluindo desconformidades com o código de ética e de conduta e com diretrizes de governança e de gestão, estão definidas. (*D)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	13%	13%	75%	-	-	9%	38%	16% 38%
Fundação	5%	4%	10%	18%	63%	-	-	17%	28%	12% 43%
FEDERAL	3%	1%	9%	14%	73%	-	-	11%	36%	5% 48%
Todos os respondentes	14%	3%	8%	26%	47%	0%	0%	24%	39%	6% 31%

C3.4.2. Indícios de irregularidades são apurados em conformidade com as diretrizes definidas. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	3%	6%	91%	-	-	6%	34%	9% 50%
Fundação	5%	4%	5%	15%	72%	-	-	15%	27%	10% 49%
FEDERAL	3%	0%	3%	9%	85%	-	-	11%	36%	5% 49%
Todos os respondentes	11%	3%	6%	24%	55%	0%	0%	22%	41%	6% 32%

C3.4.3. Casos comprovados de irregularidades resultam na aplicação de sanções, em conformidade com as diretrizes definidas. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	3%	9%	88%	-	-	6%	38%	6% 50%
Fundação	4%	4%	5%	11%	77%	-	-	13%	32%	9% 46%
FEDERAL	2%	1%	2%	5%	90%	-	-	11%	35%	4% 51%
Todos os respondentes	11%	3%	5%	21%	60%	0%	0%	21%	41%	5% 32%

C3.4.4. Casos comprovados de irregularidade resultam no encaminhamento tempestivo de informações para os órgãos de controle competentes. (*E)

Nível de agregação	Não atende	Decidiu adotar	Atende em menor parte	Atende em parte	Atende em maior parte ou totalmente	Não atende: impedimento legal	Não atende: custo/benefício desfavorável	Controle não formalizado e não period. auditado	Controle não formalizado e period. auditado	Controle formalizado e não period. auditado
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Fundação Federal	-	-	-	13%	88%	-	-	6%	31%	6% 56%
Fundação	4%	4%	1%	10%	82%	-	-	15%	29%	9% 48%
FEDERAL	2%	0%	2%	8%	88%	-	-	11%	34%	6% 49%
Todos os respondentes	10%	3%	5%	20%	62%	0%	0%	21%	41%	6% 33%

Fonte: Coestado/Segecex/TCU.

A Coordenadoria de Planejamento Institucional (CPI/PROPLAN) é a unidade responsável pela coordenação, elaboração, acompanhamento e avaliação dos processos de planejamento e desenvolvimento institucional, pela modernização da estrutura organizacional e análise dos procedimentos administrativos e pelo sistema de informação para fins de planejamento, avaliação e controle das atividades desenvolvidas pelas unidades da Universidade.

Competências:

- estabelecer normas e procedimentos relativos ao planejamento e acompanhamento institucional;
- coordenar a elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento institucional da Universidade;
- coordenar as atividades relativas a modernização administrativa da estrutura organizacional;
- coordenar as atividades relativas aos sistemas informacionais para planejamento, avaliação e controle das atividades desenvolvidas pelas unidades e manutenção dos sistemas do governo federal;
- realizar pesquisas de demanda social e definir indicadores, que por meio do planejamento, orientem ações gerais da Instituição;
- manter a compatibilidade e integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional com o Orçamento da Universidade;
- colaborar com a Coordenadoria de Relações Institucionais na identificação dos projetos para captação de recursos junto a agência de fomentos;
- coordenar a elaboração do Relatório de Gestão da Universidade;
- colaborar na elaboração da proposta orçamentária da Universidade;
- colaborar na Avaliação Institucional da Universidade;
- elaborar relatórios gerenciais; e
- desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação.

Principais Riscos ao Desenvolvimento das Competências:

- diagnósticos equivocados acerca do ambiente interno e externo;
- utilização de indicadores de desempenho que pouco afetam a eficiência no atendimento das demandas dos *stakeholders*;
- implementação de metas que ou subestimam ou superestimam demais o potencial de realização de cada unidade de negócio da instituição;
- cultura paralela que subestima a importância do planejamento estratégico e da avaliação de desempenho;
- contenções orçamentárias para as atividades relacionadas à aprendizagem organizacional sobre planejamento estratégico;
- ausência de patrocínio da alta administração;
- missão e valores institucionais não difundidos suficientemente bem para estimular a cooperação entre os diversos níveis hierárquicos;
- interrupções na sistemática de trabalho em razão de gestões que, sendo o caso, se dedicuem a empreender uma “roupagem” diferente das gestões que lhe sucederam;
- obsolescência dos sistemas informatizados para viabilizar o controle e o acompanhamento do planejamento estratégico;
- dificuldades de implementar *benchmarking* sobre planejamento e avaliação institucional, tornando o autoreferenciamento o meio usual para abalizar o grau de aprendizagem.

Principais Medidas de Contenção aos Riscos:

- aperfeiçoamento e atualização periódica das técnicas de levantamento de informações acerca do ambiente externo e interno como meio de apoiar o planejamento estratégico de médio e longo prazo;
- aperfeiçoamento e atualização periódica das técnicas de elaboração de indicadores de desempenho; acompanhamento do impacto dos indicadores nas suas respectivas atividades;
- capacitação periódica do quadro de pessoal envolvido nas atividades relacionadas à implementação do planejamento estratégico e todas as particularidades que o envolvem;
- encontros periódicos para discussão do planejamento estratégico; políticas de sensibilização da comunidade universitária sobre a importância da estratégia no desenvolvimento institucional;
- fundos de reserva; parcerias com instituições públicas e privadas;
- submissão de todos os planos estratégicos à anuência e ratificação da alta administração;
- ações de sensibilização e divulgação à comunidade universitária da missão e dos valores institucionais;
- elaboração de planos estratégicos cujo horizonte de tempo ultrapassem, no todo ou em parte, os períodos de gestão;
- atualização programada dos sistemas desenvolvidos para acompanhar o planejamento estratégico institucional;
- formulação de parcerias com instituições de ensino superior na esfera pública e privada.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso ao Cidadão

As demandas da Ouvidoria são de naturezas diversas e surgem das mais variadas necessidades ou motivações advindas de segmentos da comunidade interna ou externa da universidade, que buscam serem ouvidos e atendidos em suas demandas e necessidades. Nesse contexto temos, de um lado essa parte carecedora de atenção, informação e em busca da satisfação de sua necessidade e, de outro lado a universidade, que através desse amplo canal de acesso, cujo interlocutor é o Ouvidor, estabelecerá dialogo com os interessados desta comunidade, sempre objetivando satisfazer suas necessidades de informações, de interveniência na resolução de conflitos, fazer denúncias, críticas entre outras. Daí a importância de se estar atento para a variedade de demandas que se sucedem e da forma que se posicionará o órgão diante desses questionamentos e inquietações, sejam eles de caráter técnico, informativo, conflituoso, político etc., advindos de professores, alunos, servidores, família ou da sociedade em geral.

O Ouvidor, para dar cabo de seu mister e atividades (entre elas o de possibilitar o exercício da cidadania), visando o atendimento cada vez mais eficiente, ágil e efetivo, estabelece contato com os solicitantes, faz encontros pessoais e diretos com as pessoas envolvidas sejam elas os interessados primários, sejam servidores técnico administrativos, alunos, professores, órgãos colegiados, coordenadores de curso diretores de campus, pró reitores etc., agindo sempre próativamente dispondendo-se a atender as demandas provindas das mais diversas origens. Toda estrutura que possibilita sua atuação é fornecida pela própria universidade e está à disposição da Ouvidoria e, como sempre tem sido feito, essa estrutura é explorada livremente pelo Ouvidor, isso se consubstanciando num ponto forte na facilitação e desempenho de suas atividades.

O principal e mais utilizado canal de acesso à Ouvidoria da UFMS se dá por meio do seu sistema informatizado de acesso, pela internet, e que está colocado à disposição dos usuários no sítio oficial da UFMS, por meio do qual se pode optar pela escolha de variados tipos de demandas (denúncia, reclamação, solicitação, sugestão elogia, crítica etc.), isso em um ambiente virtual de fácil acesso e de manuseio simples e intuitivo. Estas manifestações são enviadas pelos interessados através da página da Ouvidoria colocada à disposição das comunidades interna e externa, no endereço virtual: <http://ouvidoria.sites.ufms.br/>, e que também tem links de acesso em diferentes pontos do site oficial da UFMS: <http://www-nt.ufms.br/>. Desse modo, é possível, a qualquer tempo, invocar a Ouvidoria seja por meio de solicitações, sugestões, críticas, reclamações, denúncias ou elogios. O usuário pode se valer também do telefone fixo institucional n. 67-3345.7983, para falar diretamente com o Ouvidor ou agendar atendimento pessoal na Ouvidoria, possibilitando o usuário interagir com o Ouvidor. Neste sentido, otimizando ainda mais o acesso a Ouvidoria mantém acolhimento manifestações por meio do celular institucional n. 67-96166234, com atendimento das 8h. às 22h. diretamente pelo Ouvidor. Os atendimentos são todos canalizados, direta ou indiretamente, para o Sistema da Ouvidoria que gerencia dados dos usuários e o histórico de suas demandas, de modo que todo atendimento permanece sempre documentado. Com efeito, Ouvidoria da UFMS pode ser acessada por carta no endereço postal Ouvidoria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Avenida Costa e Silva, S/N – Cidade Universitária, CEP 79.070-900, Campo Grande/MS, por e-mail (ouvidoria.rtr@ufms.br), pelo Sistema Informatizado da Ouvidoria, por Ofício ou Comunicado Interno e, como já ressaltado, de forma presencial, independentemente da natureza da demanda. Conforme demonstra quadro e gráficos abaixo onde se pode ver a totalização das demandas e também, percentualmente, cada tipo de solicitação:

Quadro geral de estatísticas da Ouvidoria da UFMS

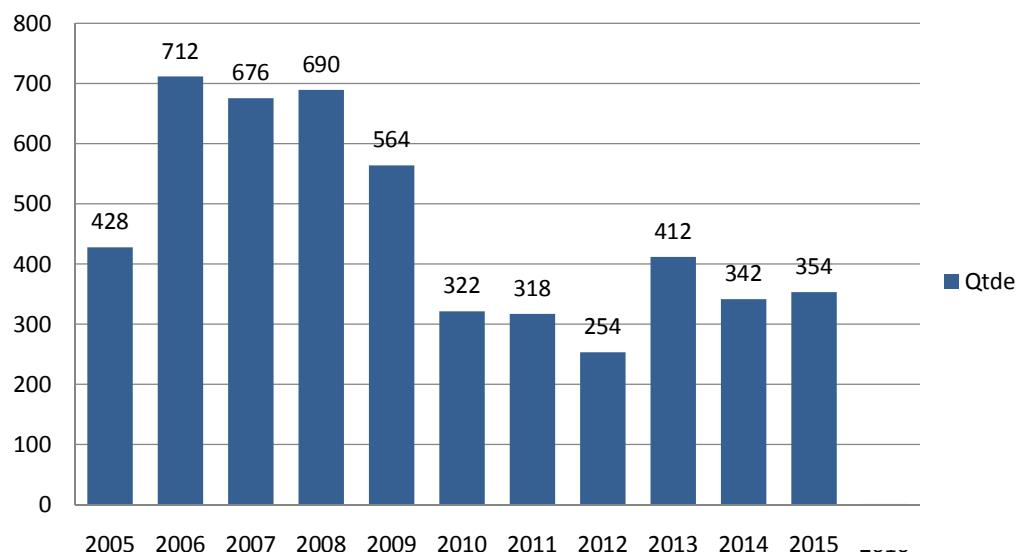
Quadro 27 - Tipo de Solicitação de 2005 a 2015

Tipo de solicitação	Nº	Porcentagem
Denuncia com comprovante	299	6%
Reclamação	966	19%
Crítica	155	3%
Elogio	93	2%
Consulta	1.871	37%
Solicitação	1.467	29%
Sugestão	221	4%
TOTAL	5.072	100%

Fonte: Ouvidoria

Total geral: 5.072 - * dados cumulativos a iniciar em 2005 a com término em 31/dez/2015, com média anual de 461 demandas registradas no sistema

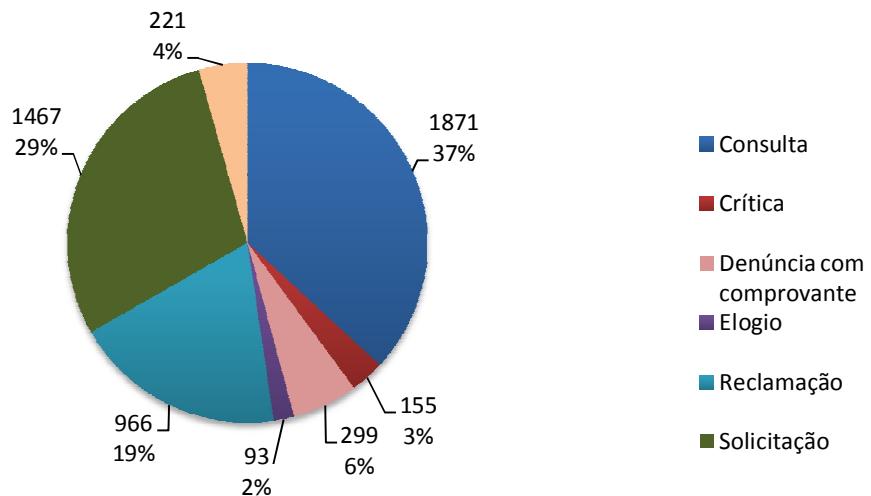
Solicitações de 2005 a 2015



Fonte: Ouvidoria

Em 2015 observamos aumento de 3.5% na quantidade de manifestações na Ouvidoria, totalizando 354 atendimentos ao cidadão usuário. O Objetivo é aumentar percentualmente ainda mais com a divulgação do canal da Ouvidoria junto as comunidades externa e interna.

Total/Percentual por tipo de solicitação:

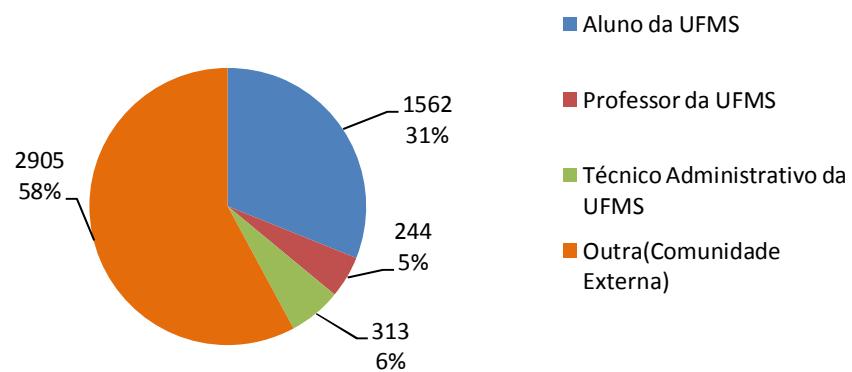


Fonte: Ouvidoria

Manifestações por tipo de Solicitante:

É possível analisar também, quanto à origem, quem são os interessados ou de onde provêm as demandas da Ouvidoria, seja de alunos, professores, servidores técnicos e administrativos ou da comunidade externa em geral, como se vê abaixo quantificado:

Solicitações por Solicitante

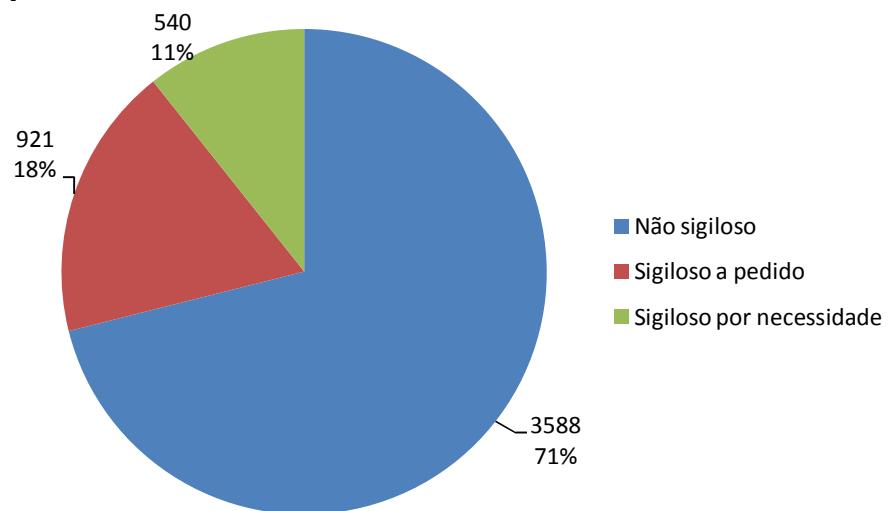


Fonte: Ouvidoria

Manifestações pelo caráter do pedido:

Quanto ao caráter das denúncias, estas poderão ser formalizadas de forma anônima ou de modo mantendo em sigilo a identidade do solicitante, bem como a opção de ser encaminhada, logo após a denúncia, os comprovantes para instruir os procedimentos da Ouvidoria. (v. tabela quantitativa):

Solicitações por caráter

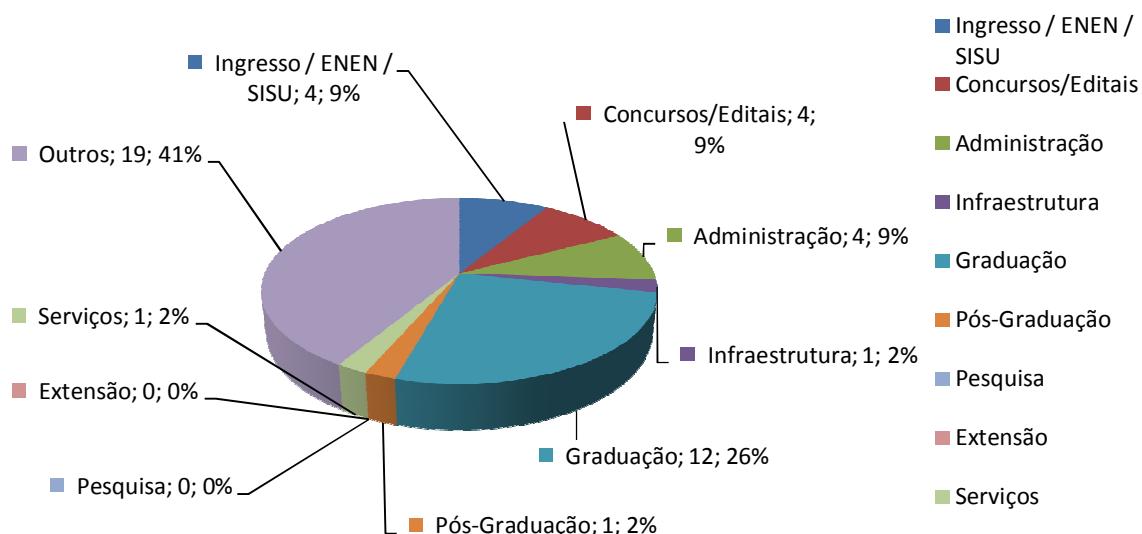


Fonte: Ouvidoria

Motivos das manifestações na Ouvidoria

No que tange ao motivo da manifestação detectamos as seguintes motivações da solicitação do cidadão usuário. Estes dados são preciosos para nos fornecer, por exemplo, onde ou em que setor há mais interesse ou, ao contrário, onde está havendo maior carência de informações, entre outras tantas utilidades, que uma vez reveladas, consequentemente vão dando informações para balizar novas estratégias para correção ou melhoria dos serviços e atendimento em geral. Este item já faz parte da pesquisa satisfação dos usuários, sendo o primeiro a ser respondido nesta fase final e, portanto, que já teve todo seu trâmite terminado - o que reforça a exatidão das informações:

Motivo da Manifestação



Fonte: Ouvidoria

Obs.: Tabela com intervalo 01/01/2015 até 31/12/2015

No HUMAP o acesso pode ser efetuado através de e-mail: ouvidoria.humap@ebserh.gov.br, através do telefone (67) 3345-3074, correspondência,

pessoalmente e ou ainda registrar sua manifestação via internet link <http://www.ebsrh.gov.br/web/portal-ebsrh/nova-solicitacao> bem como acompanhar sua manifestação através do link <http://www.ebsrh.gov.br/web/portal-ebsrh/acompanhar-solicitacao>.

Nos hospitais universitários sob contrato de gestão com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSRH), o titular da ouvidoria é nomeado pelo Superintendente e tem a atribuição de cuidar dos procedimentos internos da Ouvidoria, acolher as manifestações que lhe forem dirigidas por qualquer meio de comunicação e proporcionar o atendimento aos interessados.

A Ouvidoria foi implantada recentemente no Hospital no sentido de atender as manifestações apresentadas pelos interessados, pacientes ou funcionários, tratando com absoluta confidencialidade as informações, dando-lhes o devido encaminhamento.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Todas as instituições ou unidades jurisdicionadas integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, que também prestem serviços de atendimento direto ao cidadão, devem registrar também a existência de algum instrumento semelhante à Carta de Serviços ao Cidadão, caso disponível, bem como os procedimentos utilizados para sua correspondente divulgação e o endereço na *Internet* no qual seu conteúdo pode ser acessado. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul já tem a sua Carta de Serviços ao cidadão em processo de atualização e está disponível no site oficial da UFMS, na página da “Pró-Reitoria de Administração – PRAD/UFMS”, com acesso pelo link: <http://ufms.br/institution/view/id/47> ou diretamente no documento em pdf: <http://ndsg.facom.ufms.br/files/ufms/carta-cidadao-ufms.pdf>

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela organização pública para informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

Tem como princípios fundamentais:

- Participação e Comprometimento
- Informação e Transparência
- Aprendizagem
- Participação do Cidadão

Sustenta-se nas seguintes Premissas:

- Foco no cidadão
- Indução do controle social

A Carta tem por finalidade:

- Melhorar a relação da Administração Pública com os cidadãos.
- Divulgar os serviços prestados pelas organizações públicas com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade.
- Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia.
- Garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

Benefícios da Carta:

- Ao implantar a Carta de Serviços, a organização pública ajustará sua atuação às expectativas dos cidadãos. Nesse sentido, serão visíveis os benefícios tanto para o cidadão quanto para a organização e a sociedade.

Público-alvo da Carta:

- Cidadãos que demandam e utilizam os serviços ou produtos das organizações públicas.
- A Carta de Serviços ao Cidadão da UFMS está sendo elaborada e atualizada por integrantes da Comissão de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Instrução de Serviço nº 285/PRAD de 4 de outubro de 2011.

“e-SIC” Serviço de Informação ao Cidadão da LEI DA ACESSO À INFORMAÇÃO*

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

A UFMS sendo um órgão institucional do Poder Executivo pode ser instada por este canal de acesso por qualquer cidadão a procura de informações públicas referentes a instituição através do link da CGU :

<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>

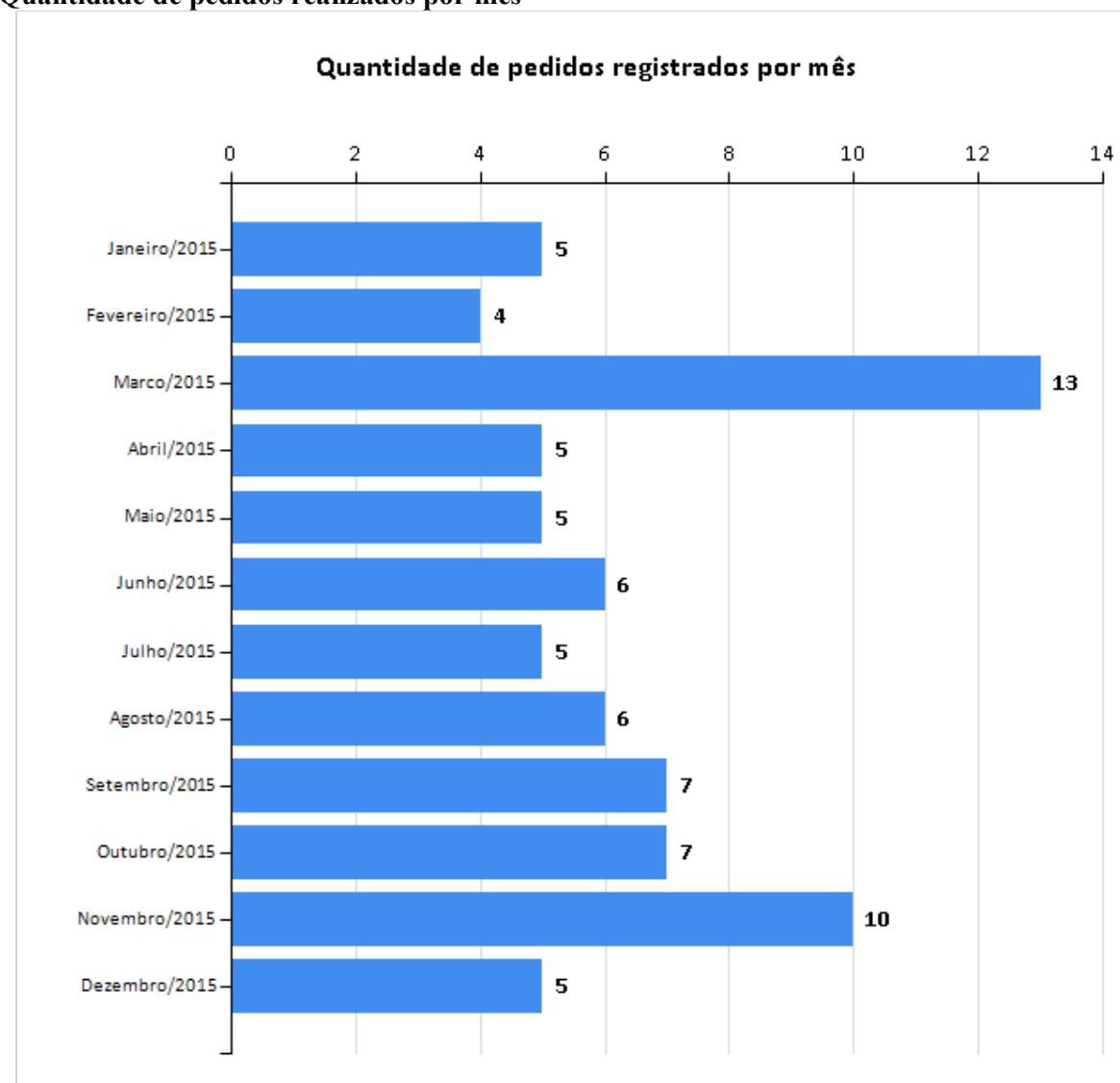
A Lei 12.527/ sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. O Site do e-SIC é www.acessoainformacao.gov.br., onde o cidadão interessado se cadastrá e faz o seu pedido de informação por meio do e-SIC diretamente à Universidade que é respondido pelo Gestor. Os pedidos tem prazo de 20 dias para resposta, prorrogáveis por mais 10 dias. Estes trâmites estão sob a responsabilidade da Reitoria, da Assessoria da Reitoria e da Ouvidoria/RTR.

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

Quantidade de Pedidos:	78	Média mensal de pedidos:	6,50
-------------------------------	-----------	---------------------------------	-------------

Fonte: Ouvidoria

Quantidade de pedidos realizados por mês



Fonte: Ouvidoria

Quadro 28- Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação

Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2015	5	-
Fevereiro/2015	4	-20%
Marco/2015	13	69.23%
Abril/2015	5	-61.54%
Maio/2015	5	0%
Junho/2015	6	16.67%
Julho/2015	5	-16.67%
Agosto/2015	6	16.67%
Setembro/2015	7	14.29%
Outubro/2015	7	0%
Novembro/2015	10	30%
Dezembro/2015	5	-50%
TOTAL:	78	
MÉDIA:	6,50	

Fonte: Ouvidoria

Totalização do e-SIC e Ouvidoria e fluxo das demandas

Somados os atendimentos da Ouvidoria e do sistema e-SIC, totalizaram, no período de 2015, 432 atendimentos ao cidadão usuário.

Impõe-se um fluxo diferente a cada demanda e avalia-se que envolva diferentes momentos em seu processo. Inicia-se com o recebimento e primeira análise da manifestação, sua procedência, tratamento é dado à questão com o encaminhamento (trâmite) do procedimento da sua origem na Ouvidoria até ao setor ou setores internos responsáveis pela avaliação ou resposta, instaura-se procedimentos internos com rotinas próprias destes, providencia-se respostas intermediárias ao solicitante e assim por diante, até finalmente chegar-se ao deslinde total da solicitação com a finalização do procedimento todo com a resposta ou informação ao solicitante e aos setores envolvidos. Uma manifestação iniciada, transformada em procedimento, pode ter inúmeros desdobramentos e demandar muitas interveniências do Ouvidor e de setores internos ou, de outro lado, quando singela a questão, uma resposta circunstanciada pelo Ouvidor.

No HUMAP, A Carta de Serviços ao Cidadão é um veículo de comunicação que visa facilitar o acesso aos serviços oferecidos pelo Hospital **Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. A primeira edição do documento tem por objetivo tirar as dúvidas com relação a consultas, internamentos, exames, terapêutica, serviços especiais, ensino, pesquisa, sangue e leite humano, além de atos filantrópicos de voluntariado e doações em geral.

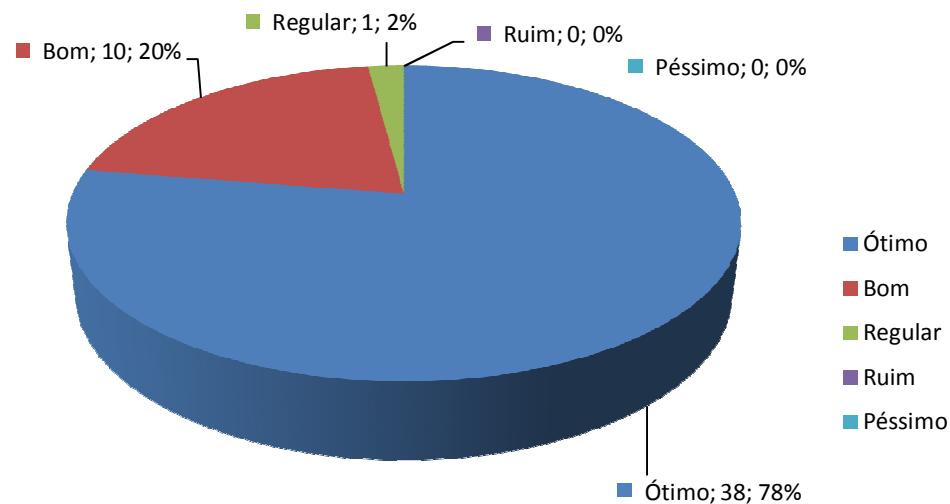
O Acesso e disponibilizado através de link na pagina <http://www.ebserh.gov.br/web/humap-ufms/carta-ao-cidadao> sendo disponibilizados Dúvidas e sugestões também podem serem enviadas para o imprensa@nhu.ufms.br.

Link <http://www.ebserh.gov.br/documents/17082/0/CartaCidadaoHUMAP.pdf/efcb5512-b781-4597-a91c-98ced9058468>

6.3 Aferição do Grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Seguindo o questionário da satisfação dos usuários podemos observar como avaliam a **facilidade de acesso ao site da Ouvidoria/UFMS**, resultado que consideramos excelente, mas que estamos sempre a lapidar:

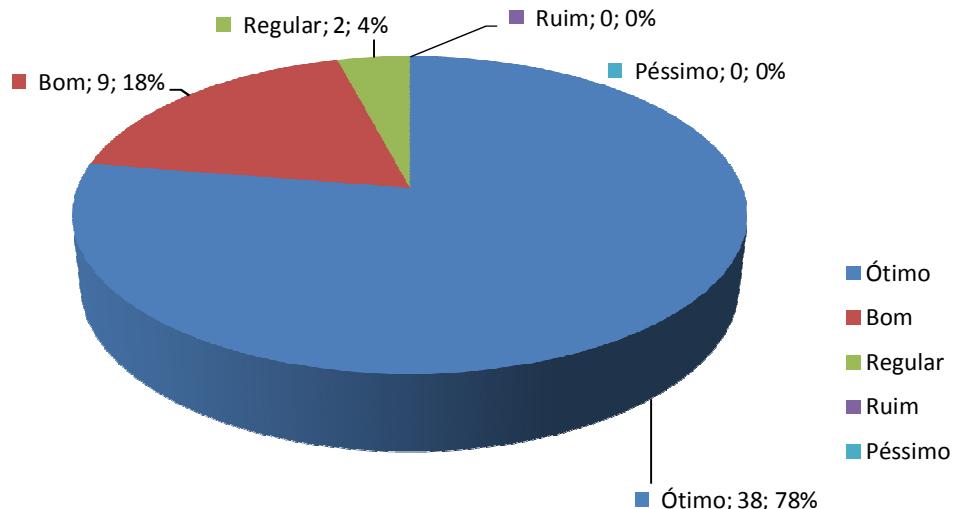
Facilidade de Acesso ao site da Ouvidoria/UFMS



Fonte: Ouvidoria

Agora, segue respostas de satisfação quanto a facilidade (e objetividade) no preenchimento dos itens para cadastro da manifestação e, pelos resultados abaixo, observamos que não há dificuldades de manuseio e de interpretação das informações requeridas para preenchimento:

Facilidade no preenchimento dos itens para o cadastro da manifestação no site da Ouvidoria/UFMS

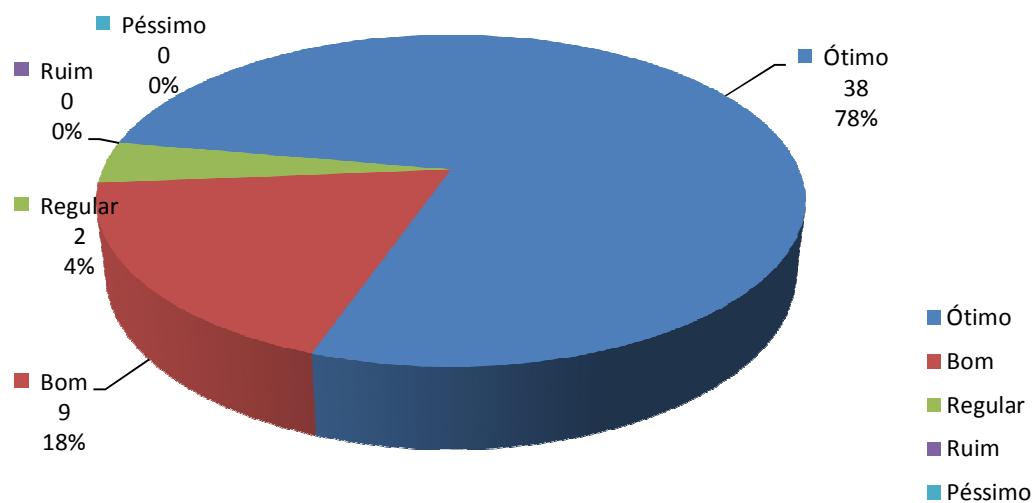


Fonte: Ouvidoria

Avaliação do usuário com o atendimento da Ouvidoria

Parte importantíssima do trabalho realizado é relativa à satisfação do usuário cidadão com o atendimento e tratamento recebido da Ouvidoria, onde podemos observar um significante desempenho positivo, fruto de árduo trabalho e estratégias eficientes para um atendimento efetivo, pró-ativo e participativo. Observamos, tal como foi no Relatório Gestão de 2014, que o índice de satisfação dos cidadãos usuários permaneceu bastante alto no período (melhorou 3%), alcançando índice de 78% dos usuários que responderam à pesquisa e avaliaram como ótimo o atendimento pelo Ouvidoria da UFMS, validando ainda mais nossas providências e condutas e atitudes frente à Ouvidoria. Este resultado, na verdade, trás ainda mais responsabilidade à Ouvidoria no cumprimento de suas funções:

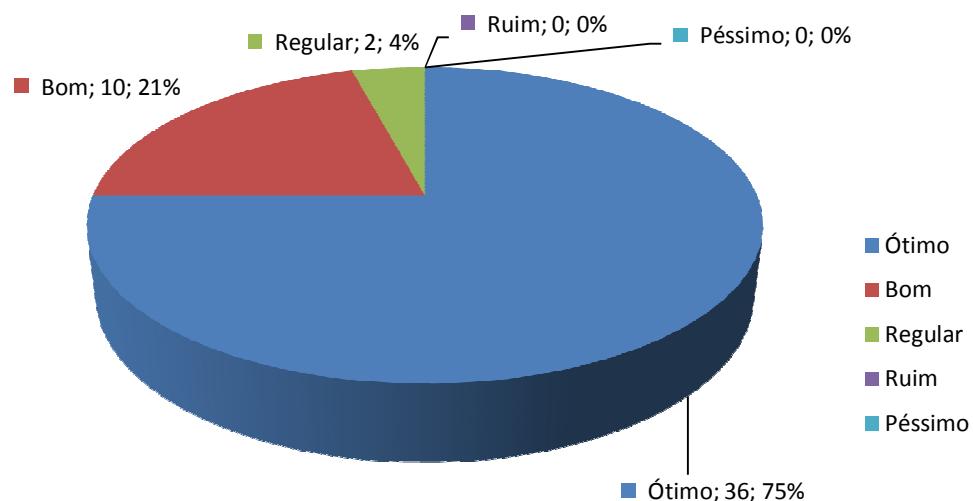
O atendimento / tratamento recebido da Ouvidoria/UFMS



Fonte: Ouvidoria

Aqui segue dados sobre a medição de satisfação do usuário quanto ao tempo de demora para encaminhar a resposta da demanda inicial:

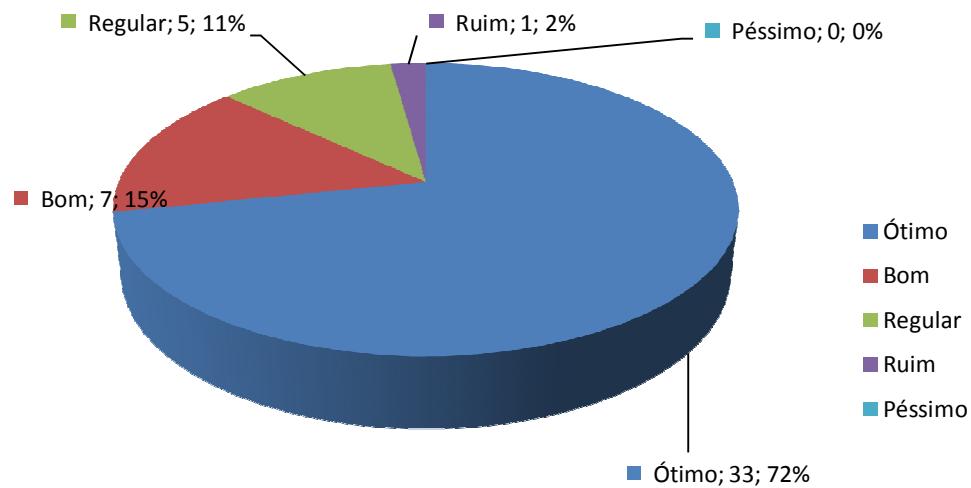
Tempo de resposta à sua solicitação à Ouvidoria/UFMS



Fonte: Ouvidoria

Segue abaixo questionamento da pesquisa junto ao usuário final que revela dados valiosíssimos, já que aqui se passa a julgar a atuação da área envolvida na solução da questão apresentada. Estes dados deverão ser repassados por relatórios a essas áreas/setores a fim de se poder fazer avaliações dos casos e providências quando pertinentes:

Avaliação da atuação da área envolvida na solução da manifestação

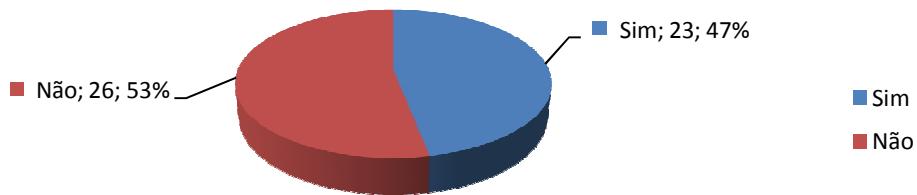


Fonte: Ouvidoria

Abaixo se observa a coleta de dados na pesquisa sobre a escolha/conduta do usuário quanto ao órgão que procurou primeiramente, antes da Ouvidoria, indicadores que também trazem informações para estratégia desses órgãos ou setores envolvidos:

Antes da Manifestação, procurou o órgão ou área envolvida?

**Antes de recorrer através da sua
manifestação junto a Ouvidoria/UFMS,
você procurou o órgão ou área
envolvida?**

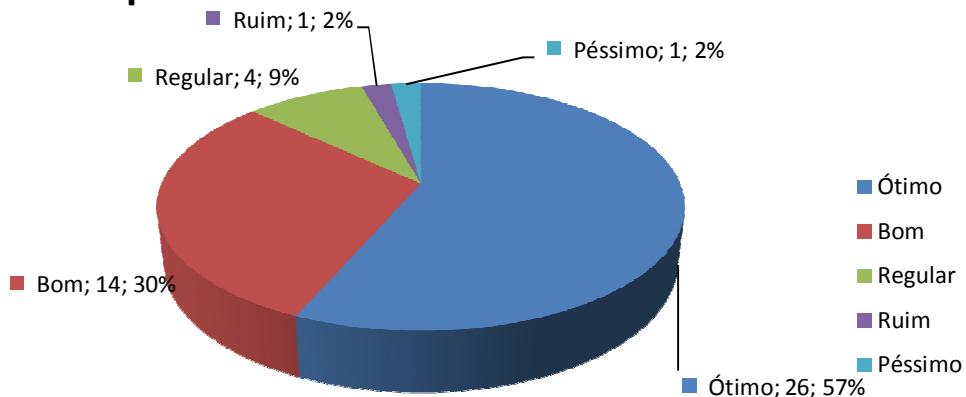


Fonte: Ouvidoria

Questionamento de satisfação que avalia como o usuário da Ouvidoria foi tratado antes quando em contato com a área envolvida frente a situação motivadora da sua manifestação apresentada à Ouvidoria. Informações que serão importantes também para estas áreas envolvidas em Autoavaliação.

Avaliação do primeiro contato

O tratamento / atendimento recebido no primeiro contato com a área envolvida.



Fonte: Ouvidoria

Com efeito, estes dados estatísticos refletem plenamente as demandas da Ouvidoria, acrescentado que já estão computados nos totais acima, os atendimentos telefônicos e pessoais que se dão na própria Ouvidoria, seja por agendamento, seja emergencial quando, de imediato, se presta o atendimento ao(s) interessado(s). Ademais, a medição e a avaliação da satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Ouvidoria, por si, consubstanciam em válida **Gestão de Riscos** do órgão ouvidor.

Ressalta-se que o Ouvidor atende demandas por meio de telefone celular ou fixo, ambos exclusivos da Ouvidoria. Desse modo, no que tange ao acesso aos serviços da Ouvidoria, considerando o sistema virtual e o atendimento prestado pelo Ouvidor, seja nas dependências da Ouvidoria ou por meio de telefones, garante-se acesso amplo aos usuários durante as 24 horas do dia, o que socorre inclusive situações de caráter urgente.

Nos quadros mostrados (tabelas acimas), informa-se, que nestas totalizações de demandas, sejam àquelas iniciadas pelo Sistema ou as iniciadas por atendimento direto e pessoal ou por telefones, já constam todas inseridas e contadas e fazem parte da estatística que quantificou o movimento de procedimentos da Ouvidoria referente ao ano de 2015, os quais, acrescente-se, ficam documentados em seu sistema interno, além de arquivo físico também mantido, ambos à disposição de pesquisas e a quaisquer dos interessados bem como a Reitoria, órgão supremo da universidade ao qual a Ouvidoria se submete e se reporta diretamente.

A Ouvidoria entende, tal como previsto em seu plano de ação e metas de 2014 e 2015, que a implementação da **pesquisa de satisfação e avaliação e desempenho pelo usuário bem como a modernização do ambiente virtual** foi perfeitamente assimilada pela comunidade usuária que passou a ter grande facilidade de acesso e também com mais rapidez nas respostas, facilitando o acesso à informação, bem como, a partir de então, poder-se extrair relatórios e dados estatísticos mais pormenorizados e atualizados e, se necessário, em tempo real.

A par destes dados vislumbramos que poderemos alcançar todos os pontos que estes relatórios revelaram e com possibilidade de ação, seja diretamente pela Ouvidoria, seja pelo setor envolvido a fim de obter melhorias concretas e, cada vez melhor, fornecer atendimento e informação e, finalmente, ir firmando cada vez mais os canais de acesso ao cidadão. A Ouvidoria passará a planejar ações estratégicas visando alcançar maior número de usuários a estender ainda mais seus serviços para uma quantidade maior de pessoas da sociedade.

Já fizemos divulgação deste Canal de Acesso a Informação de forma através do Jornal da UFMS e da TVU – TV Universidade, canais de comunicação que abrangem toda Comunidade, com possibilidade de acesso pelo Youtube e Facebook, além da página sempre modernizada da

Ouvidoria no site Oficial da UFMS e, ainda, em 2016 pretendemos continuar a oferecer ampla visibilidade do órgão e demais canais de acesso à informação.

Por fim, é importante salientar que a Ouvidoria encaminha periodicamente as questões mais relevantes à Auditoria Interna para averiguações e a Auditoria, por sua vez, faz algumas consultas junto ao nosso sistema documentativo, como também fazem as pró-reitorias, secretarias etc. entre tantos outros setores podem se valer de informações da Ouvidoria que não sejam sigilosas.

A Ouvidoria somente entende encerrada a sua atuação em uma demanda após o setor responsável ou dirigente/autoridade competente assumir institucionalmente a questão. Desse modo, vale citar, já se iniciaram desde sindicâncias até mediações e conciliações, além de tantas outras situações inerentes à Ouvidoria, tais como orientações a servidores e acadêmicos, informações acadêmicas em geral, sobre ENEN/Sisu, graduação, pós graduação, problema de revisão de notas etc., e assim interminavelmente adiante.

O acesso à sala da Ouvidoria é possível para deficientes físicos e cadeirantes, tendo em vista já existir na calçada de toda a universidade o preparo com piso especial para deficientes visuais, bem como existe a acessibilidade por vias com rampas, tal como requerido pela lei de acesso, Lei n. 10.098/2000, bem como existe um elevador para se chegar até a sala da Ouvidoria sem maiores dificuldades.

Plano de ação e metas/2016

Tem a Ouvidoria como plano de ação e meta a incrementação de seus serviços de modo a fazer com que os canais de relacionamento com a sociedade alcancem ainda mais notoriedade. Neste compasso, o Ouvidor já participou recentemente do curso presencial de formação de Ouvidores PROFOCO oferecido pela Ouvidoria Geral da União/CGU para Ouvidores Públicos Federais se dirigindo este curso também a operadores/respondentes/gestores do Sistema e-SIC da Lei de Acesso à Informação, curso oferecido em Campo Grande/MS e assim o Ouvidor qualificando-se e obtendo a sua certificação emitida pela OGU/CGU para exercícios desses misteres. O objetivo foi obter conhecimentos específicos e práticos para o aprimoramento das atividades de atendimento ao cidadão, tratamento das manifestações e de pedidos de acesso à informação, aspectos de gestão aplicados às ouvidorias e à proteção e defesa dos usuários de serviços públicos. Permanece a meta de aprimorar conhecimentos por meio de novos curso de qualificação da CGU.

Meta dessa Ouvidoria é ainda, como já informado, levar o canal da Ouvidoria ao alcance de maior número de usuários possíveis, tendo como ação principal a publicação e propaganda do seu canal nos periódico interno e Site Oficial da UFMS.

A Ouvidoria tem ainda como meta o desenvolvimento de seu sistema operacional de informação que se completará em breve. Isto porque a Ouvidoria/UFMS já aderiu ao Sistema das Ouvidorias Federais disponibilizado pela Ouvidoria Geral da União consistente no Sistema e-OUV da Ouvidoria Geral da União - CGU. O objetivo é inter-relacionar os dois sistemas eletrônicos de molde a se obter relatórios gerenciais macro (e-OUV) e micro (Sistema interno) relacionados. Está em análise a viabilização dos dois sistemas operarem conjuntamente, o que seria um grande passo desenvolver mais mecanismos e aperfeiçoar ainda mais o atendimento ao usuário, permanecer na plataforma da OGU/CGU e manter uma produção de relatórios gerencias mais abrangentes e dirigidos a cada setor interno da Universidade.

6.4 Mecanismos de transparéncia das informações relevantes sobre a atuação da unidade.

A UFMS disponibiliza as informações relacionadas à transparéncia de diversas maneiras, tais como: sítio principal, portal de transparéncia e sistemas para consulta pública, descritas a seguir.

Sítio Principal da UFMS

As informações relacionadas à transparéncia ficam disponíveis no sítio principal da UFMS, no endereço <http://www.ufms.br>.

O caminho para acesso aos relatórios e demais documentos é: Administração / Relatórios (URL: <http://ufms.br/institution/view/id/23>). Neste endereço estão disponíveis os seguintes documentos:

- Manual de Competências
- Auto Avaliação Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Relatórios de Gestão
- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
- Projeto Pedagógico Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPI/UFMS
- Relatório de Auditoria Anual de Contas
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI
- Cronograma financeiro das obras
- Relatório PLS 2014
- Resolução nº 124 - PLS
- Resolução nº 179 - Plano de Ação PLS

Portal de Transparéncia

O sítio tem por objetivo implementar as exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de Novembro de 2011). Serve basicamente para a divulgação proativa de dados e informações, conforme determina a referida Lei.

Endereço/URL: <http://acessoainformacao.sites.ufms.br>

Sistemas para Consultas Públicas

O Portal da Transparéncia da UFMS disponibiliza também alguns sistemas para consulta pública por meio do endereço <http://acessoainformacao.sites.ufms.br/sistemas-para-consulta-publica/>. Neste endereço estão disponíveis os seguintes sistemas:

- Sistema de Informação de Ensino (SIEN)
- Boletim de Serviço (BS)
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)
- SIPLAN – Consultar Convênios e Contratos

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em atenção às [Lei Nº 10.098/2000](#) que assegura os Direitos das pessoas com deficiência, no ano de 2015 investiu na promoção de ações que visaram a construção de políticas de acessibilidade para UFMS, conforme o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

As ações desenvolvidas no certame atenderam as orientações do Programa Incluir: acessibilidade no ensino superior, SECADI/SESu/2013. Elas foram estruturadas em três eixos de atuação: Infraestrutura, Currículo e Informação e Formação.

INFRAESTRURA

- a) Continuidade do diagnóstico e acompanhamento, da construção da rota acessível;
- b) Continuidade do levantamento dos espaços as serem sinalizados;
- c) Indicação junto com os Diretores de cada Unidade da cidade universitária e campus da UFMS os locais as serem sinalizados;
- d) Realização de levantamento dos materiais necessários para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos público alvo da educação especial no Sistema de Catalogação de Material – CATMAT e
- e) Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva- ASSISTIVA/MCT - Ministério da Tecnologia, Ciência e inovação;
- f) Elaboração de orçamento para a aquisição dos materiais necessários para atender às necessidades educacionais;
- g) Solicitação formal para empenho de recursos para aquisição dos materiais necessários para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos público alvo da educação especial;
- h) Fomentamos junto às instâncias superiores da UFMS para implantação e instalação do Núcleo Central de Acessibilidade na Cidade Universitária e Serviços de Apoio à Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior nos Campus da UFMS;
- i) Iniciamos o Projeto do Núcleo Central de Acessibilidade na Cidade Universitária e Serviços de Apoio à Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior nos Campus da UFMS;
- j) Realização do levantamento das necessidades de adequação dos espaços internos da UFMS, de acordo com a NBR 9050;
- k) 2. Indicação de prioridades para a adequação dos espaços internos da UFMS, de acordo com a NBR 9050, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- l) Iniciamos os estudos para elaboração de resoluções e documentos orientadores que regulamentam as ações Acessibilidade e Ações Afirmativas;
- m) Discussões com as instâncias superiores da UFMS para implantação e instalação do Núcleo Central para o apoio ao acadêmico indígena, negro e quilombola no Ensino Superior nos Campus da UFMS e na Cidade Universitária, desvinculado do Núcleo de Acessibilidade;

Quadro 29 – Espaços adaptados à acessibilidade - 2015

Unidade	Piso tátil ¹⁷	Elevador	Banheiro adaptado	Rampas de acesso	Outros (Citar) ¹⁸
CCBS	8	5	65	24	4
CCHS	6	2	24	7	0
CPAN	3	4	20	13	0
CPAQ	0	0	2	2	0
CPAR	0	0	4	2	0
CPBO	0	0	0	0	0
CPCS	0	0	5	3	0
CPCX	1	0	5	2	0
CPNA	0	1	4	0	0
CPNV	0	0	1	1	0
CPPP	0	0	4	2	0
CPTL	1	3	18	3	0
FACOM	1	1	6	1	0
FADIR	1	0	1	0	0
FAENG	0	2	12	5	0
FAMED	0	1	4	0	0
FAMEZ	0	0	1	15	0
FAODO	1	1	10	5	0
INFI	0	1	1	1	0
INMA	1	1	0	0	0
INQUI	1	0	2	1	0
PROINFRA	17	3	12	10	0

Fonte: PREAE.

Os números apresentados neste quadro representam o total de obras realizadas no ano de 2014 e 2015. Em 2015 foram realizadas as obras nos seguintes Campos:

Quadro 30 – Realizações em 2015.

Unidade	Piso tátil 16	Elevador	Banheiro adaptado	Rampas de acesso	Outros (Citar)
CCBS	2	0	3	2	0
CCHS	0	0	0	1	0
CPNA	0	1	2	0	0
FAENG	0	0	2	1	0
FAODO	1	0	0	1	0
INQUI	1	0	0	0	0

Fonte: PREAE

Obs.: As informações estão no mesmo padrão que estão apresentadas no pdi 2015-2019

Acompanhamento do Acadêmico, Público Alvo da Educação Especial

No quadro a seguir informa o quantitativo de acadêmicos, público alvo da educação especial matriculados na UFMS.

¹⁷ Quantidade de setores que possuem piso tátil.

¹⁸ O CCBS citou portas, corredor, acesso plano e porta de 0,9m.

Quadro 31 – Público alvo da educação especial na UFMS

	Característica do público alvo da Educação Especial	Quantidade de alunos
3.18	Deficiência auditiva	24
3.19	Surdez	9
3.20	Deficiência visual - Baixa visão	503
3.21	Surdocegueira	0
3.22	Deficiência visual – Cegueira	3
3.23	Deficiência física	24
3.24	Deficiência intelectual/mental	0
3.25	Deficiência múltipla	1
3.26	Síndrome de Asperger	0
3.27	Altas habilidades/ Superdotação	0
3.28	Outros: _____	

Fonte: PREG

Realizamos acompanhamentos de 55 acadêmicos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial. Desse conjunto 30 acadêmicos reprovaram em pelo menos 1 disciplina no período de 2013/2014. O maior índice de reprovação é em disciplinas da área de exatas/tecnológicas.

Quadro 32 - Número de acadêmicos por deficiência na UFMS em 2014

Lócus	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Def. Aud.	Def. Física
CCBS	0	30	2	2	1
CCHS	0	54	1	7	4
FADIR	0	21	0	0	2
FAMEZ	0	2	0	0	1
FAODO	0	4	0	1	0
FAENG	0	42	2	2	2
INFI	0	3	0	0	0
INMA	0	7	0	0	1
INQUI	0	2	0	1	0
CPNA	2	26	0	1	1
FAMED	0	9	1	1	0
FACOM	0	35	0	0	3
CPAQ	0	8	0	0	1
CPAR	0	7	0	0	1
CPPP	0	0	0	0	1
CPTL	1	1	0	0	1
TOTAL	3	251	6	15	19

Fonte: NTI/UFMS

Estes dados merecem atenção, visto que muitos acadêmicos que se auto declararam como sendo deficientes visuais e com baixa visão não foram confirmados com essa deficiência, quando foram entrevistados por nós.

Outras ações

Atualmente, estamos acompanhando com as ações da DIAF 60 acadêmicos considerados público alvo da educação especial.

Levantamento de acadêmicos matriculados nos cursos da UFMS que entraram pela reserva de vagas;

Triagem dos acadêmicos matriculados nos cursos da UFMS que entraram pela reserva de vagas;

Construção e refinamento de instrumentos de triagem do desempenho acadêmico;

Articulação com as Comissões Interdisciplinares Permanentes nos campus e na Cidade Universitária.

Realização do I Encontro de Inclusão na UFMS;

Construção de Atas de Registro de Preço;

Aquisições de materiais adaptados para o público alvo da educação especial.

Os recursos disponibilizados foram:

- Custo: CR\$ 50.000,00
- Material Permanente: R\$ 142.392,00

Quadro 33 – Itens adquiridos - Acessibilidade

Exercício - 2014		
Ordem	Quantidade	Item Adquirido
1.	02	Armário Alto Fechado com 4 suporte para pasta Suspensa
2.	05	Licença Ampliador de Tela Zoomtxt/reader
3.	01	Licença OPENBOOK V9
4.	01	Impressoras Braile
5.	01	Linhas Braile
6.	05	Teclado Ampliado Adaptado em Braile
7.	05	Teclados com Colmeia
8.	03	Lupas eletrônicas
9.	06	Lupas Eletrônicas Tipo Mouse
10.	07	Lupas manuais
11.	10	Lupa ManualTipo Régua
12.	05	Scanners com sintetizador de voz
13.	01	Mouses acessíveis com entrada censor óticos
14.	10	Mouse acessíveis com entrada para acionador
15.	03	Mesa Retangular com 2 Gavetas
16.	05	Software para comunicar com símbolos
17.	05	Software para comunicação aumentativa e alternativa
18.	01	Mesa para Reunião Circular
19.	10	Mesas acessíveis
20.	30	Cadeira (carteira) acessíveis destra
21.	02	Gabinete para impressora Braile
22.	10	Globo adaptadoem Braile
23.	10	Calculadora Sonora adaptada MJ 120
24.	03	Tv Led 32" Samsung
25.	11	Cadeira de Rodas em Alumínio Mod: K2
26.	10	Cadeira Fixa Estofada 4 Pés
27.	12	Cadeira Fixa com assento e encosto
28.	01	Lousa Branca
29.	01	HTP – Manual Marca Vetor
30.	02	Gravador Sony CDPX 312
31.	10	Formulário papel continuo para Braile
32.	01	Kit Completo Palógrafico
33.	01	Conjunto de Sofá 2 e 3 Lugares
34.	10	Papel Alcalino A4, 120/mg2, liso, multiuso, resma com 500 folhas solta especial para escrita em Braile – Marca ON LINE
35.	06	Descanso para Pés
36.	01	Pedestal

Fonte: PREAE

Participação em cursos de formação continuada na UFMS e outros eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais;

Orientação à comunidade universitária sobre temas relacionados à acessibilidade;
Participação no Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Institucional;
Envolvimento em grupos de pesquisa ligados à outras instituições de ensino superior;
Publicações em periódicos nacionais sobre os temas relacionados ao Atendimento Educacional Especializado;
Participação no projeto de adequação dos espaços internos e externos da UFMS segundo a NBR 9050.
Foram disponibilizados R\$ 46.000,00 para reformas da dotação orçamentária de Custeio.
Aquisição de recursos humanos qualificados para a DIAF para compor a equipe especializada.

Curriculum, comunicação e informação

- a) Levantamento dos acadêmicos que declararam apresentar algum tipo de deficiência;
- b) Aperfeiçoar o instrumento para identificação das necessidades educacionais do acadêmico; Identificação e avaliação das necessidades educacionais dos acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos mentais;
- c) Elaboração o Plano educacional individualizado para os acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos mentais;
- d) Disponibilização de orientações sobre as necessidades educacionais, psicológicas, sociais, físicas e materiais dos acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência e/ou transtornos mentais, por meio de materiais impressos, midiáticos;
- e) Planejamento de cursos de formação continuada sobre as necessidades educacionais, psicológicas, sociais, físicas e materiais dos acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência e/ou transtornos mentais;
- f) Promoção de ajuda técnica especializada para os acadêmicos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou transtornos mentais;
- g) Orientação aos coordenadores, professores, servidores, familiares e acadêmicos sobre as necessidades educacionais, psicológicas, sociais, físicas e materiais dos acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos mentais;
- h) Promoção de ajuda técnica especializada para os acadêmicos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou transtornos mentais;
- i) Orientação os órgãos gestores, coordenações de cursos sobre as mudanças curriculares para atenderem as necessidades educacionais dos acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou transtornos mentais;
- j) Elaboração de documentos orientadores sobre as necessidades educacionais, psicológicas, sociais, físicas e materiais dos acadêmicos que apresentarem algum tipo de deficiência e/ou transtornos mentais; (ainda em fase de elaboração);
- k) Disponibilização de técnica especializada para os acadêmicos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou transtornos mentais;
- l) Construção documentos orientadores sobre o uso de equipamentos destinados aos alunos com deficiências;
- m) Construção de ações articuladas com as bibliotecas da UFMS para disponibilização de informações, materiais didáticos, equipamentos de tecnologias assistivas e serviços de guia-intérprete e de tradutores de Libras;
- n) Elaboração de tecnologias especiais para o atendimento educacional especial para o público alvo da educação especial;
- o) Acompanhamento do processo educacional dos acadêmicos que entraram pela reserva de vagas na UFMS, visando subsidiar ações que promovam o sucesso educacional destes estudantes.
- p) Promoção de ações de ensino por meio de tutorias para oferecer o apoio pedagógico aos acadêmicos que entraram pela reserva de vagas;

- q) Orientação ao Núcleo de Tecnologia da Informação para construção de site acessível à pessoa com deficiência visual;
- r) No ano de 2015 foram registrados 228 (duzentos e vinte oito) acadêmicos com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Esses acadêmicos foram contactados e nem todos eles se identificaram como apresentando necessidades educacionais especiais.

Quadro 34 - Número de acadêmicos por deficiência na UFMS em 2015

Lócus	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Def. Aud.	Def. Física
CCBS	0	30	2	2	1
CCHS	0	54	1	7	4
FADIR	0	21	0	0	2
FAMEZ	0	2	0	0	1
FAODO	0	4	0	1	0
FAENG	0	42	2	2	2
INFI	0	3	0	0	0
INMA	0	7	0	0	1
INQUI	0	2	0	1	0
CPNA	2	26	0	1	1
FAMED	0	9	1	1	0
FACOM	0	35	0	0	3
CPAQ	0	8	0	0	1
CPAR	0	7	0	0	1
CPPP	0	0	0	0	1
CPTL	1	1	0	0	1
TOTAL	3	251	6	15	19

Fonte: NTI/UFMS

Estes dados merecem atenção, visto que muitos acadêmicos que se auto declararam como sendo deficientes visuais e com baixa visão não foram confirmados com essa deficiência, quando foram entrevistados por nós.

Atualmente, estamos acompanhando com as ações da DIAF 23 acadêmicos considerados público alvo da educação especial.

Programas de ensino, pesquisa e extensão

Fomentar ações articuladas de ensino pesquisa e de extensão que abordem temáticas relacionadas à acessibilidade na perspectiva da inclusão, por meio de:

- a) Elaboração de cursos de formação continuada;
- b) Promoção de estágios supervisionados;
- c) Participações em cursos de formação continuada na UFMS e outros eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais eventos científicos;
- d) Participação do Fórum de Ações Afirmativas: pela democratização da Educação superior – realizado nos dias 18, 19 e 20 de junho de 2015;
- e) Envolvimento em grupos de pesquisa ligados às outras instituições de ensino superior;
- f) Formação de equipes nos campus do interior para instalação dos serviços de atendimento educacional especializado;
- g) Participação em atividades de representação no programa viver sem limites entre outros;

Conclusões e proposições

Considerando que a Diaf possui duas ações distintas e com públicos com necessidades educacionais diferenciadas, sugerimos o desmembramento desta divisão e sugerimos a criação dos Núcleos de Acessibilidade para a UFMS, conforme prevê a legislação oficial e também um outro Núcleo direcionado para atender a população indígena e pretos, pardos e quilombolas, com profissionais capacitados para atender as diferentes demandas;

Registre-se que a organização de um Núcleo de Acessibilidade garante maior autonomia para realização das ações que extrapola o âmbito da Assistência Estudantil, por exigir integração de todas as Pró-Reitorias e comunidade acadêmica dos Campus da UFMS. Nesse sentido, a organização destes Núcleos deve estar diretamente vinculada à administração central de modo à articulação entre o ensino a pesquisa e a extensão e a integração da comunidade.

Assim, projeta-se para os próximos anos investimentos desta envergadura para a ampliação das ações em prol do acesso, permanência e terminalidade aos cursos de graduação e pós-graduação aos acadêmicos que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação. Portanto as políticas de inclusão da UFMS destinadas a esses estudantes têm como diretrizes gerais:

- 1) Acompanhamento do ingresso, permanência e terminalidade dos estudantes, visando proporcionar-lhes os apoios educacionais necessários para o sucesso acadêmico;
- 2) Fomentar a articulação dos diferentes setores e áreas de formação da UFMS, com a finalidade de promover condições de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da inclusão;
- 3) Estimular parcerias interinstitucionais em prol da construção de ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão direcionada aos estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;
- 4) Realizar ações que visam eliminar as barreiras de natureza arquitetônica, comunicação, pedagógica, instrumental, legal (políticas) e atitudinal;
- 5) Contribuir na atualização e elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação com conteúdos ou disciplinas que abordam assuntos relacionados às necessidades educacionais dos estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;
- 6) Ampliar a oferta de cursos de formação de recursos humanos para atender às necessidades educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;
- 7) Fomentar ações com a Pró-reitoria de gestão de pessoas condições de acessibilidades para os profissionais que apresentam deficiências;
- 8) Estimular a contratação de professores e técnicos especializados por meio de concursos públicos para atender às necessidades educacionais especiais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação;
- 9) Estimular a implantação de programas de monitorias e tutorias para atender os acadêmicos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento;
- 10) Fomentar ações voltadas para a adequação das bibliotecas da UFMS;
- 11) Criar e participar de fóruns de discussões que abordam assuntos relacionados à educação de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles com altas habilidades/superdotação no ensino superior.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

UO 26283

Quadro 35 – Desempenho financeiro do exercício.

	Natureza Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Inscritas em RPNP	Despesas Pagas
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	113.591.343,85	113.591.343,85		113.591.343,85
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	15.102.746,16	15.102.746,16		15.102.746,16
319004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	5.325.561,23	5.325.561,23		5.325.561,23
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	281.507,86	281.507,86		281.507,86
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	319.439.661,28	319.439.661,28		319.376.149,56
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	5.956,99	5.956,99		5.956,99
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	13.159.262,99	13.159.262,99		13.159.262,99
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	2.953.460,20	2.953.460,20		2.953.460,20
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	155.759,29	155.759,29		155.759,29
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	1.066.566,92	1.066.566,92		1.066.566,92
319113	OBRIGACOES PATRONAIS	63.621.284,75	63.621.284,75		63.621.284,75
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	37.480,22	37.480,22		37.480,22
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	762.371,82	704.906,73	57.465,09	617.451,16
335041	CONTRIBUICOES	54.027,20	54.027,20		10.000,68
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	470.878,23	470.878,23		470.878,23
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	594.676,07	594.676,07		594.676,07
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	719.343,03	719.343,03		719.343,03
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11.603.894,79	11.603.894,79		11.603.894,79
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	46.681,20	46.681,20		46.681,20
339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.248.825,47	10.279.120,91	1.969.704,56	9.074.314,59
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	654.449,09	630.255,73	24.193,36	438.630,07
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	452.418,33	412.078,33	40.340,00	412.078,33
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.300.131,63	2.242.589,21	57.542,42	2.242.589,21
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	24.977.838,74	24.822.888,76	154.949,98	24.816.057,82
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	48.116.100,08	37.249.269,93	10.866.830,15	33.430.969,82
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	14.538.959,45	14.538.959,45		14.538.959,45
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.560,48	6.066,44	494,04	6.066,44
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	8.094.685,52	8.094.685,52		8.094.685,52

Natureza Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Inscritas em RPNP	Despesas Pagas
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	96.531,93	96.531,93		96.531,93
339059	PENSOES ESPECIAIS	58.975,92	58.975,92		58.975,92
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	1.709.188,61	1.442.767,06	266.421,55	1.442.767,06
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.513.071,71	2.512.623,61	448,10	2.466.486,81
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	9.281.012,04	9.265.061,06	15.950,98	9.265.061,06
339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	313.977,23	231.273,87	82.703,36	98.425,11
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.471.859,84	5.471.819,84	40,00	5.471.819,84
339193	INDENIZACOES E RESTITUICOES	69.307,72	69.307,72		69.307,72
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	32.463,56	20.718,56	11.745,00	12.918,56
449051	OBRAS E INSTALACOES	12.748.463,64	1.834.210,53	10.914.253,11	1.684.496,94
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.666.521,27	825.820,14	5.840.701,13	537.656,96
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	88.915,98	88.915,98		88.915,98
TOTAL		699.432.722,32	669.128.939,49	30.303.782,83	663.087.720,32

Fonte: PRAD

UO 26401

Natureza Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Inscritas em RPNP	Despesas Pagas
01	Despesas de Pessoal	81.384.490,46	81.384.490,46		81.320.978,74
02	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00		0,00
03	Outras Despesas Correntes	39.178.715,76	38.686.868,78	499.846,98	37.645.705,46
04	Investimentos	182.166,13	180.569,97	1.596,16	180.569,97
TOTAL		120.745.372,35	120.251.929,21	501.443,14	119.147.254,17

Fonte: HUMAP

Análise Crítica

UO 26283

As informações apresentadas representam a liquidação e o pagamento das despesas por natureza de despesa, sendo que do total de despesas empenhadas, aproximadamente, 95,66% foram liquidadas e, aproximadamente, 94,8% foram pagas ao final do exercício. Tal situação pode ser explicada devido à crise financeira enfrentada pelo país ao longo de 2015 que contribuiu com os atrasos dos créditos financeiros repassados pelo Governo Federal.

UO 26401

As informações apresentadas representam a liquidação e o pagamento das despesas por natureza de despesa, sendo que do total de despesas empenhadas, aproximadamente, 99 % foram liquidadas e, aproximadamente, 98 % foram pagas ao final do exercício, representando assim uma execução quase que na totalidade dos recursos liberados.

7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício. No âmbito federal, os três instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA) estão previstos no Art. 165 da CF do Brasil -1988 e são de iniciativa do Poder Executivo que os submete ao Congresso Nacional sob a forma de projetos de lei específicos para serem apreciados, discutidos e convertidos em lei.

Estes instrumentos de planejamento espelham as decisões políticas e estabelecem as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. Apresentam múltiplas funções - de planejamento, contábil, financeira e de controle, ao mesmo tempo, por serem instrumentos de administração das ações governamentais, cabe a eles mensurar as próprias condições internas necessárias para execução dos planos previstos. Ou seja, não só relatam o que pretendem cumprir como, também, estabelecem uma estrutura que dê capacidade de realização.

As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, como entes públicos vinculados ao Ministério de Educação – MEC, participam e são contempladas nos instrumentos de planejamento do Governo Federal (PPA, LDO e LOA) como agentes de políticas de governo para a alocação de serviços à sociedade, para distribuição de renda e para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

O orçamento destinado as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vem ao encontro do cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Governo decorrentes da interação entre o PPA, onde são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, e para as relativas aos programas de duração continuada; a LDO que, orienta a elaboração do orçamento anual, e onde são estabelecidas as metas e prioridades a ser contempladas no Orçamento, e a (LOA) onde são previstos os recursos para a execução dos programas de governo.

Demonstração da Sustentabilidade Financeira da UFMS

As receitas da UFMS são provenientes do tesouro nacional, da arrecadação própria, da descentralização de créditos orçamentários e da viabilização de convênios.

Os recursos provenientes do tesouro nacional são recebidos em função da proposta orçamentaria da UFMS que é elaborada com base nos recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) através do Sistema Integrado de Monitoramento (SIMEC), compreendendo as seguintes fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo Ministério da Educação, convênios e receita própria, ressaltando que, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas - chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de OCC - Outros Custeios e Capital, incorporando os programas, os projetos e as atividades, previstas na LOA.

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional têm como parâmetro a produtividade, que determina o percentual de recursos a ser transferido para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Anualmente, a Secretaria de Planejamento e Orçamento Ensino Superior – SPO/MEC divulga o Limite Orçamentário que se constitui em teto orçamentário para os gastos, e estabelece um prazo para que as IFES apresentem a Proposta Orçamentária para a aplicação dos recursos orçamentários.

A distribuição dos recursos de OCC (o montante destacado pelo MEC para as IFES) obedece à matriz de alocação de recursos que é denominada de “Matriz OCC” que leva em consideração o tamanho e a qualidade de cada IFES. Os indicadores utilizados para a alocação dos recursos estão relacionados ao desempenho de cada instituição no que se refere ao numero de alunos matriculados, formados, ingressantes e concluintes. Atualmente a referida matriz se encontra

regulamentada pelo artigo 4º, Decreto no 7.233, de 19/07/2010. E adota os seguintes critérios para distribuição dos recursos:

- o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes na graduação e na pós-graduação em cada período;
- a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional ou internacionalmente;
- o número de registro e comercialização de patentes;
- a relação entre o número de alunos e o número de docentes na graduação e na pós-graduação;
- os resultados da avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- a existência de programas de mestrado e doutorado, bem como respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; e
- a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento.

A receita própria provém dos recursos diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, arrecadação de taxas, emolumentos, pela utilização da infraestrutura universitária e demais arrecadações inerentes à área de atuação da Universidade que financiam as atividades da UFMS ou remuneram a utilização da sua imagem e infraestrutura, além da alienação de veículos e de material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa, serviços gráficos e serviços administrativos.

As receitas Convênios ou descentralizações de créditos são provenientes das transferências de órgãos da esfera federal (descentralização de créditos) ou de entes públicos (convênio), com vistas a financiar o desenvolvimento de projetos, envolvendo mútua cooperação e objetivo recíproco.

No ano de 2015, conforme já demonstrado no Capítulo IV - Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional, as receitas captadas pela UFMS, provenientes do Orçamento Federal, da Descentralização de Créditos Orçamentários e Convênios e da Arrecadação de Recursos Próprios, tanto de capital como de custeio, possibilitaram o desenvolvimento das metas estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, relacionadas as diretrizes e objetivos estratégicos da UFMS.

Em síntese para o funcionamento e manutenção das atividades ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção das infraestrutura física e laboratorial das unidades, a UFMS contou com um orçamento referente a todas as fontes de financiamento num montante de R\$ 724.396.327,00 sendo, que este montante esteve assim distribuído: 75,16% destinado a pessoal e encargos social; 18,21% a Outras Despesas Correntes e 6,63% a Investimentos. Em relação a origem das receitas percebe-se que 96,26% é proveniente do Orçamento da UFMS destinado diretamente pelo Tesouro Nacional; 4,76% é proveniente da captação de recursos diretamente arrecadados ou de convênios (conforme detalhamento no quadro “Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2015”, abaixo).

Ressalta-se, ainda, que foram captadas receitas extra orçamentárias num montante de R\$ 16.142.236,00 provenientes de Órgãos de Fomento que apoiam Programas Especiais de Fomento à Pesquisa e Pós-graduação e/ou fomento e cooperação científica e tecnológica através do lançamento de editais com chamadas para financiamentos e as propostas aprovadas são oficializadas por meio de Termos de Outorga. São concedidas bolas as alunos e pesquisadores e os demais recursos para o desenvolvimento dos projetos direcionados diretamente ao pesquisador gestor do projeto que presta contas diretamente ao Órgão de Fomento.

No exercício de 2015 as despesas relacionadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e a manutenção das infraestrutura física da Universidade, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, nas ações orçamentárias previstas na

LOA e nas atividades de manutenção: gestão pessoal e intraestrutural importaram num montante de R\$ 675.720.846,00, sendo 79,35% destinados as despesas do grupo Pessoal e Encargos; 17,78% a Outras Despesas Correntes e 2,87% ao grupo Investimentos (conforme detalhamento no quadro “Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2015”, abaixo).

Tendo em vista que a liberação dos recursos financeiros por parte do MEC passou a ser uma vez por mês, sistematicamente, nos primeiros dias úteis do mês subsequente ao mês de adimplemento das parcelas sempre com data de apuração entre o terceiro e quinto dia útil do mês anterior, a UFMS desenvolveu as seguintes ações:

1. Para os pagamentos de contratos de serviços terceirizados os gestores foram orientados através de comunicação interna a encaminhar os processos de pagamento conforme cronograma estipulado pela Coordenadoria de Finanças da PRAD com o objetivo de que todos os processos de pagamento estivessem apropriados até a data de referência utilizada pelo MEC para o envio dos recursos financeiros;

2. Com relação aos pagamentos de bolsas, os responsáveis pelo acompanhamento também foram orientados através de comunicação interna de forma a garantir a liquidação do pagamento de bolsas a encaminhar os processos de pagamentos e relatórios conforme cronograma estabelecido pela Coordenadoria de Finanças da PRAD.

Cumpre esclarecer que a UFMS evidiou esforços no sentido de otimizar o empenho dos recursos orçamentários aos contratos vinculados deste órgão, haja vista a disponibilização parcial dos limites de empenho por parte do MEC. Foram reordenadas as datas de medição dos contratos de obra e de manutenção predial visando obter os relatórios de medição e os consequentes documentos fiscais ainda dentro do mês corrente de forma a garantir a liquidação dos mesmos.

Em relação as dificuldades encontradas no exercício de 2015 já mencionadas no Capítulo que trata das principais dificuldades para a realização dos objetivos, destacamos o contingenciamento dos limites de crédito orçamentário, o movimento grevista que interrompeu as atividades da UFMS, as dificuldades nas operacionalizações dos processos de prestações de contas, e por fim o cenário de incerteza na economia foram lançados pelos Órgão de Fomento editais com menos recursos para serem captados.

Quadro 36 – Demonstrativos da arrecadação de receita própria.

			UG 154054	UG 154357	UG 150160	TOTAL
RECEITA PATRIMONIAL	13110000	Aluguéis	439.344,12	0,00	0,00	439.344,12
	13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	211.875,41	0,00	0,00	211.875,41
RECEITA DE SERVICOS	16000501	Serviços Hospitalares	0,00	35.385,20	0,00	35.385,20
	16000505	Serv. Assist. Saúde Suplementar Servidor Civil	0,00	0,00	18.103.742,57	18.103.742,57
	16001300	Serviços Administrativos	1.537.777,76	15.660,00	14.768,08	1.568.205,84
	16005000	Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos	1.151.823,75	0,00	0,00	1.151.823,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19210600	Indeniz. por Danos Causados ao Patr. Público	26.469,49	0,00	0,00	26.469,49
ALIENACAO DE BENS	22160000	Alienação de Móveis e Utensílios	53.299,00	0,00	0,00	53.299,00
TOTAL			3.420.589,53	51.045,20	18.118.510,65	21.590.145,38

Fonte: PRAD

Quadro 37 - Sustentabilidade Financeira - Receitas de 2015

GRUPO	FONTE										DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITOS	TOTAL
	100	108	112	188	250	280	281	650	680	696		
Pessoal e Encargos	186.592.666	0	272.199.869	85.695.440	0	0	0	0	0	0	0	544.487.975
Outras Despesas Correntes	16.865.358	5.534.606	82.457.316	2.288.458	21.328.377	145.558	501.500	2.688.000	96.000	11.000	10.995.033	142.911.206
Investimentos	14.405.000	0	31.131.112	0	2.270.126	54.441	131.500	0	0	0	0	47.992.179
Total	217.863.024	5.534.606	385.788.297	87.983.898	23.598.503	199.999	633.000	2.688.000	96.000	11.000	10.995.033	735.391.360

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 38 - Sustentabilidade Financeira - Despesas de 2015

GRUPO	FONTE										DESCENTRALIZAÇÃO DE CREDITOS	TOTAL
	100	108	112	188	250	280	281	650	680	696		
Pessoal e Encargos	182.474.475	0	270.210.647	83.517.417	0	0	0	0	0	0	0	536.202.539
Outras Despesas Correntes	12.827.719	2.982.551	74.542.825	15.450	19.122.639	0	0	0	0	0	10.667.565	120.158.749
Investimentos	1.757.554	0	16.080.967	0	1.521.037			0	0	0	0	19.359.558
Total	183.098.365	2.982.551	318.428.074	71.578.511	20.639.771	0	0	0	0	0	10.667.565	675.720.846

Fonte: SIAFI GERENCIAL

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

Item já abordado em outros tópicos, principalmente no Item 7.2, na seção que trata sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Item já abordado em outros tópicos, principalmente no Item 7.2, na seção que trata sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O exercício de 2015 foi marcado pela implantação de um novo modelo de Contabilidade Aplicada ao setor público, com o objetivo de convergir as práticas da contabilidade vigente aos padrões internacionais estabelecidos nas normas internacionais de contabilidade pública. Trazendo novos desafios e metas para as regularizações contábeis, impactando durante o primeiro semestre a execução financeira e contábil do órgão.

Em relação aos avanços que o órgão obteve no exercício de 2014 com as reavaliações de 03 grupos de bens adquiridos anteriormente ao exercício de 2010 (veículos, Aparelhos de comunicação e máquinas e equipamentos industriais), no exercício de 2015 por problemas no setor de patrimônio, com troca de chefia, greves e inicio do inventário anual, não foi possível retornar aos trabalhos dos demais grupos a serem reavaliados, não espelhando ainda no balanço patrimonial, o real valor dos bens móveis.

A depreciação dos bens reavaliados e dos adquiridos após o exercício de 2010, foram feitas pelo método das quotas constantes, seguindo a metodologia do manual SIAFI, macrofunção 020330, com tabela fornecida pelo Tesouro Nacional para estimar a vida útil econômica do ativo, as taxas e valor residual.

Os bens intangíveis softwares, foram amortizados os softwares pelo método das cotas constantes (linha reta), para licenças perpétuas foram utilizados o valor residual de 10% e tempo de vida útil 05 anos; para licenças de uso por prazo determinado provenientes de contratos específicos, foi utilizado o tempo de vida útil de acordo com o prazo estipulado no contrato; ficando esse método somente até o final do exercício de 2015, na qual será substituído conforme as normas internacionais através do ipsas 31.

A avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos continuam com os créditos a receber e saldos não recolhidos no balanço, segundo o critério do conservadorismo, que é o valor menor para a receita (valor original); os devedores de entidades e agentes (débitos de terceiros em prestação de serviços), atualizados e parcelados pelo sistema de débito web do TCU.

O impacto de toda essa mudança da contabilidade pública, está gradativamente refletindo no balanço do órgão, o real valor do ativo e passivo.

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A UFMS, através da Divisão de Gestão de Custos – DIGC, tem a responsabilidade de fazer o levantamento e acompanhamento dos custos das unidades da Universidade, pertencente à Coordenadoria de Gestão Orçamentária – CGO da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN. A DIGC foi criada conforme Instrução de Serviço nº 46 de 08 de Abril de 2011, publicada no Boletim de Serviço de nº 5090 de 15 de Julho de 2011, porém, iniciou suas atividades a partir de Janeiro de 2012, devido às dificuldades de espaço físico e pessoal.

Segue abaixo as competências desenvolvidas na Divisão de Gestão de Custos:

- Efetuar o levantamento e o controle dos custos das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração desenvolvidas na Universidade;
- Coletar junto as unidades da instituição o recebimento de informações, que sejam pertinentes à construção do controle de custos das unidades da UFMS;
- Colaborar no processo de programação orçamentária das despesas da UFMS;
- Desenvolver metodologias para o aprimoramento das informações sobre os custos, visando dar
- Suporte ao processo decisório;
- Solicitar, das unidades da Universidade, quando necessário, informações para o acompanhamento dos custos fixos e variáveis;
- Propor diretrizes que visem a racionalização administrativa e a redução de custos operacionais;
- Propor e executar ações que promovam a melhoria dos indicadores contidos nas bases de informações da Universidade;
- Colaborar na elaboração do Relatório de Gestão da Universidade;

A DIGC possui a rotina de analisar todos os processos de pagamento da instituição, visando à coleta das informações mais importantes da liquidação e pagamento, tais como: o objeto do gasto (se seria aquisição de material ou prestação de serviço), qual a matriz interna de distribuição de orçamento e ação orçamentária que subsidiou o gasto, a natureza de despesa detalhada, o mês de competência e exercício de pagamento, qual a unidade beneficiada entre outras informações. Essas informações são armazenadas em um banco de dados no Access que posteriormente são exportadas para o Excel a fim de serem trabalhadas visando obter as informações essenciais para a tomada de decisão. Desta forma, não possuímos software específico para este fim. Segue abaixo, exemplo de relatório:

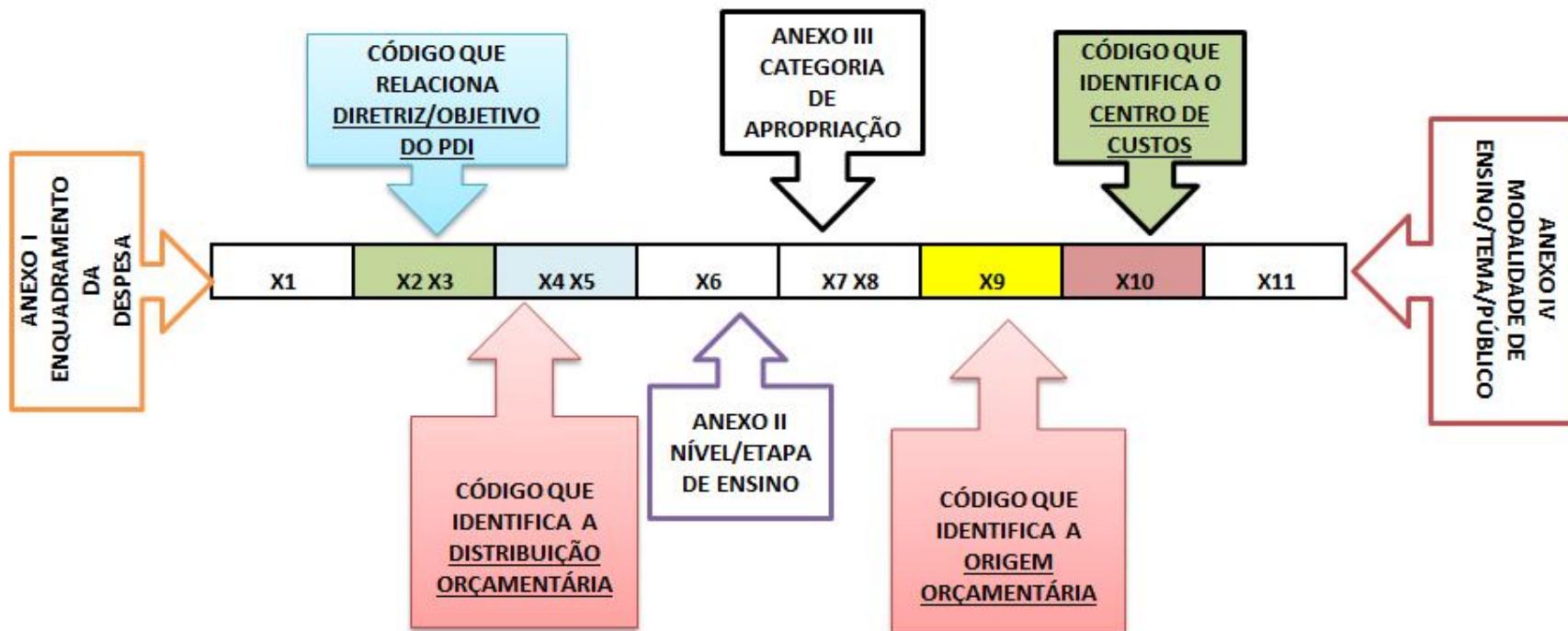
Exemplo de Relatório – Banco de Dados

DEMONSTRATIVO DOS VALORES LIBERADOS/VALORES GASTOS POR CAMPUS - 2015								
UNIDADE	MÊS/PG	AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO	OBJETO	NAT DESP	DESCRIÇÃO NATUREZA DE DESPESA	Total
Campus de Aquidauana - CPAQ	Janeiro	20RK	FUNCIONAMENTO DAS IFS	2008CT000142 2009CT000071 2010CT000021 2010CT000022 2011CT000070 2011CT000094 2012CT000006 CESTA OCC	Energia Elétrica Serv. Água Esgoto Energia Elétrica Energia Elétrica Llimpeza e Conservação Vigilância Ostensiva Manut. Laboratórios Diárias PASSAGENS	33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA 33903944 SERVICOS DE AGUA E ESGOTO 33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA 33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA 33903702 LIMPEZA E CONSERVACAO 33903703 VIGILANCIA OSTENSIVA 33903917 MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIP. 33903000 MATERIAL DE CONSUMO 33901414 DIÁRIAS NO PAÍS 33903301 PASSAGENS PARA O PAÍS	R\$ 1.156,02 R\$ 7.076,45 R\$ 12.303,01 R\$ 14.859,43 R\$ 25.661,74 R\$ 25.937,92 R\$ 1.350,00 R\$ 1.025,00 R\$ 1.000,00 R\$ 500,00 R\$ 79.025,10 R\$ 81.000,00	
		4002	ASSISTENCIA AO ESTUD.	2013NE000001 2013NE000003	Bolsa/Aux. Alimentação Bolsa/Permanência	33901801 BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS 33901801 BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS		R\$ 250.894,67
	Janeiro Total			2008CT000142 2009CT000071 2010CT000021 2010CT000022 2011CT000070 2011CT000094 2012CT000006 CESTA OCC	Energia Elétrica Serv. Água Esgoto Energia Elétrica Energia Elétrica Llimpeza e Conservação Vigilância Ostensiva Manut. Laboratórios Diárias	33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA 33903944 SERVICOS DE AGUA E ESGOTO 33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA 33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA 33903702 LIMPEZA E CONSERVACAO 33903703 VIGILANCIA OSTENSIVA 33903917 MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIP. 33901414 DIÁRIAS NO PAÍS	R\$ 1.415,08 R\$ 10.849,42 R\$ 12.300,83 R\$ 14.694,11 R\$ 25.661,74 R\$ 25.937,92 R\$ 1.350,00 R\$ 1.025,00 R\$ 1.000,00	
	Fevereiro	20RK	FUNCIONAMENTO DAS IFS	2013NE000001 2013NE000003	Bolsa/Aux. Alimentação Bolsa/Permanência	33901801 BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS 33901801 BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS		R\$ 249.100,30
	Fevereiro Total							

Fonte: DIGC/CGO/PROPLAN

Codificação do Plano Interno

CODIFICAÇÃO DO PLANO INTERNO - P.I. 2015



Fonte: DIGC/CGO/PROPLAN

A DIGC tem como instrumento de alocação dos custos o plano interno – P.I., instituído pelo MEC, através da Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2012, alterada pela Portaria nº 01 de 04 de Novembro de 2014, onde das 11 (onze) posições passíveis de informações gerenciais, 05 (cinco) são definidas pelo MEC por meio dos anexos e das 06 (seis) restantes, 01 (uma) utilizamos para identificar o centro de custo ou unidade beneficiada conforme especificado abaixo:

Quadro 39 - Tabela de Centro de Custos - X₁₀

Reitoria	0	RTR
Vice-Reitoria	1	VRT/RTR
Pró-Reitoria de Administração	2	PRAD/RTR
Pró-Reitoria de Infraestrutura	3	PROINFRA/RTR
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	4	PREG/RTR
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	5	PROPP/RTR
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis	6	PREAE/RTR
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	7	PROPLAN/RTR
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho	8	PROGEP/RTR
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia	9	FAENG
INSTITUTO DE MATEMÁTICA	A	INMA
INSTITUTO DE QUÍMICA	B	INQUI
INSTITUTO DE FÍSICA	C	INFI
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	D	CCBS
Centro de Ciências Humanas e Sociais	E	CCHS
Câmpus de Aquidauana	F	CPAQ
Câmpus do Pantanal	G	CPAN
Câmpus de Três Lagoas	H	CPTL
Câmpus de Paranaíba	I	CPAR
Câmpus de Ponta Porã	J	CPPP
Câmpus de Coxim	K	CPCX
Câmpus de Chapadão do Sul	L	CPCS
Câmpus de Nova Andradina	M	CPNA
Câmpus de Bonito	N	CPBO
Câmpus de Naviraí	O	CPNV
Faculdade de Medicina	P	FAMED
Faculdade de Odontologia	Q	FAODO/RTR
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia	R	FAMEZ
Faculdade de Computação	S	FACOM
Faculdade de Direito	T	FADIR
Núcleo de Tecnologia da Informação	U	NTI/RTR
Núcleo de Hospital Universitário	V	NHU/RTR
Escola de Administração e Negócios	W	ESAN

Fonte: DIGC/CGO/PROPLAN

Para subsidiar a construção do controle de custo na instituição está se efetuando um trabalho em conjunto com os gestores de contratos firmados pela Universidade, a fim de que eles disponibilizem nos processos de pagamentos a informação detalhada das unidades que se beneficiaram dos serviços prestados, o mesmo ocorre nas demais situações em que solicitamos que a unidade responsável insira a informação logo no momento inicial do pedido de liberação de crédito orçamentário.

Atualmente a UFMS, participa do projeto piloto de Custos do MEC, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO. Neste sentido, estamos nos organizando internamente para implantação da nova sistemática de apuração dos custos, levando em consideração à adesão a ferramenta DETACUSTO no Novo SIAFI – CPR, onde nossos objetos de custos serão inseridos e posteriormente poderemos extrair relatórios no Sistema de Informação de Custos – SIC, no qual, por meio da participação do projeto, já temos acesso.

Tendo em vista a complexidade de apuração de custos na Gestão Hospitalar, no HUMAP ainda se encontra em fase de desenvolvimento o Módulo Custos, constante do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários-AGHU. Este módulo em fase de desenvolvimento pela EBSERH-Sede, abrange o conceito de custeio pleno ou custeio por absorção. Ele se caracteriza pela apropriação de todos os custos e despesas às entidades finais objeto de custeio, ou seja, são apropriados aos bens e serviços todos os custos e despesas diretos e indiretos, fixos e variáveis, incluindo os relativos à administração geral e financeira.

A implantação está prevista para ser concretizada no exercício de 2016.

7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Informações no anexo.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.

Quadro 40 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargo efetivo (1.1 + 1.2)	3414	3376	205	181
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3414	3376	205	181
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	3414	3355	205	181
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	-	13	-	-
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	8	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	46	179	150
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	1	1	0
3. Total de Servidores (1+2+3)	3414	3423	385	331

Fonte: CAP/PROGEP

Quadro 41 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	2053	1322
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	2053	1322
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2036	1319
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	10	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	1
2. Servidores com Contratos Temporários	-	46
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2054	1368

Fonte: CAP/PROGEP

Quadro 42 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	71	71	29	28
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	71	71	29	28
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	69	69	29	28
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	1	1
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	277	252	73	66
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	276	251	73	66
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	-	-
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso	148	132	303	170
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	148	132	303	170
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	496	455	405	264

Fonte: CAP/PROGEP

8.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 43 - Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	42.003.130,39	20,07	7.499.634,17	17.002.848,15	0,00	2.748.677,20	156.060,11	16.173,09	32.823,10	69.459.366,28
Exercícios	2014	41.608.712,38	0,00	7.248.049,99	21.548.944,50	0,00	2.995.112,16	165.092,55	5.439,52	44.784,80	73.616.135,90
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	0,00	3.631,82	133.516,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.148,42
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	5.113.265,16	0,00	828.199,48	728.619,58	0,00	111.333,10	45.388,63	0,00	13.853,34	6.840.659,29
Exercícios	2014	3.299.510,81	0,00	850.311,59	597.415,33	0,00	84.143,66	40.139,83	1.325,40	8.857,24	4.881.703,86
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CAP/PROGEP

8.1.3 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP, no ato de posse de servidores solicita o preenchimento da Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções, em que o servidor declara se possui ou não outros vínculos e seu respectivo horário de trabalho, a qual é objeto de análise da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções (CPACE). Anualmente, a unidade de Auditoria Interna procede às apurações e/ou acompanhamento de indícios de acumulação indevida solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo.

O controle efetuado por meio da Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções tem-se mostrado de grande utilidade, tendo em vista que a Instituição não possui acesso a informações de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas acerca da acumulação de cargos de seus servidores.

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas foram:

- Déficit no quadro de servidores: A Progep tem feito gestão junto aos órgãos superiores para aumentar o quadro de servidores da Instituição através da realização de concursos públicos
- Absenteísmo: A Progep tem intensificado as ações da Divisão de Segurança do Trabalho, distribuindo EPIs, fazendo vistorias nos ambientes e verificando os locais insalubres e perigosos, tomando as devidas providências para minimizar os riscos, além de promover campanhas de prevenção a acidentes de trabalho.
- Falta de Motivação: Por intermédio da Divisão de Educação Continuada, a Instituição tem oferecido cursos de capacitação visando promover a motivação dos servidores, oferecendo inclusive aulas de ginástica laboral e cursos preparatórios para aposentadoria.

8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de Estagiários

Quadro 44 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante								
Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
			Início	Fim	F	M	S	
2011	Prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada	10.398.803/0001-08	20/12/2011	19/12/2016		X		Ativo prorrogado
2011	Prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada	10.398.803/0001-08	20/12/2011	19/12/2016		X		Ativo prorrogado
2011	Prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada	10.398.803/0001-08	20/12/2011	19/12/2016		X		Ativo prorrogado
2011	Prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada	10.398.803/0001-08	20/12/2011	19/12/2016		X		Ativo prorrogado
2014	Prestação de serviço de gestão e execução de limpeza, asseio e conservação predial	05.539.682/0001-29	01/10/2011	30/09/2016	X			Ativo Prorrogado
2014	Prestação de serviços contínuos de vigilância armada e desarmada, ronda motorizada	04.731.108/0001-05	26/03/2014	25/03/2016		X		Ativo Prorrogado
2014	Prestação de serviços contínuos de vigilância armada e desarmada, ronda motorizada	04.731.108/0001-05	04/10/2014	03/10/2016		X		Ativo Prorrogado
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	14.309.464/0001-99	20/11/2014	18/05/2015				Encerrado
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	03.703.179/0001-31	01/10/2014	29/03/2015				Encerrado

Fonte: CAP/PROGEP

Unidade Contratante							
Nome: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO MARIA APARECIDA PEDROSSIAN							
UG/Gestão: 154357/15269							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Início	Fim	F	M
						S	
2015	Serviços de limpeza, conservação e higienização de ambientes administrativos e médico-hospitalares, internos e externos, para atendimento exclusivo.	05.539.682/0001-29	30/11/2015	28/05/2015		X	
2015	Serviços de limpeza, conservação e higienização de ambientes administrativos e médico-hospitalares, internos e externos.	05.539.682/0001-29	29/05/2015	28/11/2015		X	
2015	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de ambientes administrativos e médico-hospitalares, internos e externos.	00.081.160/0001-02	29/11/2015	28/11/2016		X	
2015	Serviço menor aprendiz	15.528.821/0001-72	05/06/2015	04/06/2016		X	
2015	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de execução indireta de apoio administrativo, manutenção e suporte à saúde.	00.482.840/0001-38	10/03/2015	09/03/2015		X	
2015	Serviços continuados de execução indireta de apoio administrativo, manutenção e suporte à saúde, para atender ao HUMAP/UFMS/EBSERH. (copeiro, maqueiro-insalubre e técnico em eletroencefalograma)	00.482.840/0001-38	10/03/2015	05/09/2015		X	
2015	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de execução indireta de apoio administrativo, manutenção e suporte à saúde, para atender o HUMAP/UFMS/EBSERH (<u>copeiro e laboratorista</u>)	05.539.682/0001-29	10/03/2015	05/09/2015		X	
2015	Serviços de vigilância nas dependências do campus da UFMS e do NHU.	10.398.803/0001-08	20/02/2015	19/12/2015		X	
2015	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de execução indireta (assessor e lactário).	05.539.682/0001-29	04/02/2015	03/02/2016		X	
2015	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de execução indireta (assistente).	05.539.682/0001-29	04/03/2015	03/03/2016		X	
2015	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de execução indireta (apoio).	05.539.682/0001-29	27/03/2015	26/03/2016		X	
2015	Empresa especializada na prestação de serviços continuados de execução indireta de apoio administrativo, manutenção e suporte à saúde.	47.581.558/0001-71	06/09/2015	05/09/2016		X	
2015	Empresa especializada na prestação de serviços continuados de execução indireta de apoio administrativo, manutenção e suporte à saúde.	04.558.234/0001-00	06/09/2015	05/09/2016		X	

Fonte: HUMAP

Análise Crítica

A carreira do pessoal de magistério superior está estruturada em conformidade com o que determina as Leis nºs 12.772/12 e 12.863/13 e a do pessoal técnico-administrativo em educação é regulamentada conforme as Leis nº 8.112/1990 e 11.091/2005, além de outros instrumentos legais (internos e externos) que estabelecem normas de capacitação, regimes de trabalho, critérios de pontuação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), progressão funcional, etc.

Estrutura de pessoal da UFMS.

Atualmente a UFMS possui 3.363 servidores efetivos e 897 servidores terceirizados/contratados, ou seja, aproximadamente 79% da força de trabalho da UFMS é de pessoal efetivo, sendo que 2.020 fazem parte da Carreira Técnico-Administrativa em Educação, 1.343 da Carreira Docente; 782 são servidores terceirizados, tendo em vista, a extinção dos cargos das classes “A”, “B” e alguns da “C” da carreira Técnico-Administrativa e 115 professores contratados por tempo determinado.

Dos 3.363 servidores efetivos da UFMS, 2.176 estão lotados em unidades responsáveis pelos macroprocessos finalísticos e o restante, 1.187, se encontram em unidades e subunidades descentralizadas. Dos 897 servidores terceirizados/contratados, 115 estão envolvidos nos macroprocessos finalísticos.

Considerando a qualificação do quadro docente e a eliminação da necessidade de capacitação e aperfeiçoamento futuro, a UFMS tem como práxis o estímulo à exigência de titulação mínima de mestre e doutor e o regime de trabalho de tempo integral, com dedicação exclusiva para os concursos realizados, excetuando-se casos devidamente justificados, que obedecem ao que preconiza a legislação e normatização vigente:

- Professor Auxiliar: É exigido o diploma de curso de graduação ou certificado de pós-graduação lato sensu, ou certificado de Residência Médica. Atualmente a Instituição possui 52 professores Auxiliares
- Professor Assistente: são exigidos diploma de graduação, título de mestre, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES), além de comprovação de formações adicionais, quando houver; Nesta Classe a UFMS possui 259 professores.
- Professor Adjunto: são exigidos diploma de graduação, título de doutor, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES), além de comprovação de formações adicionais, quando houver; Atualmente são 718 professores Adjuntos.

A progressão na Carreira Docente ocorre levando-se em consideração tempo de serviço, avaliação da chefia imediata e produção acadêmica por o professor ir da Classe Auxiliar até a Titular, passando pelas Classes de Assistente, Adjunto e Associado.

Já a Carreira técnico Administrativa está estruturada em 5 Níveis de Classificação – A, B, C, D e E; 4 Níveis de Capacitação – I, II, III e IV; e 39 padrões de vencimento básico, justapostos com intervalo de 1 padrão entre os níveis de capacitação e 2 entre os níveis de classificação. Atualmente a UFMS possui 82 servidores ocupantes da Classe “A”, 106 na Classe “B”, 411 na Classe “C”, 881 na Classe “D” e 516 na Classe “E”. Todos os cargos das classes “A”, “B” e quase a totalidade da “C” estão em extinção, ou seja, não são mais oferecidas vagas através de concurso público, sendo que os concursos são realizados para a contratação de servidores para ocuparem cargos da Classe “D” (nível médio) e Classe “E” (nível superior).

As Normas Gerais para a Capacitação do Docente Integrante da Carreira do Magistério Superior são regidas pela Resolução COPP nº 100, de 25 de outubro de 2011. O projeto Pró-Doutoral da UFMS, também conhecido como Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (PLANFOR), foi aprovado pela CAPES em 2009, permitindo que docentes que desejem realizar seus cursos de pós-graduação em instituições distantes, no mínimo, a 500 km da IES de origem, possam solicitar bolsas de auxílio financeiro. Em 2015, 12 servidores da Carreira Docente obtiveram progressão por titulação, ou seja, concluíram cursos de pós-graduação a nível de

mestrado ou Doutorado, além disto 502 docentes obtiveram progressão por avaliação de desempenho acadêmico e 21 por tempo de serviço.

A UFMS tem incentivado a capacitação do corpo técnico-administrativo, buscando promover um conjunto de ações e programas permanentes voltados para a interação da tríade trabalho x servidor x instituição. Neste contexto, estão previstas ações voltadas à reciclagem dos servidores técnico-administrativos em áreas prioritariamente ligadas às atividades profissionais; programa de habilitação formal visando ao desenvolvimento do servidor; Treinamento Introdutório para os servidores em início de atividades; programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento das áreas administrativas; cursos em gestão pública destinados a qualificar os servidores e capacitá-los para exercerem funções de chefia e direção; critérios para afastamentos para pós-graduação em que a prioridade seja para as linhas de desenvolvimento institucional. Em 2015, foram capacitados 430 servidores da Carreira Técnico Administrativa, sendo que 324 obtiveram progressão por nível de Capacitação. Além disto 273 servidores técnico –administrativos obtiveram incentivo por nível de qualificação, ou seja, concluíram cursos de educação formal acima do mínimo exigido pelo cargo (graduação até doutorado).

Contratação de Estagiários

Quadro 45 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	24	25	20	21	103.412
1.1 Área Fim	24	25	20	21	103.412
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	24	25	20	21	103.412

Fonte: CAP/PROGEP

8.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Não houve contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais em 2015.

8.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

8.2.1 Gestão da Frota de Veículos

UO 26283

São apresentadas informações a respeito da gestão, constituição e uso dos veículos automotores da UFMS (UO 26283) e HUMAP (UO 26401).

Legislação Que Regula a Constituição e a Forma de Utilização da Frota de Veículos

- Lei nº 1.081/1950
- Lei nº 9.327/1996
- Lei nº 12.619/2012
- Instrução Normativa MARE nº 09/1994
- Decreto nº 99.658/1990
- Decreto nº 5.992/2006
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02 e 03/2008
- Decreto 6.403/2008
- Resolução CD/UFMS nº 71/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 33/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 34/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 35/2013
- Instrução de Serviço Proinfra/UFMS nº 36/2013

Importância e Impacto da Frota de Veículos Sobre as Atividades da UJ

Atualmente a logística tornou-se uma importante atividade para qualquer organização. No âmbito da UFMS, tal atividade é tratada como uma atividade meio, que oferece suporte às atividades principais da Instituição (ensino, pesquisa e extensão). Tal atividade se torna ainda mais relevante se considerarmos a estrutura multicampi da UFMS, com 10 campus e 09 polos de educação a distância localizados em cidades do interior de Mato Grosso do Sul. São constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas e materiais para atender atividades relacionadas às atividades fins da UFMS tais como: aulas práticas fora dos campus, visitas técnicas, atividades de coletas e de execução de projetos de pesquisa, aulas presenciais nos polos de educação a distância, atividades de extensão, deslocamento entre os campus, dentre outras. Os serviços de transportes de pessoas e bens também se mostram essenciais para o bom desenvolvimento de outras atividades de apoio da UFMS, tais como serviços de protocolo, aquisição de bens e serviços, recursos humanos, limpeza do campus, atividades de manutenção, etc.

Devido à diversidade de atividades realizadas por esta Universidade, há a necessidade de veículos com características técnicas próprias para atender atividades específicas. Desta forma, na frota da UFMS é possível encontrar veículos dos mais diversos tipos, desde veículos próprios para o transporte individual de passageiros até máquinas pesadas (como tratores e retroescavadeira), passando por veículos de transporte de cargas, de transporte coletivo, adaptados para serviços de vigilância e de uso misto. Para fins de categorização, as caminhonetes de uso misto foram classificadas como veículos de transporte de cargas leves, embora também sejam utilizadas no transporte de pessoas.

As atividades relacionadas à frota de veículos da Instituição estão fortemente integradas com as outras atividades da UFMS, sejam elas atividades meio ou fim, tornando-se uma peça fundamental no oferecimento de um serviços público efetivo, que satisfaça os requisitos de eficiência e eficácia propostos.

Quantidade de Veículos em Uso ou na Responsabilidade da UJ, Discriminados por Grupos

Os veículos oficiais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul são destinados exclusivamente ao atendimento do serviço público e classificados, de acordo com as normas emitidas pelo MPOG, para fins de utilização, nas seguintes categorias:

I - 1o Grupo IV/A - veículos destinados ao transporte de servidores a serviço.

II - 2o Grupo IV/B - veículos destinados ao transporte de materiais, subdividido em:

a) Grupo IV/B-1 - transporte de carga leve;

b) Grupo IV/B-2 - transporte de carga pesada.

III - 3o Grupo IV/C-4 - veículos utilizados em atividades relativas a coleta de dados.

IV - 4o Grupo IV/D - veículos destinados ao transporte coletivo.

V - 5o Grupo IV/E-1 - veículos destinados ao transporte individual especial.

VI - 6o Grupo IV/F - veículos classificados como outros veículos.

UO: 26283

Quadro 46 - Frota de Veículos

GRUPOS DE VEÍCULOS	QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR GRUPO	MÉDIA ANUAL POR KM RODADOS	IDADE MÉDIA DA FROTA	CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DE FROTA
Grupo IV/A	38	9.582	5,66	162.122,69
Grupo IV/B-1	46	11.519	9,26	290.972,70
Grupo IV/B-2	04	9.957	10,25	41.209,58
Grupo IV/D	32	9.039	5,34	265.501,71
Grupo IV/E-1	04	10.451	3,50	23.914,17
Grupo IV/F	16	770	15,88	89.494,60
UFMS	140	9.123	8,01	873.215,45

Fonte: PROINFRA

Plano de Substituição da Frota

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atendendo diretrizes pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos. No ano de 2015 foram adquiridos 1 Ford Fusion, 1 Fiat Siena, 5 Micro-ônibus, e 5 Fiat Doblô, totalizando 12 novos veículos na frota da UFMS. Além disto, foi realizada uma Ata de Registro de Preços (ARP 35/2015) para futura aquisição de veículos para as mais diversas necessidades desta IFES.

Razões de Escolha da Aquisição em Detimento da Locação

Os principais fatores relacionados à opção pela constituição de frota própria e a não opção pela locação estão relacionados tanto a fatores internos da Instituição quanto ao seu ambiente externo.

No âmbito interno, podemos apontar a grande diversidade de atendimentos realizados, que vão desde transporte de pessoas e documentos a transporte de cargas vivas e equipamentos. Com o intuito de atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão, a UFMS possui veículos dos mais diversos tipos, como tratores para atendimento da fazenda escola, campus localizados no interior e da Base de Estudos do Pantanal, ônibus coletivo para atendimento de projeto de extensão com a comunidade, caminhonetes de uso misto, ônibus rodoviários e micro-ônibus para viagens de estudo, apenas para ficar em poucos exemplos.

Outro fator refere-se à continuidade dos serviços. Por vezes é necessário que os serviços de transporte sejam disponibilizados 24 horas por dia, como no caso de viagens. Sobretudo em algumas atividades de pesquisa, é necessário que o atendimento seja realizado ao longo do período noturno.

Essas características diversificadas de transportes, aliadas à estrutura multicampi da UFMS, acabam por impedir que o mercado seja capaz de atender, de forma competitiva, todas as opções de serviços demandados. A maior parte das empresas de locação de veículos contatadas na cidade de Campo Grande-MS informou ter dificuldade em oferecer serviços sob as condições acima exemplificadas, ainda mais se levado em consideração a quantidade de cidades onde a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está presente.

Estrutura de Controle de Que a UJ Dispõe Para Assegurar Uma Prestação Eficiente e Econômica do Serviço de Transporte

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul regulamentou, através da Resolução CD nº 71/2013, os procedimentos para o uso dos veículos oficiais. Cabe destacar que tal resolução (e sua aplicação) vem sendo aperfeiçoada com o passar do tempo. Os parâmetros sob os quais os veículos podem ser utilizados ficaram mais transparentes. Também foram definidas as responsabilidades das unidades responsáveis pelos serviços de transporte.

A consolidação do sistema on-line para requisição de serviços, inclusive os de transportes, trouxe mais transparência nos critérios adotados para o agendamento de veículos.

O controle de custos relacionados ao abastecimento e manutenção dos veículos é realizado através de obtenção de dados no sistema on-line da empresa contratada para gestão de frotas e abastecimento, através da DITL/COA/PROINFRA.

A eficiência no uso dos veículos oficiais foi um dos focos no ano de 2015. Medidas como otimização das rotas e utilização dos veículos mais novos e menos poluentes continuaram a ser implementadas.

O ano de 2015 foi atípico, com um movimento grevista que suspendeu por mais de 120 as atividades acadêmicas relativas à graduação. Porém, boa parte das atividades referentes a pesquisa continuou em andamento, bem como as atividades administrativas da Instituição. Alguns fatores contribuíram para a composição dos custos relacionados aos serviços de transporte e logística, sendo os mais relevantes os abaixo relacionados:

- *Efetiva utilização dos novos veículos adquiridos no ano anterior:* Os veículos adquiridos no ano de 2014 foram utilizados plenamente no ano de 2015, sobretudo os de transporte coletivo, cuja entrega ocorreu somente no segundo semestre do ano anterior. Além disto, houve a aquisição de quatro novos veículos.
- *Caracterização da frota:* A maior parte da frota da UFMS é movida a diesel, sendo que o diesel S10 tem sido mais utilizado conforme avança o plano de renovação da frota. Embora este combustível seja menos poluente quando comparado ao diesel normal, seu preço também é mais elevado.
- *Aumento do preço dos combustíveis:* Os preços dos combustíveis tiveram uma sequência de aumentos ao longo de 2015. De acordo com dados da ANP, o preço médio da gasolina no Estado de Mato Grosso do Sul passou de R\$ 3,12 em janeiro para R\$ 3,40 em outubro. No mesmo período, o valor médio do diesel comum foi de R\$ 2,78 para 3,01 e o diesel s10 de R\$ 2,92 para R\$ 3,15. Este fator foi um dos maiores responsáveis pela composição dos custos de transportes, considerando o ano atípico com forte movimento grevista.
- *Manutenção da frota:* Alguns veículos da UFMS, sobretudo os mais antigos e de uso especial, foram alvos de reparos onerosos, porém justificáveis, em virtude do uso específico a que são destinados (casos de ônibus rodoviários, veículos utilitários

- usados em situações de grande adversidade, máquinas pesadas e agrícolas, veículos destinados à proteção patrimonial, etc.).
- *Aumento da demanda:* Com a expansão das atividades fins da Instituição (ensino, pesquisa e extensão) e criação de novos cursos e campus ao longo dos últimos anos, os serviços relacionados à logística e transporte foram afetados, havendo uma maior demanda a ser suprida. A maior disponibilidade de veículos também influencia este fator.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas Contratada de Terceiros

A UFMS não possui veículos automotores contratados de terceiros, sendo toda sua frota própria.

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental continuou a ser um dos focos na gestão da frota no ano de 2015. A adoção de veículos menos poluentes foi realizada ao longo do ano. Em relação ao descarte de materiais, as manutenções são realizadas numa ampla rede de prestadores de serviços, sendo tais prestadores os responsáveis pelo manejo dos resíduos descartados dos veículos. Também foi efetuada ação no âmbito do Plano de Logística Sustentável no sentido de regulamentar a aquisição de veículos mais econômicos, adotando a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) na aquisição de veículos do ciclo otto (veículos movidos à gasolina e/ou álcool). Tal medida encontra-se em fase de discussão e aprovação pela Administração Superior da UFMS.

Manutenção da Frota

A manutenção da frota dos veículos da UFMS é realizada através de fornecedores credenciados na rede da empresa SH Informática Ltda, utilizando para tanto o sistema Taurus Card de Gestão de Frotas. Dentro do plano de manutenção, temos duas classificações: a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

A manutenção preventiva tem por objetivo verificar e controlar as condições de uso do veículo, tomando medidas necessárias que garantam o seu pleno funcionamento antes que tais veículos venham a se danificar. Em geral, o que se busca no âmbito da DITL neste sentido é garantir que os veículos tenham boas condições de segurança, conforto e confiabilidade. Assim sendo, os utilizadores do veículo são orientados a conferir as condições básicas para movimentação dos veículos, tais como: nível e validade dos fluídos de lubrificação, de arrefecimento e hidráulicos, entre outros; validade de filtros; condições gerais da suspensão dos veículos (verificação de barulhos anormais ou outros sinais de desgaste); verificação da integridade do sistema de freios, entre outros.

Também são classificadas como manutenções preventivas aquelas denominadas *revisões*, em geral realizadas nas concessionárias autorizadas pelos fabricantes dos veículos. Em geral, estas revisões têm por objetivo garantir o pleno funcionamento do veículo e são realizadas no período em que a garantia do fabricante está vigente.

Algumas verificações que não são passíveis de serem realizadas pelos motoristas são realizadas pela Divisão de Transportes e Logística Sustentável ou pelos responsáveis pela frota em outras unidades da UFMS. Nestas verificações são apuradas as informações sobre alguns componentes que necessitam de substituição antes que ocorra o esgotamento total de sua vida útil, tais como correias sincronizadoras, outras correias de uso geral, polias tensoras e rolamentos, evitando assim prejuízos maiores, tanto em termos de segurança quanto em termos financeiros, caso haja a quebra destas peças.

A manutenção corretiva da frota da UFMS visa reparar os defeitos apontados pelos utilizadores dos veículos. Tais defeitos podem advir do desgaste natural do veículo ou de fatores

externos, tais como: condições adversas de uso; má utilização; acidentes de trânsito, etc. Desta forma, quando o veículo é encaminhado para a DITL (ou para o setor responsável pelos veículos de outras unidades) é realizado um diagnóstico inicial do defeito, sendo então o veículo encaminhado para uma oficina credenciada para elaboração de um diagnóstico completo do problema a ser resolvido. Também existem esforços no sentido de acompanhar nas oficinas credenciadas a realização dos trabalhos de manutenção, garantindo a exatidão do diagnóstico com o procedimento corretivo adotado.

Tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, é de fundamental importância o envolvimento do utilizador do veículo, tendo em vista o tamanho e a diversidade da frota da UFMS, bem como a estrutura de gerenciamento disponível. Os dados referentes ao custo da manutenção dos veículos desta IF podem ser consultados nos anexos I e II deste relatório.

UO 26401

Frota de veículos automotores de propriedade da UJ

São apresentadas aqui informações a respeito da gestão, constituição e uso dos veículos deste Hospital Universitário. As informações referentes à quantificação e classificação dos veículos, média dos quilômetros rodados, custos e idade da frota foram obtidas através de planilhas de controle.

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Lei nº 1.081/50
- Lei nº 9.327/96
- Instrução Normativa MARE nº 09/94
- Decreto 6.403/2008
- Instrução de Serviço PROINFRA/UFMS nº 33/2013
- Instrução de Serviço PROINFRA/UFMS nº 34/2013
- Instrução de Serviço PROINFRA/UFMS nº 35/2013
- Instrução de Serviço PROINFRA/UFMS nº 36/2013
- Portaria nº 60/2014 HUMAP/EBSERH

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Atualmente a logística tornou-se uma importante atividade para qualquer organização. No âmbito do Hospital Universitário, tal atividade é tratada como uma atividade meio, que oferece suporte as atividades principais do Hospital (transporte de pacientes e uso administrativo). São constantes as necessidades de descolamentos de pacientes em alta hospitalar, transferência e transporte para realização de exames. O serviço de transporte de pessoas e bens também são essenciais para atividades de apoio do HUMAP, tais como serviços de postagem de documentos e materiais, aquisição de bens e serviços, recursos humanos, atividades de manutenção e principalmente atividades junto às secretarias, unidades e órgãos de saúde.

Veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos.

Os veículos oficiais do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian são destinados exclusivamente ao atendimento ao serviço público e classificados, de acordo com as normas emitidas pelo MPOG, para fins de utilização, nas seguintes categorias:

GRUPO IV – SERVIÇO: De uso dos órgãos/entidades integrantes do SISG.

- GRUPO IV/A: Transporte de servidores a serviço
- GRUPO IV/B: Transporte de Material
 - * Grupo IV/B-1: Transporte de Carga Leve
 - * Grupo IV/B-2: Transporte de Carga Pesada
- GRUPO IV/C – Veículos em Atividades Especiais
 - * Grupo IV/C-2: Saúde Pública
- GRUPO IV/E – TRANSPORTE INDIVIDUAL
 - * Grupo IV/E-1 – Serviço Individual

Grupo de veículo	Quantidade de veículos por grupo	Média anual por km rodados	Idade média da frota*	Custos associados à manutenção de frota (r\$)
Grupo IV/A	3	2.911	10,33	6.524,55
Grupo IV/B-1	2	29.686	10,5	9.166,60
Grupo IV/B-2	1	20	5	309,00
Grupo IV/C-2	3	11.000	11,0	10.467,41
TOTAL	9	43.617	-	26.467,56

Fonte: HUMAP

*Idade Média (IM) = $\sum (\text{Nº de veículos} * \text{Idade}) / \text{Total de Veículos}$

Plano para substituição da frota

O Hospital Universitário tem realizado esforços no sentido de renovar a frota de veículos, no ano de 2015 adquiriu 01 (uma) ambulância “tipo A”.

Informações relativas ao custo operacional dos veículos estão sendo verificados para determinar os possíveis de reparos e os antieconômicos, após este levantamento será possível identificar os veículos em condições ideais de uso e possíveis de reparo, bem como os veículos que deverão ser substituídos.

Iniciou-se estudo sobre a locação de veículos em substituição aos que estão se tornando inviáveis economicamente, tendo como foco a locação de veículos Ambulância Tipo D (UTI móvel) e veículos de transporte de servidores a serviço.

Estrutura de controle que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O hospital utiliza de um conjunto de planilhas para controle dos veículos. O lançamento de dados no sistema é realizado diariamente. Nestas planilhas são lançados dados como quilometragem, gastos com abastecimento, conservação dos veículos (lavagem), trocas de óleo lubrificante e filtros, fornecendo como resultado dados sobre quilômetros rodados, consumo de combustível entre outras informações.

As autorizações de saída, as ordens de abastecimento, lavagem e de manutenção são emitidas pela chefia e concretizadas através do uso de cartão magnético específico para cada veículo e com utilização de senha individual pelos condutores. Dados relativos aos serviços prestados pelos postos de combustíveis e oficinas são controlados e auditados via sistema informatizado em tempo real, fornecido pela EMPRESA BRASILEIRA DE TECN. E ADM DE CONVENIOS HAAG, contratada para o gerenciamento de abastecimento e manutenção dos veículos.

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

UO 26283

A opção que se tem adotado para a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é de alienação dos bens classificados como antieconômicos. Tais veículos receberam tal classificação seja pelos valores envolvidos no seu conserto (valor da manutenção superior a 50% do valor do veículo); seja por conta do rendimento precário do veículo por conta do seu uso prolongado, desgaste prematuro ou obsoletismo, conforme o Parágrafo Único do Art. 3º do Decreto 99.658/90.

Desta forma, na outra ponta do plano de substituição da frota, foram alienados por meio de dois leilões públicos doze veículos automotores ao longo do ano de 2015. Tais veículos foram classificados como inservíveis para uso da Instituição, sendo sua manutenção no patrimônio da UFMS considerada como antieconômica.

UO 26401

Não houve aquisição de veículos para o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian no ano de 2015.

A Opção para política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso adotado pelo NHU é de disponibilização para doação para outros órgãos federais, e no caso de não houver interessados, e realizado a alienação de bens.

No exercício de 2015 foram alienados 01 Veículo (moto), através de leilão público. Tal veículo foi classificado como inservível para uso da instituição, e com manutenção antieconômica.

8.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 47 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	
BRASIL	UF Mato Grosso do Sul	20	20
	Campo Grande	4	4
	Aquidauana	3	3
	Chapadão do Sul”	1	1
	Corumbá	3	3
	Coxim	1	1
	Naviraí	1	1
	Nova Andradina	1	1
	Paranaíba	1	1
	Ponta Porã	1	1
	Terenos	1	1
	Três Lagoas	2	2
	Bonito	1	1
Subtotal Brasil		20	18
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		20	18

Fonte: PRAD

A UFMS não possui bens imóveis de propriedade da União localizados fora do Brasil.

Distribuição dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 48 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

UG	Cidades	RIP do imóvel	RIP de utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154054	Campo Grande Setor I	9051.00162.500-8	9051.00069.500-2 9051.01111.500-2	21	3	67.798.990,37	-	-	-	559.495,81
154054	Campo Grande Setor II	9051.00164.500-9	9051.00071.500-3	21	3	37.996.479,57	-	-	-	272.715,71
154054	Campo Grande Setor III	9051.00167.500-5	9051.00076.500-0	21	3	11.213.359,38	-	-	-	91.865,50
154054	Campo Grande Polyclínica Odontológica	9051.00163.500-3	9051.00070.500-8	21	4	98.239,91	-	-	-	0,00
154054	Aquidauana Unidade I	9021.00022.500-4	9021.00011.500-4	21	3	1.475.120,38	-	-	-	14.549,49
154054	Aquidauana Unidade II	9021.00032.500-9	9021.00033.500-4	21	3	3.650.121,28	-	-	-	14.549,49
154054	Aquidauana Buraco da Ester	9021.00039.500-7	9021.00040.500-2	21	3	43.000,00	-	-	-	0,00
154054	Chapadão do Sul	9787.00001.500-7	9787.00002.500-2	21	3	4.647.023,35	-	-	-	6.279,81
154054	Corumbá Unidade I	9063.00134.500-9	9063.00055.500-0	21	3	5.000.999,56	-	-	-	134.276,87
154054	Corumbá Anfiteatro	9063.00184.500-1	9063.00185.500-7	21	3	3.556.060,10	-	-	-	44.947,14
154054	Corumbá Base de Estudos do Pantanal - BEP	9063.00133.500-3	9063.00056.500-5	21	3	1.117.787,16	-	-	-	0,00
154054	Coxim	9065.00039.500-9	9065.00040.500-4	21	3	4.088.977,91	-	-	-	9.763,18
154054	Naviraí	9113.00029.500-8	9113.00030.500-3	21	3	282.973,88	-	-	-	0,00
154054	Nova Andradina	9123.00041.500-0	9123.00042.500-6	21	3	2.566.105,72	-	-	-	8.949,58
154054	Paranaíba	9125.00021.500-8	9125.00022.500-3	21	3	2.870.889,43	-	-	-	4.815,44
154054	Ponta Porã	9131.00143.500-6	9131.00040.500-6	21	3	4.135.533,65	-	-	-	22.248,01
154054	Terenos	9159.00010.500-2	9159.00001.500-3	21	3	1.577.513,58	-	-	-	0,00

UG	Cidades	RIP do imóvel	RIP de utilização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154054	Três Lagoas Unidade I	9165.00102.500-7	9165.00018.500-0	21	3	1.235.706,37	-	-	-	0,00
154054	Três Lagoas Unidade II	9165.00065.500-7	9165.00019.500-6	21	3	5.434.907,09	-	-	-	190.156,29
Total									-	1.374.612,31

Fonte: PRAD

*A incorporação da área do terreno do Câmpus de Bonito ainda não foi feita em função da área delimitada no registro do imóvel estar dentro da faixa de domínio da rodovia. A incorporação está em processo de regularização.

Regime:

- | | | | |
|------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| 1 – Aquicultura | 7 – Comodato | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta | 20 – Locação para Terceiros |
| 2 – Arrendamento | 8 – Disponível para Alienação | 14 – Esbulhado (Invadido) | 21 – Uso em Serviço Público |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 9 – Em processo de Alienação | 15 – Imóvel Funcional | 22 – Usufruto Indígena |
| 4 – Cessão – Outros | 10 – Em regularização – Cessão | 16 – Irregular – Cessão | 23 – Vago para Uso |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 11 – Em regularização – Entrega | 17 – Irregular – Entrega | |
| 6 – Cessão Onerosa | 12 – Em regularização – Outros | 18 – Irregular – Outros | |

Estado de Conservação:

- | | | | |
|---------------|-------------|-------------------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 3 – Bom | 5 – Reparos Importantes | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 2 – Muito Bom | 4 – Regular | 6 – Ruim | 8 – Sem Valor |

Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não há Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UFMS

Análise Crítica

Os imóveis sob a responsabilidade da UFMS, em sua maioria, dispõem do competente registro no sistema de gerenciamento dos imóveis de uso especial da União e encontram-se de acordo com as determinações legais pertinentes.

O terreno doado pela Prefeitura Municipal de Bonito para implantação do campus da UFMS naquela cidade, ainda não teve seu registro lançado no Sistema Spiunet, pois segundo informações da Coordenadoria de Projetos e Obras a área delimitada na escritura estaria dentro da faixa de domínio da rodovia, configurando irregularidade conforme Lei Estadual nº 3.344/2006, devendo então, ser retificada com uma nova discriminação da área.

Consulta realizada anteriormente à Pró-Reitoria de Infraestrutura sobre a possibilidade de providenciar o georreferenciamento dessa área, não foi possível devido à indisponibilidade de corpo técnico e equipamentos necessários. Dessa forma a fim de solucionar essa questão, foi então aberto um processo para contratação de empresa especializada em georreferenciamento conforme Proc. nº 23104.005879/2014-27.

Em relação ao procedimento que vise à adequação de seus reais valores de mercado, foi solicitada à Secretaria de Patrimônio da União - SPU a realização da avaliação dos imóveis desta UFMS. Em primeiro momento obtivemos resposta positiva para a solicitação da realização da avaliação nos campus do interior e, posteriormente, encaminhadas à SPU todas as informações referentes aos imóveis desta UFMS para análise e até o presente momento aguardamos novo posicionamento da SPU.

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas.

Quadro 49 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e entidades públicas

Concessionária	Nº do contrato	ÁREA (m ²)	Localização Geográfica	Observação
Caixa Econômica Federal	047/2010	374,71	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
Banco do Brasil	012/2007	369,75	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
Banco Santander	095/2013	147,52	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
HSBC - BANK BRASIL S/A	001/2011	288	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
Sicredi Federal MS	067/2006	397,82	Campo Grande	O imóvel foi construído pela concessionária e cedido em forma de comodato
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS	01/2015	1.150	Nova Andradina	Cessão para instalação de uma torre de radio e serviços de internet no campus de Nova Andradina e instalação de Rack de parede com um link para transmissão de dados ao IFMS

Fonte: PROINFRA e PRAD

8.2.5 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 50 – Bens Imóveis Locados de Terceiros

Contrato nº	Locador	Objeto	Vigência	Valor Anual
92/2009	Alice de Moura Battaglin	Locação de imóvel sito à rua Sebastião Lima, 1275, Jardim São Bento, para funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas - FADIR	03/11/2009 à 02/11/2016	R\$ 33.700,92

Fonte: PRAD

Análise Crítica:

UO 26283

Houve a necessidade de locação de imóvel de terceiros para que o funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas pudesse ser implementado, haja vista não haver espaço físico adequado para o funcionamento deste na Cidade Universitária. O imóvel locado recebeu a manutenção necessária – limpeza de caixas d’água, troca de lâmpadas e reatores, recarga de extintores de incêndio, pinturas, instalações e adequações de divisórias, instalações de aparelhos de ar condicionado, por parte da UFMS, assim como reformas e manutenção das edificações em função do desgaste com o tempo foram efetuadas por parte da UFMS.

UO 26401

O HUMAP possui 01 contrato de locação vigente, o qual, refere-se ao imóvel com área construída de 1.000m² a 1.500 m², com acesso facilitado para entrada e saída de caminhões, situado à Rua Campo Grande, nº163, Vila Ipiranga, Campo Grande -MS.

A locação deste imóvel fundamentou-se na necessidade de um espaço maior para funcionamento do depósito do Setor de Suprimento e Unidade de Patrimônio/HUMAP/UFMS/EBSERH, que tem por finalidade o armazenamento e distribuição de materiais adquiridos pela Unidade.

Com relação às despesas inerentes à conservação do imóvel constitui-se obrigação da Locatária: Núcleo Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian/UFMS, no entanto, conforme cláusula contratual, as benfeitorias somente serão realizadas quando autorizadas expressamente e por escrito pelo locador.

8.3 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

UO 26283

Para nortear as ações relacionadas à TI na UFMS, em 2012 foi elaborado o primeiro PDTI. No PDTI estão relacionados os projetos a serem desenvolvidos nas áreas de serviços, infraestrutura e desenvolvimento de sistemas que o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) oferece à UFMS.

Como o PDI da UFMS foi revisado recentemente, PDTI está sendo revisado para que mantenha o alinhamento com o PDI e estará vigente de 2016 a 2019.

O Comitê Gestor de TI da UFMS foi criado em 14/06/2010 e teve sua composição alterada pela Resolução CD 73, de 21 de julho de 2014. Atualmente a CPTI é composta, por:

- Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (Presidente);
- Chefes de Divisão do Núcleo de Tecnologia da Informação;
- Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento;
- Pró-Reitor de Ensino de Graduação;
- Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis;
- Diretor da Faculdade de Computação;
- um representante docente dos Câmpus, indicado pelo Sindicato da categoria;
- um representante Técnico-Administrativo em Educação da UFMS, indicado pelo Sindicato da Categoria.

No ano de 2015, devido à greve, foram realizadas duas reuniões e os principais pontos discutidos foram: padronização do sítios institucionais, priorização dos sistemas a serem desenvolvidos, dimensionamento da força de trabalho de TI,

Na UFMS não existe plano de capacitação específico para TI, mas existe na Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (Progep), a Divisão de Educação Continuada (DIEC/Progep) responsável por capacitações. No ano de 2015, foram realizadas as seguintes capacitações: Gestão de Segurança da Informação (ESR), AutoCad 2D (Senac – MS), Itil (Senac – MS).

Com relação à força de trabalho, a UFMS atualmente não conta com terceirizados na força de trabalho de TI, ou seja, existem apenas servidores de carreira e estagiários. Existem servidores que estão lotados no NTI e servidores que estão lotados em outros setores da UFMS.

O quantitativo de servidores da UFMS lotados no NTI é o seguinte:

Quadro 51 – Quantidade de servidores do NTI

Cargo	Total
Analista de Tecnologia da Informação	27
Técnico de Tecnologia da Informação	18
Assistente de Tecnologia da Informação	3
Auxiliar em Administração	5
Assistente em Administração	1
Economista	1
Tec. De Laboratório de Área	1
Auxiliar de Cozinha	1
Estagiários da Área de TI	14

Fonte: NTI

O quantitativo de servidores da UFMS da área de TI lotados em outras unidades da UFMS é:

Quadro 52 – Servidores do NTI lotados em outras unidades da UFMS.

Cargo	Total
Analista de Tecnologia da Informação	11
Técnico de Tecnologia da Informação	24
Assistente de Tecnologia da Informação	2
Auxiliar de Processamento de Dados	1

Fonte: NTI

A UFMS possui processos na área de desenvolvimento de software aderente ao modelo MPS.BR nível G.

No ano de 2015, a UFMS executou os seguintes projetos:

- **Projeto: Reforma da rede de dados de Campo Grande**
 - Resultados esperados: melhoria de conectividade das unidades da UFMS
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI 2012-2015
 - Valor orçado: R\$ 1.406.265,05
 - Valor despendido: o orçamento foi liberado e as obras foram empenhadas em 2015 e estão em fase inicial de execução.
 - Prazo para conclusão: maio de 2015
- **Projeto: Reforma da rede de dados do câmpus de Três Lagoas**
 - Resultados esperados: melhoria de conectividade das unidades da UFMS
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI 2012-2015
 - Valor orçado: R\$ 463.745,00
 - Valor despendido: ainda não foi despendido nenhum valor, pois as obras foram apenas empenhadas no final de 2015 e estão em fase inicial de execução.
 - Prazo para conclusão: março de 2016
- **Projeto: Reforma da rede de dados do Câmpus de Aquidauana**
 - Resultados esperados: melhoria de conectividade das unidades da UFMS
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: R\$ 296,746,01
 - Valor despendido: ainda não foi despendido nenhum valor, pois as obras foram apenas empenhadas no final de 2015 e estão em fase inicial de execução.
 - Prazo para conclusão: março de 2016
- **Projeto: Reforma da rede de dados do Câmpus de Nova Andradina**
 - Resultados esperados: melhoria de conectividade das unidades da UFMS
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: R\$ 144.391,00
 - Valor despendido: ainda não foi despendido nenhum valor, pois as obras foram apenas empenhadas no final de 2015 e estão em fase inicial de execução.
 - Prazo para conclusão: abril de 2016

- **Projeto: Reforma da rede de dados do câmpus de Ponta Porã**
 - Resultados esperados: melhoria de conectividade das unidades da UFMS
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: R\$ 112.452,00
 - Valor despendido: ainda não foi despendido nenhum valor, pois as obras foram apenas empenhadas no final de 2015 e estão em fase inicial de execução.
 - Prazo para conclusão: março de 2016
- **Projeto: Desenvolvimento de Sistema para Controle de Atividades Docentes (SISPADOC)**
 - Resultados esperados: automatizar o processo de controle de atividades docentes
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: desenvolvimento interno
 - Valor despendido: desenvolvimento interno
 - Prazo para conclusão: concluído em 29/09/2015
- **Projeto: Sistema de seleção de bolsistas**
 - Resultados esperados: melhoria na etapa de processo seletivo de bolsistas da UFMS.
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: desenvolvimento interno
 - Valor despendido: desenvolvimento interno
 - Prazo para conclusão: concluído em 23/03/2015
- **Projeto: Evolução do sistema de Registro de Documentos (REGDOC)**
 - Resultados esperados: adequação do sistema para atender às diretrizes do NUP.
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: desenvolvimento interno
 - Valor despendido: desenvolvimento interno
 - Prazo para conclusão: concluído em 12/11/2015
- **Projeto: Evolução do Sistema Acadêmico (SISCAD)**
 - Resultados esperados: incorporar novas funcionalidades ao SISCAD.
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: desenvolvimento interno
 - Valor despendido: desenvolvimento interno
 - Prazo para conclusão: concluído em 13/03/2015
- **Projeto: Desenvolvimento do Sistema de Proteção Patrimonial e da Comunidade**
 - Resultados esperados:
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI
 - Valor orçado: desenvolvimento interno
 - Valor despendido: desenvolvimento interno
 - Prazo para conclusão: concluído em 16/04/2015
- **Projeto: Migração dos sítios das Pró-reitorias e unidades administrativas setoriais da UFMS para o novo padrão**
 - Resultados esperados: melhorar o acesso às informações disponibilizadas por cada unidade.
 - Alinhamento: esta meta estava prevista no PDTI

- Valor orçado: desenvolvimento interno
- Valor despendido: desenvolvimento interno
- Prazo para conclusão: julho de 2016

Como não há terceirizados no momento não existem medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

UO 26401

Em 2015 iniciou-se desenvolvimento da POSIC pelo grupo indicado pela Presidência da EBSERH, sendo que a portaria inicial que consta no Boletim de Serviço 44 de 25/06/2014 foi revogada através da Portaria 64, publicada no Boletim de Serviço n. 100 de 16/06/2015 (em anexo). A DGPTI implementou um questionário (anexo 1) no espaço dedicado à Governança de TIC, através do ambiente virtual do Caderno de Processos (<http://caderno.ebsrh.gov.br>) e disponibilizou um plano de ação (anexo 2).

A equipe do SGPTI antes terceirizada quase na sua totalidade pela empresa AZ informática, foi gradativamente sendo substituída pelos empregados da EBSERH contratados através de concurso público, sendo que o contrato se encerrou em 14/09/2015.

Atualmente o SGPTI tem o seguinte quadro de colaboradores:

Quadro 53 – Colabores SGPTI/HUMAP

Qtde	Cargo	Regime
01	Analista de redes	CLT - Ebserh
01	Analista de telecom	CLT - Ebserh
01	Analista de Processos	CLT - Ebserh
06	Técnicos de TI	CLT - Ebserh
02	Analistas de Desenvolvimento	RJU - UFMS

Fonte: HUMAP

Principais projetos:

- a. CDC
 - i. Solução de Centro de Dados Modular composta por módulo tipo contêiner para alojar o Data Center (CDC - Contêiner Data Center) e Solução de Grupo Gerador para atender o CDC.
 - ii. Projeto da EBSERH sede para os HUFs.
 - iii. Memorial Técnico Descritivo em anexo.
- b. Caderno de processos
 - i. Implantação da gestão por processos nos setores: Ambulatório, Emergência, Engenharia Clínica, Farmácia, Gestão de Infraestrutura, Gestão de Pessoas, Internação e Suprimentos.
 - ii. Slides de apresentação do projeto em anexo
- c. Vlans
 - i. Adequação do range de IPs na rede de dados
 - ii. Controle e configuração de VLANs
- d. AGHU
 - i. Implantação dos módulos de “prescrição médica”

- ii. Implantação do módulo de “prescrição de enfermagem”
 - iii. Implantação do modulo “cuidados do paciente”
- e. Sistemas
- i. Implantação do sistema de controle de contratos
 - ii. Implantação do sistema de protocolo

8.3.1 Principais sistemas de informações

UO 26283

Os principais sistemas de informação da UPC, com seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade, são:.

Sistema: **SISCAD**

- Objetivos: gestão e controle dos dados dos cursos de graduação da UFMS
- Principais funcionalidades:
 - Cadastro das estruturas de cursos de graduação, análise de histórico escolar dos acadêmicos, lançamento de ocorrências de afastamento e exclusão dos acadêmicos, cadastro dos acadêmicos ingressantes.
 - Gestão do cadastro de docentes, coordenadores de curso
 - Gestão acadêmica e autorização para os lançamentos da lista de ofertas de disciplinas no semestre letivo, lançamento de plano de ensino, dias letivos, registro de matéria, notas e frequências.
 - Atualização do cadastro de acadêmicos, possibilita a matrícula online e a matrícula presencial dos acadêmicos nas disciplinas.
 - Responsável Técnico: Felipe Vargas Rigo
 - Responsável da Área de Negócio: Irineu Sotoma (CAA/Preg)
 - Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: **SIGPOS**

- Objetivos: Gestão e controle dos dados dos curso de pós-graduação da UFMS
- Principais funcionalidades:
 - Controle dos cursos de pós graduação: estruturas curriculares, disciplinas, docentes, acadêmicos;
 - Controle dos pólos de EAD
 - Controle do Processo Seletivo para os cursos de pós-graduação
- Responsável Técnico: Gustavo Kataoka
- Responsável da Área de Negócio: Ceres Jordao da Costa (PROPP)
- Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: **Sistema de Gestão de Pessoal (SGP)**

- Objetivos: Gerenciar os dados dos servidores da UFMS.
- Principais funcionalidades:
 - Gestão das informações dos servidores da UFMS.
 - Controle das aposentadorias.
 - Cálculo das Progressões dos Servidores.
 - Lançamento de valores referente ao pagamento dos servidores.
 - Gestão de afastamentos e licenças.

- Responsável Técnico: Márcia Justina Cruz
- Responsável da Área de Negócio: Carmem Borges (CAP/PROGEP)
- Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: **Sistema de Boletim de Serviço Eletrônico (BSE)**

- Objetivos: Padronizar o formato das publicações, aumentar a agilidade do processo de publicação, identificar os responsáveis pelas informações publicadas e facilitar a leitura e localização das publicações.
- Principais funcionalidades:
 - Gestão de publicação de documentos por unidade.
 - Junção de todas as publicações da UFMS em único documento público.
 - Consulta por publicações anteriores com filtros.
- Responsável Técnico: Franco Catto
- Responsável da Área de Negócio: Maria Sonia Camacho (CCS/RTR)
- Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: **Sistema de Patrimônio**

- Objetivos: Gerenciar os bens da UFMS
- Principais funcionalidades:
 - Realizar Incorporações de novos materiais.
 - Efetuar a transferências de bens entre as unidades da UFMS.
 - Efetuar baixa de materiais.
 - Efetuar o controle financeiro do patrimônio da UFMS.
 - Realizar inventário de bens da UFMS.
- Responsável Técnico: Gustavo Kataoka
- Responsável da Área de Negócio: Carlos Augusto de Almeida Silva (DIPM/CGM/PRAD)
- Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: **Sistema de Controle de Bolsas**

- Objetivos: Gerenciar as bolsas acadêmicas institucionais de forma centralizada.
- Principais funcionalidades:
 - Cadastro das bolsas concedidas pela UFMS.
 - Controle da Folha de Pagamento de Bolsas Mensalmente.
 - Exportação do pagamento das bolsas para o SIAFI.
- Responsável Técnico: Paulo Roberto Bezerra
- Responsável da Área de Negócio: Waneide Ferreira dos Santos (DIAA/PREAE)
- Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: **Sistema de Compras**

- Objetivos: Registro de todos os processos de compra, que inclui a aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes, bem como a contratação de serviços.
- Principais funcionalidades:
 - Solicitação de aquisição de materiais e serviços.
 - Cadastro do processo de compra.
 - Cadastro de pesquisa de previsões.
 - Cadastro de Ordem de Compra pela Lotação.
 - Cadastro de Pré-Empenho.
 - Controle de Saldo de Nota de Dotação.
- Responsável Técnico: Cristina Gomes

- Responsável da Área de Negócio: Silvia Pinedo Zottos (CGM/PRAD)
- Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: Sistema de Registro de Documentos (REGDOC)

- Objetivos: Registrar os documentos internos e externos da instituição, bem como permitir o acompanhamento das tramitações destes documentos.
 - Principais funcionalidades:
 - Gestão de Processos.
 - Crontrole de Documentos
 - Tramitação de documentos entre as unidades da UFMS.
 - Possibilidade de anexar Arquivos.
 - Responsável Técnico: Igor Ortiz
 - Responsável da Área de Negócio: Francisca Ribeiro Resende (DIPR/PROINFRA)
 - Criticidade para unidade: o negócio para em uma semana.

Sistema: Registro Mensal de Ocorrências (RMO)

- Objetivos: Registrar as frequências, atrasos, horas extras e adicionais noturnos dos servidores da UFMS.
 - Principais funcionalidades:
 - Impressão de Folhas de Frequência. Solicitação e Autorização de Horas Extras. Lançamento de Ocorrências. Relatório Mensal de Ocorrências. Recebimento de Folhas. Exportação para o SIAPE. Cadastro de Feriados.
 - Responsável Técnico: Carlos Bitencourt
 - Responsável da Área de Negócio: Carmem Borges (CAP/PROGEP)
 - Criticidade para unidade: o negócio não para.

UO 26401

Sistemas utilizados no HUMAP

- a. O principal sistema utilizado no HUMAP é o AGHU - Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários.
- b. O desenvolvimento do AGHU iniciou em 2009, como parte integrante do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), do Ministério da Educação, destinado à reestruturação e revitalização dos hospitais das universidades federais.
- c. O objetivo do aplicativo é apoiar a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos Hospitais Universitários Federais e permitir a criação de indicadores nacionais, o que facilitará a adoção de projetos de melhorias comuns para esses hospitais.
- d. Para desenvolver o AGHU, a EBSERH utiliza como base o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), levando em conta o sucesso de seu modelo de gestão e a disponibilidade do AGH, sistema de aplicativos para gestão Hospitalar, desenvolvido pela instituição.
- e. O HUMAP possui uma série de sistemas desenvolvidos internamente, alguns muito antigos que estão gradativamente sendo substituídos pelos módulos do AGHU ou reescritos em nova linguagem pela equipe de desenvolvimento interna. São eles:

Quadro 54 – Sistemas do HUMAP

Sistema	Descrição Resumida	Abrangência	Linguagem
Sistema de Ponto Eletrônico	Criar/homologar Escalas; correção de pontos.	Todo NHU	C#
Sistema de Ponto Eletrônico - Bater Ponto	Bater ponto biométrico, espelho do ponto; funções admin.	Todo NHU	C#
Relatórios do SISPE (Pagamento de Aph)	Relatório gerenciais, e pagamento dos plantões	Todo NHU	PHP
SIGMA - Sistema de Gerenciamento de Materiais	Empenhos, notas, entradas, saídas, estoque e licitação	Unidades	Delphi
SIGMA - SETORIAL	Solicitação de material de consumo	Todo NHU	Delphi
Agendamento Cirúrgico	Aviso de Operação, Núcleo Pré Operatório, agendamento de cirurgias	Unidades	Java
Sistema de Faturamento (SIH)	Faturamento parcial e produção de contas de pacientes ambulatoriais	Unidades	Visual FoxPro
Sistema de Indicadores	Gera indicadores do AGHU e outros	Todo NHU	Java
Emissão de Etiquetas Banco de Leite	Gera etiquetas	Único Setor	Java
Emissão de Etiquetas Raio-X	Gera etiquetas	Único Setor	Java
Emissão de Etiquetas Farmácia	Gera etiquetas para medicamentos	Único Setor	Java
Emissão de Etiquetas DITI	Gera etiquetas para equipamentos	Único Setor	Java
Ecocardiograma Web	Formulário eletrônico de exame	Único Setor	Java
Controle de Órtese, Prótese e Material	Controle de estoque	Unidades	Java
CCIH-WEB	Controle e liberação de antibióticos	Todo NHU	Java
Centro Obstétrico	Agenda cirurgias e registro de partos	Unidades	Java
Epidemiologia	Notificação de epidemias	Único Setor	Java
Comissão de Prontuário	Preencher as regularizações dos prontuários	Unidades	Java
Laudo OPM	Controle dos materiais usados nos procedimentos cirúrgicos	Unidades	Java
Comissão de Óbito	Quantitativo e porcentagem de óbitos	Unidades	Java
Sistema da Assistência Social	Sistema de registro de atendimento do Serviço Social	Único Setor	Java
Laudos de Anatomia Patológica	Cadastro e impressão de laudos de patologia	Unidades	FoxPro 2.6 Win

Sistema	Descrição Resumida	Abrangência	Linguagem
Laudos de RX/Ultrassom/Tomografia	Cadastro e impressão de laudos de RX/Ultrassom/Tomografia	Único Setor	FoxPro 2.6 Win
Laudos de ultrassom da maternidade	Cadastro e impressão de laudos de Ultrassom específicos da maternidade	Único Setor	FoxPro 2.6 Win
Cadastro de fichas de entrada no PAM	Cadastro e impressão de fichas de atendimento de pacientes de Pronto Atendimento	Unidades	FoxPro 2.5 DOS
Guia de recolhimento HU	Guia de recolhimento de venda de fichas da Nutrição (Almoço/Jantar)	Único Setor	FoxPro 2.5 DOS
Protocolo de prontuários	Protocolar a entrada e saída de prontuários físicos do arquivo médico	Único Setor	Clipper 5.3
Protocolo de prontuários (laudos de RX)	Protocolar a entrada e saída de RX físicos do arquivo médico pelo número do prontuário	Único Setor	Clipper 5.3
Censo de Prontuários	Censo físico de prontuários para faturamento destes pela DIFA	Unidades	VB
Integração Pacientes AGHU - SIH	Atualização (inserção) de pacientes novos do AGHU no sistema de SIH (Faturamento)	Único Setor	VisualFoxPro 7
Integração Pacientes SIH - IMAG	Atualização (inserção) de pacientes novos no SIH (pós integração com AGHU) para o sistema de Imagem do Raio-X	Único Setor	VisualFoxPro
Sistema de Fila de Pacientes	Prioriza os leitos de CTI a partir de fichas padronizadas e critério de pontuação	Todo NHU	Java
CPL - Sistema da Comissão Permanente de Licitação	Cadastra os processos de licitação e dá publicidade no site	Único Setor	Java
Formulário on-line	Disponibiliza os Formulários em formato digital	Todo NHU	Java

Fonte: HUMAP

8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

UO 26283

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul adota políticas de sustentabilidade ambiental através do seu Sistema de Governança da Sustentabilidade a partir do desencadeamento, acompanhamento, avaliação e controle de ações contempladas em seu Plano de Gestão de Logística Sustentável, o que envolve a educação continuada em sustentabilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e licitações sustentáveis, redução das emissões de gases poluentes pela logística de pessoal e material, eficientização do consumo de energia elétrica e de água e esgoto e de práticas e iniciativas de sustentabilidade e do uso eficiente do gasto público. Os resultados dessas ações são anualmente avaliadas e revistas por uma Comissão Gestora e apresentadas à sociedade através de audiência pública.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Atualmente a instituição não participa da A3P, embora realize estudos para sua futura participação.

Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul realiza, através de empresa terceirizada, a separação e a mensuração dos resíduos recicláveis e resíduos comuns em todos os campi de atuação. Posteriormente os resíduos recicláveis são encaminhados para cooperativa formada por pessoas de baixa renda e os resíduos comuns são enviados para disposição final em aterros sanitários municipais.

Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

Atualmente a instituição realiza estudos para contemplar e incluir itens sustentáveis em suas aquisições de bens móveis e de material de consumo.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul adotou o seu Plano de Gestão de Logística Sustentável através da Resolução nº 124, de 09 de outubro de 2014 – Conselho Diretor.

Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

A Comissão Gestora do PLS foi constituída através da Portaria nº 1.168, de 29 de outubro de 2014.

Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

O PLS da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul abrange completamente os critérios estabelecidos no art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, na criação dos Planos de ação.

Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);

http://proinfra.sites.ufms.br/?page_id=571

Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

Anualmente os resultados do PLS são avaliados e deliberados pela Comissão Gestora através da emissão de relatórios disponibilizados no site: http://proinfra.sites.ufms.br/?page_id=571. As metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores estão no Relatório Consolidado dos Planos de Ação 2015 que segue abaixo:

MACROÁREA: ENERGIA						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Prover maior eficiência às Instalações elétricas gerais	Projeto de reformulação do sistema elétrico para permitir operação e controle do uso mais eficiente	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Projeto de reformulação do sistema de distribuição de energia da FAMEZ
	Especificação de equipamentos para controle do uso de carga	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Projeto de controle de uso do sistema de ar condicionado da FAMEZ
Prover maior eficiência na Organização da manutenção	Especificação de equipamentos de segurança (EPI/EPC)	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Especificação de procedimento para limpeza das cabines de média tensão
	Elaboração de procedimentos para serviços em subestações	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Especificação de procedimento para limpeza das cabines de média tensão
Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica	Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Número de campanhas realizadas	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Campanha de conscientização e distribuição de adesivos pelas instalações da UFMS para uso consciente de energia
Prover maior eficiência no sistema elétrico	Especificação de equipamentos sistema de telemetria	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Levantamento de equipamentos para colher dados de uso de energia e solicitação de inclusão nos itens do CGM
	Revisar os contratos de energia elétrica	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Número de contratos revistos	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Revisão continua de contratos de energia
	Estudo de alternativas para suprimento de energia em caso de falha no sistema principal	DIEE/CEM (PROINFRA)	1	Número de estudos desenvolvidos	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Especificação de nobreak e sistema elétrico e instalação no prédio do INFI

MACROÁREA: RESÍDUOS SÓLIDOS						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Estabelecer sistema de gestão para resíduos sólidos da UFMS	Realizar diagnósticos dos resíduos gerados na UFMS	DICM/COA (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Propõe-se a continuidade e a atualização dos diagnósticos relativos aos resíduos gerados na UFMS
	Desenvolver projeto de logística interna dos resíduos sólidos que prime pela segregação para reaproveitamento dos resíduos e redução da quantidade para disposição final	DICM/COA (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	A UFMS têm projetos de logística interna que primam pela segregação e destinação adequada dos resíduos. Medidas de redução foram implementadas. Propõe-se o estudo de novas medidas.
Estabelecer sistema de gestão para resíduos sólidos da UFMS	Criação de projeto de centro de acondicionamento intermediário de resíduos sólidos proveniente dos locais primários, prévio ao encaminhamento ao destino final	DICM/COA (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Projeto criado e locais de acondicionamento instalados. Propõe-se a análise de novos procedimentos para maximizar a eficiência e eficácia da ação.
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis.	Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	DICM/COA (PROINFRA)	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	O site da UFMS dispõe do plano de resíduos sólidos da Instituição e apresenta meios de contato para sugestões.
	Inserir cláusulas contratuais e fiscalizar os serviços de terceiros, relacionados aos resíduos, para que as suas atividades estejam em conformidade com as observâncias ambientais instituídas.	DICM/COA (PROINFRA) e PRAD	1	Número de cláusulas contratuais inseridas	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Foram inseridas cláusulas nos contratos das empresas responsáveis pelos resíduos da UFMS, acrescentando medidas de treinamento e capacitação de pessoal, visando maximizar a eficiência dos serviços
	Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem.	DICM/COA (PROINFRA) e PRAD	1	Número de campanhas realizadas	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Foram feitas campanhas para redução de consumo de copos descartáveis, uso de canecas e diminuição da utilização de papel A4.

MACROÁREA: ÁGUA E ESGOTO						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo	Criação de projeto para mapear a rede de esgoto, bem como caixas de gorduras, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação geral	CEM/PROINFRA	1	Ação realizada	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Rede parcialmente mapeada. Haverá continuidade no processo.
	Implantação do cadastramento das faturas para análise mensais do consumo	CEM/PROINFRA	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Faturas sendo cadastrada em meio eletrônico.
Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo	Criação de projeto para mapeamento da rede de abastecimento de água na UFMS	CEM/PROINFRA	1	Ação realizada	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Rede parcialmente mapeada. Haverá continuidade no processo.
	Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de eficientização oriundas da UFMS.	CEM/PROINFRA	1	Ação realizada	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Site criado. Falta a divulgação dos consumos.
Incentivar e aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente.	CEM/PROINFRA	1	Número de campanhas de conscientização	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Campanha realizada. Adesivagem incentivando consumo consciente.

MACROÁREA: DESLOCAMENTO PESSOAL E MATERIAL						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções	Conceber e institucionalizar, através de portaria, critérios de sustentabilidade para compra de veículos para a UFMS	CGM/PRAD COA/PROINFRA	1	Número de critérios estabelecidos	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Critérios de sustentabilidade já são incluídos nas aquisições obedecendo legislação pertinente, porém sem uma portaria interna específica
	Normatização de critérios de sustentabilidade para compra e substituição de veículos estabelecidos institucionalmente nos projetos da UFMS	CGM/PRAD COA/PROINFRA	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Critérios de sustentabilidade já são incluídos nas aquisições obedecendo legislação pertinente
	Criação de projeto para inventariar as informações relacionadas às emissões com deslocamento de professores, servidores técnico-administrativos e alunos	COA/PROINFRA	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Controle do consumo de combustível e manutenção de veículos.
Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno	COA/PROINFRA	1	Número de campanhas realizadas	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Plataforma de utilização de veículos em conjunto para viagens com destinos iguais
	Projeto de articulação para aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UFMS, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema	COA/PROINFRA	1	Ação realizada	() Sim, totalmente () Sim, parcialmente* (x) Não*	Ausência de corpo técnico disponível para a realização da ação no período de 2015.

MACROÁREA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS	Identificar as fontes de riscos potenciais à saúde e a segurança	DIST (PROGEP)	400	Número de ambientes inspecionados	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	200 ambientes inspecionados
	Avaliar, por meio de equipe multiprofissional em saúde, as situações de risco à saúde no trabalho dos servidores	DIAS(PROGEP)	2000	Número de exames médicos e atendimentos psicológicos e sociais	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	2068 exames médicos e atendimentos psicológicos e sociais
	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	DIEC(PROGEP)	600	Número de servidores capacitados	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	430 servidores capacitados. Meta não alcançada totalmente em decorrência do período de 4 meses de greve do corpo docente e técnico-administrativo
	Desenvolver indicadores de satisfação e bem estar coletivo da comunidade Universitária	GAB/PROGEP	1	Relatório de Indicadores gerado	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Estudos desenvolvidos parcialmente. Meta não alcançada totalmente em decorrência do período de 4 meses de greve do corpo docente e técnico-administrativo
	Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da UFMS	GAB/PROGEP e DIEC	1	Número de atividades realizadas por inativos	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Estudos desenvolvidos parcialmente
	Regulamentar orientações aos requisitantes de materiais e equipamentos para o atendimento no mínimo aos critérios ergonômicos indicados pela ABNT, e proativamente aos demais itens de conforto ergonômicos	DIST(PROGEP)	2%	Percentual de objetos adquiridos com critérios ergonômicos	() Sim, totalmente () Sim, parcialmente* (x) Não*	Não foi realizado especificamente para ergonomia, mas sim para segurança e saúde no trabalho.
	Constituir uma brigada contra incêndio voluntária para atuação preventiva, prestação de primeiros socorros e evacuações de ambientes.	DIST(PROGEP)	5	Número de unidades atendidas	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Iniciado em novembro de 2015, a meta foi repactuada para o ano de 2016.

MACROÁREA: COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Compra sustentável - madeira de reflorestamento	Incluir cláusula de exigência em edital, para que todo o mobiliário em madeira seja com certificação de que a madeira utilizada seja proveniente de madeira de reflorestamento.	CGM/PRAD	Cláusula presente em todos os editais de mobiliário da UFMS de 2015	Número de cláusula em edital	(x) Sim, totalmente (_) Sim, parcialmente* (_) Não*	Realizado o acompanhamento
	Revisar os itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais.	CGM/PRAD	Novos editais da UFMS	Número de cláusula em edital	(x) Sim, totalmente (_) Sim, parcialmente* (_) Não*	Serviço contínuo, realizado o acompanhamento
Compra sustentável - madeira de reflorestamento	Incentivar a participação dos pregoeiros em cursos de capacitação, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do Setor de Compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.	CGM/PRAD com aprovação da PROPLAN e PROGEP	1	Certificados de participação	(_) Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* (_) Não*	Foi afetado pelo contingenciamento do orçamento
	Valorizar as boas práticas de compras sustentáveis das unidades administrativas (para redução, reutilização e reciclagem de materiais e equipamentos)	PRAD/PROINFRA PROGEP/PROPLAN	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente (_) Sim, parcialmente* (_) Não*	
Prover maior eficiência na Contratação – Contrato de limpeza e conservação	Coletar as informações quantitativas e qualitativas sobre as compras e contratações, para manter um banco de dados.	DICT/PRAD	1	Número de banco de dados	(x) Sim, totalmente (_) Sim, parcialmente* (_) Não*	
	Incluir cláusula contratual de colaboração nas medidas de redução de consumo adotadas pela Universidade	DICT/PRAD e Fiscal do Contrato	Cláusula presente nos novos contratos	Número de cláusula contratual	(x) Sim, totalmente (_) Sim, parcialmente* (_) Não*	
	Campanha de conscientização da contratada e colaboradores da importância da sustentabilidade e cumprimento das cláusulas contratuais correspondentes	DICT/PRAD, Gestor e Fiscal do Contrato	1	Ação realizada	(x) Sim, totalmente (_) Sim, parcialmente* (_) Não*	Cursos para gestores e fiscal de contrato realizado pela PRAD

MACROÁREA: MATERIAL DE CONSUMO						
OBJETIVOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	META 2015	INDICADORES	META REALIZADA?	JUSTIFICATIVAS* OU INFORMAÇÕES
Promover a eficientização do uso de copos descartáveis	Realizar levantamento do consumo de copos plásticos de água e café em 2014	DIAX/CGM/PRAD	1	Levantamento realizado	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Realizar o acompanhamento do ano corrente.
	Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Campi	PRAD	11 Campi atendidos	Ação realizada	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Continuar os trabalhos nos campus e em Campo Grande
	Propor a aquisição de copos biodegradáveis	PRAD	5%	Ação realizada	() Sim, totalmente () Sim, parcialmente* (x) Não*	Excepcionalmente será realizada neste ano de 2016
Promover a eficientização no consumo de cartuchos/toner para impressão	Adotar ilhas de impressão	PRAD e todas as unidades	20%	Percentual de ilhas de impressão instaladas	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Realizar o acompanhamento
	Incentivar a comunicação interna digital	Todas as unidades com apoio DIPR (PROINFRA)	11 Campi atendidos	Ação realizada	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	
	Lançar campanha de conscientização "Imprima só o necessário"	PRAD	11 Campi atendidos	Ação realizada	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Continuar os trabalhos nos campus e dar andamento em Campo Grande
Promover a eficientização no consumo de papel de impressão	Realizar levantamento do consumo de papel em 2014	DIAX/CGM/PRAD	1	Levantamento realizado	(x) Sim, totalmente () Sim, parcialmente* () Não*	Realizar o acompanhamento do ano corrente.
	Lançar a campanha “O papel tem 2 lados”, afixando cartazes em todos os Campi	PRAD	1	Ação realizada	() Sim, totalmente (x) Sim, parcialmente* () Não*	Atendido 10 campi

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

A atuação institucional em termos de sustentabilidade ambiental vem gradativamente apresentando resultados satisfatórios, considerando que algumas ações já eram discutidas e implementadas anteriormente ao Plano de Gestão de Logística Sustentável. Há, entretanto, uma necessidade contínua de evolução para consolidar as práticas e as ações e apresentar resultados mais sólidos, em face de sua atuação muticampi e de sua área construída antiga.

UO 26401

A partir da adesão do contrato de Gestão especial gratuita celebrado entre a UFMS e a EBSERH, O Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian vem seguindo as diretrizes e orientações da Matriz.

A EBSERH instituiu, pela Portaria nº 17/2014, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, conforme orientação da IN SLTI/MPOG, com o intuito de produzir e buscar aprovação da política de gestão ambiental da empresa, a qual consignará inclusive as diretrizes para **cada Filial** elaborar o seu Plano, considerando as especificidades das unidades hospitalares. Os trabalhos da Comissão estão em andamento. Assim que aprovado pela Presidência da EBSERH, o PLS será o documento norteador de questões ambientais na empresa, avaliando a participação nas iniciativas governamentais de sustentabilidade e garantindo ações e aquisições em acordo com as diretrizes de promoção do desenvolvimento sustentável.

De qualquer forma, já são adotadas boas práticas de sustentabilidade ambiental nas compras do HUMAP/EBSERH, sendo observados na elaboração dos Termos de Referência os critérios que utilizam como referência o Guia de Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP – AGU, bem como o acompanhamento das diretrizes referente ao plano de gerenciamento de resíduos sólidos de maneira que apresentem uma gestão ambientalmente correta dos resíduos atualmente gerados nas atividades do Hospital, e possam influenciar positivamente no impacto ao ambiente e a saúde.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

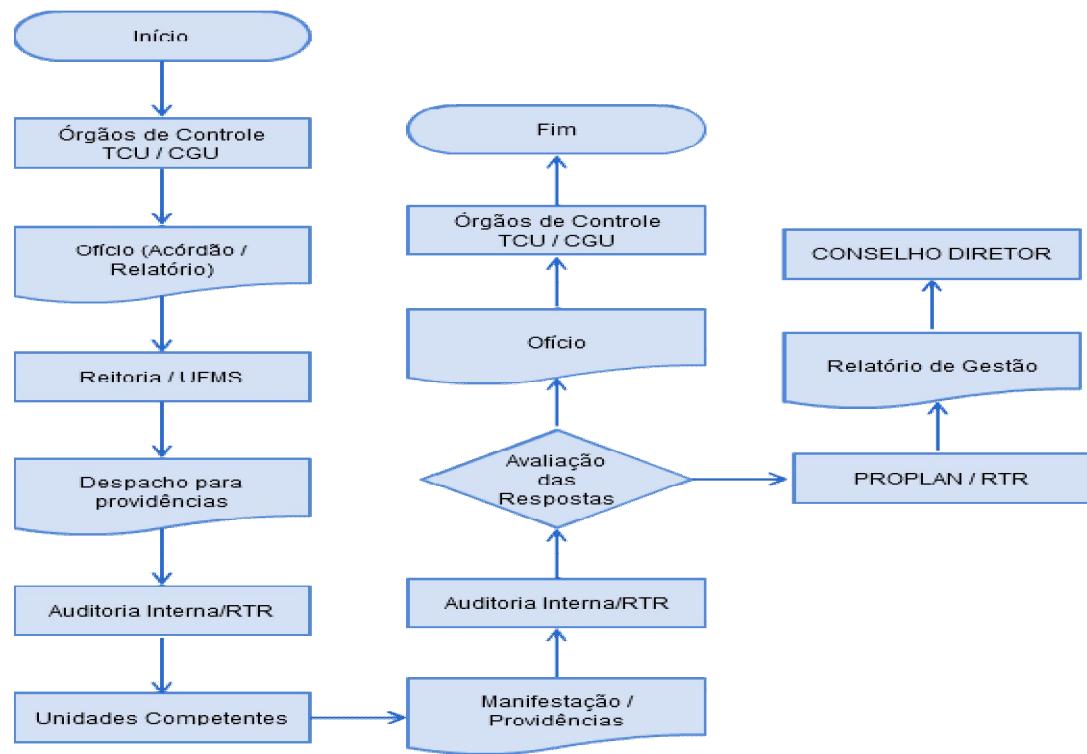
As determinações dos órgãos de controle (TCU e CGU) são recebidas pelo Gabinete da Reitoria que, ao dar ciência do expediente, encaminha para conhecimento e providências à unidade de Auditoria Interna que, neste momento, fica encarregada da distribuição aos setores competentes para a adoção de providências ou esclarecimentos pertinentes, e, também, pelo acompanhamento da apresentação das respostas no prazo estabelecido.

Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS, o órgão demandante é formalmente notificado a respeito por meio de ofício emitido pela unidade de Auditoria Interna, encaminhando os documentos e esclarecimentos pertinentes.

Todas as determinações e recomendações atendidas e pendentes de atendimentos são consolidadas no Relatório de Gestão, a ser apreciado em Reunião do Conselho Diretor e encaminhado à CGU.

O acompanhamento das recomendações não atendidas permanece no exercício seguinte.

Segue abaixo o fluxograma das recomendações e determinações dos órgãos de controle (TCU / CGU):



No exercício de 2015 houve uma quantidade menor de determinações e recomendações feitas pelo TCU em comparação aos exercícios anteriores, o que não significa, necessariamente, que a Corte de Contas atuou menos, uma vez que a UFMS respondeu a diversas diligências e audiências a respeito de trabalhos de fiscalização, ainda pendentes de julgamento, além do recebimento de diversos acórdãos emitidos sem determinações/recomendações, julgando legais atos de pessoal da UFMS, ou dando ciência a respeito de impropriedades encontradas.

As determinações e recomendações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de referência, que foram atendidas pela UFMS, estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 55 – Determinações/Recomendações do TCU

Nº	Acórdão	Órgão	Determinação/Recomendação
01	1174/2015 - 1 ^a Câmara	Sefip/TCU	<p>1.8. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que:</p> <p>1.8.1. exclua dos dados financeiros do instituidor Carlos Augusto de Jesus Parmeggiani (268.241.400-15) no Siape a vantagem relativa à hora extra incorporada sob o regime celetista.</p>
02	2388/2015- 2 ^a Câmara	Sefip/TCU	<p>9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, modificando-se o marco inicial para apuração dos valores indevidamente recebidos por Elizabeth Spengler Cox Moura Leite e por Lígia Aparecida Puia Garcia, determinada no subitem 1.8 do Acórdão n.º 74/2014-1^a Câmara, para que passe a ser a data da notificação da referida deliberação pelas interessadas, e não a ciência do Acórdão n.º 1.593/2006-2^a Câmara, como constou na redação original;</p>
03	104/2015 - Plenário	Secex/TCU	<p>9.1. recomendar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas:</p> <p>9.1.1. instituição de comitê, composto por representantes do setor de gestão de pessoas e das demais unidades estratégicas, com a função de auxiliar a alta administração nas decisões relativas à área de pessoal;</p> <p>9.1.2. adoção de medidas que assegurem o aprimoramento do seu processo de planejamento de gestão de pessoas (de forma a definir claramente a sua estratégia, desdobrando-a em planos de ação) e o efetivo acompanhamento da sua implementação;</p> <p>9.2. determinar à FUFMS, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe ao TCU, no prazo de cento e vinte dias, a contar do recebimento da comunicação, Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção, ainda que parcial, das medidas necessárias à implementação das recomendações acima, indicando prazos e responsáveis, bem como justificativas a respeito de recomendações que não venham a ser integralmente implementadas;</p>
04	6465/2015 - 1 ^a Câmara	Sefip/TCU	<p>9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que:</p> <p>9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado das referidas máculas, a ser submetido à apreciação do TCU;</p> <p>9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p>

Fonte: Auditoria Interna

A seguir apresentamos as informações sobre as determinações e recomendações pendentes de cumprimento, ou em processo de implementação, por força de acórdão específico:

Quadro 56 – Situação das Determinações/Recomendações do TCU.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.869/2014-8	104/2015-PLENÁRIO	9.1.3	Ofício nº 0058/2015/SECEX- MS	09/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DIDA/CAP/PROGEP E NTI/RTR				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.3. realização de mapeamento de competências gerenciais existentes e desejadas e adoção de medidas que garantam a oferta de ações contínuas de desenvolvimento de gestores e sucessores (em cada nível de gestão: estratégico, tático e operacional) alinhadas com as lacunas identificadas;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O mapeamento de competências gerenciais existentes e desejadas será feito por intermédio do Dimensionamento da Força de Trabalho, além disto, a Progep, através da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação – DIDA e o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) está elaborando o Banco de Talentos da UFMS, cujo modelo está sendo elaborado pelo Fórum de Pró- Reitores de Gestão de Pessoas e do Trabalho. A partir de 2016 será incluído no Plano Anual de Capacitação cursos direcionados para Gestores, bem como para a formação de novos gestores capacitados conforme as necessidades institucionais.				

Fonte: Auditoria Interna

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.869/2014-8	104/2015-PLENÁRIO	9.1.4	Ofício nº 0058/2015/SECEX- MS	09/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DIDA/CAP/PROGEP E NTI/RTR				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.4. implementação de sistema de avaliação individual periódica de seus servidores (incluindo os gestores) associada a metas individuais e/ou institucionais interligadas à estratégia organizacional, de modo a desenvolver a cultura orientada a resultados;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Esta providência encontra-se consubstanciada em três etapas, das quais duas encontram-se em pleno funcionamento (Etapa 1: pelo chefe e Etapa 2: autoavaliação). A Etapa 3, que consiste na avaliação das chefias pelos seus subordinados e a avaliação dos servidores com base nas metas estabelecidas para cada unidade encontra-se em fase de implantação, com data prevista para conclusão até dezembro/2016.				

Fonte: Auditoria Interna

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.869/2014-8	104/2015-PLENÁRIO	9.1.5	Ofício nº 0058/2015/SECEX- MS	09/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DIDA/CAP/PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.5. adoção de medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas no momento da avaliação de desempenho e consideradas no planejamento anual de capacitação da entidade;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Plano de Capacitação é elaborado através da consulta previa por meio do LNT (Levantamento das Necessidades de Treinamento). As necessidades serão identificadas também através do resultado da avaliação de desempenho. Para isso está em andamento o projeto da Etapa 3 da avaliação de desempenho.				

Fonte: Auditoria Interna

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.869/2014-8	104/2015-PLENÁRIO	9.1.6	Ofício nº 0058/2015/SECEX-MS	09/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DIDA/CAP/PROGEP				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1.6. publicação de orientações internas no sentido de que, quando pertinente à natureza e ao escalão hierárquico da função, a escolha dos ocupantes de funções e cargos de índole gerencial seja fundamentada em perfis de competências e pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Reitora da UFMS tem utilizado da prerrogativa de nomear seu escalão hierárquico com base na confiança, e sempre que possível tem nomeado os ocupantes de funções e cargos gerenciais com base nas competências para o cargo, sempre pautada pelos princípios da transparência, da motivação, da eficiência e do interesse público.				

Fonte: Auditoria Interna

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.476/2010-1	10577/2015-2 ^a CÂMARA	–	Ofício nº 0740/2015-TCU/SECEX-MS	29/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
DIPG/CAP/PROGEP E CCO/PRAD				
Descrição da determinação/recomendação				
Dar à Fundação Federal de Mato Grosso do Sul ciência da necessidade de regularizar o recolhimento do débito imputado à servidora Deise Guadalupe de Lima junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), após o integral adimplemento, considerada a redação do item 9.1 do acórdão 2.405/2011-1 ^a Câmara, conforme definida pelo acórdão 2.538/2012-1 ^a Câmara, para fins de quitação.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Quanto à necessidade de regularizar o recolhimento do débito junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme definido pelo Acórdão 2538/2012 – TCU – 1 ^a Câmara, foi esclarecido à Secex/MS que todos os descontos na remuneração de servidores por meio do SIAPE são destinados exclusivamente à conta do Tesouro, seja por dedução da folha ou por despesa a anular, impossibilitando qualquer operação ou destinação diversa a cargo deste órgão, como pretendido. Dessa forma, com a finalidade de solucionar o assunto de maneira definitiva, esta UFMS encaminhou ofício à Secretaria do Tesouro Nacional solicitando a remessa dos valores descontados da remuneração da servidora ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sendo esta a única medida exequível a cargo desta Universidade, aguarda-se a comunicação da STN acerca das providências adotadas para encerrar o assunto no âmbito do TCU.				

Fonte: Auditoria Interna

Não há determinações e recomendações feitas em acórdão do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento no momento da finalização deste relatório de gestão.

9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

A partir do final de 2015, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu o sistema Monitor, que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, por meio das ações de auditoria e fiscalização.

A ferramenta proporciona um trabalho colaborativo e de ágil comunicação entre a CGU e os órgãos e entidades fiscalizados, além da redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real. No âmbito da UFMS, a Auditoria Interna é a unidade responsável pelo acesso e monitoramento dos dados no sistema, a quem também cabe acompanhar e cobrar das unidades o cumprimento das recomendações pendentes de atendimento.

Apesar da CGU/MS ter atuado em diversas fiscalizações durante o exercício de 2015, inclusive com o encaminhamento de Relatórios Preliminares para manifestação da UFMS, somente as recomendações abaixo, constantes do Relatório nº 201410696, foram recebidas para cumprimento, sendo que a situação atual no sistema Monitor é “Monitorando”, uma vez que a UFMS possui o prazo limite de 08/06/2016 para apresentar a totalidade das providências adotadas.

Quadro 57 - Relatório de acompanhamento - Recomendações

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 4		
Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201410696 Constatação: 2	141054 (08/06/2016)	Regulamentar a carga horária semanal mínima e máxima a ser cumprida pelos docentes de forma que haja equilíbrio entre as áreas de ensino, extensão e pesquisa, atendendo ao que estabelece o artigo 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394/96).
OS: 201410696 Constatação: 3	141055 (08/06/2016)	Implantar controle institucional para consolidação e integração das informações e acompanhamentos das ações e atividades dos docentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.
OS: 201410696 Constatação: 4	141056 (08/06/2016)	Implementar ações que contribuam para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma que as metas previstas para essas áreas possam ser cumpridas.
OS: 201410696 Constatação: 5	141057 (08/06/2016)	Definir e implementar procedimentos para acompanhar e garantir o cumprimento da carga horária mínima de ensino pelos docentes de acordo com o previsto nos normativo internos da UFMS.

Total de Recomendações: 4

Fonte: Auditoria Interna

9.3 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial pela UFMS no exercício de 2015. Os resarcimentos ao erário são realizados pela Coordenadoria de Administração de Pessoal – CAP/PROGEP mediante instauração de processo administrativo, dando direito de ampla defesa ao servidor, e, em caso de se confirmar a necessidade de reposição ao erário, esta é feita através do SIAPE, em rubrica específica na ficha financeira do servidor envolvido¹⁹.

¹⁹ Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quadro 58 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Janeiro a Junho)

NATUREZA DA DESPESA	JANEIRO/2015		FEVEREIRO/2015		MARÇO/2015		ABRIL/2015		MAIO/2015		JUNHO/2015		
	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	
Valores em R\$ 1,00													
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	7.903.561	7.903.561	7.979.975	7.979.975	8.503.814	8.503.814	8.598.184	8.598.184	8.647.370	8.647.370	13.267.253	13.267.253
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.045.055	1.045.055	1.075.695	1.075.695	1.102.764	1.102.764	1.150.981	1.150.981	1.159.886	1.159.886	1.722.004	1.722.004
319004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	279.744	279.744	262.019	262.019	277.030	277.030	353.368	353.368	450.615	450.615	731.155	731.155
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	15.380	15.380	16.971	16.971	18.971	18.971	21.315	21.315	22.466	22.466	22.587	22.587
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.042.931	24.042.931	23.215.193	23.215.193	24.237.490	24.237.490	24.242.531	24.242.531	24.367.146	24.367.146	32.796.987	32.796.987
319013	OBRIGACOES PATRONAIS			418	418	418	418	445	445	445	445	445	445
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.451.187	1.451.187	1.521.093	1.521.093	1.374.837	1.374.837	1.373.321	1.373.321	1.343.013	1.343.013	1.269.363	1.269.363
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	238.603	238.603	238.603	238.603	237.519	237.519	237.519	237.519	237.068	237.068	235.259	235.259
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.726	26.726	5.149	5.149	15.401	15.401	10.370	10.370	8.899	8.899	12.621	12.621
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL			57.279	57.279	55.047	55.047	58.267	58.267	74.207	74.207	89.695	89.695
319113	OBRIGACOES PATRONAIS	4.783.823	4.783.823	4.835.292	4.835.292	4.989.600	4.989.600	4.986.263	4.986.263	5.016.389	5.016.389	4.979.333	4.979.333
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.220	2.150	0	1.070	0	0	0	0	0	0	0	0
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.					77.092	43.873	145.035	113.903	88.990	52.344	59.120	160.117
335041	CONTRIBUICOES							10.001	10.001	0	0	0	0
335092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	25.551	25.551	25.551	25.551	25.762	25.762	43.086	43.086	44.768	44.768	49.812	49.812
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	51.468	51.468	48.382	48.382	41.286	41.286	51.583	51.583	50.508	50.508	68.957	68.957
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	30.053	28.442	28.227	28.640	54.414	49.325	26.930	25.600	54.358	41.688	34.930	50.667
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	76.679	3.365	905.199	91.071	1.078.070	904.214	863.015	1.100.816	1.248.091	1.134.742	1.114.376	1.014.734

NATUREZA DA DESPESA	JANEIRO/2015		FEVEREIRO/2015		MARÇO/2015		ABRIL/2015		MAIO/2015		JUNHO/2015	
	Liquidadas	Pagas										
339020 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES												
339030 MATERIAL DE CONSUMO	5.000	5.000	424.161	10.681	860.039	1.057.032	990.690	752.923	592.472	706.278	344.481	454.494
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO					17.935	7.085	38.270	38.270	87.094	70.943	13.500	27.000
339035 SERVICOS DE CONSULTORIA			36.333	36.333	38.000	38.000	38.000	38.000	38.385	38.385	38.000	38.000
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	23.899	23.692	39.998	39.762	288.485	287.935	160.951	159.351	225.951	215.126	255.534	263.718
339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	432.233		2.890.391	2.127.279	2.583.495	2.310.452	1.913.052	2.324.252	2.204.408	2.085.599	2.636.018	2.787.780
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	293.100	3.021	2.376.756	1.549.978	3.516.856	3.372.236	3.457.196	2.247.782	2.866.094	2.515.732	4.826.878	5.499.252
339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	1.205.933	1.205.933	1.220.372	1.220.372	1.211.309	1.211.309	1.209.987	1.209.987	1.202.943	1.202.943	1.197.492	1.197.492
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS					107	107	252	252	116	116	217	217
339048 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	601.205	601.205	601.205	601.205	697.437	697.437	719.041	719.041	722.701	722.701	720.255	720.255
339049 AUXILIO-TRANSPORTE	7.573	7.573	9.767	9.767	6.674	6.674	8.090	8.090	7.977	7.977	8.519	8.519
339059 PENSOES ESPECIAIS	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915
339091 SENTENCIAS JUDICIAIS			24.298	24.298	103.321	103.321	90.735	90.735	152.425	152.425	128.990	128.990
339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	628.310	628.310	1.229.615	1.226.926	55.263	57.952	6.255	6.255	350.808	315.776	189.997	198.632
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	705.807	705.807	743.802	743.802	745.224	745.224	708.171	708.171	714.410	713.690	708.069	708.789
339139 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.					52.965	52.965	800	800	18.374	0	25.936	0
339147 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	325.133	325.133	412.023	412.023	400.247	400.247	447.718	445.362	504.713	506.685	588.314	587.822
339193 INDENIZACOES E RESTITUICOES												
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.									4.985		576	5.561
449051 OBRAS E INSTALACOES												
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE									8.949		176.805	2.583
449092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
TOTAL	44.207.091	43.408.576	50.228.681	47.409.741	52.671.786	52.230.242	51.966.335	51.131.737	52.521.938	51.910.844	68.318.391	69.105.008

Fonte: PRAD

Quadro 59 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – MOVIMENTO NO MÊS (Julho a Dezembro)

NATUREZA DA DESPESA	JULHO/2015		AGOSTO/2015		SETEMBRO/2015		OUTUBRO/2015		NOVEMBRO/2015		DEZEMBRO/2015		
	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	
Valores em R\$1,00													
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	8.795.302	8.795.302	8.899.467	8.899.467	8.924.066	8.924.066	9.057.275	9.057.275	13.864.867	13.864.867	9.150.210	9.150.210
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.149.240	1.149.240	1.250.733	1.250.733	1.216.565	1.216.565	1.222.426	1.222.426	1.808.001	1.808.001	1.199.396	1.199.396
319004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	537.234	537.234	424.986	424.986	450.266	450.266	413.822	413.822	580.323	580.323	564.999	564.999
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	22.587	22.587	22.478	22.478	22.510	22.510	22.830	22.830	46.038	46.038	27.376	27.376
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	23.907.702	23.907.702	23.871.607	23.871.607	24.104.244	24.104.244	24.215.530	24.215.530	37.471.301	37.439.763	32.967.000	32.935.026
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	668	668	445	445	445	445	445	445	445	445	1.336	1.336
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	983.345	983.345	751.778	751.778	802.135	802.135	768.458	768.458	802.535	802.535	718.198	718.198
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	235.259	235.259	235.259	235.259	235.259	235.259	235.996	235.996	350.668	350.668	236.446	236.446
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.639	26.639	2.288	2.288	18.250	18.250	5.060	5.060	24.356	24.356	0	0
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	102.864	102.864	104.640	104.640	90.402	90.402	88.406	88.406	86.237	86.237	259.520	259.520
319113	OBRIGACOES PATRONAIS	4.886.429	4.886.429	4.824.889	4.824.889	4.874.506	4.874.506	4.876.486	4.876.486	9.641.066	9.641.066	4.927.208	4.927.208
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0	0	0	0	0	0	10.380	10.380	23.880	23.880	0	0
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	82.342	34.867	63.288	47.475	8.668	68.016	45.115	3.940	88.244	45.115	47.013	47.801
335041	CONTRIBUICOES	0	0	0	0	0	0	0	0	44.027	0	0	0
335092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
339004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	43.064	43.064	38.978	38.978	37.096	37.096	38.156	38.156	36.217	36.217	62.839	62.839
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	60.012	60.012	44.293	44.293	36.868	36.868	61.648	61.648	38.779	38.779	40.892	40.892
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	18.183	12.709	47.703	49.379	58.417	56.359	93.254	77.267	146.541	136.381	126.333	162.886
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	998.661	1.096.636	957.820	953.786	1.020.725	957.811	1.037.349	1.036.736	1.193.085	1.015.929	1.110.824	2.294.054
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	5.928	5.928	6.540	6.540	3.300	1.300	10.194	4.666	20.719	5.720	0	22.527
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.941.049	780.169	1.870.042	1.275.075	1.616.204	1.444.508	250.054	1.364.006	544.205	938.113	840.725	286.035
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	27.457	39.961	28.868	29.864	52.604	51.097	61.429	35.840	111.543	52.135	191.557	86.434
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	38.000	38.000	35.500	35.500	38.840	38.840	35.580	35.580	35.580	35.580	39.860	39.860
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	215.620	216.341	178.960	178.358	222.508	212.674	227.603	222.495	205.399	193.904	197.681	229.231

NATUREZA DA DESPESA	JULHO/2015		AGOSTO/2015		SETEMBRO/2015		OUTUBRO/2015		NOVEMBRO/2015		DEZEMBRO/2015	
	Liquidadas	Pagas										
339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.837.229	2.428.206	2.176.827	1.816.391	2.235.766	2.700.465	1.127.267	1.336.606	1.579.362	1.362.952	2.206.841	3.536.077
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	3.607.362	3.413.708	3.059.061	2.618.543	2.983.771	2.697.117	2.787.483	3.348.844	3.084.195	795.720	4.390.518	5.369.038
339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	1.196.040	1.196.040	1.205.601	1.205.601	1.233.437	1.233.437	1.221.235	1.221.235	1.219.711	1.219.711	1.214.898	1.214.898
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5	5	943	943	824	824	1.433	1.433	1.077	535	1.093	1.635
339048 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	715.336	715.336	687.318	687.318	661.127	661.127	648.082	648.082	670.891	670.891	650.089	650.089
339049 AUXILIO-TRANSPORTE	7.415	7.415	7.361	7.361	7.199	7.199	8.289	8.289	8.594	8.594	9.075	9.075
339059 PENSOES ESPECIAIS	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915	4.915
339091 SENTENCAS JUDICIAIS	191.924	57.615	123.658	257.966	60.817	60.817	230.192	230.192	186.773	186.773	149.635	149.635
339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.264	26.767	211	211	46.137	3.894	0	0	0	0	1.764	1.764
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	750.260	750.260	859.072	854.566	755.572	718.657	870.354	877.503	863.943	875.122	840.378	863.471
339139 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	350	18.374	0	0	0	25.936	0	350	132.049	0	800	0
339147 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	442.310	442.480	227.300	226.034	642.004	599.346	394.125	438.372	569.690	570.074	518.243	518.243
339193 INDENIZACOES E RESTITUICOES	69.308	69.308	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	4.893	0	0	0	2.465	0	7.800	7.358	0	0	0	0
449051 OBRAS E INSTALACOES	223.106		0	223.106	0	0	629.226	0	414.282	708.995	567.596	752.395
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.330	10.507	63.692	0	17.900	0	260.950	151.381	91.423	44.878	173.771	328.308
449092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	86.006		0		2.910	2.910	0	86.006	0	0	0	0
TOTAL	54.250.635	52.115.892	52.076.520	50.950.773	52.488.721	52.359.860	50.968.845	52.158.011	75.990.960	73.615.212	63.439.030	66.691.818

Fonte: PRAD

Quadro 60 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Janeiro a Junho)

NATUREZA DA DESPESA	JANEIRO/2015		FEVEREIRO/2015		MARÇO/2015		ABRIL/2015		MAIO/2015		JUNHO/2015		
	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	
Valores em R\$1,00													
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	7.903.561	7.903.561	15.883.536	15.883.536	24.387.349	24.387.349	32.985.533	32.985.533	41.632.903	41.632.903	54.900.156	54.900.156
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	1.045.055	1.045.055	2.120.750	2.120.750	3.223.515	3.223.515	4.374.495	4.374.495	5.534.381	5.534.381	7.256.386	7.256.386
319004	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	279.744	279.744	541.763	541.763	818.794	818.794	1.172.162	1.172.162	1.622.777	1.622.777	2.353.932	2.353.932
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	15.380	15.380	32.351	32.351	51.322	51.322	72.637	72.637	95.103	95.103	117.690	117.690
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.042.931	24.042.931	47.258.124	47.258.124	71.495.614	71.495.614	95.738.144	95.738.144	120.105.291	120.105.291	152.902.277	152.902.277
319013	OBRIGACOES PATRONAIS			418	418	836	836	1.281	1.281	1.726	1.726	2.172	2.172
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.451.187	1.451.187	2.972.280	2.972.280	4.347.117	4.347.117	5.720.438	5.720.438	7.063.451	7.063.451	8.332.815	8.332.815
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	238.603	238.603	477.207	477.207	714.726	714.726	952.245	952.245	1.189.313	1.189.313	1.424.572	1.424.572
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.726	26.726	31.875	31.875	47.276	47.276	57.646	57.646	66.545	66.545	79.166	79.166
319104	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL			57.279	57.279	112.326	112.326	170.594	170.594	244.801	244.801	334.497	334.497
319113	OBRIGACOES PATRONAIS	4.783.823	4.783.823	9.619.116	9.619.116	14.608.716	14.608.716	19.594.979	19.594.979	24.611.368	24.611.368	29.590.701	29.590.701
319192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.220	2.150	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.					77.092	43.873	222.127	157.776	311.117	210.120	370.237	370.237
335041	CONTRIBUICOES							10.001	10.001	10.001	10.001	10.001	10.001
335092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												

NATUREZA DA DESPESA	JANEIRO/2015		FEVEREIRO/2015		MARÇO/2015		ABRIL/2015		MAIO/2015		JUNHO/2015	
	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas
339004 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	25.551	25.551	51.101	51.101	76.863	76.863	119.950	119.950	164.718	164.718	214.529	214.529
339008 OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	51.468	51.468	99.850	99.850	141.136	141.136	192.719	192.719	243.228	243.228	312.185	312.185
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	30.053	28.442	58.280	57.082	112.694	106.407	139.624	132.007	193.982	173.695	228.911	224.362
339018 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	76.679	3.365	981.878	94.436	2.059.948	998.651	2.922.963	2.099.467	4.171.054	3.234.208	5.285.431	4.248.942
339020 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES												
339030 MATERIAL DE CONSUMO	5.000	5.000	429.161	15.681	1.289.200	1.072.713	2.279.890	1.825.636	2.872.361	2.531.914	3.216.842	2.986.408
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO					17.935	7.085	56.205	45.355	143.298	116.298	156.798	143.298
339035 SERVICOS DE CONSULTORIA			36.333	36.333	74.333	74.333	112.333	112.333	150.718	150.718	188.718	188.718
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	23.899	23.692	63.897	63.455	352.382	351.390	513.333	510.741	739.284	725.867	994.818	989.585
339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	432.233		3.322.624	2.127.279	5.906.119	4.437.730	7.819.170	6.761.982	10.023.579	8.847.580	12.659.596	11.635.361
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	293.100	3.021	2.669.856	1.552.998	6.186.712	4.925.234	9.643.908	7.173.016	12.510.001	9.688.748	17.336.879	15.188.000
339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	1.205.933	1.205.933	2.426.306	2.426.306	3.637.615	3.637.615	4.847.602	4.847.602	6.050.545	6.050.545	7.248.037	7.248.037
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS					107	107	359	359	475	475	692	692
339048 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	601.205	601.205	1.202.409	1.202.409	1.899.846	1.899.846	2.618.887	2.618.887	3.341.589	3.341.589	4.061.844	4.061.844
339049 AUXILIO-TRANSPORTE	7.573	7.573	17.340	17.340	24.014	24.014	32.105	32.105	40.081	40.081	48.600	48.600
339059 PENSOES ESPECIAIS	4.915	4.915	9.829	9.829	14.744	14.744	19.659	19.659	24.573	24.573	29.488	29.488
339091 SENTENCAS JUDICIAIS			24.298	24.298	127.619	127.619	218.354	218.354	370.779	370.779	499.769	499.769
339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	628.310	628.310	1.857.925	1.855.236	1.913.188	1.913.188	1.919.443	1.919.443	2.270.250	2.235.219	2.460.247	2.433.850
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	705.807	705.807	1.449.609	1.449.609	2.194.832	2.194.832	2.903.003	2.903.003	3.617.413	3.616.693	4.325.482	4.325.482

NATUREZA DA DESPESA	JANEIRO/2015		FEVEREIRO/2015		MARÇO/2015		ABRIL/2015		MAIO/2015		JUNHO/2015	
	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas
339139 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.					52.965	52.965	53.765	53.765	72.139	53.765	98.075	53.765
339147 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	325.133	325.133	737.156	737.156	1.137.403	1.137.403	1.585.121	1.582.765	2.089.834	2.089.450	2.678.148	2.677.272
339193 INDENIZACOES E RESTITUICOES												
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.									4.985		5.561	5.561
449051 OBRAS E INSTALACOES												
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE									8.949		185.754	2.583
449092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
TOTAL	44.207.091	43.408.576	94.435.772	90.818.318	147.107.559	143.048.560	199.073.894	194.180.298	251.595.833	246.091.143	319.914.225	315.196.151

Fonte: PRAD

Quadro 61 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos – SALDO ACUMULADO NO MÊS (Julho a Dezembro)

NATUREZA DA DESPESA	JULHO/2015		AGOSTO/2015		SETEMBRO/2015		OUTUBRO/2015		NOVEMBRO/2015		DEZEMBRO/2015	
	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas	Liquidadas	Pagas
319001 APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	63.695.459	63.695.459	72.594.926	72.594.926	81.518.992	81.518.992	90.576.267	90.576.267	104.441.134	104.441.134	113.591.344	113.591.344
319003 PENSOS DO RPPS E DO MILITAR	8.405.626	8.405.626	9.656.358	9.656.358	10.872.924	10.872.924	12.095.350	12.095.350	13.903.350	13.903.350	15.102.746	15.102.746
319004 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	2.891.166	2.891.166	3.316.152	3.316.152	3.766.418	3.766.418	4.180.239	4.180.239	4.760.562	4.760.562	5.325.561	5.325.561
319007 CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	140.276	140.276	162.754	162.754	185.264	185.264	208.094	208.094	254.132	254.132	281.508	281.508
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	176.809.980	176.809.980	200.681.586	200.681.586	224.785.831	224.785.831	249.001.361	249.001.361	286.472.661	286.441.123	319.439.661	319.376.150
319013 OBRIGACOES PATRONAIS	2.840	2.840	3.285	3.285	3.730	3.730	4.176	4.176	4.621	4.621	5.957	5.957
319016 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	9.316.159	9.316.159	10.067.937	10.067.937	10.870.072	10.870.072	11.638.530	11.638.530	12.441.065	12.441.065	13.159.263	13.159.263
319091 SENTENCAS JUDICIAIS	1.659.831	1.659.831	1.895.090	1.895.090	2.130.350	2.130.350	2.366.346	2.366.346	2.717.014	2.717.014	2.953.460	2.953.460
319092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	105.805	105.805	108.093	108.093	126.343	126.343	131.404	131.404	155.759	155.759	155.759	155.759
319104 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	437.361	437.361	542.001	542.001	632.403	632.403	720.810	720.810	807.047	807.047	1.066.567	1.066.567
319113 OBRIGACOES PATRONAIS	34.477.130	34.477.130	39.302.020	39.302.020	44.176.526	44.176.526	49.053.012	49.053.012	58.694.077	58.694.077	63.621.285	63.621.285
319192 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	3.220	13.600	13.600	37.480	37.480	37.480	37.480
335039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	452.579	405.104	515.867	452.579	524.535	520.595	569.650	524.535	657.893	569.650	704.907	617.451
335041 CONTRIBUICOES	10.001	10.001	10.001	10.001	10.001	10.001	10.001	10.001	54.027	10.001	54.027	10.001
335092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES												
339004 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	257.593	257.593	296.571	296.571	333.667	333.667	371.823	371.823	408.040	408.040	470.878	470.878
339008 OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	372.197	372.197	416.489	416.489	453.357	453.357	515.005	515.005	553.784	553.784	594.676	594.676
339014 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	247.095	237.071	294.798	286.450	353.215	342.808	446.468	420.076	593.010	556.457	719.343	719.343
339018 AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.284.092	5.345.579	7.241.911	6.299.365	8.262.637	7.257.176	9.299.985	8.293.912	10.493.071	9.309.841	11.603.895	11.603.895
339020 AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	5.928	5.928	12.468	12.468	15.768	13.768	25.962	18.434	46.681	24.154	46.681	46.681

NATUREZA DA DESPESA	JULHO/2015		AGOSTO/2015		SETEMBRO/2015		OUTUBRO/2015		NOVEMBRO/2015		DEZEMBRO/2015	
	Liquidadas	Pagas										
339030 MATERIAL DE CONSUMO	5.157.891	3.766.577	7.027.933	5.041.652	8.644.137	6.486.160	8.894.191	7.850.166	9.438.396	8.788.280	10.279.121	9.074.315
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	184.256	183.259	213.123	213.123	265.728	264.220	327.156	300.060	438.699	352.196	630.256	438.630
339035 SERVICOS DE CONSULTORIA	226.718	226.718	262.218	262.218	301.058	301.058	336.638	336.638	372.218	372.218	412.078	412.078
339036 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.210.438	1.205.926	1.389.398	1.384.284	1.611.906	1.596.959	1.839.509	1.819.454	2.044.908	2.013.358	2.242.589	2.242.589
339037 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.496.825	14.063.567	17.673.652	15.879.958	19.909.418	18.580.423	21.036.685	19.917.029	22.616.047	21.279.981	24.822.889	24.816.058
339039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	20.944.241	18.601.708	24.003.302	21.220.251	26.987.073	23.917.368	29.774.556	27.266.212	32.858.751	28.061.932	37.249.270	33.430.970
339046 AUXILIO-ALIMENTACAO	8.444.076	8.444.076	9.649.677	9.649.677	10.883.115	10.883.115	12.104.350	12.104.350	13.324.061	13.324.061	14.538.959	14.538.959
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	697	697	1.640	1.640	2.464	2.464	3.897	3.897	4.973	4.432	6.066	6.066
339048 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	4.777.180	4.777.180	5.464.497	5.464.497	6.125.624	6.125.624	6.773.706	6.773.706	7.444.597	7.444.597	8.094.686	8.094.686
339049 AUXILIO-TRANSPORTE	56.015	56.015	63.376	63.376	70.575	70.575	78.863	78.863	87.457	87.457	96.532	96.532
339059 PENSOES ESPECIAIS	34.403	34.403	39.317	39.317	44.232	44.232	49.147	49.147	54.061	54.061	58.976	58.976
339091 SENTENCAS JUDICIAIS	691.693	557.384	815.351	815.351	876.168	876.168	1.106.359	1.106.359	1.293.132	1.293.132	1.442.767	1.442.767
339092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.464.511	2.460.617	2.464.722	2.460.829	2.510.859	2.464.722	2.510.859	2.464.722	2.510.859	2.464.722	2.512.624	2.466.487
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.075.742	5.075.742	5.934.814	5.930.308	6.690.385	6.648.965	7.560.740	7.526.468	8.424.683	8.401.590	9.265.061	9.265.061
339139 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	98.425	72.139	98.425	72.139	98.425	98.075	98.425	98.425	230.474	98.425	231.274	98.425
339147 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.120.458	3.119.752	3.347.757	3.345.785	3.989.762	3.945.131	4.383.887	4.383.503	4.953.577	4.953.577	5.471.820	5.471.820
339193 INDENIZACOES E RESTITUICOES	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308	69.308
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	10.454	5.561	10.454	5.561	12.919	5.561	20.719	12.919	20.719	12.919	20.719	12.919
449051 OBRAS E INSTALACOES	223.106		223.106	223.106	223.106	223.106	852.333	223.106	1.266.615	932.102	1.834.211	1.684.497
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	218.084	13.090	281.776	13.090	299.676	13.090	560.626	164.471	652.049	209.348	825.820	537.657
449092 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	86.006		86.006		88.916	2.910	88.916	88.916	88.916	88.916	88.916	88.916
TOTAL	374.164.860	367.312.043	426.241.381	418.262.817	478.730.103	470.622.678	529.698.948	522.780.689	605.689.908	596.395.901	669.128.939	663.087.720

Fonte: PRAD

Análise Crítica

A Lei 4.320/1964 estabelece em seu Art. 63 que "A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito." Após o processo de liquidação são solicitados os recursos financeiros junto ao Tesouro Nacional para honrar os compromissos assumidos juntos aos fornecedores. A quebra da ordem cronológica de pagamento ocorreu devido aos seguintes motivos:

1. Os recursos financeiros foram enviados de forma insuficientes para honrar todas as despesas liquidadas no mês de competências. Trata-se de um fato gerado pelo Tesouro Nacional e não pela Universidade;
2. Parte dos recursos financeiros já vieram "carimbados" para pagamento de determinadas despesas;
3. Com a falta de recursos financeiros a Administração se viu obrigada a fazer escolhas, priorizando aquelas empresas com maior vulnerabilidade no seu fluxo de caixa: prestadores de serviços e obras por exemplo;
4. Priorizações também foram necessárias quando a falta de pagamento ameaçavam serviços essenciais para o funcionamento da Universidade: energia elétrica, água e esgoto, fornecimento de alimentação dentre outros;
5. Pagamentos de bolsas e diárias disputaram por recursos financeiros com os fornecedores, embora muitas vezes sendo de fontes diferentes. Para o Tesouro Nacional não importa se R\$ 1,00 será utilizado para pagamento de uma obra ou de uma bolsa. O que importa é que R\$ 1,00 sairá do caixa do Tesouro Nacional.
6. Por fim, esta Administração procurou manter em todos os casos sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei²⁰.

²⁰ Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013), combinada com o Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, alterou a forma de incidência da contribuição previdenciária, denominada “desoneração da folha de pagamento”.

Em atendimento às determinações legais retro mencionadas, quanto à revisão dos contratos celebrados com empresas contempladas pela desoneração, foram adotadas medidas pela UFMS, tais como o envio de Comunicado Interno nº 68-GAB/PRAD, de 13 de novembro de 2014 – Solicitando à Pró-Reitoria de Infraestrutura levantamento sobre contratos cuja Contratada tenha sido beneficiada pela desoneração na folha de pagamento.

Oportuno registrar que todos os esforços têm sido envidados pela área responsável, no sentido de acompanhar e dar cumprimento às normas legais por parte das unidades da UFMS.²¹

²¹ Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração

9.6 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 62 - Despesas com ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	Funcionamento IFES	27.761,17	27.600,00
Legal	Funcionamento IFES	46.546,50	43.444,35
Legal Intra	Funcionamento IFES	312.027,23	259.450,91
Mercadológica		0,00	0,00
Utilidade Pública		0,00	0,00

Fonte: CCS/Reitoria

OBS:

- a) os valores da Publicidade Institucional referem-se ao cronograma 87/2013-Sociedade de Desenvolvimento Cultural, sendo os valores pagos no exercício 2015: dez/2014(2.300,00) jan a nov/2015(25.300,00).
- b) os valores da Publicidade Legal referem-se ao contrato 44/2012- Correio do Estado, sendo os valores pagos no exercício 2015: dez/2014(3.200,25) jan a nov/15 (40.244,10).
- c) os valores da Publicidade Legal Intra referem-se ao contrato 86/2014-Imprensa Nacional, sendo os valores pagos no exercício 2015: exercício 2014 (30.127,04), exercício 2015(229.323,87).

Não há despesas com publicidade e propaganda no HUMAP.

10. Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme a assevera o art. 15, do Decreto nº 3.591/2000, tendo como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como por prestar apoio, no âmbito da UFMS aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/SFC-MF N.º 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas quando trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.

A Unidade de Auditoria Interna (AUD/RTR) da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul possui um regulamento próprio e específico aprovado pelo Conselho Universitário que define sua missão, responsabilidades, atribuições, composição e estrutura, bem como a formalização de políticas de funcionamento da unidade de auditoria interna, que é a Resolução COUN 70, de 25 de setembro de 2014, podendo ser consultado na Internet a partir do Boletim de Serviços Eletrônica da UFMS, disponível em <https://bse.ufms.br/>.

Dentre suas atribuições, cabe à AUD/RTR elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte, que contem a programação das ações desenvolvidas pela Unidade baseada em análise das maiores áreas de risco da universidade bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

Os trabalhos realizados pela AUD/RTR da UFMS foram de grande relevância no exercício de 2015, resultando no fortalecimento na melhoria dos controles internos desta Instituição.

Estrutura, independência e funcionamento da Auditoria Interna

O Decreto 3.591/2000, alterado pelo Decreto 4.304/2002, dispõe no art. 15, §§3º e 4º, que ‘a auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes’ e que ‘quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade’.

A IN-SFC 01/2001 justifica tal posicionamento, quando afirma que ‘essa vinculação tem por objetivo proporcionar à unidade de auditoria interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência e maior independência’.

A Auditoria Interna da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é uma das unidades integrantes da estrutura organizacional da Reitoria e a ela diretamente subordinada, sujeitando-se, entretanto, à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, representado no Estado de Mato Grosso do Sul pela CGU/MS.

Quanto à vinculação, portanto, não está a unidade de Auditoria Interna da UFMS vinculada ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes como estabelece o Decreto 3.591/2000. Inclusive, tal constatação já foi objeto de ciência por parte desta Egrégia Corte de Contas por meio do Acórdão nº 412/2013-TCU-Plenário, Acordão nº 3382/2013-TCU-Plenário e Acórdão nº 3456/2014-TCU-Plenário.

Não obstante, tramita o Processo 23104.004411/2014-15 com a proposta de alteração da vinculação à Reitoria para o Conselho Universitário, cuja deliberação se dará nas próximas reuniões dos Conselhos Superiores da UFMS, no exercício de 2016.

Apesar da atual vinculação, a AUD/RTR possui o grau de independência necessário para o desempenho de suas atribuições com a imparcialidade almejada, eis que os auditores também fiscalizam atividades de gestão realizadas pelas unidades e servidores integrantes da Reitoria, não havendo qualquer influência dos gestores da universidade nos trabalhos realizados.

Os trabalhos da unidade são executados de acordo com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A equipe responsável por cada auditoria possui autonomia para determinar o escopo dos trabalhos e a aplicação das técnicas necessárias para a consecução dos objetivos.

Além disso, o trabalho desenvolvido é preventivo, de modo a evitar eventuais penalidades dos órgãos de controle aos gestores e mácula nas Contas da Universidade, o que, por si só, já coloca a dirigente máxima na posição de maior interessada nos resultados alcançados, conferindo à Auditoria Interna a maior autonomia e independência possível para a eficácia dos trabalhos.

Destarte, o próprio regulamento da unidade, aprovado pela Resolução COUN 70, de 25 de setembro de 2014, já definiu as responsabilidades do Chefe da Auditoria Interna perante os conselhos superiores, estabelecendo garantia de acesso aos referidos conselhos, bem como a garantia de autoridade necessária para o desempenho de suas atribuições, conforme os dispositivos abaixo:

- O artigo 23 estabeleceu que o '*Chefe da Auditoria Interna, com autorização do Plenário, poderá ter voz nas reuniões dos Conselhos Superiores para opinar em assuntos sobre a adequação e a efetividade dos controles internos administrativos, gestão de riscos e demais assuntos afetos a sua competência*'.
- Os incisos VIII e IX do art. 11, prescrevem como competência do Chefe da Auditoria '*representar a Auditoria Interna perante o Conselho Superior e demais Órgãos e Unidades descentralizadas*' e '*subsidiar os Conselhos Superiores e o Reitor, fornecendo informações que visem auxiliar nas tomadas de decisões*'.

Demonstra-se, assim, a existência de elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), e os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000.

A equipe da Auditoria Interna, atualmente é composta pelos servidores abaixo:

Quadro 63 – Equipe da Auditoria Interna

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO
André Rodrigo Brites de Assunção	Auditor	Ciências Jurídicas
Andréia Costa Maldonado	Auditora	Ciências Contábeis
Anne Caroline Silveira	Auditora	Ciências Jurídicas
Augusta Montserrat Catelan Ribeiro	Assistente em Administração	Ciências Contábeis
Kleber Watanabe Cunha Martins	Auditor – Chefe da AUD	Ciências Jurídicas
Lenice Carrilho Moreira de Oliveira	Administradora, na função de Auditora	Administração

Fonte: Auditoria Interna

Em respeito aos termos da Portaria CGU nº 915, de 25 de abril de 2014, e ao Regulamento da Auditoria Interna, a indicação para nomeação do titular da unidade de Auditoria Interna é submetida à Controladoria-Geral da União - CGU pelo dirigente máximo da entidade, após aprovada pelo Conselho Diretor, acompanhada do *Curriculum Vitae*, do qual deverão constar, além da formação acadêmica:

- os cargos e empregos eventualmente ocupados na Administração Pública, com o detalhamento das atividades desempenhadas;

- as áreas de atuação, o tempo de permanência e a descrição das atividades executadas e projetos mais relevantes desenvolvidos, com destaque para os efetuados no âmbito da entidade, quando houver;
- a descrição, o conteúdo programático e a carga horária de cursos realizados nas áreas de auditoria pública, de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, ou correlatas;
- comprovação de experiência de, no mínimo, dois anos em atividades de gestão pública, de auditoria, preferencialmente pública, de finanças públicas ou de contabilidade pública; e,
- comprovação de carga horária de, no mínimo, quarenta horas em curso de auditoria pública realizado nos últimos 2 anos que antecedem à indicação para nomeação ou designação da titularidade do órgão de auditoria interna.

Ressalta-se que, além dos auditores, o Chefe da Auditoria Interna também é responsável pelas auditorias efetivadas, a quem cabe orientar e coordenar os trabalhos, assinando, ao final, os relatórios juntamente com os auditores.

Formalização do Relatório de Gestão e processo de prestação de contas

O Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com os normativos oriundos do Tribunal de Contas da União, a seguir: Instrução Normativa IN TCU nº 63/2010, Decisão Normativa DN nº 146/2015, Decisão Normativa 147/2015 e Portaria 321/2015, constando os documentos solicitados no Sistema E-Contas do TCU, para esta UPC. O conteúdo das peças foi apresentado pelas unidades responsáveis, com o aval dos Pró-Reitores e autoridades competentes, e consolidados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, e serão apresentados no referido sistema pelo Chefe da Auditoria Interna da UFMS, até o prazo máximo de 31/3/2016.

Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UJ identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos inerentes aos processos relevantes

Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem, por força constitucional, implantar, manter, monitorar e revisar controles internos institucionais, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

O fortalecimento dos controles internos dentro da Universidade vem aumentando gradativamente ao longo dos anos, decorrente de vários processos internos. O nível de aprendizado organizacional, diante dos preceitos da transparência, responsabilidade social, responsabilização do agente público e ética administrativa tem sido evidente.

A administração vem mostrando proatividade diante das recomendações da Auditoria Interna e dos órgãos de controle, fazendo uso de sistemas de gerenciamento de informação em todas as áreas operacionais, elaborando normativos para controlar a execução de atividades institucionais, e disponibilizando, com bastante transparência, dados para o acompanhamento a gestão da coisa pública no âmbito da Universidade.

Não foram constatados atos e fatos que comprometeram ou causaram prejuízos relevantes ao patrimônio público decorrentes da ausência ou fragilidades dos controles.

Destaca-se como pontos fortes dos controles internos avaliados o tratamento das informações e a comunicação. Observa-se, também, que existe na UFMS um nível razoável de segregação de funções, sobretudo na distribuição de competências entre as Coordenadorias e suas respectivas Divisões ou setores, que são responsáveis por controlar e executar pontualmente determinadas ações institucionais.

No entanto, ressalta-se que a principal ausência diagnosticada na estrutura de controle está relacionada à identificação, avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades institucionais pelos setores envolvidos, de modo que necessita de pronto melhoramento para minimizar a ocorrência de riscos.

Outra deficiência diagnosticada na estrutura de controle avaliada está relacionada à ausência de formalização das rotinas e atividades de controle dos setores, por meio de documento formal que estabeleça o mapeamento dos processos desenvolvidos nas unidades, e a sua ampla divulgação.

Contudo, é importante mencionar que uma quantidade expressiva de recomendações relacionadas ao fortalecimento dos controles internos ainda carecem de implementação pela Administração, o que ensejará acompanhamento no exercício de 2016, para que as fragilidades sejam devidamente sanadas.

De maneira geral, observou-se que os controles internos atualmente existentes na UFMS reputam-se adequados, com ressalvas, tendo em vista a existência de algumas falhas sanáveis.

Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela Auditoria Interna

Durante a elaboração dos relatórios de auditoria são feitas algumas recomendações, as quais são encaminhadas para cada setor analisado para conhecimento e para a adoção de providências, e, também, à Reitoria e à Controladoria Geral da União – CGU para conhecimento. Almejando contribuir na otimização das atividades realizadas, a Auditoria Interna orienta a implementação de algumas medidas voltadas para minimizar as fragilidades percebidas no decorrer dos trabalhos, dando prazo para a adoção das providências mediante Plano de Ação, onde a unidade informa quando e quais medidas serão implementadas para mitigar as falhas apontadas, ainda que parcialmente, bem como justificativas a respeito do que não venha a ser integralmente implementado.

Ultimadas as medidas a cargo das unidades da UFMS durante o exercício, as recomendações atendidas e as pendentes de atendimento são consolidadas no Relatório Anual da Auditoria Interna, e no Relatório de Gestão, a serem apreciados em Reunião do Conselho Diretor, e posteriormente encaminhados à CGU/MS e ao TCU, respectivamente.

Ao final das auditorias, é protocolado um processo administrativo com todos os papéis de trabalho, inclusive o relatório, o qual é arquivado na Auditoria Interna e disponível a quem se interessar ou necessitar de maiores esclarecimentos sobre os documentos que fundamentaram as opiniões ali exaradas.

O acompanhamento das recomendações não atendidas, ou de cumprimento futuro, permanece no exercício seguinte e é verificado nas fiscalizações posteriores.

Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna

Apesar de inexistir sistema específico, o controle das recomendações é feito através de planilhas de Excel, onde são observadas as recomendações implantadas e as pendentes de implantação. Por meio dessa planilha também é possível acompanhar os prazos concedidos para os setores tomarem as providências necessárias para sanar as fragilidades encontradas nas auditorias.

No exercício de 2016, espera-se a implantação de sistema próprio para as Auditorias Internas vinculadas ao MEC, o SAUDIN, já em uso por algumas IFES, o que facilitará um controle mais efetivo das recomendações atendidas e pendentes de atendimento.

Como se dá a certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume os riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a realização das atividades de auditoria, os relatórios são encaminhados aos Pró-Reitores ou Diretores responsáveis pelas áreas auditadas a fim de científá-los das principais constatações e recomendações emitidas, e sempre à dirigente máxima para conhecimento, ou providências, quando a atividade auditada for de competência da Reitoria ou dos Conselhos Superiores.

No mesmo documento, é informado que o relatório será encaminhado à Controladoria-Geral da União – CGU/MS, conforme determina o art. 8º da Instrução Normativa - SFC nº 07, de 29/12/2006, e que as providências serão registradas no Relatório de Gestão, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, após aprovação do Conselho Diretor.

As constatações e os Achados de Auditoria que implicam em descumprimento às determinações do TCU feitas à UFMS são destacados nos relatórios, alertando-se os agentes responsáveis que a reincidência do descumprimento poderá ensejar a aplicação de penalidades pelos órgãos de controle.

De forma geral, a Instituição busca não incorrer nos riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna, salvo quando a correção não depender dos esforços e providências a cargo da unidade auditada.

Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta gerência

Em regra, a alta gerência tem se mostrado sensível às observações apresentadas pela Auditoria Interna, buscando sempre atuar em parceria no afínco de fortalecer as ações voltadas a gestão da coisa pública.

Sempre que a constatação implicar em situações de risco elevado para a Instituição, em termos de impacto e probabilidade que possam vir a afetar os objetivos institucionais, busca-se soluções mediante reuniões com as autoridades responsáveis e com a Magnífica Reitora da UFMS, alertando-as sobre as consequências da não implementação de tais recomendações, sobretudo quanto a danos ao erário ou à imagem institucional, e eventuais penalidades dos órgãos de controle.

Informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da Auditoria Interna do exercício de referência das contas

Das 24 ações planejadas, 83,3% foram realizadas, ou seja, 20 ações. Sendo que os 16,6% restantes não foram realizados devido a execução de outros trabalhos, de igual importância e a pedido da Administração Superior, que demandaram maior tempo e pessoal.

Quadro 64 – Ações da Auditoria Interna

Nº Ação	Ação	Situação	Sínteses dos resultados obtidos
01	Apresentação PAINT 2015	Atendida	Cumprimento da IN/CGU nº 01, de 03/01/07, para dar conhecimento à CGU/MS das ações de auditoria planejadas na UFMS.
02	Elaboração e apresentação RAIN 2014	Atendida	Cumprimento da IN nº 01, de 03/01/07, para subsidiar a melhoria na execução das atividades de auditoria.
03	Verificação da regularidade dos procedimentos licitatórios - modalidade Pregão	Atendida	Identificação de falhas formais na execução dos procedimentos licitatórios, e alto índice de suspensão e revogação de editais após todo o trâmite processual, gerando retrabalho e morosidade.

Nº Ação	Ação	Situação	Sínteses dos resultados obtidos
04	Verificação da regularidade dos procedimentos licitatórios - modalidade Dispensa e Inexigibilidade	Atendida	<p>Os principais Achados de Auditoria nos processos de Dispensa foram: falhas na paginação e formalização processual; publicação de extrato contratual fora do prazo; assinatura de contrato com data retroativa e com efeitos financeiros retroativos à data da publicação; e dispensa de licitação sem caracterizar a situação emergencial ou por falta de planejamento do gestor.</p> <p>Já nos processos de inexigibilidade, as principais falhas identificadas foram: ausência de indicação da classificação programática e o número da Nota do Empenho nos instrumentos contratuais e extratos publicados; ausência de justificativa de preço para contratações por inexigibilidade de licitação; ausência de demonstração de que a ação guarda correlação à finalidade do Programa/Ação; ausência de formalização de instrumento contratual; e realização de despesa sem prévio empenho.</p> <p>Todas as recomendações foram acatadas pela Administração, que apresentou a adoção de providências corretivas ainda dentro do exercício, além de outras recomendações futuras que somente serão avaliadas nas próximas fiscalizações, face à natureza preventiva das mesmas.</p>
05	Obras	Atendida	<p>Na auditoria da obra denominada “Expansão do Curso de Medicina – Campo Grande”, foram identificados a celebração de sucessivos Termos Aditivos decorrentes da alteração do projeto original da obra e por deficiência do Projeto Executivo elaborado pela contratada, além de irregularidades na contratação por RDC.</p>
06	Bolsas de Estudo no país	Atendida	<p>Foram identificadas falhas formais resultantes das fragilidades e deficiências dos controles da Coordenadoria de Extensão – CEX/PREAE, em relação ao cumprimento efetivo do Edital aprovado.</p>
07	Receitas Próprias	Atendida	<p>Durante os trabalhos de auditoria em projetos de extensão cadastrados sem ônus para à UFMS, foram identificadas cobranças de inscrições de maneira informal, fora da conta única. Identificamos em um projeto de extensão da FAODO a cobrança indevida de serviços a pacientes, e inconsistências nas notas fiscais faturadas que eram resarcidas aos pacientes beneficiários do Programa de Assistência à Saúde da UFMS.</p>

Nº Ação	Ação	Situação	Sínteses dos resultados obtidos
08	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	Atendida	Avaliou-se a situação da governança de tecnologia da informação (TI) no âmbito da UFMS, a qual foram constatadas as seguintes fragilidades: falta de efetividade no direcionamento das ações de TI ocasionando descumprimento das metas estabelecidas no PDTI vigente; perda de força de trabalho devido a lotação de servidores efetivos da carreira de TI, que não estão lotados no Núcleo e que não contribuem como força de trabalho de TI para a UFMS; ausência da adoção de métricas para mensuração de esforço e custo, relacionadas à entrega dos produtos; ausência de POSIC formalmente definida; ausência de documento formalmente instituído que defina as atribuições, composição e responsabilidades do Comitê de Segurança da Informação. As providências adotadas para afastar as falhas detectadas serão objeto de um Plano de Ação, cujo cumprimento será acompanhado no próximo exercício.
09	Concorrência	Não atendida	Este assunto seria auditado em conjunto com a CGU/MS no programa de Auditoria Compartilhada, mas não foi realizada durante o exercício.
10	Regime Diferenciado de Contratação	Atendida	Na contratação de empresa responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo e execução da obra denominada “Expansão do Curso de Medicina – Campo Grande” foram identificadas limitações ao caráter competitivo do processo licitatório, e ausência de justificativas técnicas e econômicas para escolha da contratação integrada, por RDC.
11	Avaliação da execução de convênios, acordos, ajustes, termos de parcerias ou outros	Não atendida	Planejou-se auditoria na gestão de convênios e acordos celebrados entre a UFMS e suas fundações de apoio, mas optou-se por não realizá-la para evitar retrabalho, uma vez que a CGU/MS desenvolveu trabalho de auditoria (O.S. nº 201505097) sobre este assunto. Apesar da ausência de trabalho de fiscalização, foram emitidos Pareceres pela Auditoria Interna e orientações à Alta Gerência a respeito de medidas corretivas e preventivas necessárias sobre o assunto, em conformidade com as orientações dos órgãos de controle.
12	Sustentabilidade ambiental e de resíduos.	Não Atendida	Não foram realizados trabalhos de auditoria na área de sustentabilidade devido à execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal. A unidade limitou-se a acompanhar as recomendações exaradas no ano de 2014, sobre o assunto.
13	Atos de admissão de professor substituto	Não atendida	Não foram realizados trabalhos de auditoria nos processos de admissão devido a execução de outros trabalhos prioritários, que demandaram maior tempo e pessoal. A unidade limitou-se a acompanhar as recomendações exaradas no ano de 2014, sobre o assunto.

Nº Ação	Ação	Situação	Sínteses dos resultados obtidos
14	Área acadêmica	Atendida	Da gestão operacional dos projetos de extensão, detectaram-se fragilidades e deficiências nos controles exercidos nas unidades envolvidas, a exemplo: ausência de relatório final das Ações de Extensão executadas; análise precária dos Relatórios Finais apresentados; ausência de prestação de contas relativa ao Acordo de Cooperação nº 011/2014; uso de espaço físico da UFMS sem vinculação a projeto de extensão, ensino ou pesquisa;
15	Regularidade do regime de dedicação exclusiva	Atendida	Durante a auditoria em um projeto de extensão da FAODO, foram identificados professores em regime de dedicação exclusiva exercendo outra atividade remunerada, em desconformidade com o art. 20 da Lei nº 12.772/2012, além do exercício de atividades que caracterizam conflito de interesses do cargo público. A Administração instaurou PAD para apurar as responsabilidades.
16	Elaboração PAINT 2016	Atendida	Planejamento das ações das atividades de auditoria a serem desenvolvidas no decorrer de 2016 e apresentadas as proposta à CGU/MS.
17	Atendimento às audiências e diligências externas. (CGU, TCU, MP, PF)	Atendida	Acompanhamento das recomendações e determinações da CGU e TCU, e a atuação da AUD/RTR como unidade interlocutora das informações apresentadas a esses órgãos de controle, quando demandada.
18	Acompanhamento das denúncias recebidas pela Ouvidoria	Atendida	Acompanhamento e colaboração na implementação das ações relativas às denúncias recebidas pelos canais de atendimento ao cidadão da UFMS.
19	Acompanhamento das publicações no D.O.U e B.S.-E	Atendida	Encaminhamento de assuntos de interesse institucional, publicados no Diário Oficial e no Boletim de Serviços Eletrônico da UFMS, afim de dar ampla divulgação às unidades interessadas.
20	Leitura e estudo de normativos legais	Atendida	Estudo e registro de ementário de Acórdãos e legislações publicadas no DOU, revistas e informativos dos Tribunais.
21	Cadastramentos de PAD's	Atendida	Registro das informações referentes aos processos disciplinares e sindicâncias da UFMS no Sistema CGU-PAD, acompanhando os prazos estabelecidos e os resultados finais dos processos, bem como prestar orientações relevantes a eficiência e efetividade dos trabalhos realizados pelas comissões e autoridades competentes.
22	Avaliação da Estrutura de Controles Internos	Atendida	Identificação de fragilidades nos controles internos dos projetos culturais da Coordenadoria de Cultura – CCT/PREAE, e dos projetos de extensão da Coordenadoria de Extensão – CEX/PREAE. Foram propostas alterações normativas que assegurem maior segurança nos controles das ações.
23	Assessoramento à Adm. Superior	Atendida	Orientações acerca da jurisprudência e decisões do TCU mediante consultas formalizadas, ou não, e apoio técnico em reuniões, propondo-se a adoção de medidas corretivas ou preventivas, de modo a evitar futuras penalidades de gestores e máculas nas Contas da Instituição.
24	Reserva Técnica	Atendida	Demandas de auditoria solicitadas e não contempladas no PAINT, e a participação da equipe de Auditoria em oficinas, treinamentos, encontros e fóruns relacionados a sua área de atuação.

Fonte: Auditoria Interna

11. Parecer do Colegiado



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PARECER N° 01/2016



Referência: Processo 23104.001694/2016-13

Assunto: Relatório de Gestão Ano Base 2015

Senhora Presidente do Conselho Diretor,

Versa o referido processo sobre o Relatório de Gestão ano base 2015 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Ao examinar o processo, verifica-se que o relatório preenche as exigências contidas na Portaria do TCU no. 321/2015, no que tange à apresentação das informações. O conteúdo apresentado evidencia que foi abrangida a totalidade da gestão da UFMS no período considerado. Demonstra ainda os requisitos de visão sistêmica e análise de resultados, conforme determinado pela Decisão Normativa - TCU nº 146/2015. Com base nestas informações, elaboradas pela área técnica, procedeu-se à análise pormenorizada dos itens de conteúdo do relatório.

No que tange à visão geral da unidade, cabe destaque ao mapeamento que evidencia a cadeia de processos e produtos derivados dos macroprocessos necessários para a criação de valor público ao cidadão. Estes macroprocessos englobam o conjunto de atividades relacionadas ao ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, empreendedorismo, extensão, assistência estudantil, cultura, desporto e atendimento médico e hospitalar.

No que se refere ao planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, cumpre destacar os efeitos da mudança no macroambiente no ano de 2015, em parte responsável por resultados em metas distintas daqueles inicialmente planejados para o período. A análise crítica apresentada no relatório, tanto no desempenho operacional quanto no orçamentário, indica os efeitos das mudanças citadas nos macroprocessos organizacionais. Frente ao exposto, os resultados alcançados no ano base 2015 – e apresentadas neste relatório

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Cidade Universitária S/Nº - Caixa Postal 549
Fone (0xx67) 3345-7186 – Fax (0xx67) 3345-7190
79070-900 – Campo Grande – MS
<http://www.ufms.br> – E-mail: gabinete@propo.ufms.br



- tornam-se assim importantes insumos para as etapas seguintes do planejamento, conforme previsto à folha 72 do processo, principalmente considerando que mesmo diante do referido cenário, os indicadores primários de desempenho demonstraram o crescimento do número de alunos de tempo integral de graduação, de residências e de pós-graduação.

Quanto à governança, cumpre destacar o detalhamento dos controles internos associados aos riscos de maior impacto nas atividades desenvolvidas pela UFMS, apresentados às folhas 168 a 181, nas seguintes áreas:

- a) Gestão de ensino de graduação;
- b) Gestão da pesquisa, pós-graduação e inovação;
- c) Gestão de extensão e assuntos estudantis;
- d) Avaliação institucional;
- e) Gestão de convênios e acordos;
- f) Gestão de contratos;
- g) Gestão de licitações;
- h) Gestão da infraestrutura;
- i) Gestão patrimonial;
- j) Gestão financeira;
- k) Gestão da tecnologia da informação;
- l) Gestão de pessoas; e Gestão administrativa.

Os controles nestas áreas permitem maior eficácia, de forma a garantir que o desempenho organizacional seja aperfeiçoado, alcançando assim os objetivos previstos no PDI 2015-2019.

Por sua vez, o item de conteúdo “Relacionamento com a Sociedade” demonstra, de forma pormenorizada, os canais de acesso ao cidadão. À folha 199, fica evidenciada a importância da Ouvidoria como interlocutora entre as demandas apresentadas pela comunidade externa e as diversas áreas da UFMS. No computo do total de solicitações, 58% são provenientes de cidadãos da comunidade externa, sendo as demais solicitações oriundas de alunos, professores e técnicos da UFMS.

Os mecanismos de transparência também são destacados, em especial o sítio principal da UFMS, o Portal Transparência e os Sistemas para Consultas Públicas, que



incluem o Sistema de Informação de Ensino (SIEN), o Boletim de Serviço (BS), o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e o SIPLAN, relacionado a consultas a convênios e contratos.

As ações relacionadas à acessibilidade a serviços e instalações da UFMS, bem como, o acompanhamento do acadêmico público-alvo da educação especial são apresentados às folhas 212 à 218 do processo. Estas ações demonstram a evolução de iniciativas destinadas não apenas ao atendimento de legislação específica, mas ainda, da efetiva inclusão dos cidadãos inseridos nestes grupos.

O item de conteúdo desempenho financeiro e informações contábeis demonstra um alto volume de liquidação e pagamento de despesas no ano de 2015, nas unidades orçamentárias vinculadas à UFMS, mesmo frente aos desafios provenientes do macroambiente, relacionados à folha 225 do processo, que incluiram o contingenciamento orçamentário e a menor previsão de recursos junto aos órgãos de fomento.

No item de conteúdo áreas especiais da gestão, são apresentadas informações e análise crítica relacionadas à estrutura de pessoal da unidade, gestão da frota de veículos, gestão do patrimônio imobiliário da União, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade. Quanto a este último item, cabe destaque aos planos de ação consolidados, apresentados às folhas 266 a 272, que avaliam o alcance de metas relacionadas a eficiência energética, resíduos sólidos, água e esgoto, deslocamento de pessoal e material, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e material de consumo.

No item conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle, são evidenciadas as recomendações dos órgãos de controle interno e externo, bem como as medidas adotadas pela UFMS. O pagamento de obrigações e a revisão de contratos são abrangidos neste item de conteúdo, assim como as ações da unidade de Auditoria Interna. Estas ações, apresentadas às folhas 297 a 300 do processo, demonstram um intenso esforço de verificações, avaliações e assessoramento, elementos que contribuem para o aprimoramento da gestão.

No relatório, ainda são apresentadas informações suplementares, relacionadas especificamente a projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei



8.958/1994. Cabe destacar a manifestação da Auditoria Interna à folha 299, que informa a emissão de pareceres e orientações de medidas corretivas e orientações sobre o assunto, em conformidade com as orientações dos órgãos de controle externo. Estes, por sua vez, desenvolveram atividades acompanhando a gestão de convênios e acordos celebrados entre a UFMS e suas fundações de apoio, conforme evidenciado na referida folha do processo.

À luz da aprovação por este Conselho das normas regulamentadoras do relacionamento da UFMS com as Fundações de Apoio, dispostas na Resolução nº 132, de 3 de dezembro de 2015, e ainda, da recente aprovação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, é evidenciado à folha 323 um grupo de avenças cujo conjunto está em constante processo de aperfeiçoamento, frente às alterações na legislação aplicável (como a Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, o Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, Decreto nº 7.544, de 2 de agosto de 2011, a Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, o Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014, o Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, e a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016). As constantes modificações na legislação aplicável remetem à importância das fundações de apoio na melhoria da infraestrutura institucional de pesquisa e pós-graduação e na sua contribuição conjunta com as instituições de ciência e tecnologia (estando a UFMS inserida neste grupo) no desenvolvimento tecnológico nacional.

Assim, no conjunto, o relatório de gestão demonstra um exame de desempenho cujos principais resultados são apresentados às folhas 16 e 17, destacando-se a expansão quantitativa da graduação e da pós-graduação, a inserção interinstitucional notadamente no exterior, a consolidação da assistência estudantil, as ações de extensão universitária e o fortalecimento institucional, por meio de contratações e melhorias na infraestrutura. Os desafios são também apresentados à folha 18. Sendo que o eixo norteador do relatório é o Plano de Desenvolvimento Institucional, para além dos resultados e desafios são apresentados no relatório a evidência material e relevante de que a UFMS, enquanto órgão da administração pública brasileira, avança na geração de resultados para a sociedade, assumindo no processo mecanismos de aprimoramento da gestão, necessários para o gradual alcance dos objetivos traçados ao longo do tempo.

De acordo com a orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), à folha 344 deste processo, a manifestação do Conselho Diretor da UFMS deve ser incorporada ao



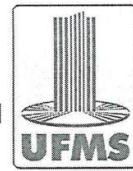
relatório (estando prevista a sua inclusão no capítulo 11), pois cabe a esta instância a deliberação sobre o processo de prestação de contas anual da UFMS, nos termos do seu Regimento Geral (Resolução no. 78/2011 - COUN).

Considerando o exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Relatório de Gestão ano base 2015 da UFMS.

É o nosso parecer.

Campo Grande, 23 de março de 2016.

Jeovan de Carvalho Figueiredo



RESOLUÇÃO Nº 20, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

O CONSELHO DIRETOR da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, acordo com o inciso I do art. 3º do Regimento Geral da UFMS, e considerando o contido no Processo nº 23104.001694/2016-13, resolve:

Aprovar o **Relatório de Gestão – Exercício 2015** da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CÉLIA MARIA SILVA CORRÊA OLIVEIRA,
Presidente.

12. Relatório de instância ou área de correição

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul não possui unidade de correição e normas que regulamentem tal atividade.

As sindicâncias e os processos administrativos disciplinares instaurados na Instituição são devidamente cadastrados no sistema e acompanhados pela Auditoria Interna da UFMS, com dois Auditores responsáveis pela alimentação do sistema, zelando pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no CGU-PAD.

Outrossim, considerando que esta Instituição possui dez Campus no interior do Estado, além dos diversos Centros, Faculdades, Institutos e Escola distribuídas na Capital, informamos que os prazos estipulados pelo art. 4º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, somente não são cumpridos quando a remessa dos processos para cadastro pode prejudicar o trâmite dos mesmos, seja durante a vigência das respectivas comissões constituídas, seja quando estiverem em fase de conclusão.

Nessas hipóteses, as respectivas autoridades são notificadas a prestarem as informações e justificativas pertinentes, encaminhando os processos à unidade cadastradora para registro antes do seu arquivamento.

Segue abaixo o Relatório de procedimentos disciplinares instaurados/julgados no exercício de 2015:

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	9
Total de Sindicâncias	19
Total de Procedimentos	28

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104000529201555	04/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000626201548	06/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000931201530	20/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000986201540	20/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003479201568	21/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003480201592	21/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104004915201516	17/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000183201502	28/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000083201578	28/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104008601201410	03/02/2015	Sindicância
23104000517201521	04/03/2015	Sindicância
23448000083201578	04/03/2015	Sindicância
23448000101201511	12/03/2015	Sindicância
23454000163201544	26/03/2015	Sindicância
23104002368201534	09/04/2015	Sindicância
23104002402201571	13/04/2015	Sindicância
23448000183201502	27/04/2015	Sindicância
23104002972201561	29/04/2015	Sindicância
23104003167201554	08/05/2015	Sindicância
23448000184201549	12/05/2015	Sindicância
23104003450201586	21/05/2015	Sindicância
23104003507201547	25/05/2015	Sindicância
23104003957201530	18/06/2015	Sindicância
23104003960201553	22/06/2015	Sindicância
23104003907201552	23/06/2015	Sindicância
23448000272201541	05/08/2015	Sindicância
23104005080201511	06/11/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 6
Data da emissão do relatório: 29/01/2016
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23456000143201553	19/11/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 2º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 6

Data da emissão do relatório: 29/01/2016

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	10
Total de Sindicâncias	16
Total de Procedimentos	26

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104005187201306	11/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000529201555	23/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005189201397	25/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000986201540	15/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000723201379	16/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005190201311	10/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104003479201568	14/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000626201548	24/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000448201483	29/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104007458201279	02/10/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23449000434201450	03/03/2015	Sindicância
23104008601201410	24/03/2015	Sindicância
23453000109201428	07/05/2015	Sindicância
23448000083201578	11/05/2015	Sindicância
23454000163201544	12/05/2015	Sindicância
23448000101201511	13/05/2015	Sindicância
23104002368201534	21/05/2015	Sindicância
23448000183201502	10/07/2015	Sindicância
23104008263201416	15/07/2015	Sindicância
23104003507201547	28/07/2015	Sindicância
23104003907201552	14/08/2015	Sindicância
23104003960201553	19/08/2015	Sindicância
23448000184201549	03/09/2015	Sindicância
23448000272201541	09/09/2015	Sindicância
23104003167201554	05/10/2015	Sindicância
23104000517201521	27/11/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 2ºº do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 6

Data da emissão do relatório: 29/01/2016

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	8
Total de Sindicâncias	19
Total de Procedimentos	27

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104007514201437	15/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000529201555	26/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104001497201262	20/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000986201540	29/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104005193201355	30/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104000909201417	17/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104050372201002	13/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23448000448201483	10/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23454000539201430	05/01/2015	Sindicância
23456000212201448	04/02/2015	Sindicância
23104009227201208	11/02/2015	Sindicância
23104050634201021	13/02/2015	Sindicância
23449000434201450	24/03/2015	Sindicância
23104008601201410	13/04/2015	Sindicância
23448000083201578	19/05/2015	Sindicância
23454000163201544	20/05/2015	Sindicância
23104002368201534	26/05/2015	Sindicância
23453000109201428	11/06/2015	Sindicância
23448000183201502	20/07/2015	Sindicância
23104003907201552	03/09/2015	Sindicância
23104003507201547	08/09/2015	Sindicância
23448000101201511	22/09/2015	Sindicância
23448000184201549	29/09/2015	Sindicância
23448000272201541	29/09/2015	Sindicância
23104003167201554	07/10/2015	Sindicância
23449000149201439	26/11/2015	Sindicância
23104007246201291	24/12/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 2ºº do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 4 de 6
Data da emissão do relatório: 29/01/2016
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul		
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos	
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1	
Total de Sindicâncias	1	
Total de Procedimentos	2	
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23104003479201568	09/10/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23104006404201377	15/12/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 5 de 6
Data da emissão do relatório: 29/01/2016
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ANULADOS JUDICIALMENTE**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 6 de 6

Data da emissão do relatório: 29/01/2016

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2015 A 31/12/2015**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	1
Assédio moral	3
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	1
Ausência ou impontualidade ao serviço	0
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	0
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	3
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	7
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	1
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	1
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	5
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou	7
Favorecimento próprio ou de terceiros	2
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	1

As informações contidas no presente documento, enquanto se manter a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 3

Data da emissão do relatório: 25/01/2016

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2015 A 31/12/2015**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Quadro Consolidado:

	Número de Procedimentos
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	2
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	2
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	1
Total de procedimentos sem assunto	0
Total	37

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 3

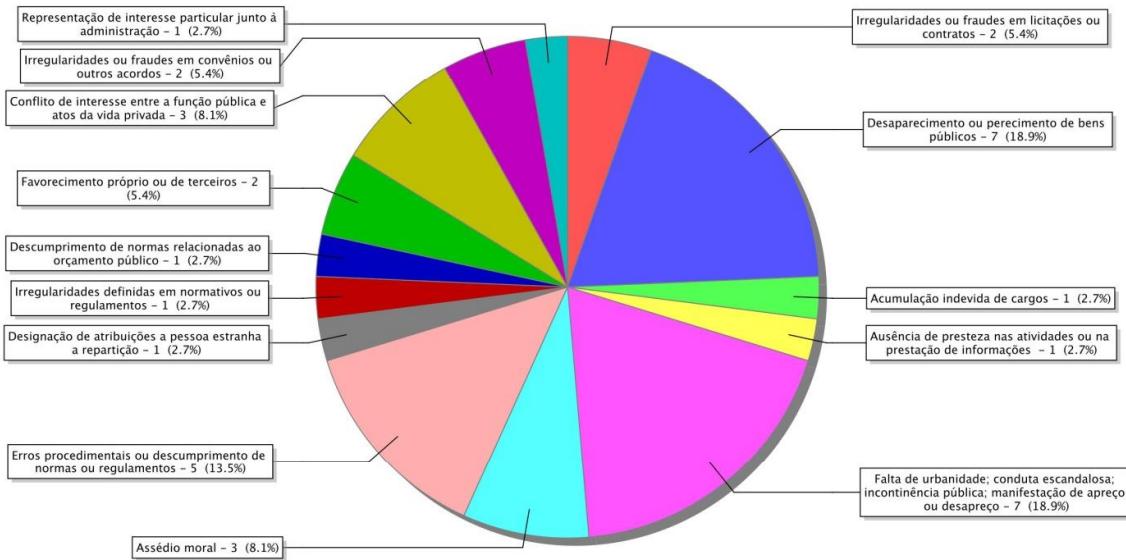
Data da emissão do relatório: 25/01/2016

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO 01/01/2015 A 31/12/2015

Gráficos

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



As informações contidas no presente documento, enquanto se manter a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 3

Data da emissão do relatório: 25/01/2016

Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2015 A 31/12/2015**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Órgão: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Não-Indicado:	24
Total Absolvido ou Arquivado:	0
Total Submetido a outro processo disciplinar:	4
Total Apenado:	10
Advertência:	3
Suspensão:	6
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	1
Destituição de Função Comissionada:	0

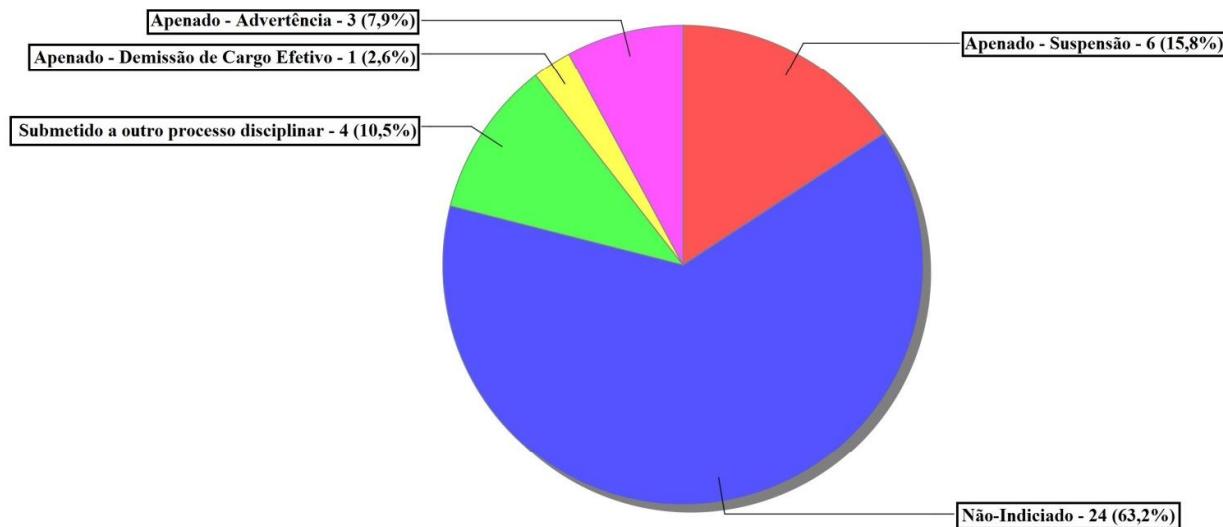
As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 25/01/2016
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2015 A 31/12/2015

Gráficos

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Data da emissão do relatório: 25/01/2016
Emitido por: Kleber Watanabe Cunha Martins

13. Declarações de integridade

13.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, Augusto Cesar Portella Malheiros, CPF nº 024.985.168-75, Chefe de Coordenadoria, exercido na Coordenadoria de Relações Institucionais da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande (MS), 05 de fevereiro de 2016



Augusto Cesar Portella Malheiros
CPF: 024.985.168-75
Chefe de Coordenadoria
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Item 20.1 – Integridade e Completude das informações dos Contratos e Convênios nos Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal.

DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, EDUARDO MASAHARU MIHASHI, CPF nº 835.415.941-87, Chefe da Divisão de Gestão de Contratos, exercido na UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção daqueles demonstrados no quadro abaixo.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2016.


Eduardo Masaharu Mihashi

CPF nº 835.415.941-87

Chefe da Divisão de Gestão de Contratos – DICT/PRAD/UFMS

Relação de Contratos não lançados em 2015 no sistema SIASG/SICON

Nº Contrato	Contratada	CNPJ	Objeto	Vigência		Valor (R\$)	Motivo
				Início	Final		
* 211/2015	Decorações Pantanal Ltda. EPP	11.936.338/0001-76	Manutenção preventiva e corretiva de bens imóveis nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	16/12/2015	15/12/2016	2.580,55	Sistema SIASG/SICON não permite o registro de contrato originado de ARP cuja quantidade seja fracionada.
TOTAL						2.580,55	

*Os contratos não foram registrados na plataforma SIASG/SICON por problemas operacionais por parte do próprio sistema, entretanto atendendo ao princípio da publicidade, os mesmos tiveram os extratos resumidos publicados no Diário Oficial da União.

DECLARAÇÃO

Eu, **ELZA DOS PASSOS MIRANDA**, CPF nº 181.496.851-20, Chefe da Unidade de Contratos, exercido no Setor de Administração/HUMAP-UFMS declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande-MS., 02 de fevereiro 2016.

ELZA DOS PASSOS MIRANDA

CPF: 181.496.851-20

Chefe da Unidade de Contratos/HUMAP-UFMS

13.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registros dos Atos de Admissão e Concessões – Siac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007

Campo Grande, 1º de fevereiro de 2016.



Robert Schiaveto de Souza
338.286.871-72
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e do Trabalho
Progep/UFMS

13.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junta a **Divisão de Registro e Movimentação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – Dirm/Progep**, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargos dos órgãos de controle.

Campo Grande, 1º de fevereiro de 2016.



Robert Schiaveto de Souza
338.286.871-72
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e do Trabalho
Progep/UFMS

13.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Não se aplica à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

A conformidade contábil efetuada no órgão 26283, teve como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o novo plano de contas da União, a conformidade registro de gestão das Unidades Gestoras vinculadas ao órgão, o manual SIAFI e outros instrumentos que subsidiaram o processo de análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, através dos demonstrativos contábeis gerados no Sistema Integrado de Administração Financeira.

A referida conformidade é realizada pela contadora responsável, corrigindo inconsistências apresentadas durante o mês e no fechamento mensal a conciliação dos bens móveis através do RMB (Relatório de Bens Móveis), do almoxarifado pelo RMA (Relatório do Almoxarifado) e depreciações e amortizações, verificando as conformidades registros de gestão; não havendo segregação de função no processo do registro da conformidade contábil.

Durante o exercício de 2015, algumas restrições foram esporádicas e corrigidas, como a restrição 315(falta da conformidade registro de gestão) para algumas unidades gestoras em determinados dias do ano, cujas justificativas compõem os processos mensais de prestação de contas das respectivas unidades e a restrição 640(saldo contábil bens móveis não confere com RMB) na unidade 154054 cuja permanência da restrição durante o exercício, foram devidos alguns processos em transito no fechamento mensal, tendo no final do exercício seus saldos idênticos, com exceção da unidade gestora do Hospital Universitário (154357) em transição para órgão 26443(EBSERH), que as restrições 315 e 640 não foram esporádicas e não corrigidas.

A restrição mencionada 315 da UG 154357 ocorreu durante todo o exercício de 2015, com justificativas do servidor designado a tal função, encaminhada do próprio servidor para o ordenador de despesas da UG, informando que não estaria apto para tal função por não ter conhecimento da área orçamentária, financeira e patrimonial, sendo as justificativas verbais do ordenador de despesas da referida unidade gestora, que não teria no quadro de servidores que não foram cedidos para a UG da EBSERH, servidor com tal perfil, não justificando a não realização pelo próprio ordenador.

Quanto a restrição 640 da mencionada unidade gestora 154357, a mesma restrição já vem de exercícios anteriores, onde a unidade gestora recebeu o material no valor de R\$ 1.372.890,00 através da 2012NE802303, incorporou o bem e não liquidou e pagou o mesmo até o fechamento do exercício, não tendo respostas formais do ordenador de despesas do motivo do bem estar deprecando no corredor da unidade e não liquidada e paga a despesa²².

²² Análise desenvolvida pela Pró-Reitoria de Administração

13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa(UJ)	Código da UO
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	26283
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015 do órgão 26283, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial , EXCETO no tocante a:</p>	
<p>Ressalvas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Não foi dado continuidade no trabalho de reavaliação iniciado em 2014, onde foram realizadas as reavaliações dos grupos: Aparelhos e equipamentos de comunicação, Máquinas e Equipamentos de natureza Industrial e Veículos de tração mecânica; não espelhando nos demonstrativos a real situação dos bens; b) Os bens imóveis não foram reavaliados, sendo seus valores depreciados pelo processo automático com base nos valores constantes do Spiunet; c) Baixa confiabilidade da execução da UG 154357/15269(NHU), devido ausência total de conformidade registro de gestão no exercício; d) Incorporação de um bem móvel na UG 154357/15269(NHU) no valor de R\$ 1.372.890,00 desde agosto/2013 e até o encerramento do exercício não liquidado e pago, deixando divergências no SIAFI com o relatório do sistema patrimonial do órgão; e) Conciliação parcial das contas de controle de recebimento de recursos financeiros para restos a pagar 722240000 e 822240902. 	
<p>Justificativas para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Devido mudança de chefe do setor de patrimônio em julho e posterior greve dos funcionários envolvidos, foi dado inicio em outubro ao inventário de bens móveis, na qual está em fase de revisão com previsão de término para fevereiro 2016, não tendo o setor condições para o reinicio das reavaliação dos demais grupos neste exercício , tendo previsão de reinicio para março 2016; b) A reavaliação dos bens imóveis está prevista pelo setor competente para o exercício de 2016, após o término da reavaliação dos bens móveis; c) Foram designados pelo Dirigente máximo do órgão, pessoas indicadas pelo superintendente da ug 154357(NHU) em transição para a UG 155124 (EBSERH-HUMAP-UFMS)e por várias vezes questionado até pela Dirigente máxima o motivo da não realização da conformidade e sempre com respostas que não tinha no quadro pessoal não cedido para a UG da EBSERH, pessoas com perfil para tal função; d) A divergência da não liquidação do bem incorporado pela UG do NHU em agosto de 2013, foram motivos de várias reuniões com a dirigente máxima do órgão, por diversas vezes foi dito que o bem seria liquidado e pago, não tendo até o encerramento do exercício, justificativas formais do real motivo do bem estar se depreciando e não sendo utilizado e não liquidado e pago ao fornecedor ; e) Devido serem contas novas com históricos de contas agrupadas de exercícios anteriores, não houve tempo hábil no exercício de 2015 para total conciliação, ficando para 2016 a real situação das mesmas. 	
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração</p>	
Local	Campo Grande-MS
Contador Responsável	Sandra Regina Camargo
Data	31/12/2015
CRC nº	MS 4043

14. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

14.1 Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Quadro 65 - Relação de Projetos desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UFMS, tendo a UFMS como Executora e não enquanto concedente de recursos as referidas Fundações.

Nº	Referência/origem recursos	Vigência		Valores Bruto sobre responsabilidade execução da Fundação
		Início	Fim	
01	0110001300- FINEP	15/01/2010	15/07/2016	3.331.204,00
02	0112005800- FINEP	19/01/2012	19/01/2015	5.607.084,00
03	0112024300- FINEP	28/06/2012	28/06/2015	2.581.400,00
04	0112044500- FINEP	21/11/2012	21/11/2016	4.887.507,00
05	0112006300- FINEP	06/03/2012	06/03/2016	1.175.550,00
06	0112006200- FINEP	28/02/2012	27/02/2017	4.549.412,00
07	ECV-DTP-004/2011- ELETROBRÁS	22/12/2011	22/06/2016	4.723.340,66
08	00500066860119-PETROBRÁS	21/07/2011	19/01/2017	918.168,30
09	0113035800- FINEP	12/12/2013	12/12/2016	5.599.388,00
10	0113004000- FINEP	11/03/2013	10/03/2016	1.138.263,00
11	0113013800- FINEP	21/06/2013	21/12/2016	498.832,68
12	0403/2011- FUNASA	30/12/2011	18/06/2016	100.000,00
13	01120112-00 – FINEP	05/04/2012	05/04/2016	407.089,79

Fonte: CRT/PROPLAN

Observações: O referido quadro foi apresentado de modo complementar, a fim de demonstrar os instrumentos firmados entre diversos entes diretamente com as Fundações de Apoio da UFMS (recebedoras dos recursos), em que a UFMS figura-se apenas como EXECUTORA das ações, e não enquanto CONVENENTE/RECEBEDORA DOS RECURSOS.

ANEXOS

Anexos referentes ao item “Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas”.

1. Balanço Financeiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA					
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL					
TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO				
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				
EXERCÍCIO	2015				
PERÍODO	Anual				
EMISSÃO	29/02/2016				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	21.726.823,00		Despesas Orçamentárias	699.432.722,32	
Ordinárias	121.741,39		Ordinárias	195.785.466,95	
Vinculadas	21.624.128,14	14.936,23	Vinculadas	503.647.255,37	
Educação			Educação	370.909.840,19	
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	25.182.365,25	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	83.532.868,03	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e			Transferências Constitucionais e		
Legais			Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos	21.609.191,91		Outros Recursos Vinculados a Órgãos	20.683.067,55	
e Programas			e Programas		
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recurso Vinculados a Fundos	3.339.114,35	
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-19.046,53				
Transferências Financeiras Recebidas	808.186.781,00		Transferências Financeiras Concedidas	130.442.651,93	
Resultantes da Execução Orçamentária	768.674.463,87		Resultantes da Execução Orçamentária	124.925.154,91	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido	647.422.621,95		Repasso Concedido	3.673.312,99	
Sub-repasso Recebido	112.031.135,08		Sub-repasso Concedido	112.031.135,08	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa	9.220.706,84		Valores Diferidos - Baixa	9.220.706,84	
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução	39.512.317,13		Independentes da Execução	5.517.497,02	
Orçamentária			Orçamentária		
Transferências Recebidas para	37.460.382,82		Transferências Concedidas para	5.380.819,40	
Pagamento de RP			Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.051.934,31		Movimento de Saldos Patrimoniais	136.677,62	
Movimentações para Incorporação de			Movimentações para Incorporação de		
Saldos			Saldos		
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	36.477.893,74		Despesas Extraorçamentárias	43.104.569,66	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.041.219,17		Pagamento dos Restos a Pagar	3.932.158,38	
Inscrição dos Restos a Pagar Não	30.303.782,83		Processados		
Processados			Pagamento dos Restos a Pagar Não	38.460.941,66	
Depósitos Restituíveis e Valores	32.415,07		Processados		
Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores	711.469,62	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	100.476,67		Vinculados		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de			Outros Pagamentos Extraorçamentários		
de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de		
Restituições a Pagar			Pagamento		
Passivos Transferidos			Pagamento de Restituições de		
Cancelamento de Obrigações do			Exercícios Anteriores		
Exercício Anterior			Pagamento de Passivos Recebidos		
Arrecadação de Outra Unidade			Cancelamento de Direitos do		
Variação Cambial			Exercício Anterior		
Valores para Compensação			Transferência de Arrecadação para		
Valores em Trânsito			Outra Unidade		
DARF - SISCOMEX			Variação Cambial		
Ajuste Acumulado de Conversão			Valores Compensados		
Demais Recebimentos	100.476,67		Valores em Trânsito		
Saldo do Exercício Anterior	14.893.362,69		Ajuste Acumulado de Conversão		
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.893.362,69		Demais Pagamentos		
TOTAL	881.284.860,43		Saldo para o Exercício Seguinte	8.304.916,52	
			Caixa e Equivalentes de Caixa	8.304.916,52	
			TOTAL	881.284.860,43	

2. Balanço Orçamentário

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				
TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTÍTULO 26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual EMISSÃO 29/02/2016 VALORES EM UNIDADES DE REAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	24.296.967,00	24.296.967,00	21.673.524,00	-2.623.443,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	660.153,00	660.153,00	651.219,53	-8.933,47
Receitas Imobiliárias	549.942,00	549.942,00	439.344,12	-110.597,88
Receitas de Valores Mobiliários	110.211,00	110.211,00	211.875,41	101.664,41
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	22.924.595,00	22.924.595,00	20.859.157,36	-2.065.437,64
Transferências Correntes	633.000,00	633.000,00	-	-633.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	633.000,00	633.000,00	-	-633.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	79.219,00	79.219,00	163.147,11	83.928,11
Multas e Juros de Mora	66.965,00	66.965,00	422,66	-66.542,34
Indenizações e Restituições	12.254,00	12.254,00	162.724,45	150.470,45
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	44.747,00	44.747,00	53.299,00	8.552,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	44.747,00	44.747,00	53.299,00	8.552,00
Alienação de Bens Móveis	44.747,00	44.747,00	53.299,00	8.552,00

Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	24.341.714,00	24.341.714,00	21.726.823,00	-2.614.891,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	24.341.714,00	24.341.714,00	21.726.823,00	-2.614.891,00
DÉFICIT			677.705.899,32	677.705.899,32
TOTAL	24.341.714,00	24.341.714,00	699.432.722,32	675.091.008,32
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	2.884.788,00	2.884.788,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	2.795.000,00	2.795.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	89.788,00	89.788,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	24.296.967,00	24.296.967,00	21.673.524,00	-2.623.443,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	660.153,00	660.153,00	651.219,53	-8.933,47
Receitas Imobiliárias	549.942,00	549.942,00	439.344,12	-110.597,88
Receitas de Valores Mobiliários	110.211,00	110.211,00	211.875,41	101.664,41
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	22.924.595,00	22.924.595,00	20.859.157,36	-2.065.437,64
Transferências Correntes	633.000,00	633.000,00	-	-633.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	633.000,00	633.000,00	-	-633.000,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	79.219,00	79.219,00	163.147,11	83.928,11
Multas e Juros de Mora	66.965,00	66.965,00	422,66	-66.542,34
Indenizações e Restituições	12.254,00	12.254,00	162.724,45	150.470,45
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	44.747,00	44.747,00	53.299,00	8.552,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	44.747,00	44.747,00	53.299,00	8.552,00
Alienação de Bens Móveis	44.747,00	44.747,00	53.299,00	8.552,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	24.341.714,00	24.341.714,00	21.726.823,00	-2.614.891,00
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	24.341.714,00	24.341.714,00	21.726.823,00	-2.614.891,00
DÉFICIT			677.705.899,32	677.705.899,32
TOTAL	24.341.714,00	24.341.714,00	699.432.722,32	675.091.008,32
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		2.884.788,00	2.884.788,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	2.795.000,00	2.795.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	89.788,00	89.788,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	613.304.162,00	676.404.148,00	679.896.357,87	666.359.274,28	660.763.731,88	-3.492.209,87
Pessoal e Encargos Sociais	483.216.590,00	544.487.975,00	534.740.591,74	534.740.591,74	534.677.080,02	9.747.383,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	130.087.572,00	131.916.173,00	145.155.766,13	131.618.682,54	126.086.651,86	13.239.593,13
DESPESAS DE CAPITAL	46.267.738,00	47.992.179,00	19.536.364,45	2.769.665,21	2.323.988,44	28.455.814,55
Investimentos	46.267.738,00	47.992.179,00	19.536.364,45	2.769.665,21	2.323.988,44	28.455.814,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	659.571.900,00	724.396.327,00	699.432.722,32	669.128.939,49	663.087.720,32	24.963.604,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	659.571.900,00	724.396.327,00	699.432.722,32	669.128.939,49	663.087.720,32	24.963.604,68
TOTAL	659.571.900,00	724.396.327,00	699.432.722,32	669.128.939,49	663.087.720,32	24.963.604,68

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.044.278,99	14.969.227,35	13.540.618,03	12.905.505,35	3.904.788,15	4.203.212,84
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.044.278,99	14.969.227,35	13.540.618,03	12.905.505,35	3.904.788,15	4.203.212,84
DESPESAS DE CAPITAL	14.869.796,14	25.862.968,36	27.007.405,39	25.555.436,31	930.051,36	14.247.276,83
Investimentos	14.869.796,14	25.862.968,36	27.007.405,39	25.555.436,31	930.051,36	14.247.276,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	20.914.075,13	40.832.195,71	40.548.023,42	38.460.941,66	4.834.839,51	18.450.489,67

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		221.739,88	2.224.121,92	2.051.940,61	200.348,19
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	-		1.880.217,77	1.880.217,77	-
Inversões Financeiras	-		1.880.217,77	1.880.217,77	-
Amortização da Dívida	-		-	-	-
TOTAL		221.739,88	4.104.339,69	3.932.158,38	200.348,19
					193.573,00

3. Balanço Patrimonial

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL					
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO				
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO				
EXERCÍCIO	2015				
PERÍODO	Anual				
EMISSÃO	29/02/2016				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ATIVO	PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	34.048.801,43	61.461.851,43	PASSIVO CIRCULANTE	38.296.740,36	26.739.316,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.304.916,52	14.893.362,69	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.790.891,25	4.050.646,08
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	30.505.849,11	22.688.670,36
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	25.449.362,46	37.762.482,13			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	294.522,45	8.806.006,61			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	295.800.157,86	275.279.294,23	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	4.834,20
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	4.834,20
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	38.296.740,36	26.744.150,64
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	291.552.218,93	309.996.995,02
Imobilizado	295.553.392,80	275.068.093,07	Resultado do Exercício	-18.533.380,40	-
			Resultados de Exercícios Anteriores	309.996.995,02	309.996.995,02
			Ajustes de Exercícios Anteriores	88.604,31	-
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-

Bens Móveis	98.710.688,42	99.066.605,32	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	291.552.218,93	309.996.995,02
Bens Móveis	124.112.528,73	117.832.020,49			
(-)	-25.401.840,31	-18.765.415,17			
Depreciação/Amortização/Exaustão					
Acum. de Bens Móveis					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis	196.842.704,38	176.001.487,75			
Bens Imóveis	196.874.806,12	176.192.193,22			
(-) Depr./Amortização/Exaustão	-32.101,74	-190.705,47			
Acum. de Bens Imóveis					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	246.765,06	211.201,16			
Softwares	246.765,06	211.121,16			
Softwares	408.558,48	304.033,52			
(-) Amortização Acumulada de	-161.793,42	-92.912,36			
Softwares					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes	-	80,00			
Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes	-	80,00			
Industriais					
(-) Amortização Acumulada de	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de	-	-			
Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	329.848.959,29	336.741.145,66	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	329.848.959,29	336.741.145,66

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	22.666.825,00	97.923.523,93	PASSIVO FINANCEIRO	84.820.855,31	157.371.439,52
ATIVO PERMANENTE	307.182.134,29	238.817.621,73	PASSIVO PERMANENTE	142.627,69	-68.881.018,04
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	244.885.476,29	248.250.724,18

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	27.130.730,21	25.752.946,12	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	139.736.829,75	207.294.350,84
Execução dos Atos Potenciais Ativos	27.130.730,21	25.752.946,12	Execução dos Atos Potenciais Passivos	139.736.829,75	207.294.350,84
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	366.760,99	694.569,44	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	25.628.983,22	23.923.390,68	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	592.681,56	1.064.905,46
Direitos Contratuais a Executar	1.134.986,00	1.134.986,00	Obrigações Contratuais a Executar	139.144.148,19	206.229.445,38
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	27.130.730,21	25.752.946,12	TOTAL	139.736.829,75	207.294.350,84

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.076.024,73
Recursos Vinculados	-59.078.005,58
Educação	-43.314.467,61
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-18.831.497,43
Operação de Crédito	-63.511,72
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.050.416,46
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.918.945,28
TOTAL	-62.154.030,31

Nota Explicativa do Balanço Patrimonial

Através da analise vertical do ativo circulante e não circulante abaixo discriminado, destacamos os itens abaixo como relevantes:

- O percentual de 3,16 do grupo no valor de R\$ 10.420,430,02 refere-se Adiantamento salarial de pessoal no valor R\$ 3.844.144,54 e o valor de R\$ 6.576.285,48 Adiantamentos de transferências voluntárias executadas no SICONV acumulados de exercícios anteriores, não refletindo o valor atual dos adiantamentos das transferências voluntárias devido ao não encerramento e lançamento da prestação de contas dos convênios com o Instituto Mirim de Campo Grande e APAE no SICONV .;
- O percentual de 4,35 do grupo no valor de R\$14.361.908,48 refere-se Sub-repasso concedido deferido com base na disponibilidade por fonte de recursos da UG 154357;
- A depreciação dos bens imóveis foi efetuada automaticamente pelo Sistema da Secretaria de Patrimônio-Spiunet, com base nos dados nele cadastrado e repassado ao SIAFI, em atendimento Portaria Conjunta SPU/STN nº 703/2014, sendo a depreciação no valor R\$32.101,74 incluída nos 7,71 do valor do grupo depreciação R\$25.433.942,00; e
- Os bens móveis do ativo imobilizado, estão sendo depreciados à partir dos bens adquiridos no exercício de 2010 até 2015, sendo os adquiridos anteriormente ao exercício de 2010, reavaliados e depreciados somente os grupos Aparelhos e equipamentos de comunicação, Máquinas e equipamentos industriais e veículos de tração mecânica, não espelhando o valor dos bens moveis do ativo a atual situação dos mesmos, ficando para o exercício de 2016 o término da reavaliação.

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	DEZ/2015	
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	8.304.917	2,52%
			Total	8.304.917	2,52%
			ADIANTEAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	10.420.430	3,16%
			CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	667.024	0,20%
			DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0	0,00%
		ESTOQUES	OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	14.361.908	4,35%
			Total	25.449.362	7,72%
			ALMOXARIFADO	294.522	0,09%
			MATERIAIS EM TRANSITO	0	0,00%
			Total	294.522	0,09%
			Total	34.048.801	10,32%

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	DEZ/2015	
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%
		IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	196.874.806	59,69%
			BENS MOVEIS	124.112.529	37,63%
			DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(25.433.942)	-7,71%
			Total	295.553.393	89,60%
		INTANGIVEL	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(161.793)	-0,05%
			MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIALIS	0	0,00%
			SOFTWARES	408.558	0,12%
			Total	246.765	0,07%
		Total		295.800.158	89,68%
	Total			329.848.959	100,00%
Total				329.848.959	100,00%

Fonte: PRAD

A análise do passivo circulante e não circulante destacamos os pontos relevantes abaixo:

- O percentual das outras obrigações de 77,86% do grupo do passivo, refere-se R\$ 14.361.908,348 a contra partida da conta do ativo circulante referente sub-repasso recebido diferido; R\$ 15.369.405,49 repasse recebido diferido; e R\$ 87.455,48 convênios a pagar (Instituto Mirim na UG 154357 e APAE na UG 154054).

O percentual de 1,79 de valores restituíveis refere-se a valores retidos de fornecedores para recolhimento no momento do pagamento dos valores líquidos dos mesmos.

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	31/12/2015	
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%
2628 3	FUNDACAO UNIVERSIDAD E FEDERAL DE MATO G. SUL	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	29.818.770	77,86%
			VALORES RESTITUIVEIS	687.080	1,79%
			Total	30.505.849	79,66%
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.790.891	20,34%
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	Total	7.790.891	20,34%
			BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%
			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0	0,00%
			PESSOAL A PAGAR	0	0,00%
			Total	0	0,00%
		OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	0	0,00%
			Total	0	0,00%
		Total		38.296.740	100,00%

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	31/12/2015	
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%
PASSIVO NAO- CIRCULANT E	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	VALORES RESTITUIVEIS	0	0,00%	
		Total	0	0,00%	
	Total		0	0,00%	
Total			38.296.740	100,00 %	
Total			38.296.740	100,00 %	

Fonte: PRAD

De acordo com o exposto abaixo o órgão teve um resultado patrimonial no período de DÉFICIT Patrimonial de R\$ 18.533.380,40:

Variações Patrimoniais Aumentativas		Variações patrimoniais Diminutivas	
Receita PAS	18.118.510,65	Despesas Pessoal e Benefícios	562.433.774,83
Receita UFMS	3.182.244,63	Despesas Consumo ,serviços,diárias,deprec	102.416.197,95
Receita NHU	51.045,20	Desp.Multas/juros	9.400,08
Remuneração aplicação financeira	211.875,41	Repasso Concedido nhu para Ebserh	3.673.312,99
Repasso recebido	647.422.621,95	Sub-repasso concedido	112.031.135,08
Transf. recebida RP	37.460.382,82	Sub-repasse diferido	9.220.706,84
Sub-repasso recdo	112.031.135,08	Transf.concedida FNS	5.380.819,40
Baixa Diferido	9.220.706,84	Outras transferencias	136.677,62
Cota RP p/recolhim.	2.051.934,31	Transf.estoque Ebsservh	6.988.871,99
Incorporações obras	7.906.509,79	Reconh.Dívida folha e intangivel	424.208,77
Incorporações intang	94.936,02	Repasso e Sub diferido	29.731.313,97
Cancelamentos RP processados	1.098.214,72	Sub-repasso diferido baixa	18.462.603,19
Ajuste diferido	11.599.713,81	Baixas obras andamento,moveis/outros	10.837.678,15
Inscrição diferido	14.361.908,48	Baixa recursos a receber	18.203.146,08
Sub-repasso diferido	18.462.603,19	Bolsa de Estudos	19.663.412,62
Recbto Multas/Indenizações	163.147,11	Incentivo a Ciencia e pesquisadores	81.848,89
Doações recebidas	341.226,37	Indenizações elemento93	2.364.139,23
		Transf.Andifes/G.Coimbra	54.027,20
		Despesas Tributárias	198.821,90
Total	883.778.716,38		902.312.096,78

Fonte: PRAD

4. Demonstrações do Fluxo de Caixa

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO	
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	
EXERCÍCIO	2015	
PERÍODO	Anual	
EMISSÃO	29/02/2016	
VALORES EM UNIDADES DE REAL		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2015	2014
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	829.993.196,74	-
Receita de Contribuições	21.673.524,00	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	439.344,12	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	20.859.157,36	-
Remuneração das Disponibilidades	211.875,41	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	163.147,11	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários	808.319.672,74	-
Restituições a Pagar	32.415,07	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	808.186.781,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	100.476,67	-
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo	-806.875.299,39	-
Judiciário	-604.568.712,66	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-130.940.593,04	-
Saúde	-29.733.326,19	-
Trabalho	-	-
Educação	-443.879.713,54	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-15.079,89	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-

Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-71.152.465,18	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-70.416.368,60	-
Outras Transferências Concedidas	-736.096,58	-
Outros Desembolsos das Operações	-131.154.121,55	-
Dispêndios Extraorçamentários	-711.469,62	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-130.442.651,93	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-29.706.343,52	-
INGRESSOS	53.299,00	-
Alienação de Bens	53.299,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-29.759.642,52	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-29.641.427,98	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-118.214,54	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-6.588.446,17	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	14.893.362,69	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.304.916,52	-

5. Demonstrações das Variações Patrimoniais

MINISTÉRIO DA FAZENDA				
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
SUBTÍTULO	26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - FUNDAÇÃO			
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO			
EXERCÍCIO	2015			
PERÍODO	Anual			
EMISSÃO	29/02/2016			
VALORES EM UNIDADES DE REAL				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2015	2014		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	883.778.716,38	-		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Impostos	-	-		
Taxas	-	-		
Contribuições de Melhoria	-	-		
Contribuições				
Contribuições Sociais	-	-		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-		
Contribuição de Iluminação Pública	-	-		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	21.351.800,48	-		
Venda de Mercadorias	-	-		
Vendas de Produtos	-	-		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	21.351.800,48	-		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	211.875,41	-		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-		
Juros e Encargos de Mora	-	-		
Variações Monetárias e Cambiais	-	-		
Descontos Financeiros Obtidos	-	-		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	211.875,41	-		
Aportes do Banco Central	-	-		
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-		
Transferências e Delegações Recebidas	808.528.007,37	-		
Transferências Intragovernamentais	808.186.781,00	-		
Transferências Intergovernamentais	-	-		
Transferências das Instituições Privadas	-	-		
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-		
Transferências de Consórcios Públicos	-	-		
Transferências do Exterior	-	-		
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-		
Transferências de Pessoas Físicas	-	-		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	341.226,37	-		
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	53.523.886,01	-		
Reavaliação de Ativos	7.906.509,79	-		
Ganhos com Alienação	-	-		
Ganhos com Incorporação de Ativos	94.936,02	-		
Ganhos com Desincorporação de Passivos	45.522.440,20	-		
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	163.147,11	-		
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-		
Resultado Positivo de Participações	-	-		
Operações da Autoridade Monetária	-	-		
VPA de Dívida Ativa	-	-		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	163.147,11	-		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	902.312.096,78	-		
Pessoal e Encargos	431.062.355,43	-		
Remuneração a Pessoal	338.375.277,34	-		
Encargos Patronais	70.260.706,96	-		
Benefícios a Pessoal	22.426.371,13	-		
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	131.371.419,40	-		
Aposentadorias e Reformas	115.691.669,84	-		
Pensões	15.491.189,97	-		
Benefícios de Prestação Continuada	-	-		
Benefícios Eventuais	-	-		
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	188.559,59	-		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	102.416.197,95	-		
Uso de Material de Consumo	15.645.412,47	-		
Serviços	79.853.281,01	-		
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.917.504,47	-		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.400,08	-		

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	
Juros e Encargos de Mora	9.400,08	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências Delegações Concedidas	137.485.551,12	-
Transferências Intragovernamentais	130.442.651,93	-
Transferências Intergovernamentais	10.000,68	-
Transferências a Instituições Privadas	44.026,52	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.988.871,99	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	77.658.950,16	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	48.618.125,93	-
Desincorporação de Ativos	29.040.824,23	-
Tributárias	198.821,90	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.585,80	-
Contribuições	196.236,10	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	22.109.400,74	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	19.745.261,51	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.364.139,23	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-18.533.380,40	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

2015	2014

Equipe de Elaboração

Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento

Marize Terezinha Lopes Pereira Peres

Coordenação:

Coordenadoria de Planejamento Institucional/PROPLAN

Homero Scapinelli – CPI/PROPLAN

Claudia Freire da Silva Kishi – DIAV/CPI/PROPLAN

Jean Paulo de Sá Ajala – DINS/CPI/PROPLAN

Odilson Luiz Ocampos – DIGE/CPI/PROPLAN

Marcel da Silva Lopes – DIGE/CPI/PROPLAN

Consolidação:

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN

Unidades que subsidiaram a elaboração do Relatório:

Reitoria.

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento;

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.

Pró-Reitoria de Administração.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho.

Pró-Reitoria de Infraestrutura.

Núcleo de Hospital Universitário.

Núcleo de Tecnologia da Informação.